

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

VICENTE ESTEVÃM SANDESKI

**O conceito de tecnologia em Álvaro Vieira Pinto e suas implicações para a
educação profissional: uma abordagem dos Institutos Federais**

CURITIBA

2016

VICENTE ESTEVÃM SANDESKI

O conceito de tecnologia em Álvaro Vieira Pinto e suas implicações para a educação profissional: uma abordagem dos Institutos Federais

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação – Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do grau de doutor.

Orientadora: Prof.^a Dra. Anita Helena Schlesener

CURITIBA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na fonte
Biblioteca "Sydney Antonio Rangel Santos"
Universidade Tuiuti do Paraná

S214 Sandeski, Vicente Estevã.

O conceito de tecnologia em Álvaro Vieira Pinto e suas implicações para a educação profissional: uma abordagem dos Institutos Federais/ Vicente Estevã Sandeski; orientadora Prof^a dr^a Anita Helena Schlesener.

274f.

Tese (Doutorado) – Universidade Tuiuti do Paraná Curitiba, 2016.

1. Tecnologia. 2. Educação profissional.
3. Instituto Federal do Paraná. 4. Álvaro Vieira Pinto. I. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação / Doutorado em Educação. II. Título.

CDD – 370.113

TERMO DE APROVAÇÃO
UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**O CONCEITO DE TECNOLOGIA EM ÁLVARO VIEIRA PINTO E SUAS
IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ABORDAGEM DOS
INSTITUTOS FEDERAIS**

Esta Tese foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de Doutor em Educação, no Programa de Pós-graduação em Educação - Mestrado e Doutorado em Educação, da Universidade Tuiuti do Paraná.



Orientadora: Prof^a. Dr^a. Anita Helena Schlesener
Universidade Tuiuti do Paraná - UTP



Prof. Dr. Ivo Pereira de Queiroz
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR



Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Rodrigues Pereira
Universidade Tuiuti do Paraná - UTP



Prof. Dr. Pedro Leão da Costa Neto
Universidade Tuiuti do Paraná - UTP



Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva
Instituto Federal do Paraná – IFPR

Curitiba, 2016

GRADECIMENTOS

À professora Anita Helena Schlesener, pelas orientações, atenção, compreensão, integridade teórica, política e determinação, apoio e pela presteza em todos os momentos.

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação da UTP: Anita Helena Schlesener, Ariclè Vechia, Maria de Fátima Rodrigues Pereira, Naura Syria Carapeto Ferreira e Sidney Reinaldo da Silva, pela dignidade e compromisso na condução das suas disciplinas e principalmente pelas inestimáveis contribuições para a minha formação.

Aos professores da banca: Anita Helena

Schlesener, Maria de Fátima Rodrigues Pereira, Sidney Reinaldo da Silva, Ivo Pereira de Queiroz e Pedro de Leão Neto, pela leitura, discussão e contribuição que trouxeram para este estudo.

À Coordenação do Programa e secretárias do PPGE-UTP, pela presteza em todos os momentos.

À minha esposa Adnilra Selma Moreira da Silva Sandeski, pelo apoio, compreensão, incentivo pelo tempo percorrido juntos, dotando-nos de experiências e sobretudo por dividir comigo a sua história e ajudar a construir a minha.

A meus filhos Rafael Henrique Moreira Sandeski e Ana Caroline Moreira Sandeski, pela compreensão demonstrada nos dias mais tensos. Em frente, sempre, tudo é um processo e tem seu tempo.

À minha mãe Inês Alessi Sandeski, pelo exemplo de vida e sua constante preocupação com os filhos “sempre pequenos”. Ao meu pai Victório Sandeski (*in memoriam*), pela visão de mundo e incentivo.

A meus irmãos Otto Nelvir Sandeski (*in memoriam*), Roque Antonio Sandeski, Alcides Braz Sandeski e Margarida Maria Sandeski, pelo apoio, incentivo, E fechamos mais um ciclo.

À Donaciana Nazaré da Silva (*in memoriam*) e Arlindo Moreira da Silva (*in memoriam*), professores que admiro, vozes de resistência num mundo de necessidades e desigualdades.

A Carlos José Dalla Nora, pela amizade, lembranças e tradição da querência amada.

Aos amigos Gilmara, Diná, Vanusa, Jairo, Donirla, Bilão, Rogério, David, Arlindo Filho, Suzi, Alex, Eder, Carlinhos, Anilra, Anusia e Felipe pela amizade.

A Leone Sandeski, pelo vínculo de amizade, “o último dos moicanos”, “leva com ele uma geração ao sair de cena”.

Aos colegas e amigos do curso de Doutorado em Educação da UTP Adnilson, Darlan, Donizete, Valdete, Gilson e Tatiani.

Ao meu amigo Ivo Queiroz (Lena, Janaina e Tales), pelo incentivo, dicas e sugestões.

À revisora Isabel Alves, pela paciência e capacidade de lapidar arestas do trabalho, com vistas a adquirir sintonia.

À Presidenta Dilma Rousseff, vítima do mais perverso e corrupto Parlamento brasileiro, nunca antes visto na história deste país, pelo seu exemplo de luta.

À Alípio Santos Leal Neto primeiro reitor do IFPR, pela sua dedicação e empreendimento em prol da educação e dessa instituição e a Odacir Antonio Zanatta, atual reitor, pela sua postura, disposição, vontade de acertar e amizade.

Ao IFPR, “por outros dias”, pela educação, pelo tempo concedido ao estudo, e aos colegas de trabalho.

A todos que acreditam e lutam por um mundo mais justo, íntegro, com menores disparidades sociais.

A todos que repudiam o ideológico sistema capitalista, contestam os discursos consumistas e repelem as narrativas hegemônicas de uma classe privilegiada, insensível e alienada.

A história não é o conhecimento do passado enquanto passado, mas do presente que foi. Cada forma da realidade passada foi o presente de certo instante. Mais do que isso, foi também o futuro de um presente mais antigo. É à luz destas noções que deveremos perguntar pela realidade do nosso presente de hoje. Este não é o início de uma análise retrospectiva, mas a origem de um avanço para a frente.

(Álvaro Vieira Pinto).

Tudo passa.

RESUMO

A presente pesquisa teve o objetivo estudar a educação profissional praticada pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnológica criados em 2008, em virtude da forte demanda do mercado econômico por mão de obra qualificada. Este trabalho investiga a possibilidade de superar a histórica educação tecnicista controlada e voltada aos interesses do mercado, por meio de uma educação crítica e emancipatória. A questão que problematizamos neste trabalho é de a educação profissional desenvolvida nos Institutos Federais ser crítica e emancipatória e que transcenda as noções de tecnologia convencional. Para essa compreensão foi tomado a obra de Álvaro Vieira Pinto, intitulada *O conceito de tecnologia*, a qual mantém uma estreita relação com a realidade nacional. Buscou-se neste material com base no tripé da educação profissional dos institutos federais: ensino, pesquisa e extensão, num primeiro momento, compreender a estrutura ideológica das políticas públicas com seus controles e limites para uma educação emancipatória; em seguida, compreendendo a realidade de Vieira Pinto na concepção de desenvolvimento, tecnologia e emancipação, entender o caminho da reconstrução da educação crítica e emancipatória através da análise do conceito de tecnologia de Vieira Pinto. A pesquisa explicita a interiorização dos Institutos Federais e a ampliação do acesso às classes populares, explicitando os procedimentos educacionais para desenvolver uma educação de superação e emancipação, para isso demanda uma educação profissional que supere os interesses do mercado e esteja voltada para a classe trabalhadora. O conceito de educação técnico científica, crítica e emancipatória se estabelece através da educação que identifique as correlações de forças e esteja comprometida com a classe trabalhadora. Neste estudo são articulados os dados teóricos de Vieira Pinto com a atuação dos Institutos Federais, identificando a forma como podem contribuir para formar profissionais que possam oferecer respostas consistentes nas regiões em que estão inseridos. Para tanto, analisamos as políticas públicas de educação tecnológica, e sua materialização nas legislações e diretrizes que fundamentam e regulam a ação da educação profissional, no período de 2003 a 2014. O período delimitado para esta análise assenta em categorias percorridas por Vieira Pinto, nos anos de 1955 a 1964, período de intensa confluência nacional das ideias e atuação profissional do autor. Por fim, o procedimento metodológico adotado neste trabalho consistirá em uma pesquisa bibliográfica da obra de Vieira Pinto, *O conceito de tecnologia*, e complementações a fim de explicitar a educação no contexto brasileiro de 2003 a 2014, específica da tecnologia e seus desdobramentos na educação. Os dados recolhidos na literatura, foram confrontados com a proposta de ensino do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR, obtendo com isso um raciocínio decorrentes das evidências que emergirem da análise.

Palavras-chave: Tecnologia. Educação profissional. Instituto Federal do Paraná. Álvaro Vieira Pinto.

ABSTRACT

The aim of this research is to study the professional education as practiced by the Federal Institutes of Education, Science and Technology created in 2008, due to the strong economic market demand for skilled workforce. This paper investigates the possibility to overcome the historical technicist education controlled and oriented by the market interests, by means of a critical and emancipatory education. The issue discussed in this paper is to have a critical and emancipatory professional education developed at the Federal Institutes, transcending the concepts of conventional technology. For such approach, the work of Álvaro Vieira Pinto was referred to, entitled *O Conceito de Tecnologia (The Concept of Technology)*, which keeps a strict relation with the national reality. The search in this material, based on the professional education grounds of the federal institutes, concerned: education, research and extension, at the first stage, to understand the ideological structure of the public policies with its controls and limits for an emancipatory education; next, by comprehending Vieira Pinto's reality in the concepts of development, technology and emancipation, to understand the path to rebuild critical and emancipatory education through the analysis of the concept of technology by Vieira Pinto. The research demonstrates the interiorization of the Federal Institutes and their increase of access to working classes, explaining the educational procedures to develop an overcoming and emancipatory education, which demands a professional education that overcomes the market interests and which is working-class oriented. The critical and emancipatory technical-scientific education concept establishes itself through an education that identifies the correlations of forces and that commits itself to the working class. In this study, both the theoretical data of Vieira Pinto and the acting of the Federal Institutes are articulated, identifying how they can contribute to educate professionals able to offer consistent answers in the regions where they are inserted. To that end, we analyzed the public policies of technological education, as well as their materialization in the legislations and guidelines that ground and regulate the professional education action, from 2013 to 2014. The period comprehended for this analysis is based on categories explained by Vieira Pinto, in the years of 1955 to 1964, a period of great national confluence of the ideas and the professional acting of such author. Finally, the methodological procedure adopted in this paper will consist of a bibliographical research of the work of Vieira Pinto, *O conceito de tecnologia*, as well as complementation for explaining education within the Brazilian context from 2003 to 2014, which is specific for technology and its outcomes in education. The data collected in the literature were compared with the education proposal of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraná - IFPR, which led to obtain reasonings from the evidence emerged in the analysis.

Key words: Technology. Professional Education. Federal Institute of Paraná. Álvaro Vieira Pinto.

LISTA DE SIGLAS

ANDES	- Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
ANFOPE	- Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
ANPEd	- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
DBTDq	- Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações
CEF	- Conselho Federal de Educação
CAFW	- Colégio Agrícola de Frederico Westphalen – RS
CEFET	- Centro Federal de Educação Tecnológica
CEFET-RJ	- Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CRM	- Consciência e Realidade Nacional
EaD	- Educação a Distância
EJA	- Educação de Jovens e Adultos
EPT	- Educação Profissional e Tecnológica
FMI	- Fundo Monetário Internacional
IBESP	- Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política
IES	- Instituição de Ensino Superior
IF	- Instituto Federal
IFPR	- Instituto Federal do Paraná
ISEB	- Instituto Superior de Estudos Brasileiros
PSDB	- Partido da Social Democracia Brasileira
PT	- Partido dos Trabalhadores
MEC	- Ministério da Educação
OFM	- Ordem dos Frades Menores
PDE	- Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	- Plano de Desenvolvimento Institucional
PPP	- Projeto Político Pedagógico
Pronatec	- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
Proeja	- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PUC	- Pontifícia Universidade Católica
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UFSM	- Universidade Federal de Santa Maria
UTFPR	- Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Expansão da rede federal até 2002	208
Mapa 2: Expansão da rede federal até 2010	208
Mapa 3: Expansão do Instituto Federal do Paraná.....	209

LISTA DE TABELAS GRAFICOS

Quadro 1 – Número de dissertações e teses com “títulos” relacionados à tese.....	87
Quadro 2 – Número de dissertações e teses com “assuntos” relacionados à tese..	88
Gráfico 1 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades.....	212

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	Erro! Indicador não definido.
LISTA DE SIGLAS	10
LISTA DE MAPAS	11
LISTA DE TABELAS GRAFICOS	12
SUMÁRIO	13
CAPÍTULO 1.....	14
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 2.....	37
AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO.....	37
2.1 As políticas públicas de 1990 a 2014	43
2.2 O neoliberalismo nos governos dos anos de 1990 a 2014.....	49
2.3 Estado, desenvolvimento e educação: o contexto histórico de Álvaro Vieira Pinto	59
2.4 O arcabouço ideológico de Álvaro Vieira Pinto	65
2.5 O projeto de desenvolvimento dependente brasileiro	102
CAPÍTULO 3.....	122
RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA PARA ÁLVARO VIEIRA PINTO	122
3.1 Problema e pressupostos do desenvolvimento brasileiro	124
3.2 Educação e desafios para o desenvolvimento	129
3.3 Conceito de tecnologia e condições para o desenvolvimento	137
CAPÍTULO 4.....	187
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E ELEMENTOS PARA UMA CRÍTICA AOS INSTITUTOS FEDERAIS A PARTIR DE ÁLVARO VIEIRA PINTO	187
4.1 Características técnicas do desenvolvimento brasileiro	187
4.2 Caracterização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a Formação Profissional ..	202
4.3 A formação profissional nos institutos federais no contexto da obra de Álvaro Vieira Pinto: limites e possibilidades	230
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	244
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	260
Anexo:	275

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

O presente estudo foi desenvolvido na Universidade Tuiuti do Paraná, no Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado em Educação –, na linha de pesquisa *Políticas Públicas e Gestão da Educação*, sob a orientação da Professora Dra. Anita Helena Schlesener. O tema da pesquisa é atual correspondendo as transformações ocorridas no plano social e educacional, tendo como título *O conceito de tecnologia em Álvaro Vieira Pinto e suas implicações para a educação profissional: uma abordagem dos Institutos Federais*, e por base a obra do autor Álvaro Vieira Pinto, *O conceito de tecnologia*.

Os conceitos e elaborações do autor foram articulados para subsidiar a análise das políticas públicas educacionais implantadas nos anos de 2003 a 2014, representada pelos Institutos Federais em vigência e em expansão no país, considerando a conjuntura nacional, suas conexões e rupturas com as políticas educacionais de formação profissional.

A educação profissional está instituída ao longo da história brasileira como um meio para impulsionar o desenvolvimento econômico do Brasil. Esse perfil da educação profissional faz-se acompanhar de estruturas ideológicas de interesse da classe dominante que, por sua vez, está em sintonia com as formas e os elementos de dominação do sistema capitalista internacional.

A educação tem absorvido as várias mudanças que vêm ocorrendo ao longo da história, porém, nem sempre tendo o ser humano como protagonista. A percepção dessa condição trouxe-nos a preocupação com o modelo de educação desenvolvido nos Institutos Federais de Educação, e que nos animou a realizar um estudo que permitisse compreender e explicar tais fatos à luz do pensamento de Vieira Pinto.

Ao longo dos anos, tem-se observado que as atividades administrativas e as funções diretivas podem e deve interferir socialmente na promoção do crescimento humano crítico, participativo e envolvido na sociedade política, econômica e cultural. As ações desenvolvidas nos Institutos Federais (IFs), e por sua vez, explicitando o

IFPR, contribuem para refletir acerca das políticas de interiorização do ensino técnico e tecnológico no Governo de 2003 a 2014. São espaços que permitem perceber que os IFs, criados sob as críticas de importantes setores intelectuais do país, ao assumirem para si o papel de desenvolvedores de educação técnica e tecnológica, necessitam ser repensados.

As demandas sociais exigem dos professores e técnicos administrativos que trabalham nos IFs uma reflexão permanente dos objetivos institucionais, para afastarem-se das ilusões e erros provenientes de diagnósticos. Portanto, sendo os institutos centros de difusão do conhecimento técnico e tecnológico, torna-se imperativo que seus professores, dirigentes e demais envolvidos no processo se interroguem a si mesmos sobre as questões: Para que e para quem é a educação tecnológica? Para que e a quem se destina a tecnologia? O que ela pode fazer de diferente? Em síntese, a quem servem os Institutos Federais?

O fato de os institutos estarem presentes em diversas regiões do Brasil e do Estado do Paraná, implica admitir a proposição de que a educação profissional que é ministrada deverá transcender as noções de tecnologias convencionais. O objetivo da educação profissional desenvolvida nos Institutos Federais é que estampe as desigualdades, os conflitos sociais e evidencie o monopólio do conhecimento em favor do mercado, rompendo com o viés formativo para atuarem em grandes corporações.¹ Um dos motivos é o fato de que, na maior parte das cidades do interior, inexistem tais corporações. Uma observação parece sugerir que os empreendimentos econômicos nas regiões do interior sejam de menor monta, isto é, pequenas e médias empresas, expressando a vocação econômica regional. Ora, sendo assim, uma das inquietações instigantes é a de que modo os IFs e IFPR poderá contribuir para formar profissionais capazes de oferecerem respostas consistentes às demandas econômicas de suas regiões.

Buscou-se neste estudo com base no que vem sendo construindo na educação profissional nos institutos federais, calçado no *tripé*: ensino, pesquisa e extensão, compreender as estruturas ideológicas, controles e limites que

¹ Renato Dagnino trabalha a tecnologia numa perspectiva social, como inclusão, na revista do observatório do Movimento pela Tecnologia Social da América Latina, *Ciência & Tecnologia Social*. A construção crítica da tecnologia pelos atores sociais é abordada sob o título, *O regime cognitivo-disciplinar diante das conexões entre tecnologia social & sustentabilidade. Tecnologia Social: base conceitual*, Distrito Federal, v.1, jul. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/cts/index>>. Acesso em: 8 ago. 2016. Entretanto na categoria “inclusão” realizada por Dagnino há controvérsias, visto não ultrapassar o sistema capitalista.

obstaculizam a educação emancipatória. A pesquisa explicita a interiorização dos Institutos Federais e a ampliação do acesso às classes populares que podem favorecer o desenvolvimento do pensamento crítico.

Os subsídios para repensar a educação para a classe trabalhadora nesta pesquisa estão na obra de Vieira Pinto, *O conceito de tecnologia*, tomado como contribuições para a análise das políticas públicas educacionais implantadas nos anos de 2003 a 2014, representadas pelos Institutos Federais em vigência e em expansão no país.

As considerações são feitas a partir da conjuntura nacional, precisamente os anos de 2003 a 2014. Período este norteado pelos interesses da *economia* nacional e internacional. Evidenciando nesta pesquisa a dimensão ideológica da economia utilizada como controle da formação e do mercado de trabalho, e se estabelecendo como elemento delineador e norteador das políticas públicas.

O controle educacional voltado a interesses do capital explicita uma condição da educação profissional instituída ao longo da história brasileira como um meio para impulsionar o desenvolvimento econômico do Brasil. Esse perfil da educação profissional faz-se acompanhar de estruturas ideológicas de interesse da classe dominante que, por sua vez, estão em sintonia com as formas e os elementos de dominação do sistema capitalista internacional.

A pesquisa entende a educação fazer parte das estruturas, absorver as mudanças sociais, política e econômica no processo histórico, responder aos interesses internacionais e alianças neoliberais, tornando um caminho seguro para o controle educacional, e o esvaziamento dos conflitos sociais e questões políticas.

Esta compreensão do contexto do qual faz parte a educação, trouxe a inquietação para a educação profissional desenvolvida nos Institutos Federais de Educação, permitindo realizar um estudo para compreender e explicitar os procedimentos educacionais para desenvolver uma educação de superação e emancipação à luz do pensamento de Vieira Pinto.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com forte atuação nas capitais e nos interiores, correspondem a 90% da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, congregam 581 do total de 644 campi, possui

cerca de um milhão de matrículas e 60 mil servidores.²A política de interiorização contribuiu para a ampliação do acesso a educação técnica e tecnológica.

Portanto dada a realidade nacional, a demanda de educação profissional nacional, a expressão institucional com sua dimensão e relevância, implica admitir uma educação profissional que supere os interesses do mercado e esteja voltada para a classe trabalhadora.

Esta pesquisa está ciente que os Institutos Federais, são políticas públicas educacionais desenvolvidas nos Governos de 2003 a 2014, é continuação das políticas públicas desenvolvidas em governos anteriores, monitorada por organismos e fundos financeiros que congregam correlações de forças priorizando estruturas de poder concebida pela classe dominante, subordinada ao sistema capitalista financeiro.

São muitos os desafios que se apresentam na construção de uma formação para a classe trabalhadora que garanta educação tecnológica, principalmente no período indicado, onde é minada a resistência pela qualidade do ensino e objetividade formativa para o mercado, explicitando estar a serviço da manutenção dos privilégios da classe dominante, de uma burguesia alheia e distante dos reais problemas nacionais vividos pela sociedade brasileira.

A pesquisa considera a criação dos Institutos Federais de Educação como uma das maiores realizações de expansão da educação profissional do Governo nos últimos tempos, é um salto qualitativo e quantitativo no campo da educação, mediante a criação de novas escolas, cursos e milhares de vagas. Essa constatação leva à formulação da pergunta: A quem servem os Institutos Federais de Educação? Para que e para quem se destinam as tecnologias?

A linha de raciocínio apresentado e as inquietações que suscitam conduzem à elaboração da presente pesquisa, levando-a a investigar a quem os Institutos Federais efetivamente servem, e de que forma podem contribuir para formar profissionais que possam oferecer respostas consistentes nas regiões em que estão inseridos.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é criticar³ as diretrizes que estabelecem a identidade e a tarefa dos Institutos Federais, bem como discutir a que

² Dados de Marcelo Bender Machado, presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif). Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/links/1088-institutos-federais-completam-oito-anos-nesta-quinta-feira>, acesso em: 22 jan. 2017.

e a quem tais instituições se propõe servir, tendo como referencial teórico *O Conceito de Tecnologia*, de Álvaro Vieira Pinto.

Com base nesse objetivo, elegeu-se um conjunto de objetivos específicos que norteiam o desenvolvimento desta tese, a saber:

- a) entender o contexto histórico em que se desenvolvem as ideias de Álvaro Vieira Pinto e seus desdobramentos na realidade nacional;
- b) compreender o conceito de tecnologia em Álvaro Vieira Pinto;
- c) analisar as diretrizes que estabelecem a identidade dos Institutos Federais, IFs, a que e a quem tais instituições deveriam servir;
- d) identificar aproximações e distanciamentos entre a formação profissional de nível médio, ministrada pelo IFPR, e a proposição de formação profissional preconizada por Álvaro Vieira Pinto, em sua obra *O Conceito de Tecnologia*.

Justificativa

A justificativa da presente pesquisa pauta-se em diferentes pontos: primeiro, a obra de Vieira Pinto, tem despertado interesse de estudos nos últimos anos, corroborando na construção de um conhecimento crítico, das estruturas nacionais e internacionais. Segundo, os recentes acontecimentos sociais, políticos e econômicos, ocorridos no Brasil no período analisado, constituem um fenômeno histórico, onde os indivíduos são produtores, atores e protagonistas. Terceiro, a “crise” em que a sociedade brasileira se encontra é ramificação da macro estrutura do capital, constituindo uma crise dos padrões do poder global. Quarto, as consequências dessa crise, interna e externa, são de máxima dominação social pelo sistema capitalista, fragilizando e desintegrando organizações, sindicatos, sistemas

³ Conceito de crítica empregado neste estudo, estruturado no pensamento de Vieira Pinto, compreende ser um processo amplo e dialético, a percepção do mundo é necessariamente originário da reação sobre a realidade, um ser humano concreto, social, vinculado ao contexto histórico. Quando relacionando a educação, o conceito de crítica está orientado para a compreensão de que todos devem ser educados, compreendendo-a como essencialmente uma troca de experiência, um “encontro de consciência”. A consciência crítica tem como princípio o engajamento com a qualidade educacional, enquanto ação, tendo claros os objetivos e finalidades da educação. E para Vieira Pinto somente uma educação crítica, não alienada pode servir aos objetivos da sociedade, na luta pelo seu desenvolvimento e para a transformação da vida do ser humano. O sentido “estrito da crítica” aclara seu uso neste estudo, “distingue e ordena as diversas modalidades de apreensão do real.” [...] “Assim distingue com perfeita clareza a reação intelectual, o ato de apreender, dos estados sensitivos sugeridos, também, pela presença dos objetivos diante do sujeito que deles tem experiência”. (PINTO, 1960, p. 51). O conceito de crítica envolve a apreensão da realidade na sua diversidade de acontecimentos, (social, político, econômico, cultural), não apenas no que diz respeito ao julgamento do estado presente, mas ao que diz respeito aos projetos de desenvolvimento.

políticos, economias, educação. Esses são sintomas de uma crise estrutural global que envolve novas ressignificações de dominação, a “colonialidade do poder⁴”.

Neste sentido, Dardot (2016, p.7) diz que é falso entender o capitalismo de forma sempre igual, ele se estrutura nas contradições, dissipando as relações sociais, contudo é preciso notar que “é indissociável da história de suas metamorfoses, de seus descarrilamentos, das lutas que o transformam, das estratégias que o renovam”. O neoliberalismo transformou profundamente o capitalismo e este, por sua vez, transformou a sociedade, dessa forma, o enfrentamento do capitalismo está ancorado no conhecimento crítica, constituindo-se um espaço de superação e emancipação.

A pesquisa nota que ao longo do processo educacional as ações críticas são isoladas, redundando em uma tomada de consciência, prosseguindo passivamente o processo de adaptação e reformismo. Mesmo o conceito de desenvolvimento, trabalhado como projeto e solução das realidades carentes, traz, em sua essência a ideologia do grande capital. A educação dessa forma contribui para a expansão de um conjunto de ideias que atende e solidifica a concentração de renda.

A conjuntura brasileira no momento da elaboração dessa tese é de ambiguidade, um Brasil que anseia por mudanças, uma sociedade assentada em contradições, disparidades sociais e conflitos. E por sua vez uma sociedade que atua passivamente diante das históricas investidas do poder econômico, dos abusos e absurdos políticos, fragilizando ainda mais as organizações de enfrentamento do poderoso sistema capitalista. A vulnerabilidade da estrutura governamental à impetuosidade do “mercado” permitem ao sistema neoliberal despersonalizar-se e criar um sistema de reificação capitalista, comprometendo a atuação da classe trabalhadora.

Isso acentua que o sistema educacional brasileiro carrega em seu processo de ensino contradições e posições de “neutralidades”, atuações que esvaziam as inquietações diante das injustiças humanas.

⁴ Anibal Quirano utiliza essa terminologia para designar uma nova colonização ressignificada pelo sistema capitalista. Colonialidade do poder (diferente de colonialismo, porém tem uma relação visceral), o que estamos falando se originou com a América Latina, de elementos que são eminentes desta, desde o século XV: o epicentro da crise e o enigma do capital: desenvolvimento terá que ter taxas de juros sempre positivas; a industrialização de certos países, EUA/Europa, à custa da desindustrialização de outros; os valores fictícios ao jogar com o dinheiro, deslocando-o da produção para setores especulativos.

A pesquisa busca em Vieira Pinto a compreensão de *ideologia* para entender a ideológica conjuntura hegemônica utilizada pela burguesia, como instrumento de *dominação*, valendo-se de embustes para acentuar a falta de educação, a razão de todos os males das classes pobres dos *países periféricos*.

O pensamento dominante cria a ilusão de que a solução para todos os desajustes sociais esteja na educação, por isso, é necessário educar as massas, pois dessa deficiência decorrem os conflitos, o baixo desenvolvimento, as desigualdades, as dificuldade de compreensão, as revoltas.

O que lhes falta é, com efeito, educação, esta é a necessidade capital, porquanto só depois de a adquirirem lhes será possível cuidar convenientemente das graves questões materiais que as afetam como, por exemplo, a melhoria dos níveis de conforto, para os quais nem sequer estão espiritualmente preparadas, questões que, por enquanto, não se acham em condições de resolver por si mesmas. Quando tiverem educação, e para consegui-la a política dos países dominantes mostra-se solícita em contribuir por todos os meios, resolver-se-ão com a maior facilidade todas as dificuldades internas e internacionais, fruto apenas da incompreensão intelectual. (PINTO, 1960b, p. 380).

A pesquisa explicita a ambiguidade educacional, os meandros ideológicos relacionando à educação. Atribuir os desajustes sociais, políticos e econômicos à falta de educação das classes pobres dos países periféricos, é insensato, ideológico e referenda o discurso hegemônico ao afirmar que “bastaria educá-las para desaparecer” os climas de luta de classe e demais problemas sociais. Nessa estrutura ideológica, para os países periféricos a educação⁵ acaba “sendo privilégio da minoria dominante, expressa naturalmente os ideais desta e visa a reproduzir membros do grupo superior, tais como são atualmente”⁶. (PINTO, 1960b, p. 380-381). Tais países assumem uma condição alienante, de subjugação e suborno

⁵ Vieira Pinto diz que os países “dominantes” fazem de tudo para conquistar os professores dos países dominados pelo seu modo de educar, e fazem-no com certa facilidade e “grande frequência”, pela condição da própria estrutura social “subdesenvolvida”, pela dificuldade dos professores de interpretarem o pensamento do povo, “são os personagens mais dóceis às influências externas, convertendo-se facilmente em agentes do projeto alheio” (PINTO, 1960b, p. 381).

⁶ Faz uma análise de situações contrárias que exerceram um papel de superação, diz ele: “Mas, o trabalho estafante e miserável do povo, o processo real que pesa sobre os ombros da massa, é também um processo pedagógico, dotado de formidável poder de produzir e ensinar ideias, que exprimem a realidade tal como é para aqueles que a modificam com as mãos. É tão educativa quanto a escola, ou antes, mais educativo ainda, porque dele não há evasão, não há dificuldade em aprender as suas lições, que penetram a existência, nele não há férias, porque é o sofrimento de cada dia. (PINTO, 1960b, p. 381).

numa atitude de domesticação.⁷ Nesta condição alienante esconde as relações de produção da vida e de como a tecnologia nos meios dos burgueses potencializa a extração do valor.

A pesquisa atenta para as imagens dos espaços educacionais retratada por Vieira Pinto, o que deveria ser um recinto da cultura universitária nacional, é um reduto de ideias externas do dominador, incorporando também seu entendimento cultural, “o que aprende nos livros estrangeiros, o que observa nas viagens ao exterior, o que escuta dos “técnicos” e “especialistas” que mandam buscar lá fora para nos virem dizer o que somos e o que devemos fazer” (PINTO, 1986, p. 39). Portanto, o resultado da cultura produzida na universidade, segundo Vieira Pinto, é uma “cultura alienada”.

Os estudos realizados demonstram o monopólio do conhecimento, a alienação coube por séculos às escolas superiores, onde os cursos eram criados para dar suporte à classe dominante, por exemplo, o curso de direito em Recife e São Paulo e o curso de medicina na Bahia e no Rio de Janeiro. O curso de direito era para defender os senhores proprietários de terra e o curso de medicina para cuidar da saúde da classe rica. “É evidente que numa sociedade estagnada, onde nada de importante havia a construir ou a fabricar, não se exigiam institutos de ciências naturais e de formação tecnológica.” (PINTO, 1986, p. 18).

Nas décadas de 1950 e 1960, não se tinha como comparar as universidades brasileiras com as universidades europeias, nesse período, “a universidade é uma peça do dispositivo geral de domínio pelo qual a classe dominante exerce o controle social, particularmente no terreno ideológico, sobre a totalidade do país.” (PINTO, 1986, p. 19). Diz o autor, se essa é a essência da universidade brasileira, logo se vê que a reforma que deve ser feita é a política e não a pedagógica, esta deve acontecer somente depois que acontecer a reforma política, para a transformação social empreendida pela sociedade.⁸

Esses conjuntos de relações são explicitações ideológicas da cultura, incessantemente esgrimidas por Vieira Pinto, e estão contempladas ao longo deste estudo outras características da noção de cultura, coetânea da existência humana.

⁷ “[...] transformam muitos dos seus professores em cônsules das nações poderosas, convidam, o mais que podem, estudantes e docentes a visitar as reluzentes instalações que possuem, distribuindo com fartura bolsas de estudo e põem em prática mil outros artifícios de suborno e domesticação” (PINTO, 1986, p. 38).

⁸ A posição de Vieira Pinto correspondia a um período histórico, a prioridade da política corresponde ao momento, entretanto, as duas podem ser e podem ser empreendidas.

“A cultura é, pois, o processo pelo qual o homem acumula as experiências que vai sendo capaz de realizar” (PINTO, 1979, p. 123), aos poucos ela destaca-se do mundo material, assumindo contornos definidos pela consciência humana e tendo como componentes, os artefatos produzidos pelo homem e suas ideias. A cultura, para Vieira Pinto, é “uma manifestação histórica do processo de hominização e por isso se desenvolve coetaneamente com este último até os graus superiores, em que o caráter de ‘humano’ se apresenta como um conteúdo de valor ético” (1979, p. 123), portanto para o autor a cultura implica o efeito da relação produtiva que o homem exerce sobre a natureza, ela é “indissociável ao processo produtivo”, é simultaneamente ação e ideias, “enquanto ideia é mediada pela ação, enquanto ação é mediada pela ideia” (PINTO, 1979, p. 126).

Os estudos desta tese se justificam ainda pela investigação dos limites do desenvolvimento que ocasionam o desequilíbrio entre as classes, entre eles estão postos a ausência da compreensão de totalidade, e a incipiente consciência converteu-se em um dos fatores de opacidade de sua própria percepção de mundo levando, por consequência, a um retardamento do “progresso”. Em outros momentos da investigação, está posto que o ponto de vista da classe trabalhadora foi finito, na percepção da complexidade do desenvolvimento, esgotando assim a capacidade de análise, portanto “a falta de tomada de consciência objetiva da nossa realidade [...], priva-os de percepção histórica segura e global, desnorteando-os e dividindo-os em confusões elementares”. (PINTO, 1959, p. 12-16). Em síntese, a perspectiva do desenvolvimento está voltada à realidade nacional, é cultural e mediada pela ação e a ideia. Segundo Vieira Pinto, a elaboração de um projeto possível para o futuro do país incide em um conhecimento do social, exato e preciso da nacionalidade, “quando obtemos a ideia clara do presente, vemos o que nela se contém potencialmente, permitindo-nos conceber o futuro como função imediata e contínua do presente, com o que se elimina ao máximo o coeficiente de surpresa.” (PINTO, 1959, p. 22).

Outra base que norteia os estudos desta tese é o conceito de “desenvolvimento”: o desenvolvimento nacional é um *processo*, isso significa dizer que “não podemos compreender o desenvolvimento nacional como movimento histórico casual, indeterminado, imprevisto, ocorrendo desordenamento, sem

legalidade interna, mas, ao contrário, temos de interpretá-lo como processo.”⁹ (PINTO, 1959, p. 23). Esse conceito obriga a pensar no desenvolvimento nacional como uma unidade dinâmica sob uma “multiplicidade de situações interiormente relacionadas”.¹⁰ (PINTO, 1959, p. 24-27). Considerando o controle, a formação e o mercado de trabalho.

A premissa considerada é que há uma dinâmica técnica do desenvolvimento, com suportes nas estruturas capitalistas neoliberais, fragilizam-se alternativas contrárias dificultando dessa forma a sua permanência, a acumulação do capital sobrepõe como um sentido da existência humana.

Esta dinâmica do desenvolvimento é um processo em cadeia, uma teia que ultrapassa fronteiras geográficas territoriais. Um processo que identifica a construção histórica, as correlações de forças do modo produtivo. Vieira Pinto acentua que “o corolário deste sofisma consiste em estarmos todos obrigados a aceitar as condições a nós impostas, único meio de participarmos da civilização. Contra essa errônea e insidiosa uniformização é que nos pronunciamos”. (PINTO, 2005, p. 47).

Os estudos elaborados, observam as mudanças de caráter político e econômico que acontecem nas décadas de mil novecentos e cinquenta e sessenta “na medida em que o desenvolvimento capitalista dependente avança, o conjunto da burguesia brasileira passava por um processo de crescimento e diferenciação”. (ALMEIDA, 2006, p. 292). Este autor observa ainda que, no início dos anos de 1950, as mudanças “nacionalistas” que aconteceram jamais foram contra o “capital estrangeiro”, “ao contrário, seu maior sucesso consistiu justamente em apoiar uma política de atração seletiva do capital internacional para o desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro”. (2006, p. 293).

O desenvolvimento aparece como uma ideologia atraente do grande capital, se instaura como um dos objetivos do capitalismo de se expandir e manter sua

⁹ “Processo é sucessão de aspectos, algo que admite sem dúvida descrição empírica em termos de justaposição cronológica, mas é sucessão que, em essência (por isso precisamente se distingue das sucessões temporais que não são processos), implica procedência segundo conexão. [...] Assim a consideração do desenvolvimento nacional, como submetido à categoria de processo, obriga a que se tenha dele uma compreensão dinâmica, orgânica.” (PINTO, 1959, p. 23-24).

¹⁰ “A ideologia do desenvolvimento só é legítima quando exprime a consciência coletiva, e revela os seus anseios em um projeto que não é imposto, mesmo de bom grado, às massas, mas provém delas. [...] as condições para que surja a ideologia é mais que a simples justaposição das classes dirigentes e do povo mesmo harmoniosa, pacífica e consentida; é a existência de quadros intelectuais capazes de pensarem o projeto de desenvolvimento sem fazê-lo à distância, mas substancialmente com as massas.” (PINTO, 1959, p. 39).

hegemonia. O Brasil é um desses países que fazem parte das estratégias do capitalismo, é incluído pelos grupos econômicos, correspondendo as demandas econômicas de cada momento da história. Nota-se, portanto, que o desenvolvimento, a colonização e a industrialização não foram neutras, não tinham a característica de proporcionar melhorias das condições e qualidade de vida às pessoas das regiões carentes. O Brasil foi na década de cinquenta e sessenta, e continua a ser nos anos de 2003 a 2014, um local rentável e promissor ao capital.

Nesta conjuntura, está implícito que os meios de produção não dirigem-se para a emancipação, a burguesia personifica o capital congrega em seu entorno uma arquitetura de poder que impera sobre a liberdade do trabalhador, necessitando cada vez mais de tempo e de sua força produtiva.

Vieira Pinto trabalha com uma estrutura que está imbricada na compreensão da realidade nacional e com a qual estabelece uma dialética conceitual, nela abordando a consciência crítica, a consciência ingênua, a totalidade, a massa, o subdesenvolvimento, a ideologia nacional, a educação e o Estado. São reflexões que expõem o eixo do conceito de educação de Vieira Pinto, onde nada pode ser visto em separado, deslocado da realidade nacional; neste sentido, a compreensão de educação parte da concepção crítica da realidade das massas e do projeto de “desenvolvimento nacional”.

O conceito de crítica ganha centralidade em sua perspectiva de educação, aparece como categoria que norteia os processos e as relações humanas, na consciência crítica está centrado o diferencial educacional de Vieira Pinto.

Dessa feita, essas assertivas referidas ao paradigma de desenvolvimento brasileiro *justificam* os estudos aqui desenvolvidos, evidenciando que o sistema capitalista no Brasil foi um solo onde foram montadas as estruturas segundo interesses hegemônicos, para atenderem tão somente a pequenos grupos da classe de mando a ele ligada. Vieira Pinto estabelece faz a crítica em torno da subserviência do país à transplantação de ideias. Vieira Pinto trabalha que as estruturas eram oriundas de outros países, por sua vez, eram um arcabouço estranho que não tinha coerência com as necessidades e a história nacionais, e criava-se, então, apenas um ambiente turvo e fragmentado de desenvolvimento, destoando e distanciando-se da classe trabalhadora.

Desde o momento da colonização a lógica do desenvolvimento é voltada para o exterior, as estruturas industriais e produção de artefatos se justificam a partir

desses interesses. O desenvolvimento brasileiro esteve reduzido a expressões de interesses grupais, resolvendo necessidades emergenciais e fins lucrativos. Segue uma lógica de “transplante” para uma elite soberba e desenraizada, que não faz parte da história de um “povo”,¹¹ que precisava *fazer sua história*¹². Nesta lógica de desenvolvimento a antiga classe dominante dos latifundiários, e posteriormente os industriais, vão saber aproveitar dos episódios para consolidar seu poder de decisão para o “desenvolvimento”, mesmo sendo reacionário, de trabalhadores explorados e submissos.

Este mencionado desenvolvimento expressa uma hierarquia do sistema que se perpetua ao longo do tempo, dominado e propalado por meios ideológicos, escondendo uma sociedade de classe expropriada.

Os estudos, segundo Vieira Pinto, mostram que há uma arquitetura de poder, no entanto o dismantelamento dessas estruturas não está posto como inalterável, o que só será possível mediante o enfrentamento das consolidadas oligarquias que se perpetuam no poder, aliadas às mídias, grupos familiares, grupos de poder que compactuam e também participam das velhas formas administrativas.¹³

Por fim, a pesquisa realizada com suporte em Vieira Pinto problematiza as novas tecnologias e grandes empreendimentos do sistema capitalista, convencendo identificar como uma arquitetura racional de poder, de imposição e opressão aos trabalhadores.

O desenvolvimento tecnológico não consegue reduzir as desigualdades, tampouco a classe trabalhadora se beneficia das novas técnicas, portanto, nota-se que tecnologia e classe trabalhadora são partes de um sistema exploratório que se

¹¹ O conceito de “povo” é trabalhado por Guerreiro Ramos, em sua aula inaugural do curso regular do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), pronunciada em 22 de março de 1957, no auditório do Ministério da Educação e Cultura (MEC), intitulada “Condições sociais do poder nacional”, na qual trabalha o conceito de povo na realidade brasileira dessas décadas de mil novecentos e cinquenta e sessenta.

¹² A *construção de sua história* está relacionada à caminhada histórica que cada país precisa fazer, identificando as suas necessidades. Uma das primeiras observações de Vieira Pinto está em *Consciência e realidade nacional*, onde se pode encontrar esse pensamento no capítulo 3 – *Consciência ocupada e desenvolvimento*, letra f) *O conceito de amanualidade. O mundo como dado e como feito*. (PINTO, 1960, p. 67).

¹³ Como diz Fabio Konder Comparato, é preciso enfraquecer até a destruição o poder das oligarquias. Elas se utilizam das velhas formas, acrescenta referindo-se aos últimos acontecimentos deste ano de 2016, do golpe político de desfazer um governo legítimo por parte de um grupo mal-intencionado por vias ilegítimas, estes acontecimentos assemelham-se aos do dia 07 de setembro de 1822, em que o “povo” assiste atônito, bestializado, pensando ser uma parada. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7T953DTcpBw>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

molda com o passar do tempo, alicerçado cada vez mais no lucro, compreendido pelo capitalismo de mercado.

Portando, esta estrutura da sociedade capitalista identificada na pesquisa, assegura que a educação ainda é o elemento de resistência, e desenvolvimento de uma consciência crítica, tornando-se a base para avançar na emancipação do indivíduo em sociedade.

A educação desenvolvida nos IFs é condição de emancipação e superação das estruturas controladas ideologicamente, deve transcender a formação tecnicista voltada para o mercado, das informações que alienam. As condições de emancipação estão solidificadas no ensino, pesquisa e extensão.¹⁴

A pesquisa dialoga em um uma estrutura social, política e econômica que age sobre a tecnologia, e estão presentes nesta estrutura as ideologias de controle e homogeneização do conhecimento que favorecem a classe burguesa. A tecnologia atua para assegurar cada vez mais uma divisão de classes, garantindo os privilégios daquela que vem mantendo o controle.

Desse modo, observa-se a apropriação da cultura e seus conceitos pela classe economicamente dominante, assegurando assim a sua hegemonia, processo esse que vai contar com a participação das demais classes, dado que o conceito de cultura atém-se a apreciações abstratas, ficando a classe trabalhadora excluída e numa condição de alienada pelo jogo de poder.

A pesquisa adentra ainda na atuação tímida das massas no processo de *revolução* social, identificado como revolução passiva, adaptação e reformismo de viciadas estruturas. Vieira Pinto afirma que é das massas que deve partir as alternativas de transformação da sociedade, é um processo político proveniente da atuação consciente e crítica.

¹⁴ Divulgados no início deste mês, os resultados da edição de 2015 do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, na sigla em inglês), realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), destacam o desempenho da Rede Federal. Se fosse um país, alcançaria a 11ª posição no cenário mundial em ciências, à frente da Coreia do Sul, dos Estados Unidos e da Alemanha. Em Leitura, a pontuação seria suficiente para atingir a segunda colocação entre os 71 países e territórios analisados. Em matemática, a nota superou a média geral do Brasil. Fonte: CONIF. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/links/1088-institutos-federais-completam-oito-anos-nesta-quinta-feira>. Acesso em: 24 jan. 2017.

Procedimentos Metodológicos

O procedimento metodológico assumido na elaboração desta tese centra-se na leitura da obra de Vieira Pinto, *O conceito de tecnologia*, e com complementações de outros escritos do autor, a fim de explicitar a sua contribuição para a educação no contexto brasileiro de 2003 a 2014, no que tange à questão específica da tecnologia e seus desdobramentos na educação. Nessa perspectiva, tentamos evidenciar as contradições tanto nas relações políticas e educacionais quanto no processo de formação do pensamento do autor.

Os dados recolhidos na literatura, referentes aos diversos temas específicos abordados, serão confrontados com a proposta de ensino do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR, pretendendo-se obter como resultado um tecido de raciocínios decorrentes das evidências que emergirem da análise.

Para isso, num primeiro momento, estudou-se o referencial que compõe o pensamento de Vieira Pinto, as ações de seu tempo, a sua relação com o ISEB e os pensadores daquele momento, bem como o seu entendimento e posicionamento no tocante ao desenvolvimentismo, à educação e à tecnologia.

A partir das obras escolhidas de Vieira Pinto, para o propósito desta pesquisa foram levantadas categorias que possibilitem a compreensão de seu pensamento. Segundo Gramsci, quando se refere ao método para o entendimento de uma realidade, seguindo na perspectiva do geral para o específico, “é necessário efetuar preliminarmente um trabalho filológico minucioso, conduzido com o máximo escrúpulo de exatidão, de honestidade científica, de lealdade intelectual, de ausência de qualquer preconceito ou apriorismo, de *parti-pris*” (1978, p. 94). Essa postura, além de produzir a confiabilidade no trabalho elaborado, estabelece uma relação com os acontecimentos históricos, uma conexão entre o homem e o seu tempo, traduzindo uma manifestação de respeito ao autor pesquisado. Nesse sentido, ainda segundo aquele autor, “É necessário, antes de tudo, reconstruir o processo de desenvolvimento intelectual do referido pensador, a fim de determinar os elementos que se tornaram estáveis e “permanentes”, [...]” (GRAMSCI, 1978, p. 95), Tais elementos são caracterizados por Gramsci como momentos essenciais desse processo, os quais possibilitarão uma leitura de mundo sob o olhar de Vieira Pinto.

Compreendido o contexto histórico desse autor, e o estabelecimento de categorias a partir de suas obras, o momento seguinte da investigação da tese volta-se para a compreensão do *conceito de tecnologia* e suas relações, elemento primeiro do objeto deste estudo e balizador das demais obras visitadas do autor.

Após o referencial conceitual a respeito de educação, desenvolvimento e a consolidação do *corpus* da pesquisa originado das leituras e crítica de Vieira Pinto, fez-se o estudo das políticas públicas do governo de 2003 a 2014, especificamente a educação profissional praticada pelos Institutos Federais. Para este estudo buscou-se a *Lei 11.892/2008 de criação dos IFs e suas Concepções e Diretrizes*, para identificar às aproximações e distanciamentos em prol de um desenvolvimento emancipado a luz do conceito de tecnologia proposto por Vieira Pinto.

A bibliografia consultada, e instrumento básico de trabalho, consta essencialmente das obras clássicas que correspondem ao material advindo do próprio autor e da legislação do Instituto Federal. As leituras complementares correspondem a textos integrantes ao conceito de desenvolvimento, educação, políticas públicas e tecnologia que contribuiriam para a compreensão dos temas e conceitos analisados.¹⁵

O conceito de crítica norteou o desenvolvimento desta pesquisa, tendo em vista que o filósofo Vieira Pinto (1909-1987) desenvolveu suas obras sob a ótica da crítica desde o ISEB. Ele estabeleceu vínculo com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, que tinha como uma das suas finalidades lançar as bases de um pensamento brasileiro autêntico e não alienado, visando fundar uma instituição de ensino voltada para pensar e estudar o país, da qual mais tarde assume a direção executiva, e fechada por ocasião do golpe militar de 1964, pelo AI-1.

O Instituto é importante porque tem como base um caráter nacionalista de pensar as questões mais relevantes para o país, a “descoberta do Brasil”¹⁶, e, conseqüentemente, desvelar seus problemas com vistas a delinear metas para um futuro, buscando a superação do subdesenvolvimento em prol de um desenvolvimento voltado para a realidade e necessidades internas que fossem próprias.

¹⁵ O *conceito de tecnologia*, obra de Vieira Pinto, *Lei nº 11.892/2008*, criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, *As concepções e diretrizes do Instituto Federal*. Complementando esse material, o Projeto Político Institucional – PPI do Instituto Federal do Paraná – IFPR. A questão da universidade, Sete lições de educação para adultos.

¹⁶ O sentido de realidade nacional, com projetos para a sociedade brasileira, identificando as necessidades a partir de sua própria conjuntura e diretrizes.

O subdesenvolvimento é um estado dos outros, das massas, dos trabalhadores do país sangrado de suas energias e recursos naturais, que o povo não pode aproveitar, porque foram previamente alienados ao invasor estrangeiro sem o consentimento do verdadeiro dono (PINTO, 2008, p. 241).

Os pensadores do ISEB tinham uma concepção de que as transformações de natureza social, política e econômica podem ocorrer pela conscientização, a “ideologia do desenvolvimento”, de forma “soberana” e solidária, como demonstra Vieira Pinto:

Não há na história padrões absolutos. Todo império é um ex-império em perspectiva, mas a consciência capaz de julgar em termos corretos um problema dessa espécie não pode ser ingênua, movida por um pensamento formalista, positivista ou behaviorista. Deve possuir o caráter crítico, iluminada pela compreensão dialética histórica (PINTO, 2008, p. 179).

Com o golpe militar, Vieira Pinto exilou-se inicialmente na Iugoslávia, e depois no Chile, atuando na América Latina como professor e pesquisador, retornando ao Brasil em 1968, a publicação de suas obras conta com uma relativa expressão, merecendo destaque *O Conceito de Tecnologia*, publicado postumamente em 2005.

O presente estudo da obra de Vieira Pinto tem âncoras metodológicas no método de análise de Gramsci, subentendendo que toda filosofia dispõe de uma dimensão política e de uma estrutura educativa e, neste sentido, segundo Gramsci, “não é possível construir as bases de uma nova ordem social e política sem criar, ao mesmo tempo, uma nova cultura, capaz de exprimir-se em valores universais fundantes de uma nova civilização. Neste contexto, política e educação se articulam”. (SCHLESENER, 2009, p. 61).

Dessa forma, a “dimensão política” Gramsciana, entendida como possibilidade da construção de uma nova experiência política e cultural para as classes populares capaz de transformar a realidade, se identifica ao pensamento de Vieira Pinto como alternativa de algo novo nascer de modo crítico e a reinterpretar a sociedade.

Para compreender do pensamento político de Vieira Pinto, é necessário ir além de seus escritos, é preciso perceber os cenários que compõem os objetos de análise, os conjuntos de fatores que possibilitam a construção de novas ideias, pois, a realidade precisa ser interpretada.

As circunstâncias expõem uma percepção que norteia o pensamento de Vieira Pinto com relação ao conceito de tecnologia, uma delas está relacionada à “era tecnológica”. Inicialmente, aborda o homem maravilhado pela tecnologia, ensimesmado diante de sua obra, lembra-o que esse deslumbramento pelas novas tecnologias tem a ver com a propaganda das nações que despontam em um cenário tecnológico mais confortável. Nesta análise da tecnologia, o autor aborda um dos caracteres ideológicos da tecnologia.

O conceito de “era tecnológica” encobre, ao lado de um sentido razoável e sério, outro, tipicamente ideológico, graças ao qual os interessados procuram embriagar a consciência das massas, fazendo-as crer que têm a felicidade de viver nos melhores tempos, jamais desfrutados pela humanidade. (PINTO, 2005a, p. 41).

Vieira Pinto, exhibe a ação ideológica da tecnologia, manuseada habilmente pelos dominadores, diz ele, “o dominador faz os periféricos acreditarem e aceitarem a tecnologia como único caminho, revestindo a técnica com caráter ideológico ostensivo, buscando manter vínculo de subordinação econômica e cultural.” (2005, p. 328). Esta atuação ideológica de dominação da tecnologia é explorada no terceiro capítulo desta tese.

Outra característica trabalhada foi o “endeusamento da tecnologia”, o autor aclara o poder ideológico que está presente no entendimento de “era tecnológica”, recomenda a necessidade do rompimento desses conceitos ideológicos para autonomia das nações e emancipação do homem, superando a consciência alienada. Para Vieira Pinto (1979, p. 52), “o homem alienado, não podendo ser produtor, limita-se a ser depredador”.

A pesquisa aborda também processos de superação do caráter ideológico da técnica, para isso, perpassa a consideração dos aspectos históricos e dos processos das forças produtivas da sociedade. “A concepção dialética, que interpreta a autêntica realidade do homem, [...] indica ser a sociedade o sujeito que domina a tecnologia, sempre em função da existente em cada momento.” (PINTO, 2005, p. 345).

A pesquisa trabalha em cima dessa concepção de homem em Álvaro Vieira Pinto, “um ser que produz a sua existência”; remonta aqui a um caráter que lhe é todo próprio, distinguindo-se dos demais seres por essa capacidade de se adaptar, transformar e produzir; “o conceito de “produção” adquire valor decisivo para a compreensão da essência do homem e de todas as suas atividades, inclusive a mais perfeita destas, a realização da ciência.” (PINTO, 1979, p. 48).

Para Álvaro Vieira Pinto, “A consciência crítica acolhe e promove a criação tecnológica, porque nela vê um bem que o homem faz a si mesmo, mas não comete o inadmissível deslize de convertê-la em ideologia.” (PINTO, 2005, p. 345). E reforça essa ideia, quando escreve sobre a evolução do conhecimento:

A ideia surge no processo de transformação da realidade, no curso do trabalho, é o modo como se concretiza a relação entre o pensamento que aos poucos se vai constituindo e o mundo que o engendra. Surge com o próprio surgimento do homem, é um aspecto do processo de hominização desse ramo diferenciado da animalidade. (PINTO, 1979, p. 47).

Posto isso, identificamos nas obras de Vieira Pinto, indicativos de possíveis contribuições para a crítica dos Projetos Políticos Institucionais - PPI's dos Institutos Federais, que trazem no seu bojo um projeto ideológico de desenvolvimento. Nessa relação, o pensamento de Vieira Pinto identificado na obra *O conceito de tecnologia* e o Instituto Federal em suas *Concepções e diretrizes* podem constituir um espaço comum de crítica a uma estrutura de desenvolvimento, estrutural, ideológica e burguesa, posta na sociedade.

Essas aproximações originam novas observações, entre elas, as realizações da tecnologia nos últimos anos, as quais vêm apresentando índices crescentes de “facilidades” para a vida em todas as dimensões. Como não são neutras, cabe saber a quem interessam e a quem favorecem? Por sua vez, o consumo passou a ser o alvo dos desejos das populações e novas soluções para os impeditivos à liberdade aparecem diariamente, inclusive em forma de políticas públicas.

A estrutura social de base tecnológica que se move para o consumo, e pela força das circunstâncias, dos “modelos” adotados ampliam-se os abismos entre a classe pobre e a minoria privilegiada. Segundo Vieira Pinto, “a suprema miopia sociológica consiste em supor a igualdade dos indivíduos [...]”. (PINTO, 2008, p. 157).

O projeto de desenvolvimento brasileiro e suas efetivas práticas escondem a luta de classe, a concentração do capital nas mãos da burguesia, com isso, evidencia o desencontro com o desenvolvimento humano. Esta condição de equidade social entre os povos, não é assegurada na relação econômica e políticas globais, ao contrário disso, o que se nota é uma relação de subalternidade.

Nada mais falacioso do que a esperança de melhorias para a classe trabalhadora pela substituição dos mecanismos que engendram a produção. Não se trata de saber se houve mudanças nas máquinas fabris, mas de verificar a ocorrência da substituição na classe social que as possui. Este é o único aspecto que interessa ao operário. A servidão em que vive não depende das relações que o ligam às máquinas e sim às que o prendem a outros homens, os seres humanos podem ser ocultados pela interposição de dois principais dispositivos de mediação. (PINTO, 2008, p. 157).

O argumento acima é mais uma fundamentação a justificativa deste estudo, porém ainda de forma incompleta. Cabe salientar que o estudo envolve o binômio *tecnologia e homem* e a expressão deste. Enquanto formação profissional, requer uma avaliação do programa educacional profissional de 2003 a 2014, posto que esta é uma das políticas públicas acentuadas, e atualmente passa pela sua consolidação, carecendo de revisão acerca de seu papel formador e emancipador que atenda a classe trabalhadora.¹⁷

O sentido de uma nova sociedade, aqui em questionamento, está ancorado no encontro com a educação profissional, antes de tudo crítica para que se consiga entender as ideologias, a monopolização e a homogeneização do conhecimento no percurso da vida dos estudantes.¹⁸

¹⁷ Este pensamento remete a contextos históricos anteriores, onde houve momentos em que se criticou o grupo de teóricos críticos que não apresentaram soluções para a sociedade científico-tecnológica, limitando-se apenas à crítica de seus procedimentos e produtos, afinal Marx escrevera que era preciso transformar a sociedade. Alguns dos membros do Instituto de Pesquisa Social, porém, redarguíram: — “Mas a sociedade não foi transformada, portanto, cabe-nos continuar pensando-a”. Em parte, é este o sentido que se vislumbra para este trabalho. Esta fundamentação está presente nas Teses sobre Feuerbach, onde se lê: “Os filósofos já interpretaram o mundo; trata-se, agora de transforma-lo”. O século XX tomou o sentido literal do texto, como um ativismo revolucionário, sem se perguntar o que significava interpretação, mundo e interpretação do pensamento de Marx. Houve, para a Teoria Crítica, a transformação da teoria em ideologia, isto é, sua conversão em estratégia política, simetricamente ao trabalho da reflexão. Este foi o motivo pelo qual, comentando Marx, Adorno observou “posto que a filosofia não conseguiu transformar o mundo, cabe continuar a interpretá-lo”. (MATOS, 1993, p. 22).

¹⁸ O autor deste trabalho, desde sua graduação em Filosofia, em 1986, vem observando que sua trajetória pessoal e profissional, com seus avanços e retrocessos, tem lhe proporcionado o questionamento permanente sobre sua intervenção como profissional da educação.

O processo de estruturação e configuração do IFPR leva a supor que o aprofundamento de conceitos sobre a concepção de tecnologia pode contribuir com questionamentos de interesses para uma educação tecnológica emancipadora, pensada por Vieira Pinto. A educação tecnológica necessária pressupõe o diálogo com outras dimensões do saber, da cultura, da técnica e da realidade local, nacional e global, visto que o homem “não é um sujeito singular”, mas é parte de um “processo histórico”, resultado de um conjunto de relações.

Enfim, o que se identifica é a crítica ao modelo de sociedade estruturada em princípios burgueses, moldados por uma racionalidade neoliberal que está presente nas diversas formas de relações humanas, desde as necessidades básicas. São paradigmas que imperam na sociedade mediada pela tecnologia e constituem um novo referencial histórico, onde as formas de subjetivação compreendidas pela cultura, economia, educação, e a noção de tempo e espaço, são controlados para a construção de novos sujeitos voltados para um padrão de produção e consumo globalizado. Uma racionalidade neoliberal relacionada ao imediatismo do sujeito.

Este estudo identifica o caráter ideológico do desenvolvimento na relação com a educação, efetivado como projeto de nação no período de 2003 a 2014. Tornou-se um princípio para o desenvolvimento, porém o modo conservador e desigual subsistiu à premissa de um desenvolvimento igualitário,¹⁹ de redução das injustiças e emancipação da classe trabalhadora, o que leva a deduzir que algo está posto de forma inconsistente, tendo em vista que a sociedade permanece a mesma.

Considerando a estrutura social esgarçada e ideologicamente construída pelo sistema capitalista a qual foi rapidamente mencionada em parágrafos anteriores, e de posse do conceito de tecnologia e demais contribuições de Vieira Pinto para a compreensão dialética da totalidade, pode-se produzir um estudo original, capaz de analisar as políticas públicas de educação tecnológica do governo de 2003 a 2014 e sua materialização na legislação e diretrizes que fundamentam e regulam a ação da educação profissional dos institutos federais.

Os capítulos aqui apresentados se articulam em dois momentos indissociáveis e abordam questões candentes da política educacional, que pretendem questionar a educação técnica profissional concretizada através dos

¹⁹ Pode soar como um idealismo, utópico achar que o desenvolvimento pode levar a um projeto societário com mais justiça e igualdade, entretanto são mudanças postas como metas.

Institutos Federais, com o objetivo de participar das discussões atuais estruturais da sociedade e acrescentar subsídios para novas considerações.

O primeiro momento corresponde ao entendimento das políticas públicas educacionais estabelecidas pelo governo no período de 2003 a 2014, efetivadas através das políticas públicas: os Institutos Federais de Educação, tomando as concepções e diretrizes deste, como estrutura de análise. O segundo momento apresenta as ideias de Vieira Pinto consubstanciadas na sua obra em *O conceito de tecnologia*, que servem de base à análise e discussão em torno das políticas públicas educacionais voltadas para o desenvolvimento.

Diante disso, a apresentação dos resultados desta tese está ordenada da seguinte forma:

O Capítulo 1 (Introdução) realça a necessidade deste trabalho, seus objetivos e a metodologia aplicada, bem como as expectativas em relação à composição das classes sociais no sistema capitalista.

O Capítulo 2 apresenta uma abordagem das políticas públicas de educação a partir de vários autores, observando as correlações de forças, as estruturas de poder que movem as ideologias do sistema capitalista, aprisionam e reduzem os espaços sociais, para uma alteração mais justa e significativa da sociedade. Ainda neste capítulo, estão contemplados alguns momentos da trajetória de vida de Vieira Pinto, acrescidos de comentários à sua obra, relacionados com o assunto deste estudo, destacando-se o desenvolvimento como matriz ideológica para a alteração dos limites sociais, políticos e econômicos, bem como a atuação desse autor no ISEB, pautada pelas discussões sobre o desenvolvimento, nos anos de 1955 a 1964, momento em que se produziram importantes reflexões políticas.

Para se pensar no desenvolvimento, sentiu-se a necessidade por abordar esta questão tendo por base as obras de Vieira Pinto, Almeida, Cardoso, fazendo um recorte das ideias desses autores produzidas em meados das décadas de mil novecentos e cinquenta e sessenta, trazendo para análise alguns conceitos desse momento, mesmo correndo o risco de apresentar o estudo como fragmentado ou atrelado a uma corrente ideológica, entretanto o que se quer é expor os aspectos que fundamentam a crítica sobre o conceito de desenvolvimento.

O capítulo 3 é dedicado a examinar o conceito de tecnologia e suas correlações de forças em relação ao modelo de desenvolvimento orientado. Nesse exame toma-se a tecnologia como ideologia da classe burguesa, que se utiliza dela

para assegurar sua posição exploratória sobre os trabalhadores e seus privilégios; também se contempla a tecnologia enquanto meio de transformação para proporcionar à classe trabalhadora melhores condições de vida nas relações sociais.

O conceito de desenvolvimento aqui abordado levará a identificar que nele se escondem os interesses do centro, dos países desenvolvidos e da burguesia em detrimento dos países periféricos, dos países subdesenvolvidos e da classe trabalhadora, estruturas necessárias para entender e questionar as propostas da educação profissional e da tecnologia.

O capítulo 4 aborda a educação profissional, num breve resgate histórico para se compreender a educação profissional desenvolvida nos Institutos Federais de Educação, como política pública no período de 2003 a 2014. Esse capítulo contempla ainda as evidências das aproximações e distanciamentos do conceito de tecnologia de Vieira Pinto com relação à Lei nº 11.892/2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e às concepções e diretrizes dos Institutos Federais. Nestes estudos compreende os Institutos Federais como uma forma de resistência ao sistema capitalista neoliberal, onde se efetivaram políticas educacionais de matriz tecnológica contraditórias à política hegemônica neoliberal de governos, das elites e do capital financeiro.

Esse último capítulo demonstra que a cada inserção de novas técnicas, o trabalhador tem que se adaptar a elas e reformular o seu cabedal de conhecimentos, delegando-se à educação a tarefa de muni-lo de categorias qualitativas e quantitativas para suprir a incompletude humana. As políticas neoliberais pautadas pelo lucro constante, sem princípio moral, descarregam o penoso fardo da atualização constante sobre o trabalhador, como condição para o pertencimento ao seleto grupo que ascende ao paraíso do sucesso econômico, expressando a ideologia do desenvolvimento.

Esse capítulo dialoga com as políticas educacionais de governo, mais precisamente as originárias de 2003 a 2014, no Governo Lula e mantidas no Governo Dilma, executadas pelos Institutos Federais de Educação, neste caso específico pelo Instituto Federal do Paraná, políticas e ações essas reformuladas e desenvolvidas em um cenário neoliberal.

Além disso, ter-se-á como preocupação refletir sobre o elemento crucial que determina a maioria das ações humanas e os grandes empreendimentos, isto é, o

lucro, como também olhar para as bases em que está estruturada a lógica do lucro farto e o lento movimento em prol de mudanças estruturais.

Na perspectiva de análise crítica, deve-se entender a dimensão de exploração do trabalho, as alterações de valor, as articulações mecânicas em tempo de precarização das relações do modo produtivo, acompanhadas do desmantelamento das leis trabalhistas sob o pragmatismo neoliberal.

No modo capitalista, essa precarização é uma estrutura que se instaura na sociedade e pode ser ainda pior. Partindo dessa afirmação pergunta-se: A quem servem os Institutos Federais?

Este estudo segue as orientações de Vieira Pinto, segundo ele, um estudo será completo quando contemplar a conjuntura social, política e econômico presente na sociedade.

Portanto, a base deste estudo está estruturada na composição da sociedade, compreendendo os elos sociais, políticos e econômicos estabelecidos entre si e ver neles a ascensão cultural da classe trabalhadora, ao participar e decidir sobre os rumos do país.

Conclusão a educação como um processo de emancipação, também identifiquei que as ideias de Vieira Pinto, continuem para avaliar a função dos Institutos Federais de Educação, para superar o monopólio e controle do conhecimento consideradas importantes para desencadear um processo de superação da educação tecnicista, reducionista voltada para o mercado de trabalho.

CAPÍTULO 2

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

Este capítulo tem por objetivo compreender as políticas públicas de educação profissional e tecnológica desenvolvidas no período de 2003 a 2014, em um novo cenário de reordenamento da Rede Federal, e dentro dela a organização da nova institucionalidade, que são os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, ou simplesmente os Institutos Federais.

Neste capítulo são consideradas as circunstâncias históricas que explicam as políticas públicas desenvolvidas no Brasil, percebendo no seu planejamento o interesse de forças externas que acompanham e influenciam as políticas, no que tange às suas finalidades e interesses. Grupos econômicos constituídos de poder adotam a prática do monitoramento constante das políticas públicas, para evitar sobressaltos e oscilações repentinas no volátil capital financeiro, mesmo em países de economia periférica²⁰.

Nesse sentido, a compreensão das circunstâncias históricas nacionais e internacionais são requisitos necessários para entender a educação profissional e tecnológica e entrever nas políticas dos governos democráticos instituídos entre meados das décadas de 1980 e 2010, uma concepção de Estado e de Governo. Segundo Ramos (2011, p. 14), a análise das conjunturas históricas específicas “fornecem elementos sobre sua concepção de Estado, e como a superestrutura política e jurídica emerge das relações de produção, expressão da dominação de classe, no capitalismo, a classe burguesa”. Dessa forma, pode-se perceber que as políticas de Governo são estruturas imbricadas em uma conjuntura de dimensão internacional a serviço do capital, que estabelece as prioridades segundo a lógica do lucro e do poder.

Além das políticas públicas educacionais desenvolvidas no período citado, será abordado o conceito de Estado, desde a década de 1950 a 1960, a educação entendida como processo, bem como a análise de desenvolvimento a partir de alguns teóricos do ISEB e CEPAL. Este capítulo tem ainda o propósito de identificar

²⁰ O termo periférica está sendo usado no sentido de países subdesenvolvidos, países que não fazem parte das grandes decisões. Também é usado por Álvaro Vieira Pinto para relacionar os países latinos, principalmente o Brasil, com outros países, no que diz respeito a um processo histórico mais longo, oficialmente considerado.

o arcabouço teórico de Álvaro Vieira Pinto, as ideias e condições que levaram a pensar em um projeto de desenvolvimento para o Brasil nas décadas de mil novecentos e cinquenta e sessenta. A realidade social, política e econômica do país em análise que será objeto deste estudo baseia-se na concepção de Vieira Pinto, retratando um país em condições de subalternidade e subserviência aos grupos econômicos de países desenvolvidos.

O Brasil ao estar inserido em uma estrutura de dependência e submissão externa, faz com que as políticas públicas educacionais também estejam concebidas, nessas mesmas condições. Dessa forma, será trabalhado o conceito de Estado²¹ e, em seguida, as políticas públicas²².

O Estado aparece como mediador das políticas públicas educacionais, numa realidade de antagonismo e desigualdade entre as classes sociais, dissipando-lhe a atuação do exercício de neutralidade²³. As ideias de neutralidade são, na maioria dos casos, tendenciosas convergindo para o continuísmo das estruturas. Um Estado “neutro” é um Estado que está próximo do pensamento neoliberal, segundo Boito Jr. (2007, p. 58), é uma “entidade moldada, pelas suas instituições e pelo pessoal que as ocupa, para servir aos interesses fundamentais dessa classe social”.

Segundo Ramos (2011, p. 14), a dinâmica do Estado, a partir da eficácia da sociedade capitalista fundamentada na luta de classes, é compreendida “como uma instituição com vínculo de classe, uma forma de organização que a burguesia necessariamente adota para fins internos e externos, para a garantia mútua de sua propriedade e interesses.” O Estado na sociedade capitalista passa a exercer funções, e uma delas vem a representar “o braço repressivo da burguesia”.

²¹ É uma breve exposição sobre o Estado brasileiro, a partir de Boito, Pansardi, Silva, tem o propósito de situar as políticas públicas no contexto nacional que, posteriormente será relacionado com o pensamento de Vieira Pinto, e demais conjunturas, com o objetivo de compreender o arcabouço teórico e metodológico desse autor.

²² Segundo as pesquisas de Souza, não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA). Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

²³ Na atual conjuntura, considerar a neutralidade do Estado, se isso fosse possível, seria elegê-lo a uma condição de *Estado ineficaz*, dado a composição da sociedade de classes, no sistema capitalista onde impera condições de desigualdade. A neutralidade incorpora uma questão ideológica, em favor da hegemônica classe dominante.

Gramsci, ao abordar a luta de classes, identifica que a dominação da classe trabalhadora pela burguesia também acontece pelo consentimento das massas. E, neste contexto, o Estado burguês passa a atuar no sentido de obtenção de consenso.

Convém mencionar que o Estado antes e depois de 1930, é um Estado da classe dominante. Boito Jr. utiliza-se do conceito desenvolvido por Nicos Poulantzas, para definir a estrutura da classe burguesa, como “bloco no poder”.²⁴ Este constitui variações de grupos que se instalam no poder, desde o sistema colonial e as oligarquias rurais, se estendendo a outras configurações econômicas posteriores, tais como, a industrial e serviços, até o sistema financeiro. Tudo isso representa frações de um “bloco” da burguesia no poder.²⁵

Esse formato de frações na sociedade, segundo Boito Jr., está no poder como um bloco, tendo algumas variações com relação à “fração” da classe que assume o poder, porém, mantendo as mesmas estruturas ideológicas. A tônica da política assegura o mesmo viés à burguesia, e, por sua vez, as políticas públicas promovidas pelo Estado estão dentro dessa lógica pensada pela “burguesia interna”²⁶, não divergindo de seu projeto hegemônico.²⁷

As políticas públicas, num primeiro momento, são entendidas como ações, vistas como um processo decisório governamental, envolvendo conflitos de interesses. As decisões do governo impactarão a vida do cidadão com o propósito da *redução das desigualdades*; num segundo sentido, as políticas públicas são

²⁴ “O emprego do conceito de bloco do poder exige, em primeiro lugar, que o pesquisador detecte as frações da classe dominante que agem como força social distinta em uma dada conjuntura, isto é, os interesses econômicos setoriais burgueses que ensejam, diante da política de Estado, a formação de grupos diferenciados que perseguem, no processo político, objetivos próprios.” (BOITO, 2007, p. 58-59).

²⁵ “Concluindo, podemos afirmar que o grande capital financeiro nacional e internacional é a fração burguesa hegemônica no modelo neoliberal porque todos os aspectos da política neoliberal – o desmonte do direito do trabalho e social, a privatização, a abertura comercial e a desregulamentação financeira – atendem integralmente aos interesses dessa fração da burguesia.” (BOITO, 2007, p. 63-64).

²⁶ “O conceito de burguesia interna indica a fração da burguesia que ocupa uma ‘posição intermediária’ entre a burguesia compradora, que é uma mera extensão dos interesses imperialistas no interior dos países coloniais e dependentes, e a burguesia nacional, que em alguns movimentos de libertação nacional do século XX chegou a assumir posições anti-imperialistas.” (BOITO, 2007, p. 60).

²⁷ Por exemplo, nos idos de 1954 a 1964, apareceram alguns debates sobre se deveria ou não caminhar-se por uma via de desenvolvimento autônomo. Armando Boito Jr. faz uma divisão: o período desenvolvimentista de 1930-1964 – fase nacional reformista; 1964-1985 – monopolista da ditadura militar. “Esses elementos fornecem-nos as pistas para detectarmos qual é a fração burguesa hegemônica ao longo do período neoliberal. Para tanto, devemos detectar qual fração burguesa é prioritariamente beneficiada pelas características do novo modelo.” (2007, p. 60).

compreendidas a partir da composição *administrativa*, o aparato burocrático, centrado mais no conjunto de medidas e estruturas de programas. Segundo Cunha (2006, p. 5), as regras como são conduzidas e a elaboração das políticas públicas influenciam nas decisões sobre as mesmas. E o planejamento das políticas públicas, assim como sua condição e condução, impactará os resultados, isto é, necessita estar voltado para o interesse e o bem-estar do cidadão.

Conforme os estudos de Cunha (2006, p. 7), as políticas públicas tratam das ações do governo, é a execução dos projetos governamentais ou não, desenvolvidos em favor da cidadania. De certa forma, as políticas públicas são também traduções dos programas de governo e plataformas eleitorais dos partidos políticos.

Nesse sentido, Ramos (2011, p. 11) vai entender que as políticas públicas são “meio de composição das relações de classe para a manutenção da hegemonia, assim como a ampliação de suas funções para o plano da economia”. São programas legalmente estruturados, elaborados para *atender ao cidadão*, implicitamente nelas está contida a ideia do poder do Estado, reunindo condições para alterar as circunstâncias sociais desprovidas de condições, e reconhecimento²⁸ de direitos iguais a todos os indivíduos.

Segundo os pesquisadores já mencionados no início deste capítulo, há um projeto hegemônico sob orientação do Estado nacional, voltado para os interesses da classe dominante economicamente. Isso não se reduz a um plano de governo ou diretriz política nacional explícita, mas a quem a estrutura de governo de fato serve. Segundo Pansardi, a burguesia tem uma capacidade de ofuscar o modo como seus interesses influenciam as políticas públicas. Nesse sentido, ela não fala em seu nome, mas em nome de toda a nação. Ela legitima seu projeto particular ocultando seus interesses particulares no discurso em nome de toda nação: “as classes dominantes não exercem a hegemonia apenas para si, mas para a ‘grandeza da nação’, assim como esta existe também para a grandeza de suas classes dominantes” (PANSARDI, 2014, p. 85).

Essa afirmação de Pansardi auxilia a demonstrar que nas políticas públicas repercutem os interesses econômicos da classe dominante, que, sutilmente, são

²⁸ A ideia de “reconhecimento” é ideológica, nele está presente a ideia de uma classe superior que é capaz e, inquestionavelmente, tem meios e recursos de estender a outra classe inferior melhores condições. Reconstrói a ideia de desigualdade e distanciamento. A superioridade da primazia de reconhecer o inferior.

apresentados como sendo de toda a sociedade. O discurso teórico dos economistas e burocratas que articulam e justificam as políticas públicas, de fato, é uma manifestação ideológica para tornar aceitável o projeto dominante em todos os setores da sociedade: social, político, econômico, cultural.

Pansardi faz um diagnóstico dos interesses da classe dominante, mostrando o modo como a sua ação repercute nas políticas públicas. Segundo esse autor, o projeto das classes dirigentes brasileiras não é nacional, tendo em vista que está voltado para o interesse estrangeiro. Trata-se de um projeto “dependente”. As classes internas dominantes “são sócios menores das classes dominantes internacionais” (PANSARDI, 2014, p. 85). Essa condição de subalternidade e *reverência* não é recente, a burguesia brasileira sempre foi parceira dessas classes nos diferentes momentos do capitalismo²⁹, é resultado do processo histórico brasileiro de passividade e consentimento em muitos momentos da história brasileira.

Segundo esse pensamento, no projeto hegemônico de poder da burguesia, as classes subalternas estão incluídas, no âmbito da lógica, de que “elas devem vir a reboque, devem ser aliadas, devem ser a base de sustentação desse projeto” (PANSARDI, 2014, p. 85). A classe trabalhadora é incorporada ao projeto hegemônico de modo subalterno, e o nacionalismo refere-se a uma ideologia que possibilita essa forma de inserção subalterna.

Essa perspectiva de análise aponta para a concepção de um nacionalismo mais conforme à classe dominante, em que o projeto de desenvolvimento do país precisa ser pensado pela burguesia para as classes populares, mas não um projeto “das” ou “com” as classes populares. Dessa forma, a classe dirigente mantém em suas mãos o poder, dando às políticas públicas as características que lhe interessam. Portanto, “a chave para um projeto de hegemonia interna e também externa está no sucesso de uma ação reformista, das estratégias de conciliação de classe”. (PANSARDI, 2014, p. 85). Reformismo e conciliação passam a ser as marcas das políticas públicas nacionais, que visam ofuscar os reais beneficiados dos programas que sempre estiveram presentes nas políticas públicas educacionais no Brasil.

²⁹ Os diferentes momentos do capitalismo, entendidos como: a colonização como uma expressão do capitalismo, quando dependente da Europa; o capitalismo imperialista quando dependente do modelo dos Estados Unidos; o comercial, o industrial, as grandes corporações, e, por fim, o capitalismo financeiro.

Assim sendo, esses pressupostos remetem para a existência do planejamento das políticas públicas pela classe dominante, para a manutenção da hegemonia de um sistema de classes dominante, que está implícito dentro das políticas públicas educacionais, prorrogando a manutenção das estruturas de desigualdade e sua permanência no poder. Em razão dessa lógica, o trabalho e as relações de produção tornam-se um meio para alcançar os fins propostos pela burguesia: a manutenção de sua condição hegemônica.

A partir do quadro exposto, compreende-se que a estrutura nacional está imbricada nas políticas públicas educacionais, carecendo estar atento para perceber até onde as instituições de ensino são usadas como instrumentos do sistema capitalista, onde a educação profissional se torna “mero fragmento de treinamento em benefício exclusivamente do mercado e dos interesses isolados dos segmentos produtivos”. (BRASIL, 2004, p. 13). Na verdade, a formação necessária do trabalhador à extração da mais valia.

Mesmo reportando-se exclusivamente às políticas públicas educacionais no Brasil, quando se analisa a composição política da arquitetura de poder, nota-se que estão relacionadas com estruturas externas; há uma hierarquia de poder, e, segundo Boito (2007, p.71), existe uma divisão que compreende praticamente duas posições: “o capital financeiro internacional e os grandes bancos nacionais” que se encontram no topo da pirâmide, e, de outro lado, uma base composta pelo capital nacional, uma produção interna voltada para as demandas internas”³⁰..

Resumindo, as políticas públicas educacionais carregam interesses ideológicos de classe, em sua matriz. Na articulação pelas políticas públicas encontram-se interesses opostos e contraditórios entre si: o interesse da burguesia e

³⁰ Segundo Boito Jr., este é um quadro típico: “O primeiro setor indicado concentra todas as vantagens cumulativas frente à política econômica e é um setor que age como fração distinta de classe; o segundo carrega todas as desvantagens cumulativas frente à política econômica e não chegou a constituir-se em fração autônoma da classe burguesa.” São observadas outras composições na sociedade, enquanto classe burguesa que disputa o poder, [...] “a grande burguesia industrial e o agronegócio, principalmente as grandes empresas voltadas para a exportação, ocupariam uma posição intermediária entre aquelas duas posições extremas.” No entendimento de Boito Jr., nessa composição do poder existem três posições: “a fração hegemônica, cujos interesses têm sido priorizados pela política econômica tanto na década de 1990 quanto na década de 2000; a fração intermediária, que iniciou uma trajetória política ascendente sob o governo Lula e cuja conversão em fração hegemônica é uma possibilidade real.” Boito Jr., ao longo do texto constrói um raciocínio de que “a ‘globalização’ não absorveu a totalidade da burguesia brasileira. E, por último, a fração marginalizada pela política de Estado, as pequenas e médias empresas do setor produtivo voltadas para o mercado interno de bens populares, cujos interesses sempre são ignorados, quando colidem com os interesses do grande capital, seja ele financeiro ou produtivo, seja voltado para a exportação ou para o mercado interno.” (BOITO, 2007, p. 71).

o da classe trabalhadora. É perceptível a existência da luta de classes, a burguesia teme perder seus privilégios para a classe trabalhadora, em virtude disso, qualquer ação é monitorada pela burguesia. As políticas públicas carregam em si um revisionismo de parâmetro ideológico, as reivindicações de igualdade soam como tons de ameaças e disputa. As políticas públicas educacionais incorporam a característica reformista: mudar e alterar para a estrutura de poder permanecer a mesma, ofuscando os reais beneficiados com as políticas e os recursos públicos.

Essa concepção estrutural das políticas públicas educacionais e da ação do Estado é fundamental para, em seguida, uma leitura das políticas públicas educacionais desenvolvidas no Governo Lula, dialogando com Vieira Pinto.

As circunstâncias do desenvolvimento das políticas públicas educacionais estão ancoradas em uma mesma arquitetura de poder, esta é uma das razões que possibilita essa aproximação para o entendimento das políticas públicas do momento atual.

2.1 As políticas públicas de 1990 a 2014

As políticas neoliberais constituem-se em resposta à crise de acumulação do capital, está alicerçado na mesma o poder presente na relação entre Estado e política, é uma prática do capitalismo ancorado em instituições como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura e outras instituições com o intuito inicial de manter uma linha econômica aberta entre as nações.

A narrativa³¹ neoliberal se apresenta como uma situação salvacionista, defendendo a supremacia do mercado como solução para todos os problemas sociais, políticos e econômicos. Para o capital, os problemas são provenientes da má gestão do Estado,³² razão para um Estado mínimo e financiador das ações

³¹ O sentido de “narrativa” quando empregado para entender o sistema neoliberal, subentende uma prática cruel, aos trabalhadores.

³² Segundo Moraes (2002, p. 14), uma das características das narrativas neoliberais é a difusão de ideias, imagens e valores, ocasionando um pensamento único ou hegemônico, “a ideologia neoliberal teve como uma de suas armas mais efetivas precisamente a capacidade de gerar e difundir narrativas que prometiam explicar o mundo em crise dos anos 1970”, e que seriam: primeiro, “a falência do regime monetário acordado na famosa Conferência de Bretton Woods (1944)”; segundo, “o esgotamento dos modelos de acumulação de capital do pós-guerra e das instituições políticas que lhe eram afins (em especial a democracia de massa)”; terceiro, “a inviabilidade das políticas nacionais

privadas, o Estado como síndico do sistema. Segundo Moraes (2002, p. 14), as narrativas neoliberais “conseguiram oferecer explicações palatáveis para a crise e alternativas plausíveis para a superação”³³, esta é uma das razões pelas quais, ao longo de duas décadas,³⁴ as reformas neoliberais ganharam adeptos.

Nos anos oitenta há um triunfo da ideologia neoliberal, dentro e fora do continente europeu. No início, aderiram governos que estavam sintonizados com as práticas neoliberais, e que por sua vez, defendiam as mesmas em seus países, posteriormente não houve distinção de ideologia política. No Brasil, o neoliberalismo chega na década de 1990, quando as práticas políticas se orientam para esse ideário. Ideologicamente aparece como sendo impossível a existência de outra forma de governo para enfrentar a dinâmica do mercado.

Uma das razões para a rápida aceitação do sistema residiu no fato de suas medidas terem sido eficazes³⁵ para aquilo que se propunha no momento de crise pós-Segunda Guerra Mundial. Segundo Anderson, a razão dos resultados positivos estaria na derrota do movimento sindical e na contenção de salários. Segundo os critérios do sistema, o neoliberalismo obteve êxito em todos os itens, “Mas, no final das contas, todas estas medidas haviam sido concebidas como meios para alcançar um fim histórico, ou seja, a reanimação do capitalismo avançado mundial,

voltadas para: promover o desenvolvimento econômico, controlar os ciclos de crescimento e recessão; gerir eficientemente as relações interclasses (as políticas de renda e de bem-estar social, em particular).”

³³ A crise referenciada é a do pós-Segunda Guerra Mundial.

³⁴ “Os anos 1970, quando a maioria dos governos da Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento (OCDE) tratava de aplicar remédios keynesianos às crises econômicas. Mas, ao final da década, em 1979, surgiu a oportunidade. Na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado, publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos. Em 1982, Kohl derrotou o regime social-liberal de Helmut Schmidt, na Alemanha. Em 1983, a Dinamarca, Estado modelo do bem-estar escandinavo, caiu sob o controle de uma coalizão clara de direita, o governo de Schluter. Em seguida, quase todos os países do norte da Europa Ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também viraram à direita. A partir daí, a onda de direitização desses anos tinha um fundo político para além da crise econômica do período.” (ANDERSON, 1995, p. 3).

³⁵ “A prioridade mais imediata do neoliberalismo era deter a grande inflação dos anos 1970. Nesse aspecto, seu êxito foi inegável. No conjunto dos países da OCDE, a taxa de inflação caiu de 8,8% para 5,2%, entre os anos 1970 e 1980, e a tendência de queda continuou nos anos 1990. A deflação, por sua vez, deveria ser a condição para a recuperação dos lucros. Também nesse sentido, o neoliberalismo obteve êxitos reais. Se, nos anos 1970, a taxa de lucro das indústrias nos países da OCDE caiu cerca de 4,2%, nos anos 1980 aumentou 4,7%. Essa recuperação foi ainda mais impressionante na Europa Ocidental como um todo, de 5,4 pontos negativos para 5,3 pontos positivos.” (ANDERSON, 1995, p. 6).

restaurando taxas altas de crescimento estáveis.” (ANDERSON, 1995, p. 06). O êxito está, assim, pautado pela lógica da lucratividade do capital.³⁶

O capital trabalha com uma nova lógica, neste século XXI, onde se institui um sistema especulativo regulado pela desregulamentação financeira, não mais pautado pela estrutura física industrial. Neste³⁷ sentido, para Anderson (1995, p. 7), a década de mil novecentos e oitenta foi marcada por uma acentuada explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações puramente monetárias acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias reais, e o sistema financeiro, constituído por operações “parasitárias” dominantes, marcou o fracasso do sistema neoliberal.³⁸

Nessa pauta de operações mundiais, o aparecimento de crises econômicas passa a ser natural e corriqueiro, e o sistema capitalista sobrevive às oscilações e, ironicamente, o “remédio” que prescreve para a recessão é o modelo neoliberal, que mantém uma vitalidade inesgotável e inquestionável ante os problemas. O cenário político mundial é pautado pelos ideários neoliberais, e para os Estados e cidadãos essa atuação econômica é estéril e desastrosa, pois tudo é avaliado a partir da lógica econômica onde o poder financeiro imprime um parâmetro para todas as atividades.

Quando as economias entram em colapso, decorrente das próprias medidas postas em prática, os ideólogos do sistema, para sanar as economias, adotam a lógica gerencial,³⁹ decompondo os métodos governamentais históricos. Em substituição, se institui uma política de “Estado mínimo”⁴⁰, com a menor intervenção

³⁶ Segundo Perry Anderson, o neoliberalismo ao obter o êxito previsto nos objetivos do retorno das taxas de crescimento, deflação, redução do desemprego, equiparação salarial, lucratividade, cria um paradoxo, apesar de todas as condições em favor do capital, ou seja, há uma inversão na ordem produtiva: a recuperação de lucros não foi a razão para o aumento da produtividade, os resultados ficam no plano especulativo, e o mercado cada vez mais restrito, acirra-se pela competição.

³⁷ Usada como “nova”, mas na verdade há um conservadorismo do capital, são “reformulações” para atender o mercado, mantendo em sua base o aumento de lucro à classe burguesa.

³⁸ Fracasso, enquanto sistema de recuperação econômica de um país em prol do desenvolvimento humano, pautado pela justiça e igualdade das pessoas. Sob o prisma do mercado, o neoliberalismo segue de maneira revigorada e eficiente, apresentando-se como solução para todos os problemas mundiais.

³⁹ Segundo Silva, “O gerencialismo tornou-se uma ideologia no sentido em que o saber gerencial extrapolou seu espaço e foi sendo imposto como solução para tudo, como medida para comparar e julgar outros âmbitos das práticas sociais. [...] Trata-se de uma ideologia associada a um discurso do fim das ideologias e da supremacia do conhecimento estratégico como suporte para a ação voltada para resultados e para a competitividade.” (2010, p. 98).

⁴⁰ A lógica do mercado se orienta para: “A deflação, a desmontagem de serviços públicos, as privatizações de empresas, o crescimento de capital corrupto e a polarização social que seguem, um pouco menos rapidamente, porém com o mesmo rumo.” (ANDERSON, 1995, p. 9).

possível do Estado na economia, deixando o capital à solta se autorregulando. “A intervenção da autoridade pública sobre as iniciativas privadas é vista, primordialmente, como intrusão indevida, no máximo tolerada.” (MORAES, 2002, p. 15).

Nesse processo, identifica-se a abordagem da política na sua formação essencial e técnica que aparece deslocada da política e dos interesses econômicos, em que a técnica é entendida como mero instrumental.⁴¹

Como diz Anderson, esse movimento é ímpar, diferente de tudo que se produziu antes, não existem alternativas para os seus princípios neoliberais, tudo converge para suas normas, “é um movimento ideológico, em escala mundial, jamais produzido pelo capitalismo no passado.” Não tem nada de liberdade e eclético, ao contrário, o neoliberalismo “trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional” (ANDERSON, 1995, p. 12).

Decorrente dos princípios do capital, as reformas neoliberais não visam alterar procedimentos de gestão, acertar balanços para que o país se desenvolva e adquira internamente uma capacidade de igualdade entre os povos nem atingir um estágio de desenvolvimento diferente perante as demais nações. Nas suas ações “trata-se de mudar a agenda do país, de modificar drasticamente os temas e valores compartilhados, de modo que as eventuais alternativas se enquadrem no terreno pejorativo do impensável.” (MORAES, 2002, p. 20). As propostas neoliberais seguem uma lógica voltada para o mercado, onde os espaços das decisões políticas são alterados e restringidos por uma narrativa ideológica hegemônica.

⁴¹ A técnica carrega características de possibilidades, e a desvinculação da técnica de seu processo histórico vai se caracterizar como um objeto de especulação. Entretanto, a máquina nada mais é que um estado imerso nas condições sociais de produção, isto é, na materialização da historicidade.

A destruição da classe trabalhadora está no fato de os grupos dominantes aproveitarem os instrumentos de produção para anular os valores da maioria dos homens. “Quando se dá o caso de um pequeno grupo enfeixar nas mãos o direito de ditar esses interesses, contrapondo-os aos da maioria, a técnica passa a ser, ainda aqui, um meio de produção, porém em tal caso o fluxo de bens dela emanados reveste-se do significado de produção de riqueza, ânsia de segurança e domínio dos setores minoritários ameaçados. Com efeito, nessa situação, constante ao longo da história das comunidades cindidas, mas levadas ao máximo de ferocidade em nossos dias, os bens gerados pela produção fabril, nas sociedades capitalistas hegemônicas modernas, manifestam com maior evidência seu outro aspecto, sempre existente porquanto surgem num sistema de relações de dominação, o de representarem a produção das forças de segurança e conservação dos grupos possuidores”. (PINTO, 2005, v. 1, p. 171-172).

Em qualquer época ou sociedade, a máquina destina-se a produzir os artefatos para que foi programada, cada uma desempenha a função que lhe foi atribuída, sem ter condições para fazer qualquer tipo de alteração por si mesma, dado que está condicionada à inteligência do construtor.

A difusão das ideias liberais conta com o apoio do Banco Mundial, patrocinador das instituições internacionais de ideologias semelhantes, teve uma atuação fundamental no desenvolvimento do pensamento hegemônico a partir dos anos setenta. Em decorrência de suas políticas, os bancos têm “o foco de atuação nas políticas econômicas de ajuste estrutural”, e a partir dos anos oitenta “suas ações se voltam para temas mais especificamente políticos ligados à reforma do Estado da legitimidade dos governos”. (PANSARDI, 2010, p. 88).

Com efeito, nas atuações do Banco Mundial não há uma neutralidade das políticas neoliberais, os ajustes econômicos sempre tiveram e têm uma finalidade, são regras do mercado para uma maior rentabilidade e conservação hegemônica. “O Banco Mundial⁴², particularmente na educação, tem o propósito de construir um amplo consenso, contribuindo para adequar a democracia às demandas de estabilidade política subjacentes ao modelo de desenvolvimento capitalista liberal”. (BORGES, 2003, p. 126).⁴³

Com relação à educação, as políticas adotadas pelo Banco Mundial não resolvem os problemas de desigualdade, ao contrário, aumentam a segregação social entre indivíduos, por exemplo, as escolas estruturalmente mais bem equipadas selecionam os melhores alunos, que possuem também as melhores condições econômicas. Esta prática quantitativa não ameniza, e tão pouco desfaz, o distanciamento entre as classes. De acordo com Borges (2003, p. 32), o Banco Mundial tem adotado uma “visão puramente economicista e instrumental do processo educativo”, com foco nos dados estatísticos, tais como, *entradas e saídas*, não considerando o contexto do processo educativo, entre esses, a realidade do professor e do aluno.

As políticas do Banco Mundial, convergem para uma objetividade de “crescimento econômico e redução da pobreza”, estas ações estão fundamentadas

⁴² É importante observar que a atuação do Banco Mundial é extensa e complexa, transita por diversos níveis e áreas, o que está sendo analisado, aqui, é um fragmento de sua atuação que proporciona uma crítica a algumas de suas posições no plano das políticas educacionais que dizem respeito ao Brasil.

⁴³ Nesse contexto, o processo de reforma educacional tem recebido a atenção prioritária do Banco Mundial. Enquanto nos decênios 1970-1979 e 1980-1989, as aprovações de empréstimo à educação somaram, em média, 4,5% do total, no período de 1990 a 1998, essa média quase dobrou, passando a 8,5% do total. Além desse aumento significativo no total de empréstimos educacionais, também tem havido mudanças na composição dos empréstimos dentro do setor educacional. (BORGES, 2003, p. 130).

em “objetivos de eficiência econômica e competitividade”.⁴⁴ São objetivos que garantem as finalidades do Banco.

Segundo Silva (2012, p. 262), “eficiência e eficácia” são termos que passam a ser critérios de controle, nesse procedimento “acentuou-se a incorporação da racionalidade do mercado e para a reforma da gestão pública.” As políticas públicas são impactadas pelo conservadorismo e critérios de organismos internacionais. Na viabilização das políticas públicas são deixados de lado os critérios de reconhecimento da igualdade, condições sociais dignas, políticas que estão em sintonia com a vontade coletiva, para centrar na lógica do sistema neoliberal.

Borges (2003, p. 132 - 133), observa que o interesse do Banco Mundial em desenvolver a estabilidade econômica nos países do terceiro mundo não é surpreendente. As políticas sempre estiveram voltadas para promover o desenvolvimento capitalista, contendo os movimentos, as mobilizações sociais. Demagogicamente, há uma ampla agenda do Banco Mundial para os serviços sociais, naturalmente, para favorecer o desempenho ideológico da educação legitimando as teorias liberais.⁴⁵

O papel da educação dentro do marco legal para a ‘boa governança’ é fundamental, pois a ideologia de igualdade e oportunidade, que constitui o cerne da teoria do capital humano e, analogicamente, da ‘sociologia da educação’ do Banco Mundial, contribui para legitimar o Estado liberal como uma instituição neutra, empenhada em garantir o cumprimento de regras ‘justas.’ (BORGES, 2003, p. 133).

As propostas advogadas pelo Banco Mundial estão fundamentadas em um desenvolvimento “apolítico”, como se isso fosse possível, é uma retórica vazia, no

⁴⁴ Como analisa Borges, o investimento em educação seria uma “ferramenta poderosa para a melhoria da renda das camadas mais pobres”, “uma forma de incrementar a competitividade”, uma população educada terá maior probabilidade de reunir condições para discutir as necessidades, problemas e soluções, interesse e envolvimento na condução da política e, deste modo, o aumento da coesão social e a contribuição para a estabilidade política, porquanto o Banco Mundial ainda acredita que com as medidas educacionais, se evitaria protestos e descontentamento social. O investimento em educação, e em outros serviços sociais, conseguiria ter o apoio da população para as reformas econômicas, a liberação do comércio na maioria dos setores, e privatizações em prol de uma estabilidade econômica e política. (2003, p. 132 -135).

⁴⁵ “O Banco Mundial sugere que os governos devem ‘trancar’ as boas políticas responsáveis – especialmente políticas monetárias e fiscais – de modo a evitar que mudanças subseqüentes afetem a credibilidade delas. Dar autonomia ao Banco Central e desenhar instituições orçamentárias hierárquicas são, entre outros, mecanismos sugeridos para o ‘trancamento’ de políticas públicas. O objetivo é evitar submeter a administração macroeconômica aos mares turbulentos da democracia pluralista, buscando apoio, diversamente, na autoridade e na legitimidade dos economistas e da ciência econômica.” (BORGES, 2003, p.134).

seu interior trazerem uma inclinação ao modelo capitalista, norteadas pelas economias dos países industrializados. Segundo Borges, a estabilidade política defendida para os países do terceiro mundo servirá para promover o “casamento das finanças e da ordem com uma boa governança” (2003, p. 134), isso significa que as propostas de estabilidade econômica para os países *subdesenvolvidos* são para atender a interesses externos, dos países *desenvolvidos*.⁴⁶

Esses apontamentos demonstram que as ideologias neoliberal contou com significativo apoio de organismos internacionais para a difusão de políticas de gestão do Estado e da economia dos países⁴⁷, e o Banco Mundial passa, dessa forma, a desenvolver e viabilizar as reformas dos Estados, como um agente a serviço dos grandes grupos econômicos, tornando-se esses Estados, nos seus países, em repetidores desse pensamento.

Conclui-se que as reformas neoliberais são planejadas à países do terceiro mundo, que tinham e tem condições de dar retorno de lucratividade ao capital. São grupos parasitários globalizados, e o Brasil entra nessa ciranda de dependência financeira, da entrega da frágil autonomia da gestão de seus recursos, com o consentimento e cooptação de grupos internos. O Estado e a burguesia passam a ser a personificação do sistema capitalista neoliberal.

2.2 O neoliberalismo nos governos dos anos de 1990 a 2014.

O momento de maior eficácia das políticas neoliberais no Brasil foi nos anos de noventa, no Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), foram iniciadas no Governo do Presidente Fernando Collor de Melo (15/03/1990 – 29/12/1992). A execução das políticas neoliberais encontrou receptividade e defesa nacional por parte de empresários e meios de comunicação, sempre comprometidos com sua classe financeira. Todavia, há que analisar que sua ação de imediato foi a de reduzir a função papel do Estado a simples executor de políticas para atender aos interesses econômicos e a um Estado mínimo, bem como a de ampliar a iniciativa privada de forma a garantir a maximização dos lucros, ou seja, “o Estado que se

⁴⁶ O que orienta a economia dos países são as finanças, embora não seja de países, mas de grupos econômicos que se valem do Estado para assegurar ainda mais seus ganhos e hegemonia.

⁴⁷ Segundo os escritos de Borges, primeiramente, foram nos países que se encontravam em dificuldades econômicas, nos quais o sistema neoliberal se apresenta como medida salvacionista, e, posteriormente, nos demais países, como estratégias de uma política hegemônica.

reduz cada vez mais à condição de guardião e agente do mercado” (SILVA, 2010, p. 94).

Para o pleno exercício das práticas neoliberais, uma série de transformações aconteceram no Brasil a partir da década de mil novecentos e noventa, reformas que atendem ao interesse do grande capital em detrimento dos interesses nacionais, dilapidando com isso o patrimônio público do povo brasileiro.

Para a maximização da lucratividade, o sistema neoliberal desenvolveu formas de enfrentar desafios, entre elas, a educação profissional que se tornou uma das alternativas para assegurar a condição de domínio capitalista.

O momento de adaptação ao modelo neoliberal exige uma educação profissional voltada para o mercado, cultivando seus ritmos e modelos. O *venerado* mercado necessita de um exército de trabalhadores qualificados em prontidão, assim como de uma reserva substancial de trabalhadores. O sistema educacional gerido pelo Estado, uma vez incorporado à teoria neoliberal, trabalha com o encurtamento do tempo destinado à formação profissional para criar “competências”, “habilidades” e “flexibilidade”, são essas as formas de adaptação aos *novos tempos*.

Silva realça a dimensão ideológica da nova lógica do mercado, onde se via compatibilidade entre o “ser competitivo” e a “solidariedade e responsabilidade social”. Para isso, a educação pública nesse momento da década de mil novecentos e noventa tem a função de preparar indivíduos para o enfrentamento de novas situações, desenvolvidas pelo mercado. (SILVA, 2012, p. 31).

Segundo Silva, FHC teve o objetivo de reestruturar o Estado e reformar o setor público, “um poder público a serviço do mercado mundial”. (2012, p. 34). A atuação reduzida do Estado, posiciona-o na condição de mediador dos interesses da classe dominante, classe que, hegemonicamente, sempre teve um papel significativo no campo político e econômico. Segundo Silva, o “governo passou a submeter-se cada vez mais às agências internacionais de financiamento, avaliação e monitoramento” (2012, p. 34 -35).

Essa subserviência é característica do sistema neoliberal de desconstrução de qualquer projeto de interesse nacional, o comprometimento do governo se faz representar no capitalismo transnacional, em que o Estado passa a ser um instrumento das classes dominantes internas subservientes ao capital globalizado. Portanto, como diz Silva, as reformas de FHC vieram num sentido de: “reafirmação

do padrão ‘civilizatório’ do mundo dos negócios, do *ethos* das relações de mercado globalizado”. (2013, p. 35).

O sistema globalizado das estruturas capitalista faz com que países do terceiro mundo atuem como administradores das grandes corporações internacionais, de costas voltadas para sua nação, distantes de projetos que viabilizem condições de justiça e igualdade social. O governo de FHC representou o máximo do comprometimento com o processo de desobstrução da ação livre do mercado, em áreas estratégicas e altamente lucrativas, até então controladas pelo Estado.

Para atingir esses objetivos, promoveram-se as privatizações das empresas estatais, a abertura da economia, a desregulamentação e a transferência de poderes, e foram adotadas todas as ações possíveis para reduzir a intervenção do Estado na economia. Utilizam-se chavões de que a economia necessita ser regulamentada pelo próprio mercado, no entanto, quando ocorrem as crises, naturais dentro do capitalismo, o “Estado” é que precisa socorrer.

Com relação à educação, as reformas neoliberais norteiam a necessidade de uma readequação da educação⁴⁸, voltada a um novo modelo de gestão, organização, currículo, avaliação, financiamento, alinhada com as tendências mundiais e conforme metas do Banco Mundial.⁴⁹ As políticas públicas, em sua maioria, são provenientes de metas traçadas por organismos internacionais.

Segundo Oliveira, a descentralização do ensino foi o grande marco da reforma, e, para que isso acontecesse, um conjunto de medidas foi efetivado, entre elas o Decreto n. 2.208/97, que trata da reforma do ensino médio, articulado à empregabilidade. A educação continua a responder aos anseios do capital, incorporando os modelos de gestão do mercado, para que o “produto”, o “aluno”, responda mais depressa e eficientemente, e em sintonia com a ideologia do

⁴⁸ Algumas medidas, por exemplo, a “priorização do ensino fundamental na política de financiamento, via a instituição do FUNDEF, pela Emenda Constitucional n. 14/06 e Lei n. 9424/96. A criação de tal Fundo, bem como outras políticas de importância capital na distribuição das competências e responsabilidades entre os entes federados em matéria educacional, só foi possível mediante a Emenda Constitucional n. 14, de 12 de setembro de 1996.” (OLIVEIRA, 2009, p. 199). Tais medidas deslocam o plano de ação do governo do caráter universal da educação para planos específicos.

⁴⁹ Os aspectos da reforma educacional estavam alicerçados em uma nova ortodoxia, segundo Oliveira (2009, p. 200), esboçada em cinco princípios: 1º. “A melhoria da economia nacional [...]”; 2º. Melhoria do desempenho dos estudantes [...]; 3º. Obtenção de um controle mais direto [...]; 4º. Redução dos custos da educação [...]; e 5º. O aumento da participação da comunidade [...]” A justificativa de tais medidas estava ancorada na necessidade da modernização do país, na qual estava implícita uma flexibilização e descentralização do ensino.

empregador. O Estado através da descentralização, gradativamente, se exime da responsabilidade pela educação, atribuindo-a aos gestores locais. (2009, p. 201).

Assim, para Oliveira (2009, p. 202), a fragmentação da gestão é uma forma de o Estado distanciar-se dos projetos políticos sociais, permanecendo no imediatismo; essa ação contribui para a perda do sentido da educação como um bem público universal. Esse modelo desregulamenta e estabelece autonomia no ato da administração da educação e, ao mesmo tempo, implanta o controle através de objetivos e metas estabelecidos pelos envolvidos.

O governo de FHC⁵⁰ foi o marco da execução das políticas neoliberais defendidas pelo capital externo e, de maneira efêmera, pelo capital interno, devido à fragilidade política e econômica para competir, o que deixava a desejar. Segundo a lógica da competitividade, muito se tinha para ampliar e modernizar, para isso, “obedeceu aos imperativos conservadores (neoliberais) buscando ajustar a gestão aos contratos nos moldes do mercado”. (SILVA, 2010, p. 112). Logo, a subserviência ao capital internacional foi o grande referencial do governo de Fernando Henrique Cardoso. Contudo, a questão central está na fração da burguesia e de seus interesses que ora podem estar aliados com setores internacionais ou não.

Essa política foi planejada para atender aos interesses das forças externas, entre elas, as delineadas pelo Banco Mundial⁵¹ tinham um argumento ideológico central de que o Estado e as economias do “terceiro mundo” não se desenvolviam automaticamente, antes necessitavam da ação dos países do “primeiro mundo”, isto é, precisavam de modelos.

Por sua vez, as diretrizes educacionais também são pensadas segundo esses princípios e seguem as ideias da globalização da educação, “partilham a ênfase no papel de fatores supranacionais na configuração das políticas de educação nacional”. Isto é, preconizam uma “cultura educacional mundial comum”.⁵²(AFONSO, 2002, p. 41).

⁵⁰ O governo de 1995-2002, é profundamente marcado pelas reformas do Estado Brasileiro, baseadas na “racionalização e modernização” da estrutura econômica no modelo neoliberal, as quais trouxeram consideráveis consequências para a educação no Brasil. Muitas dessas reformas vieram na contramão dos movimentos sociais. (OLIVEIRA, 2009, p. 199).

⁵¹ “Os ideólogos da era FHC advogam uma racionalidade estratégica marcada pela abordagem instrumental do outro e de sua redução a mero meio; e, por outro lado, defendiam a necessidade de tolerância, propondo a ruptura como radicalismo fundamental que recusava a ‘aceitar o outro’, a negociar.” (SILVA, 2010, p. 112).

⁵² “Para a perspectiva da ‘agenda globalmente estruturada para a educação’ o que está em causa é a manutenção e reprodução do sistema econômico capitalista e a posição hegemônica que nele detêm os Estados mais poderosos” (AFONSO, 2002, p. 41).

Nessa lógica, o cenário educacional tem uma atuação preponderante na reprodução de ideias e formação de mão de obra demandada pelo mercado⁵³, de cidadãos competentes e com habilidades técnicas requeridas frente à modernização. Segundo Silva (2010, p. 106), “Essa racionalidade não se restringiu à proposta de formação de um novo funcionalismo, ela passou a ser divulgada como base para a formação moral de toda a sociedade brasileira”. A educação, mesmo sendo considerada uma prerrogativa importante de reestruturação social, política e econômica do país, não fica nas mãos do Estado, pelo contrário, o “Estado Nacional Democrático” é engessado pelas políticas neoliberais.

Segundo Silva, juntamente com as ideias do Estado mínimo no cenário econômico e político, no plano educacional, se desenvolveu um Estado liberal “não formador, não educador”, dado que não cabia mais a ele estabelecer os princípios e diretrizes de ação do cidadão, e as concepções do que deveria ser ensinado. “O que estava em jogo era o combate a um Estado formador.”⁵⁴ (2010, p. 108).

O ideário de formação era neoliberal, estava sintonizado com o mercado, supunha uma conexão entre cidadania, competitividade e escola, com a finalidade de produzir pessoas ajustadas para o mercado.⁵⁵

Segundo Silva, as políticas educacionais no governo FHC constituíram uma retórica demagógica de desigualdade social, econômica, educacional, cultural no país, onde foram priorizadas políticas e estruturas que estavam em sintonia com o mercado mundial, tendo o cuidado de não criar resistência, e sim uma adaptação à lógica do mercado.⁵⁶ “O desencanto em relação ao Estado e à justiça social tornou-se marca da política nacional”. (2012, p. 264).

⁵³ Isto se organiza pela divisão social do trabalho, estão organizadas conforme as condições materiais de sua existência, isto é, evidencia a luta de classe que reestrutura o Estado e a sociedade.

⁵⁴ O que se temia com a ideia de Estado formador, era que este fosse capaz de “fomentar um ideário nacional, com um projeto coletivo de país, com um ‘corpo moral’ cuja vontade (projeto ético político) fosse formada como base para se resistir à fragmentação da identidade coletiva, ao multiculturalismo alienado, e à capacidade de abertura subordinada ao mercado globalizado” (SILVA, 2010, p. 108-109).

⁵⁵ A tendência de se formar competências, de modo a serem práticas, produtivas, contudo sem “imaginação” ético-política, o que reduz a participação ora da modalidade de parceria com o setor público, ora da cooptação como trabalho voluntário em projetos “solidários”. A competência traduz-se em produtividade e passividade, comprometidas alienadamente com a “paz”, a “compreensão” e a “solidariedade” humana, em adaptação, sem nenhuma resistência, ao sistema violento de concentração de renda e propriedade. (SILVA, 2012, p.153).

⁵⁶ Segundo Silva, “Não se tocou na estrutura econômica concentradora de riqueza e acesso aos benefícios conquistados pela humanidade, como direito ao trabalho digno, à educação de qualidade em todos os níveis, à saúde preventiva e curativa, bem como às formas decentes de se habitar, alimentar, locomover e divertir.” (2012, p. 264).

Silva explicita que essa característica da política nacional foi adotada também por governos anteriores, das décadas de 1980 e 1990, nelas esteve presente o desestímulo e a desconstrução da cidadania, assim como a ausência de projetos voltados para a igualdade e justiça social. O que aconteceu foram práticas “conservadoras” que “mataram a esperança” de uma “sociedade justa”. Esta característica governamental é altamente desastrosa, ainda mais quando diz respeito à esfera pública, onde deveriam acontecer políticas de equidade e valorização humana. (2012, p. 264-265).

A título de considerações: nota-se que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso firmou-se como um período de reprodução das ideias neoliberais, um governo que reforçou o Estado a serviço da elite econômica, ou seja, um Estado zeloso dos interesses do capital. “Perde-se a noção de um bem comum e passa a se falar cada vez mais em negócios em comum, em parceria, em negociação”. (SILVA, 2010, p. 111).

Essas são algumas expressões de comprometimento do Estado brasileiro, condições de extrema dependência, subalternidade e subserviência que vão ocorrer a partir das reformas das políticas neoliberais.

É nesse contexto que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva surgiu, um contexto da retórica e da racionalidade do capital, tendo como principal objetivo a competitividade econômica.⁵⁷ Entretanto, convém formular alguns questionamentos: em que momento ou ações do Governo Lula foram diferentes, ou podiam ser diferentes, dado que existia uma força política e econômica que atuava além dos limites territoriais? Num mundo globalizado, é possível pensar em práticas nacionalistas, em confronto com o modelo neoliberal? A questão central é: a quem serviram os governos de 2003 a 2014?

As eleições no Brasil, a mudança de governo para o presidente Lula foi uma alteração de ordem interna⁵⁸, referiu-se tão somente à alteração da presidência do governo de um país do terceiro mundo, o cenário econômico nacional e internacional

⁵⁷ O governo de 2003 a 2014, é uma conjuntura social política e econômica estruturada e comprometida com o capital transnacional. Não foi possível fazer alterações drásticas no mercado, havia um comprometimento de setores e muitos interesses envolvidos, tão pouco houve interesse inicial nessa perspectiva.

⁵⁸ O sentido de “mudança somente de ordem interna”, está relacionado a conjuntura política e econômica que responde as estratégias financeiras das grandes corporações, por sua vez, monitora seus investimentos cuidando de eventuais surpresas. As mudanças de Chefe de Estado são pequenas, muitas vezes imperceptíveis.

permaneceu inalterado. As ideias neoliberais continuam a ser difundidas por todo o mundo, como única alternativa para as crises, “bolhas do próprio sistema”.

A resistência ao modelo neoliberal está voltada a poucos setores do próprio Partido dos Trabalhadores (PT), uma das bases de sustentação do Governo no Congresso.

Convém observar que a política de ajuste estrutural tem o mesmo órgão financiador: o Banco Mundial, que desempenha um papel fundamental para a construção de um pensamento único e hegemônico, principalmente nos países do terceiro mundo.⁵⁹

O governo de 2003 a 2014 explicita as políticas neoliberais, sistema no qual foi constituído, tem por parâmetro países de economias mais antigas e modelo de experiência apontado pelo Banco Mundial. A indústria nacional⁶⁰ foi amplamente fortalecida no governo Lula, pelas políticas de governo, e através dos empresários que buscavam no Estado, alternativas para uma maior competitividade e maior lucratividade.⁶¹

Os mecanismos empregados pelo sistema neoliberal faz com que o Estado continue a atuar como síndico, gerenciando e financiando empresas de interesse de grupos e corporações, entretanto, as reformas de base requeridas e necessárias,

⁵⁹ Como diz Borges (2003, p. 131), embora existissem diferenças significativas entre os países, todas as reformas visavam um “processo de comodificação”, uma espécie de incentivo competitivo ao sistema educacional. “A partir daí, as escolas viram-se forçadas a competir entre si para atrair estudantes”.

⁶⁰ “A política externa do governo de 2003 a 2014 tem sido um importante instrumento do programa político neodesenvolvimentista. Esses governos impulsionaram a retomada do crescimento econômico, ainda que sem romper com o modelo capitalista neoliberal. É certo que o neodesenvolvimentismo é um programa rebaixado se comparado com o desenvolvimentismo de 1930-1980: os níveis de crescimento são menores, o investimento estatal é menor, a capacidade de distribuição da riqueza também é inferior, e a produção é mais voltada para a exportação do que no período em comparação. [...] Se nos anos 1990, ao neoliberalismo ortodoxo de FHC correspondeu uma política externa que priorizou as relações com os Estados Unidos, nos governos Lula e Dilma, o neodesenvolvimentismo teve como consequência, no plano internacional, a priorização das relações Sul-Sul” (BERRIENGER, 2013, p. 124).

⁶¹ A CNI, a partir de 2000, edita uma série de documentos com propostas de desenvolvimento para o país: “Um importante documento lançado pela CNI em 2005, denominado ‘Mapa Estratégico da Indústria – 2007-2015’, designado como ‘Mapa’ daqui em diante, (CNI, 2005) demonstra a visão dos empresários sobre o desenvolvimento nacional, via competitividade industrial, inovação e as reformas estruturais necessárias para que isso ocorra, tornando o país um bom cenário de negócios e para se produzir. O Mapa inicia com uma frase que indica claramente a consciência da burguesia industrial brasileira acerca de sua posição no mundo: ‘A indústria não tem escolha. A única opção possível é ser uma indústria de classe mundial’ (CNI, 2005, p. 11). O Brasil segundo os empresários tem que estar preparado para competir, elaborar um programa que torne as indústrias nacionais competitivas, voltado para um programa de classe mundial”. (MELO, 2011, p. 138-139). O documento CNI, “Mapa Estratégico da Indústria – 2007-2015” está disponível em: <http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2015/05/19/198/20120731180801816265a.pdf>. Acesso em: 17 set. 2015.

que podiam tirar o Brasil da inexpressão e subserviência, continuam sendo proteladas.

Melo (2011, p. 139), observa que o Governo, além de não fazer as reformas necessárias, acata as ideias da Comissão Nacional da Indústria (CNI) que reproduz a cartilha escrita pelo sistema neoliberal. As propostas de desenvolvimento apresentadas ao país colocam a necessidade de preparar a indústria para competir no mercado interno e externo, isso requer mais competitividade desde a fábrica e inovação em seus processos tecnológicos e gestão. Para atender a esse fim, o empresariado brasileiro demanda ao Estado uma série de reformas, tributária e trabalhista, como forma de desonerar a indústria e ampliar os lucros.

Melo (2011, p. 141) chama a atenção para a atuação neoliberal dos industriais, o fato é que o momento necessitava ter um ambiente de geração de conhecimento em grande escala nas áreas de tecnologias, comunicação, desenvolvimento de competências profissionais adequadas a cada circunstância, e, para isso, necessitava de um Estado desburocratizado com forte investimento para a melhoria da qualidade da produção e por sua vez aumento dos lucros.

Esses aportes referenciais são pequenos fragmentos que demonstram a conjuntura social e econômica com que o governo Lula precisava trabalhar, havia uma necessidade de propor políticas públicas que não continuassem a manter a injusta composição do tecido social. As políticas de governo que foram adotadas por FHC e pelos governos anteriores, na sua maioria, não surtiram resultado na redução das desigualdades, pois as políticas públicas seguiam a lógica do sistema neoliberal.

Havia uma expectativa porque *“nunca antes, na história deste país”*⁶², setores de esquerda, movimentos sociais e a classe trabalhadora tinham conduzido à presidência um de seus pares. Além do mais, o país passava por uma situação de abandono e pobreza, acompanhado de ínfima estrutura. Existia um clamor das camadas populares para que o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva adotasse políticas significativas, capazes de mudar os estereótipos estatísticos

⁶² Jargão usado pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva para enfatizar e ao mesmo tempo tecer críticas aos adversários políticos, pelo tempo que passaram no Governo e segundo Lula não fizeram o ato em si mencionando no momento do uso do termo. O sentido aqui dado ao termo tem duplo sentido: primeiramente, acompanhando um relativo “pioneirismo”, pela primeira vez havia diversos grupos sociais e classes apoiando a candidatura do governo Lula, programas sociais e expansão de outros com significativo alcance na distribuição de renda; segundo, enquanto crítica, o jargão não tem como se sustentar, dado que as políticas implementadas pelo governo não contrapõe o sistema, o que ocasionaria mudanças estruturais significativas.

negativos em relação à saúde, alfabetização, saneamento, e forma a permitir o acesso de todos a energia, ao alimento, a bens e a livre locomoção.

Diante da realidade nacional em desarmonia social, foi adotado um conjunto de ações para minimizar o sofrimento da classe pobre, entre essas medidas estavam as políticas públicas educacionais⁶³ que foram se adaptando diante da análise conjuntural.

Preliminarmente, na educação profissional há duas perspectivas: o do empregador, que exige do Estado uma mão de obra pacificamente qualificada, e o da perspectiva cidadã que, além de criar instrumentos para melhor enfrentar a realidade, também exige que se consiga ler o mundo criticamente. Segundo Ramos, essa perspectiva pode ser coerente com a construção teórico-prática de uma educação tecnológica que corresponda à preparação das pessoas para a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais da produção moderna⁶⁴. (2011, p. 11).

Mantendo uma conexão pela lógica dos setores sociais, dos *desvalidos da sorte*, de onde o *clamor por pão é o som mais audível*, por este parâmetro, em sua maioria, as políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Lula estão voltadas para setores mais vulneráveis da sociedade. E para que essa política governamental acontecesse foi preciso estabelecer acordos e parcerias com as demais áreas da administração estatal, uma delas, por exemplo, a educação, veio a estabelecer uma relação direta com os municípios e escolas, caracterizando um novo modelo de

⁶³ Até o presente momento, os principais programas do Ministério da Educação são: Programa Brasil Profissionalizado - expansão da rede estadual; Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA; Universidade Aberta do Brasil – UAB; Pibid; ProInfância; Caminho da Escola (ônibus escolar); Proinfo – laboratórios de informática; Proinfo – banda larga; Ideb; Fundeb; PDE da Escola; Mais Educação; Sala de Recursos Multifuncionais; Expansão da Educação Superior – Reuni; Prouni; Fies; Expansão do Ensino Técnico - Educação Profissional e Tecnológica; Alfabetização e Educação Continuada. O Programa Brasil Profissionalizado, instituído pelo Decreto n. 6.302, de 12 de dezembro de 2007, tem a finalidade de fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica. É um repasse de recurso federal para a rede estadual, para expansão e modernização de suas escolas. “Nas redes estaduais, de fato o programa é uma resposta, pois proclama, claramente, o objetivo de que essas implantem a educação profissional técnica de nível médio integrado ao ensino médio, mediante a modernização e a expansão das redes públicas de ensino médio integrado com articulação entre formação geral e educação profissional”. (RAMOS, 2011, p. 14).

⁶⁴ “O principal amparo legal dessa política é a própria LDB, modificada pela Lei n. 11.741, de 16 julho de 2008, que incorporou o conteúdo do Decreto n. 5.154/2004. Estas políticas se articulam no plano de uma política pública de educação tecnológica mediante, pelo menos, dois programas – Brasil Profissionalizado e Programa Nacional de Integração da Educação de Jovens e Adultos (Proeja) -, além da expansão da rede federal de educação profissional”. (RAMOS, 2011, p. 4).

gestão de políticas públicas (OLIVEIRA, 2009, p. 198).⁶⁵ Os acordos e parcerias tinham o objetivo de interromper os intermediários, os desperdícios de verbas, reduzir o tempo de atendimento, e minimizar as articulações políticas indiretas não saudáveis para os serviços públicos.

O Governo Lula é um projeto de concentração de classe e nele se fez adequações para acomodar as vozes que o conduziram ao poder, mantendo a mesma atuação do Estado. Na manutenção do sistema, é perceptível que há um bloco no poder composto por forças políticas e econômicas, de suporte do capital financeiro transnacional em sintonia com a burguesia nacional. O projeto neoliberal transita, em todos os momentos, por todos os setores da sociedade, apoiado por organismos internacionais, entre eles, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. As ideias neoliberais, as ideologias da classe dominante sustentam o poder de modo hegemônico, e muitas delas são transvestidas de políticas públicas, narrativas preparadas para não gerar impacto na reduzida capacidade crítica da sociedade brasileira.

No Governo Lula não aconteceu rupturas com o modelo neoliberal vigente nos governos anteriores, o que se viu nos primeiros anos de seu primeiro mandato foi o continuísmo das políticas neoliberais. Medidas mais significativas com relação às políticas públicas educacionais só aconteceram em seu segundo mandato, assim mesmo, dentro da lógica capitalista, sem rupturas, sem acontecer as reformas de base tão esperadas.⁶⁶

Há uma passiva incorporação das políticas neoliberais de interesse capitalista, diluída e disseminada na população mais necessitada. As ações não alteram a estrutura social, política e econômica. Enquanto políticas públicas de modo geral, notadamente há avanços em algumas áreas, a classe pobre consegue

⁶⁵ “Emenda Constitucional n. 53, de 19/12/2006, atribuindo nova redação ao parágrafo 5º do art. 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o governo criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). O Fundo foi então regulamentado pela Medida Provisória n. 339, de 28/12/2006, convertida na Lei n. 11.494, de 20/06/2007, que estabelece finalmente o FUNDEB e amplia, em relação ao Fundo anterior – o Fundo de Financiamento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o FUNDEF –, o principal mecanismo de financiamento da educação básica, compreendendo agora suas três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, com duração prevista para 14 anos”. (OLIVEIRA, 2009, p. 198-199).

⁶⁶ O fato de não fazer as reformas necessárias, fez com que o Partido dos Trabalhadores (PT) não apresentasse um projeto de governo para o país e ficasse com um projeto de poder, o que o levou a perder-se nos labirintos do poder, caindo nas falcaturas e na corrupção, mecanismo muito bem conhecido pelos outros partidos políticos que há muito tempo adotavam essas sórdidas atitudes, disseminadas na política e cultura brasileiras.

melhorar suas condições de vida pelo acesso a produtos que até então lhes eram negados. Através de programas sociais ocorre o acesso ao crédito e, por sua vez, ao consumo.

Com efeito, há um diferencial no modo de governar incorporado ao Governo Lula, mantido inicialmente com a Presidente Dilma, a permanência e, em outros momentos, a ampliação de grupos marginalizados em zonas até então “proibidas” a alguns e “permitidas” a outros, financeiramente mais abastados e rodeados de privilégios, vai gerar conflitos e reivindicar a atenção e a concessão das eternas exclusividades.

Essa breve contextualização serve para abrir a análise do período de Álvaro Vieira Pinto, a fim de identificar os pontos de contribuição para a leitura da importância da tecnologia na educação atual.

Conseqüentemente são essas condições que clama por reformas educacionais, em vista disso, nelas surgirão os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.

O período em análise tem por base um projeto desenvolvimentista de conteúdo nacional com apoio do capital, contexto onde o pensamento de Vieira Pinto emerge nas lacunas desse ideológico sistema em meio a efervescência política e reivindicações dos movimentos sociais.

2.3 Estado, desenvolvimento e educação: o contexto histórico de Álvaro Vieira Pinto

A elaboração de um pensamento fundamentado em Álvaro Vieira Pinto requer a compreensão sobre a conjuntura na qual desenvolveu seu pensamento.

Retomar o tempo histórico é se deparar com um conjunto de inquietações que levam a pensar sobre a estrutura de poder denominada, até então, de “bloco no poder”. É perceber a sutileza da estrutura de classe em criar a ilusão de estar participando dos mesmos problemas e anseios da classe trabalhadora, que está excluída das decisões e participa enquanto usuária dos serviços públicos. Essa perspicácia da burguesia vai incidir diretamente sobre os planos dos Governos Federal, Estadual e Municipal, através de políticas públicas sociais e educacionais com a finalidade de manter sua hegemonia no poder.

A partir das obras de Vieira Pinto identifica-se a contribuição de seu pensamento para uma proposta de governo nas décadas de mil novecentos e cinquenta e sessenta, proposta de políticas públicas contrapondo a condição de subserviência estatal ao capital privado. Pela perspectiva da classe trabalhadora, constata-se uma ineficácia dessas políticas, visto estarem a serviço do pensamento burguês, legitimado pelo Estado. O embate de Vieira Pinto vem sugerir ações em favor da classe trabalhadora, sendo que suas posições estão amparadas na realidade social.

Esse contexto vai fazer parte do projeto de governo e técnicos no campo político ao desenvolver as políticas públicas, que são ações nas quais se encontram os Institutos Federais, juntamente com as inquietações aderentes à educação⁶⁷. Desta forma, a pesquisa em Álvaro Vieira Pinto, como subsídio para analisar o projeto político educacional dos Institutos Federais, move-se no sentido de entender que a educação precisa desenvolver um pensamento crítico, tendo a realidade como um ponto de partida para a aquisição do conhecimento.

A elaboração das políticas públicas deslocadas de seu contexto social, político e econômico, traz um caráter de doação dessas, além de legitimar a disparidade da estrutura de classe. Através das políticas públicas se consente as ideologias do capital, sendo inicialmente absorvidas gradativamente na subjetividade e anuência dos governos.

Para desvelar os fundamentos das políticas públicas, requer revisitá-las nos desdobramentos políticos, sociais e econômicos, identificando seus interlocutores. As políticas públicas, estão voltadas para a manutenção de um sistema político, econômico e educacional, orientadas por organismos internacionais e amparadas por forças locais para seu efetivo exercício. Silva⁶⁸ descreve as intervenções do bloco de poder, consentidas internamente pelo Estado e pela classe burguesa interna interessada, que historicamente cede a possibilidade de um projeto próprio ao capital internacional se colocando numa condição de subdesenvolvimento e de

⁶⁷ Por inquietação aderente à educação entende-se: qualidade das estruturas escolares, o ensino de maneira geral que desenvolva um pensamento crítico, formação dos professores, planejamentos, planos governamentais, legislações, etc.

⁶⁸ Conferir na obra: *Intervenção e Consentimento: a política educacional do Banco Mundial*, tese de doutorado publicada pela FAPESP. Explora a imposição das instituições estrangeiras, principalmente o Banco Mundial, sobre as nações pobres. Entretanto, para que esses tentáculos do capital se façam presentes nas nações "subdesenvolvidas" é necessária a participação de um poder local, de uma classe que também se beneficie do lucro da exploração (SILVA, 2002).

dependência das nações “consideradas ricas”, portanto, mesmo numa situação de agregada mantém sua hegemonia interna.⁶⁹

A compreensão das políticas públicas educacionais⁷⁰ com base em Vieira Pinto, partindo do contexto da década de 1950 e 1960, é possível pelo fato de a estrutura histórica não se constituir de cortes e rupturas, considerando que se trata de projetos e políticas burguesas hegemônicas por um ou outro bloco no poder. Nesta linha de abordagem é notado, ao longo dos acontecimentos, expressivo afastamento de posicionamentos políticos descontínuos, entretanto mantém uma arquitetura política de poder que, em razão disso, possibilita o resgate histórico.⁷¹ Estes momentos são abordados por Dias (2012, p. 10) como *revolução passiva*,⁷² e, neste sentido, é pertinente a sua pergunta: “como dominam os que dominam. Esta é a esfinge que nos cabe decifrar”. Isso requer o entendimento sobre o modo de vida, de gerenciar, produzir e consumir social.

E, segundo Vieira Pinto, a ideologia é essencialmente determinada e para explicá-la é necessário chegar a seus determinantes.

Conforme Dias, toda transformação da sociedade burguesa necessita do conhecimento dos meios e dos opostos dessa sociedade, neste sentido, o conhecimento dela é fundamental para o entendimento das ideologias que estão em curso.

Vieira Pinto observa que a história é um processo em construção, assim como o futuro está repleto de possibilidades em decorrência das ações do presente.

⁶⁹ Chossudovsky descreve uma atuação perversa e selvagem do capital sobre a sociedade dos países pobres, a qual destrói o pequeno em todas as suas formas, havendo uma sanção do Estado pela ação monopolista deliberada do privado.

⁷⁰ Refere-se especificamente aos Institutos Federais de Educação, tendo como objeto de análise o Instituto Federal do Paraná.

⁷¹ Mirian Limoeiro Cardoso no artigo: *Do materialismo no método de Marx*, em que discute a construção do conhecimento com ampla participação da teoria e analisa a conjugação em Marx da crítica político-ideológica e da crítica teórica, traz alguns elementos importantíssimos para compreender essa retomada histórica de bases de teorias para o entendimento da realidade atual. Nesse seu artigo, Limoeiro Cardoso realça que: “é importante notar ainda, principalmente pelo seu significado político, que uma totalidade em desagregação não comporta explicação a não ser pela condição de totalidade plenamente constituída, que ela está deixando de ser. Esta análise destaca algumas questões, sendo a primeira, a de que Marx abandona a concepção essencialista própria de Hegel. Em Marx os determinantes são específicos e circunscritos historicamente. A história não é mais concebida como um desdobrar-se do mesmo, mas como a formação de modos de produção diferentes, não por diferenciação de uma essência, mas por transformação dos fundamentos, portanto revolucionária a cada modo de produção”. Disponível em <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT1/gt1m5c6.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2016 (CARDOSO, 2005).

⁷² Dias aborda a ausência do processo revolucionário, como característica da realidade brasileira, ocorrendo tão somente uma “revolução passiva”, título também de sua obra que vale conferir, *Revolução passiva e modo de vida*. (DIAS, 2012).

O que se analisa não é um objeto estático, mas um país que continua a se desenvolver, repleta de oportunidades e desconhecendo limites. Neste sentido, Côrtes diz que, a cada momento novas situações e novos arranjos de existir se estabelecem, configurando assim uma nova e singular situação histórica. Assim, “[...] o próprio passado se exhibe mutável e aberto, sendo alterado e recomposto a cada nova interpretação historiográfica que, de tempos em tempos, se sucede, [...] refazendo desse modo a memória e a tradição nacional.” (CÔRTEES, 1999, p. 129).

Os passos orientam-se por essa visão de que, em cada instante, está contida uma “conjunção temporal” reunindo “presente-passado-futuro”, um espaço de possibilidades, “[...] o acento está na realidade histórica propriamente dita, ou seja, no fato de a realidade da nação revelar aquilo que seus homens necessariamente realizam, escolhem e conseguem ser”.⁷³ Como diz Côrtes, o presente guarda as possibilidades de mobilidades históricas, onde são travados os conflitos. (1999, p. 141).

Nesse sentido, a história se apresenta inconclusa, ainda aberta para o que será enquanto acontecimento e julgamento, dada a sua indeterminação, “cada momento presente se oferece aos homens para projetar o futuro e o passado da comunidade nacional”. (CÔRTEES, 1999, p. 142). Vieira Pinto esclarece que “o presente é para a visão lúcida um campo de possibilidades, aberto ao projeto existencial do homem e da comunidade. É o descortino do futuro e não o coroamento do passado”. (PINTO, 1960, p. 33). Mas essa possibilidade é marcada pelas condições objetivas senão ficam um existencialismo abstrato.

Dessa forma, vai ser abordado um movimento que revela as estruturas das décadas de mil novecentos e cinquenta e sessenta, período em que Álvaro Vieira Pinto teve atuações importantes no cenário político e educacional brasileiro, para a construção de um pensamento e posicionamento do período, primeiramente, para o Governo e, em seguida, para os movimentos sociais. Segundo os dados históricos, colhidos em diversas literaturas, essas décadas mencionadas para estudos foram consideradas como das mais ricas, onde aparece uma ideologia dominante que tem suas raízes estruturais fora do país. O período destaca ainda o fato de o país estar convivendo com uma forte instabilidade política e uma complexidade de ordem

⁷³ Nota 32 do Artigo: *Consciência e Realidade Nacional: notas sobre a ontologia da nacionalidade de Álvaro Vieira Pinto (1909-1987)*, de Norma Côrtes (CÔRTEES, 1999, p. 145).

social, em síntese, há uma transformação em curso, indeterminada, que pode ser preenchida pela ação humana.

Segundo Cardoso, as décadas de mil novecentos e cinquenta e sessenta é um período de vacilações das classes burguesas sobre o capitalismo periférico⁷⁴ e dependente. Um período onde “[...], transcende as versões hegemônicas da ideologia burguesa, descobrindo, através de sua própria objetivação verbal e política, a realidade que pretende ignorar, encobrir ou inverter.” (CARDOSO, 2005, p. 12).

A atuação da classe burguesa no Brasil não é⁷⁵ significativa para os desfechos e rumos da economia e política, enfim, no processo de desenvolvimento brasileiro, a burguesia brasileira opta por uma condição de figurante no desenvolvimento do capitalismo, satisfazendo-se em ser parceira⁷⁶ da burguesia internacional.⁷⁷ “A grande burguesia transnacional comanda o processo de acumulação em escala mundial, mas não prescinde dos setores locais – setores econômicos, sociais e políticos – e os torna seus parceiros (parceiros menores e subordinados, mas parceiros).” (FREIRE & BECHER, 2013, p. 209). Neste sentido, Cardoso esclarece, quando se fala em dominação do capitalismo, que não está se referindo a uma dominação só externa ou interna, mas a uma dominação que se conjuga, ou seja, a dominação somente ocorre pela cumplicidade entre a burguesia interna e externa.

Estas considerações iniciais remetem ao ponto de partida da análise histórica, objeto principal para formalizar a crítica da retrospectiva, isto é,

⁷⁴ O Brasil é inserido no capitalismo, faz parte de um capitalismo em expansão, e de uma conjuntura para a manutenção das nações hegemônicas. Desde o descobrimento, passa a ser parte da expansão do capitalismo que se formava. Inicialmente, as ações desenvolvidas em seu território, pelo colonialismo, eram para atender aos interesses das nações europeias. Após a Segunda Guerra Mundial, coube o domínio ao modelo capitalista estadunidenses.

⁷⁵ Situação é ambígua, a classe burguesa é insignificante com relação a conjuntura, sendo um instrumento do grande capital, por outro lado, a partir da conjuntura nacional, dos aspectos internos, a inoperância burguesa e sua condição de coadjuvante dos interesses externos emperram o processo nacional que representaria a realidade nacional e a classe trabalhadora.

⁷⁶ Segundo Limoeiro Cardoso, quando há alianças, elas ocorrem com a burguesia internacional, e não com a classe trabalhadora. (CARDOSO, 2012).

⁷⁷ De forma irônica, poder-se-ia conceituar como “papagaio de pirata”. Era cômodo se manter na condição em que estava. Florestan Fernandes faz alguns questionamentos sobre a realidade brasileira, o processo de independência não ter efetivamente acontecido, o trabalho ser mais explorado, a democracia restrita, a burguesia não ter feito a revolução burguesa, o porquê dessa disparidade em relação aos países tidos como avançados. Por que a não efetivação de um Estado autônomo? Essas são algumas das questões levantadas por Limoeiro Cardoso. Palestra sobre o pensamento de Florestan Fernandes, publicada em 8 de junho de 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NjGVnOZrIfc>>. Acesso em: 16 jan. 2016. (CARDOSO, 2012).

compreender o Brasil como parte integrante do capitalismo, em sua dimensão mundial. O Brasil foi inserido no contexto econômico sob o viés capitalista pelo sistema econômico, portanto, para compreender o Brasil, o objeto de análise não se pode reduzir em si mesmo, mas enquanto articulação, participação e expressão de uma dimensão conjuntural mundial, aberta, um processo inacabado.

Nesse sentido, o Brasil é um objeto de estratégias do capitalismo nos seus diferentes momentos históricos, tendo, em cada um deles, seu caráter específico sob a égide do capital.

É com essa perspectiva que se revisita Vieira Pinto, para conhecer com quem se está dialogando, de onde provém seus pensamentos, contra quem ele está investindo, e quais os seus pressupostos. De maneira geral, há um deslocamento do objeto de ordem do específico para uma dimensão macro, onde são percebidos diversos elementos de análise de uma mesma questão. É uma perspectiva de análise orientada para a compreensão de suas relações. O Brasil faz parte da expansão capitalista, portanto, cabe perceber como esse Brasil se adapta ao sistema e com ele é absorvido pelo capitalismo.

Segundo Cardoso, o capitalismo é compreendido como uma totalidade composta de partes contrárias e assimétricas entre si, de nações exploradoras e exploradas, na qual se desenvolvem diversas formas de exploração, cultural, política e econômica, dominando e explorando a produção. É uma forma de exploração que coloca os países latinos em uma condição de países capitalistas dependentes. (2012).

O capitalismo dependente, segundo Limoeiro Cardoso, se aplica à fase cosmopolita de expansão, quer dizer, de uma nova forma de dominação colonial profundamente disfarçada sob a forma de política de desenvolvimento, que ocorre sob o imperialismo, ficando bastante clara, após a Segunda Guerra Mundial, com o domínio dos Estados Unidos que vai desenvolver um capitalismo dependente.

Cardoso identificou, a partir de seus estudos, o que se “constrói”, o que se tem em mãos neste momento, é um capitalismo dependente, cuja característica é ser extremamente moderno e selvagem. A burguesia nacional se junta com a burguesia internacional, colocando o Estado no cerne da opressão.⁷⁸O capitalismo

⁷⁸ Florestan Fernandes identificou que, nesta lógica do sistema capitalista, vai ser necessário aumentar o nível de expropriação para dividir com a burguesia envolvida no processo, por isso, é

dependente é uma especificidade do capitalismo para o terceiro mundo, desdobrado na prática em variadas ações, por exemplo, na criação de monopólios, no qual o sistema financeiro desempenha múltiplas ações para controle e lucratividade.

A análise que Cardoso realizou das características da expansão do capitalista serviram para mostrar que o processo de dominação não acontece pelo domínio de uma nação pela outra, não pode ser pensado na forma de Estado e Nação. Segundo ela, o Estado Nação é um fator importantíssimo para análise, mas não é agente histórico, os atores desse processo são grupos de homens, homens pertencentes a classes sociais que estão em conflito e confronto de classes. (CARDOSO, 2012).

Dessa forma, o universo de análise que está sendo feito é o capitalismo em expansão, dinâmico e inconcluso, e o que move essa expansão são as relações entre as classes sociais, e não as relações entre nações. Essa percepção está presente no pensamento de Vieira Pinto, frequentemente desenvolvido na sua obra *O conceito de tecnologia*. Para ele, a razão da produção e das invenções humanas consiste na produção das relações sociais, e na construção das formas de convivência. (2005, p. 169).

2.4 O arcabouço ideológico de Álvaro Vieira Pinto

A retrospectiva apresentada, além de dar a conhecer e situar Álvaro Vieira Pinto (1909-1987) em um tempo histórico, tem o caráter de interrogá-lo nas relações que vão se estabelecendo a partir das fontes disponíveis⁷⁹. Nesta incursão⁸⁰ serão realçados alguns elementos históricos de relevância para a tese, visto a trajetória e bibliografia de Vieira Pinto estar completa nas fontes consultadas, mencionada na

sempre maior a exploração quando a burguesia interna está envolvida. É mais um grupo parasitário a usufruir do trabalho precário e do ainda inexpressivo parque industrial.

⁷⁹ Para o conhecimento da trajetória de Vieira Pinto, há dois trabalhos de Dermeval Saviani: um verbete publicado no Dicionário dos Educadores do Brasil, organizado por Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero e Jader de Medeiros Brito, em 1999, e uma entrevista concedida por Álvaro Vieira Pinto a Dermeval Saviani, publicada na introdução do livro “Sete lições sobre Educação de Jovens e Adultos”. Também Marcos Cesar Freitas(1998) oferece um quadro bem completo da atuação de Álvaro Vieira Pinto, em sua obra “Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama”.. Norma Côrtes (2003) em sua obra “Esperança e Democracia: as ideias de Álvaro Vieira Pinto”, traz uma biografia bem detalhada sobre ele.

⁸⁰ “E a cada novo instante, em cada nova atualidade, uma conjuntura temporal original reúne passado-presente-futuro, alterando as expectativas do porvir e modificando as perspectivas sobre o passado. Hoje é o dia em que a nação define tanto o que será, quanto o que julga ter sido”. (CÔRTEZ, 2003, p. 229).

nota abaixo. Álvaro Vieira Pinto, intelectual de grande importância para o Brasil, nasceu na cidade de Campos, Rio de Janeiro, em 11 de novembro de 1909 e faleceu, em 11 de junho de 1987, na cidade do Rio de Janeiro.

Realizou seus estudos primários e secundários no Colégio Jesuíta Santo Inácio,⁸¹ no Rio de Janeiro, sua primeira graduação foi em medicina, na Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro⁸².

Sua primeira atividade profissional, ao concluir a faculdade de medicina, foi clinicar por um ano em Aparecida, São Paulo, não sendo bem-sucedido no exercício profissional de médico, voltou para o Rio de Janeiro em 1932, trabalhando por 16 anos num laboratório de pesquisa sobre o câncer junto ao médico e pesquisador Álvaro Osório de Almeida e, em decorrência das atividades de pesquisa, aprofunda seus estudos em matemática e física.

Segundo Côrtes, em 1934 ele ingressou na Ação Integralista Brasileira (AIB), grupo de inspiração fascista sob a liderança de Plínio Salgado⁸³. (CÔRTEZ, 2003). A análise de Freitas (1998), neste sentido, diz que sua aproximação ao AIB está sob o impacto do tema de uma “identidade nacional”. Conclui Freitas que “naquele contexto iniciou-se em uma teorização sociopolítica que seria recuperada anos mais tarde na toca do ofício de médico com o de professor de História da Filosofia.” Freitas assegura, na análise, que foram pensamentos em decorrência das mudanças de ordem política e econômica, a partir da década de 1930, que motivaram a criação de um *pensamento nacional*, contagiando muitos intelectuais brasileiros, entre eles Álvaro Vieira Pinto.

⁸¹ Para efeito de aprovação, prestou exame no Colégio D. Pedro II. Ao término desse estudo, é aprovado em Medicina na Faculdade Nacional de Medicina, em razão de não ter idade mínima não consegue ser aceito. Vai com a família para São Paulo, ficando um ano sem estar regularmente matriculado; segundo Saviani esse período foi importante para a sua formação “em termos da sua formação literária e filosófica. Com efeito, corria o ano de 1922 e, estando em São Paulo, ele pôde participar das agitações da Semana de Arte Moderna, travando relações com os intelectuais que encabeçaram aquele movimento cultural.” (1999, p. 45).

⁸² Teve uma boa formação intelectual, frequentou as melhores instituições de ensino da época. Aos 14 anos, foi aprovado na Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro - RJ, passando em penúltimo lugar, porém, ao longo do curso, se tornou um dos primeiros.

⁸³ Segundo Michelle Fernandes Lima, Plínio Salgado (1895-1975) representa uma das formas com que o “nacionalismo” foi interpretado. Escritor e jornalista, foi um dos grandes “expoentes do modernismo” em São Paulo. As suas produções e pesquisas, a viagem à Europa para o estudo da literatura política e, especialmente, a sua passagem pela Itália, onde pôde conhecer o fascismo, o estimularam, na volta ao Brasil, a ajudar na organização da “Legião Revolucionária de São Paulo”. Mais tarde, afastado da Legião por conflitos com a liderança, fundou a “Sociedade de Estudos Políticos”, em 1932. Dessa associação, informa Bertonha (2000), surgiu a Ação Integralista Brasileira (AIB), em outubro de 1932. (LIMA, 2015, p. 488)

Segundo a pesquisa de Lima⁸⁴, com relação a esse contexto, em 1934 a AIB tomou força, semiarmada, como uma milícia chefiada por Plínio Salgado. Teve um caráter de ser um dos primeiros partidos de massa do Brasil, chegando a ter 500.000 integrantes de vários grupos sociais. Segundo Lima, tinha em seus discursos um caráter modernizante, sem abrir mão dos valores tradicionais cristãos. A razão da expressiva quantidade de adeptos pode estar sinalizando que as mudanças da década de 1930 trazem um desconforto às massas, insegurança esta ocasionada pela instabilidade que a “modernidade” causa, modernidade esta gerida por uma burguesia individualista.

No discurso da aula inaugural do ISEB, *Ideologia e Desenvolvimento Nacional*, Vieira Pinto destaca algumas características ligadas ao nacionalismo, valores modernos, ideias de um Estado soberano e hierárquico. Chama a atenção para o diálogo com grupos que estavam presentes na sociedade, tais como: a Igreja, a AIB, o ISEB ou movimentos semelhantes⁸⁵, os quais foram importantes para conhecer a realidade brasileira. Vieira Pinto, de posse das circunstâncias políticas, analisa que as opções feitas na história não estão hermeticamente fechadas, de onde não se pode sair; diz ele que muitas escolhas, por exemplo, as alternativas erradas, como é o caso da massa eleger representantes incompetentes que venham a influir no processo de desenvolvimento, vão fazer parte do desenvolvimento social, “esse é um momento do processo, que só será superado pela ocorrência efetiva e pela revelação da sua nocividade.” (PINTO, 1960, p. 48).

Vieira Pinto pensa em um desenvolvimento nacional originado pela massa, autêntico, a partir da realidade histórica nacional, como vai defender no ISEB ao longo de sua permanência. O projeto de desenvolvimento “não é postulado doutrinário, nem reflete interesses de qualquer grupo partidário”. (PINTO, 1960, p. 46). Essas suas teorias do desenvolvimento são realizadas mediante a análise profunda da realidade nacional, e, segundo seu pensamento, é de onde poderia provir todo o processo de desenvolvimento. “Não se trata aqui de defender nenhum interesse particular ou de grupo, mas de exprimir o interesse da sociedade brasileira, em suma o interesse nacional.” (PINTO, 1960, p. 51).

⁸⁴ Pesquisa da Tese de Doutorado de Michelle Fernandes Lima “Atualidade do pensamento de Álvaro Borges Vieira Pinto para o debate sobre a reforma da universidade brasileira”; Orientadora: Prof.^a Dr.^a Regina Maria Michelotto. Tese – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

⁸⁵ Universidades, Professores, Estudantes, Igreja e Governo.

Vieira Pinto deixa a medicina e dedica-se à filosofia,⁸⁶ tem uma formação que perpassa diversas áreas⁸⁷ e, em 1949, fica um ano em Sorbone, França, onde defendeu a tese *Ensaio sobre a dinâmica na cosmologia de Platão*⁸⁸ ao retornar em 1950, é convidado a lecionar na Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro, hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro⁸⁹.

Em 1955, Vieira Pinto é convidado por Roland Corbisier para chefiar o departamento de filosofia do ISEB, criado em 14 de julho de 1955 e fechado em 1964 com o golpe militar. Vieira Pinto torna-se um dos mais importantes referenciais desse instituto, chegando a ocupar a presidência⁹⁰, entre os anos de 1961 e 1964.

Álvaro Vieira Pinto, temendo represálias em razão dos últimos acontecimentos políticos, o golpe militar, e dos posicionamentos que o ISEB vinha exercendo⁹¹, parte para o exílio, de 1964 a 1968, inicialmente fica um ano na Iugoslávia⁹², posteriormente no Chile⁹³.

⁸⁶ Segundo Saviani (1999, p. 45), [...] com o advento da Segunda Grande Guerra, a Cadeira de História da Filosofia ficou vaga em razão da saída de alguns professores alemães. Em consequência, Vieira Pinto foi nomeado Professor Substituto de História da Filosofia da então Faculdade Nacional de Filosofia. Para essa nomeação, contribuiu a indicação de seu nome por Alceu Amoroso Lima que levou em conta a recomendação do Padre Leonel Franca para que o ensino de Filosofia no Brasil incorporasse a lógica matemática.

⁸⁷ Tinha uma característica de ser autodidata, buscava por ele próprio conhecimentos sem orientação e sugestão de outros, era um “empreendedor” nato, publicava constantemente em revistas, *Cultura Política, Revista Nacional de Filosofia*. Dominava os idiomas Grego, Inglês, Francês, Alemão, Russo, Latim, Espanhol, Italiano e, de modo efêmero, o Sérvio – Croata. (SAVIANI, 1985).

⁸⁸ Sorbone, França, em 1949. “Tese dedicada a San Thiago Dantas, que deu origem a um pequeno trabalho especial, publicado na Revue des Études Grecque, foi aprovada com grau máximo pela banca examinadora, formada pelos seguintes professores: Nilton Campos, Leandro Tatsibona, Lívio Teixeira, José Barreto Leite e frei Damião Berge.” (CÔRTEZ, 2003, p. 318).

⁸⁹ A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi criada no dia sete de setembro de 1920, com o nome de Universidade do Rio de Janeiro. Reorganizada em 1937, quando passou a se chamar Universidade do Brasil, tem a atual denominação desde 1965. Disponível em: «http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=HISTORIA». Acesso em: 17 abr. 2015.

⁹⁰ Roland Corbisier, presidente do ISEB, é eleito Deputado Federal, e Álvaro Vieira Pinto assume a presidência, indicado pelo Ministro da Educação.

⁹¹ No ISEB tem-se dois momentos bastante marcantes. O primeiro, voltado às políticas do governo, ao desenvolvimentismo, até 1959, e o segundo, mais crítico, próximo da esquerda, em que Álvaro Vieira Pinto desempenha a função de presidente, no qual o país vive um momento classificado como pré-revolucionário. Segundo Toledo, o ISEB vai estar marcado por três momentos: a primeira fase, “Um breve período, da criação até a encampação por Juscelino Kubitschek”, compreende a criação, classificada como um momento de opiniões conflitantes, um arco-íris ideológico. A “segunda fase compreendeu o quinquênio juscelinista”. É a fase da ideologia nacional desenvolvimentista, cuja percepção foi hegemônica até 1959, quando então acontecem alterações significativas entre os membros do ISEB e do conselho. A terceira fase, “foi aquela em que o ISEB acompanhou o movimento político pelas reformas de base. A perspectiva nacionalista apareceu, então, sensivelmente atenuada”. (VALE, 2006, p. 60)

⁹² Desconhecedor da língua servo-croata, aprende o suficiente durante a viagem para o exílio com o objetivo de ler os jornais e acompanhar o que estava acontecendo pelo mundo, mais precisamente no Brasil.

O exílio é uma ferida não cicatrizada em Álvaro Vieira Pinto, que carrega essa cisão visível em sua trajetória, demonstrando que não a conseguiu superar.

No período que permanece no Chile, volta às suas atividades docentes e de pesquisador, e, a pedido do Centro Latino Americano de Demografia – CELADE, desenvolve uma pesquisa sobre demografia, intitulada “*El pensamiento crítico en demografia*”, publicada na América Latina, menos no Brasil, tornando-se um *documento de grande relevância*⁹⁴, dito por Vieira Pinto na entrevista com Dermeval Saviani⁹⁵.

Enquanto permaneceu no Chile, sua atuação docente também aconteceu em outros países latino-americanos⁹⁶. Retorna ao Brasil, no final do ano de 1968,⁹⁷ e fica recluso em um apartamento no Rio de Janeiro, trabalhando com traduções e utilizando-se de vários pseudônimos para não ser descoberto, por temer enfrentar o sistema na época⁹⁸.

O exílio foi curto, contudo, possibilitou-lhe reordenar os olhares latino-americanos, principalmente sobre o Brasil, e foi o momento de organizar os seus pensamentos sob a ótica ontológica do terceiro mundo⁹⁹.

A formação do pensamento de Vieira Pinto, iniciada pela formação médica, depois como filósofo, teve seu pensamento influenciada por diversas correntes filosóficas, algumas delas com grande evidência em sua obra, apesar de não se

⁹³ No exílio em um país estranho, vê-se mergulhado num estado depressivo e chega a passar dificuldades econômicas. Após permanecer um ano na Iugoslávia, a convite de Paulo Freire, vai para o Chile onde permanece por três anos.

⁹⁴ Desenvolve outros trabalhos, como traduções de panfletos, livros, conferências para professores, os quais vão resultar no livro “Sete lições sobre educação de adultos”, publicado posteriormente no Brasil.

⁹⁵ Entrevista contida na introdução do Livro de Álvaro Vieira Pinto, *Sete lições sobre educação de adultos*, feitas por Dermeval Saviani, em 1982.

⁹⁶ Chile, Paraguai, México.

⁹⁷ No auge da repressão militar, da publicação do Ato Institucional nº 5 – AI5. No retorno ao Rio de Janeiro, não reassume a cátedra, embora não houvesse impedimento legal. Entre os motivos estão a saúde do Brasil.

⁹⁸ Ver maiores informações na introdução do livro de Álvaro Vieira Pinto, *Sete lições sobre educação de adultos*, feita por Dermeval Saviani, onde o autor concede suas últimas entrevistas a Saviani, no mês de julho de 1981, e a Betty Oliveira, em 13/03/1982.

⁹⁹ No curto período que passou na Iugoslávia, visualizou a América Latina a partir do Leste Europeu e teve contato com as ideias de Frantz Fanon (1925-1961), nome central de estudo na África, referente à colonização e descolonização. Foi também um dos grandes intelectuais do século XX, de formação médica, psiquiatra e com grande atuação na Argélia, colônia francesa, participou da frente de libertação da Argélia, na qual presenciou as atrocidades do colonizador, tornando-se fundador do pensamento terceiro mundista. Entre as suas obras estão: *Pele Negra, Máscaras Brancas* e *Os Condenados da Terra*. Para maiores informações conferir a tese: “Fanon, o reconhecimento do negro e o novo humanismo: horizontes descoloniais da tecnologia”, de Queiroz. Disponível em: «http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/492/1/CT_PPTGE_D_Queiroz,%20Ivo%20Pereira%20de_2013.pdf». Acesso em: 17 abr. 2015.

incluir em nenhuma delas; diz ele ter passado e aproveitado o que era bom em cada pensamento.

Uma característica que não se pode deixar de realçar, é que Álvaro Vieira Pinto é um homem do seu tempo, mergulhado na realidade nacional, nos problemas que a nação brasileira precisava conhecer e enfrentar.¹⁰⁰ Disso resulta a passagem por diversas correntes filosóficas, desembocando no marxismo, pensamento este que podia melhor entender e dar resposta à realidade brasileira¹⁰¹.

A proximidade ao existencialismo sartreano¹⁰² foi interessante, ao se apropriar do termo “amanualidade¹⁰³”, desenvolvendo-o a partir da realidade brasileira, cujo conceito vai acompanhá-lo e permear toda sua obra.

Ao desenvolver o conceito de amanualidade para a realidade brasileira, Vieira Pinto enfatiza a necessidade da consciência crítica sob dois aspectos: primeiro, o potencial contido em cada realidade com sua história; segundo, utiliza um conceito da filosofia existencialista de Sartre, a “amanualidade”, que desenvolve sem comprometer a percepção ou ficar atrelado a estruturas externas. O contexto está disposto para cada sociedade dar as formas que lhe convém, a partir de sua amanualidade. “Com efeito, é o trabalho que eleva a realidade a outro grau de

¹⁰⁰ As influências que recebe resultam das condições que o cercam e o afligem no exercício de suas atividades de: docente, pesquisa em laboratório, consultório médico, chefia do departamento de filosofia e presidência do ISEB, no exílio, e como escritor. Ao longo de sua atividade profissional como docente, foi recebendo influências de alguns filósofos (São Tomás de Aquino, Sartre, Marx, Aristóteles, Kant, Hegel, Heidegger).

¹⁰¹ Leandro Konder, em seu artigo *O discreto charme do Marxismo*, diz ser o marxismo um horizonte filosófico, que possivelmente, é o mais rigoroso, o mais rico de nosso tempo. (KONDER, 2002).

¹⁰² A relação pode ser melhor entendida em *O manual e a manualidade*, artigo que enfatiza que foram conceitos fundamentais da obra *Ser e Tempo*, de M. Heidegger, disponível em: <<http://faje.edu.br/periodicos2/index.php/Sintese/article/viewFile/372/705>> Acesso em: 20 jan. 2016. E no artigo *Notas introdutórias sobre a manualidade do mundo em “Ser e Tempo” (Zuhandenheit)*, de Jayme Camargo da Silva, disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/viewFile/5906/4273>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

¹⁰³ O ponto de partida para o entendimento do conceito de “amanualidade” é a compreensão de seu entorno. Compreender o mundo que está ao nosso redor, como e por que está dessa maneira, que relação está se estabelecendo com ele, como está sendo manuseado. “Ele precisa entender que esse mundo que ele está manuseando, é um mundo fruto do trabalho”. Busca na filosofia existencialista uma forma de compreender o homem na sua situação, na sua realidade o que ele tem em suas mãos, o que ele manuseia e o que ele construiu, que é sua história e faz sentido para ele. Daí resulta o conceito de amanualidade.

O conceito de amanualidade é fundamental na filosofia de Álvaro Vieira Pinto, pois vai acompanhá-lo e dar sentido a toda sua obra. Parte do princípio de que todos têm um mundo à sua volta, manuseando-o com mais ou menos condições, e esse mundo manuseado é o mundo concreto, real para cada um. “É o amanoal do meu mundo, ou seja, aquilo que o meu mundo tem à mão. Cada situação tem um grau de amanualidade”. (Obs.: Os pensamentos que estão “entre aspas” são falas de Álvaro Vieira Pinto, presentes no vídeo desenvolvido pelo projeto “Grandes Educadores”, por Marcos Cezar de Freitas. Disponível em: <<http://tvescola.mec.gov.br/tve/video?vItem=grandes-educadores-alvaro-vieira-pinto&>>>).

amaterialidade. E com essa elevação surgem concomitantes novas características do objeto.” (PINTO, 1960, p. 69). O trabalho é visto como meio de transformação, encontro e desencontro, chave da compreensão antropomórfica da sociedade.

Esse pensamento de Vieira Pinto traz uma das primeiras percepções sobre a utilização de tecnologia para o desenvolvimento nacional. Junto com esse conceito, Vieira Pinto explica que a consciência crítica é a clareza do que *precisa ser mudado* e *como ser mudado*; esse *dever de mudar* a realidade leva a um processo de descoberta do *porquê* precisa ser mudado, que, por sua vez, leva a um *como* mudar. Na obra *Ideologia e desenvolvimento nacional*, diz que: “[...] a ideologia do desenvolvimento nacional só revela plena eficácia quando o seu sustentáculo social reside na consciência das camadas populares.” (PINTO, 1959, p. 35).

O conceito de amaterialidade serviu para desferir uma crítica ao imobilismo, dizendo que quem não precisa mudar é porque se beneficia da imutabilidade. Com isso, Vieira Pinto desferiu uma crítica ao desenvolvimento como ideologia apropriada por uma classe, neste caso, a classe dominante. Está presente, nessa disposição, o alto grau da consciência ingênua no ato do indivíduo perceber o processo e a necessidade da mudança, entretanto, opta pela estabilidade.

Para aquele autor, a ideia de amaterialidade carrega em si um poder de transformação, pois, ao ser apropriado pelo mundo subdesenvolvido, tornava-se uma arma da consciência crítica para mudar a realidade. (PINTO, 1960, v. I, p. 67). Pois é da consciência coletiva, dos grupos sociais e movimentos que emergirá as reais transformações, não para um grupo específico, mas para toda a sociedade e, de modo geral, para o interesse nacional.

O contato estabelecido com as diversas correntes filosóficas foi importante para que Vieira Pinto desenvolvesse um pensamento próprio para a realidade dos países subdesenvolvidos.¹⁰⁴ O marxismo teve uma importância fundamental em sua análise, como é perceptível nos escritos de sua última obra publicada *O conceito de*

¹⁰⁴ Em entrevista a Dermeval Saviani, com relação à experiência existencialista, Álvaro Vieira Pinto diz: “Realmente, nessa época, como estava numa transição rápida, eu assumi muitas das posições existencialistas que não conhecia até então, e assim tive oportunidade de sentir o que havia de verdade nelas, não apenas no sistema que apresentavam, mas nos conceitos que se podiam aproveitar e procurava formular por mim novas maneiras de expor certas ideias de ordem humanista, de ordem historicista e nacionalista; e acabou sendo o oposto do próprio existencialismo, mas que tinha tirado do existencialismo, no sentido de que via a realidade do homem passando por aquela situação e chegando a outras conclusões”. (SAVIANI, 1982, p. 18).

tecnologia.¹⁰⁵ Esta obra está dividida em dois volumes: o volume I tece uma ampla análise de cunho marxista e dialético da técnica, da tecnologia, continuando esse mesmo estilo no segundo volume, de modo específico, voltado à cibernética¹⁰⁶.

Os aportes teóricos de Vieira Pinto, notados pelas suas obras, sinalizam que o filósofo está em transição, seus escritos estão amparados em teorias que referendam a identidade social, como a verdadeira realidade nacional, sendo que as obras até agora publicadas demonstram tratar-se de um processo.

A partir de suas obras, pode se notar que a base intelectual de Vieira Pinto é construída com forte rigor metodológico, indo às últimas instâncias da pesquisa para fundamentar uma posição e uma percepção do conhecimento. Atribui à ciência a única forma de produzir conhecimento, provavelmente esteja presente nesta percepção o longo tempo que dedicou à pesquisa em laboratório. Vale chega a dizer em seus escritos que o discurso de Vieira Pinto era complexo, segundo ele, “às vezes, se tornava difícil perceber como poderia inserir o pensamento na realidade para a transformação real dos fatos”. (2006, p. 53).

Empenhou-se no estudo interdisciplinar dos problemas brasileiros, mantendo uma abordagem ao mesmo tempo desenvolvimentista e nacionalista.¹⁰⁷ “Ele cuidava, primeiro, de dar as bases filosóficas para assegurar o método lógico adequado, de maneira que, só então, os demais se acomessem ao exame objetivo da realidade brasileira”. (VALE, 2006, p. 53).

É possível notar, nas obras de Vieira Pinto, a constante atenção com os obstáculos da cultura e do desenvolvimento nacionais criados pelos países e grupo de centro, como também pela burguesia associada e dependente, esta inquietação persegue-o até o final de sua vida, faz uma crítica: à distinção entre “cultura alta” e “cultura baixa”, à cultura dominante e ao estabelecimento de critérios e vantagens em detrimento da outra.

¹⁰⁵ Existem alguns posicionamentos com relação a esta obra, para alguns se utiliza do método marxista materialista dialético, mesclado com outros métodos e elementos da economia, sociologia, política, cultura, filosofia, entre esses, através de artigos de: Daniel Arruda Coronel, José Maria Alves da Silva, Francisco Rudiger, entre outros.

¹⁰⁶ Diz ele: “O enquadramento da cibernética em seu fundamento dialético, único que lhe confere inteligibilidade, não parece, a julgar pelas amostras, poder ser feito pelos cibernéticos profissionais, mas deverá ser obra dos lógicos dialéticos”. (PINTO, v. II, p. 522).

¹⁰⁷ Nessa fase, seu pensamento esteve em sintonia e se caracterizou pela crescente correlação estabelecida entre o aspecto filosófico e o político, visando servir de suporte a um programa de governo.

Segundo CÔRTEZ (2003, p. 20), “Tudo pode ser resumido ao fato de Vieira Pinto representar a mais bem elaborada inteligência histórica acerca da realidade nacional.”¹⁰⁸

Vieira Pinto possui uma vasta produção intelectual, uma capacidade de análise crítica como poucos no cenário brasileiro, adotou um método de escrita que o vai levar a severas críticas¹⁰⁹. Sua obra está em sintonia com os problemas nacionais, procura desenvolver o pensamento crítico com relação ao desenvolvimento, ao conflito de classes, à opção da burguesia pelo capital transnacional, pelo capitalismo dependente.

Vieira Pinto foi até as últimas consequências naquilo que acreditava, por exemplo, o estilo e conteúdo dos textos de Vieira Pinto têm como alvo não a academia, mas o público não especializado. O autor preocupa-se com a transformação da realidade. Por essa razão, *Consciência e realidade nacional*, escrita na década de 1950 e publicada pelo ISEB em 1960, traz uma linguagem e um método que não necessitava que o leitor tivesse bases filosóficas. É uma obra extensa, publicada em meio aos debates nacionalistas e desenvolvimentistas, onde desenvolve seu pensamento de forma lógica em sintonia com a realidade nacional, com a “compreensão dos problemas do homem brasileiro no seu contexto semicolonial”. (CÔRTEZ, 2003, p. 25).

A primeira recepção da obra *Consciência e realidade nacional* oscilou entre o entusiasmo, a rejeição¹¹⁰ e o estranhamento de seu vocabulário¹¹¹, em que adota um estilo próprio, marca de todas as suas obras, não por desconhecimento, ao contrário, fazia parte da academia, e dirigia-se a eles sem titubear nas suas posições. Vieira Pinto falava a quem de fato fazia sentido, aos alunos.

¹⁰⁸ Entretanto, na ocasião do falecimento do filósofo brasileiro que morre em completo ostracismo intelectual, Côrtes (2003, p. 20), comenta: “Não que sejamos um povo ingrato ou particularmente desmemoriado. Talvez o problema seja outro: as tintas da história pátria são sempre mais coloridas e dramáticas do que aquelas que pintam a trama do Primeiro Mundo.”

¹⁰⁹ Vieira Pinto não se utiliza de referência bibliográfica, raras são as vezes em que aparece referência a autores, razão de algumas críticas.

¹¹⁰ Côrtes resgata algumas expressões, tais como: “verdadeira suma do pensamento isebiano”, “a obra clássica do desenvolvimentismo dos anos 50”, uma espécie de índice da “crise do espírito nacional”, conferir em (2003, p. 25) e (2003, p. 232).

¹¹¹ Côrtes tece uma impressão sobre os escritos de *Consciência e realidade nacional*, pelo pouco tempo em que foram escritos, seu vocabulário parece ter-se tornado “opaco e ultrapassado”, quem os for ler vai sentir um estranhamento conceitual e um distanciamento histórico, contendo ideias envelhecidas, termos em desuso e antiquados que se perderam em um passado intelectual. (CÔRTEZ, 2003, p.25).

Essa obra compreende dois volumes: o primeiro aborda a consciência ingênua, dividida em introdução teórica e fenomenologia descritiva da consciência ingênua; e o segundo volume aborda a consciência crítica, o sistema categorial da consciência crítica e os princípios para uma política nacionalista, compreendendo, assim, quatro partes, consoante para uma compreensão da consciência crítica.¹¹²

A forma lúcida do pensar sabe que é tal pelo reconhecimento que encontra no pensar de outrem e porque compreende que seus próprios enunciados dependem, para sua verdade, da comunicação estabelecida com as demais existências. O pensar crítico da realidade nacional não afirma nenhuma proposição como verdade *a priori*, descoberta pela reflexão pessoal, autossuficiente, antes sustenta que a verdade é um valor social, exige a participação do outro, que a deve aceitar mediante condições que lhe sejam próprias, do contrário não passaria de lucubração solipsista. (PINTO, vol.I, 1960, p. 189).

Para Vieira Pinto a consciência crítica e a consciência ingênua eram duas formas de perceber, e pelas quais acontecia o enfrentamento da sociedade; para ele a forma de percepção, *crítica ou ingênua*, se dá na forma de um processo relacionando-o com o meio do qual o homem participa, dizia que: “nenhuma consciência existe isolada, em face apenas do mundo dos objetos”. (PINTO, 1960, vol. I, p. 418).

Uma coisa é perceber o mundo, outra é percebê-lo com a certeza de partilhar com outro ser humano o conhecimento dele. Neste caso tenho de admitir que a minha compreensão é uma entre muitas concomitantes, o que me conduz ao problema do privilégio na posse da verdade. (PINTO, 1960, p. 418).

A obra de Vieira Pinto, *Consciência e realidade nacional*, é uma forma de entender a realidade nacional, considerando as ideologias e condições do desenvolvimento nacional, tema que Vieira Pinto carrega em todas as suas obras, numa abordagem dialética.

A obra *Ideologia e desenvolvimento nacional* é de 1956, proveniente do discurso proferido na abertura oficial do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, no ano de 1956, editado em 1959 com o apoio do Ministério da Educação. Esse

¹¹² Côrtes cita que a obra *Consciência e Realidade Nacional*. Segundo o próprio autor, é dirigida a todos, mesmo quem não tivesse noção de filosofia, tinha condições de entender, repetitivo nas colocações, tornando-se com isso cansativo, se não utilizasse esse método, seus escritos poderiam estar registrados em menos páginas.

pronunciamento pode ser considerado uma mostra de suas ideias que serão aprofundadas posteriormente em outros trabalhos escritos. Inicialmente, acentua a realidade nacional, as condições atuais da sociedade, e alguns aportes das causas que levaram às condições por ele relacionadas de “retardamento do progresso”. Dizia ele: “ficamos cantonados em uma compreensão de nós mesmos produzida a partir de ângulos parciais, [...] faltou porém, ao Brasil, para entender-se a si mesmo, aquilo que Leibniz chamava o ponto de vista do infinito”. (PINTO, 1960, p. 13).

É uma obra inicial, enquanto estrutura do pensamento de Vieira Pinto, no entanto, se observa uma ligeira crítica ao apequenamento nacional, a crítica ao privilégio de classe, o aligeiramento nas conclusões a partir dos imprecisos dados da pesquisa científica, segundo ele:

Nosso ponto de vista sempre foi o do finito, ou porque o observador não se interessava, senão por algum aspecto parcial da nossa realidade, e nele esgotava a capacidade de análise e compreensão, ou porque – e isto é mais grave –, mesmo quando tentava abranger o conjunto da realidade brasileira no espaço mundial e no tempo histórico, o fazia segundo a simples e elementar perspectiva das correlações geográficas e da história meramente descritiva. (PINTO, 1960, p. 13).

Nessa obra, Vieira Pinto redige um conjunto de teses¹¹³ para o desenvolvimento nacional, segundo ele, a partir dessas propostas se estaria em sintonia com a realidade, e com o desejo das massas. Finaliza esse livro com uma reflexão sobre a educação, mais tarde aprofundada em outro trabalho.

O livro *A questão da universidade*¹¹⁴, editado na década de mil novecentos e sessenta com o apoio da União Nacional dos Estudantes – UNE, recupera o debate sobre o papel da universidade; é o resultado de uma conferência realizada na UNE, na qual realça o papel progressista do Movimento dos Estudantes, em contraste com o conservadorismo dos professores.

¹¹³ A compreensão do desenvolvimento, para Vieira Pinto, em meados da década de 1950, é notada através de um conjunto de teses: 1ª “Sem ideologia do desenvolvimento não há desenvolvimento”; 2ª “A ideologia do desenvolvimento tem necessariamente de ser fenômeno de massa”; 3ª “O processo de desenvolvimento é função da consciência das massas”, e 4ª “A ideologia do desenvolvimento tem de proceder das massas”. As teses são um processo, ao desenvolvê-las amplia-se a visão de mundo crítico, para uma realidade onde é possível compreendê-la e atuar.

¹¹⁴ Seu conteúdo é a expressão viva da coragem e da idoneidade intelectual do autor. De forma serena e refletida, constitui, no entanto, um libelo de certo modo violento ao elitismo, conservadorismo, arcaísmo e à alienação das estruturas universitárias a serviço da dependência cultural, imposta pelos interesses dos grupos que dominam economicamente e, por consequência, impõem seu poder ao conjunto da sociedade. (SAVIANI, 1986, p. 5).

De acordo com Dermeval Saviani (1986, p. 7), essa obra é escrita em um período crucial da história brasileira, em que se precisa recuperar um momento de luta das relações entre universidade e sociedade, as responsabilidades e os compromissos sociais com a população trabalhadora que o ensino superior precisa assumir. Para Vieira Pinto (1986, p. 10), esse trabalho tem o objetivo de, tão somente, ajudar, pela crítica sem ódio, a construir a verdadeira universidade da qual o povo brasileiro necessita, como um dos instrumentos importantes para a conquista de sua cultura, riqueza e liberdade.

Os temas: reforma universitária; o que é a universidade; a universidade e a classe dominante; condições de trabalho; reforma; imperialismo; luta estudantil, entre outros, abordados na obra *A questão da universidade* contribuem para formalizar uma visão sobre a realidade brasileira, sobressaindo a inquietação de Vieira Pinto com a formação dos estudantes; com a estrutura da universidade excludente que representa unicamente a classe burguesa, marginalizando as demais; com o “sistema político” e alienador da universidade, o qual necessita ser mudado para ela não estar subjugada a uma classe, e sim ser um instrumento de reforma juntamente com todas as outras de que o país carece.

A questão da Universidade ressalta as décadas de mil novecentos e cinquenta e sessenta, como sendo a de uma sociedade desigual, cheia de contradições necessitando das reformas; a universidade era expressão e reprodução das desigualdades sociais. Nessa obra, Vieira Pinto enfatiza a necessidade de acontecer as reformas de base necessárias, e entre elas estava a reforma universitária, com a finalidade de também atender a classe trabalhadora. A universidade, da forma como existia e atuava, estava restrita e definia-se como um centro de irradiação de teorias ideológicas de uma classe, expressão de um sistema capitalista. A universidade precisava “deixar de ser um centro distribuidor da alienação cultural do país, para convertê-la no mais eficaz instrumento da criação de uma nova consciência estudantil”. (PINTO, 1986, p. 15).

A reforma da universidade necessitava acontecer por não desempenhar um papel pedagógico, e sim político, a classe dominante exercia o domínio e o controle da universidade, à qual poucos tinham acesso, a maioria ficava de fora e sequer podia pensar na possibilidade do ensino superior. A universidade estava reservada à classe dominante. Segundo Vieira Pinto, “A classe dominante produz a universidade para que esta produza os sociólogos e juristas que defendam aquela classe”, um

ciclo que tem o objetivo da manutenção da estrutura. “[...] é uma instituição que por sua essência atual, suas raízes históricas e seus fins confessos, está a serviço de um sistema de comando social por parte de determinado grupo.” O papel desse grupo hegemônico está em ocultar, não deixar que evidências de controle apareçam, se utilizando de artimanhas e da negação, produzindo assim um esquema intelectual de dominação, “entre os quais se conta, precisamente, aquele que apresenta a universidade como independente de toda vinculação com a classe dominante e inocente de qualquer serviço aos poderosos, para o fim de manter-lhes o poderio”. (PINTO, 1986, p. 26).

Isso significa que há um pensamento em torno da manutenção da estrutura de poder por parte da elite em todos os segmentos da sociedade: social, político, econômico, educacional, cultural. A análise da universidade, pela obra de Vieira Pinto, permite perceber que a classe dominante está entranhada nas instituições, disseminando as mais perniciosas ideologias.¹¹⁵ “[...] as classes dominantes precisam da universidade para se perpetuar, as massas precisam dela para abrir caminho à sua ascensão histórica”. (PINTO, 1986, p. 73). A universidade torna-se um expoente de ideologias requisitadas, a insistência de Vieira Pinto por uma reforma universitária é para que esta se identifique com a sociedade brasileira.

*Por que os ricos não fazem greve?*¹¹⁶ é uma obra em seis títulos que tem como assunto central os ricos e a greve, e possibilita várias interlocuções pertinentes a eles. Parte de uma discussão sobre o homem, este ser social que não nasce pronto, mas se faz ao longo da sua existência, sendo o trabalho o que o distingue dos outros animais. Conforme Vieira Pinto, o homem atua sobre a natureza com a finalidade de se sustentar e desenvolver sua existência, dessa forma, o trabalho faz parte da essência da existência humana.

¹¹⁵ “Torna-se evidente que a cultura, produzida pela universidade, define-se por uma cultura alienada, pois luta contra as camadas ‘populares’. Sem dúvida, na sociedade atual, a universidade é um produto de cunho falso e estranho. Conforme afirma o teórico Pinto (1986), a universidade é inculta, dada a situação de classe da maioria daqueles que teriam, por hipótese, de produzir.” (LIMA, 2014, p. 7). Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/AYHnkF4c.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2015. Esse tema também pode ser aprofundado na obra *A questão da Universidade*, de Álvaro Vieira Pinto, e também na tese de Michelle Fernandes Lima “Atualidade do pensamento de Álvaro Borges Vieira Pinto para o debate sobre a reforma da universidade brasileira”. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/34431>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

¹¹⁶ Essa obra editada pelo ISEB sob o nome de Caderno do Povo Brasileiro, nº 4. *Por que os ricos não fazem greve?* atingiu sozinho 100 mil exemplares. A média era de 20 mil exemplares cada. Foram editados 28 volumes, alguns tendo várias edições.

Vieira Pinto refere que os conceitos sobre o trabalho são idealistas, não versam sobre o caráter social, “são concepções favoráveis às teorias filosóficas, sociais e econômicas das classes exploradoras, às quais convém apresentar o homem como sendo naturalmente objeto do trabalho.” (1962, p.11). Nessa obra, *Por que os ricos não fazem greve*, Vieira Pinto distingue a atuação de duas classes: a dos ricos, representantes da aristocracia intelectual e orgulhosa de sua posição, classe presa aos interesses econômicos que se aproveita do trabalho do povo; e, de outro lado, a classe trabalhadora à qual são negadas acesso a melhores condições econômicas, educacionais e sociais, e temem que ela conheça que está nelas mesmas a possibilidade de mudança, diz ele: “ser o homem o criador da sua própria existência mediante o trabalho”. (PINTO, 19862, p. 11). Descreve a classe rica como parasita e ociosa, uma vez que só se beneficia do trabalho de outros, ressaltando que quando a classe trabalhadora adquirir a consciência de *si*, chegará a perceber o verdadeiro significado do trabalho; são conceitos importantes, mas amplamente confundidos pela classe dominante.

O autor identifica que há um interesse da classe dominante de mistificar a consciência das massas com teorias errôneas, com a finalidade de desviar a atenção e impedir de compreender a divisão da sociedade capitalista entre ricos e pobres, e por que tal divisão persiste. Segundo ele: “na raiz de todas as teorias enganadoras encontra-se o desejo de ocultar ao povo em geral a origem e a causa da situação privilegiada de que goza essa minúscula minoria que compõe os denominados ricos.” (PINTO, 1962, 14).

O objetivo de quem ostenta o poder é não deixar saber “quem são os ricos e por que se tornaram ricos.” Vieira Pinto critica a estrutura social, só há os ricos porque a condição social permite a espoliação social do trabalho, ele afirma que geralmente a riqueza vem da exploração do trabalho dos despossuídos de bens. “O povo, a imensa maioria da população permanece em estado de pobreza porque, embora seja a possuidora da força de trabalho que cria a riqueza, não é possuidora dos resultados do seu trabalho.” (PINTO, 1962, p. 16).

Nessa obra, Vieira Pinto desfere severas críticas ao sistema capitalista, à classe burguesa, aos intelectuais, ao desenvolvimento econômico capitalista dependente, ao maquinismo e critica a atuação dos políticos pelo seu desempenho em defesa dos representantes da classe dominante. Ressalta ainda que o domínio da classe dominante é resguardado pelo serviço do Estado, pela imprensa, pelo

poder econômico, pelo capital sob todas as espécies, pela universidade, pelo púlpito e por todos os que se aninham na situação vigente injusta e interesseira. (PINTO, 1962, p. 30).

Além disso, exacerba seu otimismo ao referir que a derrocada desse sistema capitalista, modelo adotado e defendido pela *classe rica, banqueiros, industriais*, é inevitável a partir da consciência das massas, a qual virá pela teoria e pela dureza da realidade excludente.¹¹⁷

Essa obra é relevante para compreender o contexto social, político e econômico de Vieira Pinto, assim como outras obras que fazem parte dos *Cadernos do Povo Brasileiro*¹¹⁸, estes, vão trazer elementos estruturais da composição da sociedade, bem como questões sobre o processo político e econômico pelo qual passa a sociedade brasileira. São documentos de análise que evidenciam que os pobres, os trabalhadores, não são uma categoria interpretativa da sociedade, mas fatos de origem econômica. Problemas que estão presentes na sociedade e são simultâneos ao pensar num projeto de desenvolvimento, e os Cadernos vieram contribuir para a exteriorização dessas vozes.

Vieira Pinto observa que os ricos contam com a posse dos meios de comunicação, com o controle dos meios de difusão das ideias, de tal forma que, quando se dirigem às massas, são a voz dominante, suas ideias e seu modelo de vida é que estão sendo difundidos.

¹¹⁷ Esta obra mescla, em diversos momentos, a filosofia de Hegel e a batalha do senhor e do escravo, onde certamente o senhor não tem alternativas, a não ser deixar a sua condição de senhor, em se referindo à realidade brasileira, demonstra ser bastante idealista, necessitando de um processo de conscientização que assinala ser longo.

¹¹⁸ Foram publicados no período de 1962 a 1964, com o objetivo de elevar o nível da consciência popular e de oferecer subsídios para o debate das questões candentes no cenário nacional. Eram publicações ligadas ao ISEB e trabalhos não remunerados, mas que tinham a chancela do ISEB e da Editora Civilização Brasileira S.A.. Angélica Lovatto apresenta os 28 volumes editados, sendo 24 cadernos regulares e mais quatro extras, estudando a função social dos cadernos no período do *nacionalismo-reformista*, ela sublinha que “os cadernos cumpriram uma importante função social nas lutas sociais do período.” A tese de Angélica Lovatto, intitulada *Os cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira*, teve a orientação do Professor Dr. Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, na PUC/SP em 2010. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp138910.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2016. Segundo Lovatto, “A efervescente sociedade da época estava em plena discussão sobre as Reformas de Base, as Ligas Camponesas atingiam seu ápice, as greves multiplicavam-se. A cultura agitava o país através da Bossa Nova, do Cinema Novo, do Teatro de Arena. Enfim, publicações como os Cadernos tinham um fértil campo de disseminação e eram, a um só tempo, fruto desse contexto histórico e influentes sobre ele”. (LOVATTO, 2010, p. 90)

Esse período teve inflexões importantes no debate sobre o desenvolvimento brasileiro e caracterizou-se por redefinições da ideologia nacional. Na obra de Almeida (1995), *Ideologia nacional e nacionalismo*, encontra-se uma interessante periodização do nacionalismo brasileiro.

A aparelhagem de opressão ideológica não se exerce agora graças tão somente ao prestígio social, à cultura monopolizada por pequeno grupo de letrados; faz-se por intermédio das máquinas de difusão das ideias, a imprensa, o rádio, o cinema, a televisão, que ingressam assim na categoria dos bens mais valiosos entre os que compõem a fortuna dos ricos. (PINTO, 1962, p. 60).

O autor, nesta obra, faz uma investigação do comportamento da burguesia brasileira, aliada da burguesia externa, mencionada no início deste capítulo, parceira do poder estatal; uma burguesia que se adapta aos diversos ambientes e se despe dos valores como classe revolucionária historicamente notada em outras realidades. A classe burguesa brasileira é uma estrutura parasitária presente nos mais diversos momentos da história brasileira, entretanto, com uma característica passiva e patética.¹¹⁹

Na obra *Por que os ricos não fazem greve?*¹²⁰, Vieira Pinto aponta a dimensão política da greve, sua finalidade de alterar as precárias condições sociais; avançando para além da perspectiva econômica, a greve, afirma ele: “é um instrumento natural para a conquista do poder”. (PINTO, 1962, p. 103).

No realce da dimensão política da greve, Vieira Pinto identifica a importância dos movimentos como meios de ascensão ao poder. Essa abordagem é expressão da década de mil novecentos e sessenta, são ideias revolucionárias em oposição à classe vigente no poder e à estrutura estatal. São momentos que exigem análises profundas da realidade interna e externa, a percepção política não pode ficar restrita a fatos ou vinculá-los a um rol de reivindicações, as circunstâncias econômicas e

¹¹⁹ “O domínio do capital de fora é praticamente universal e só tende a crescer com as sucessivas capitulações que impõe ao setor nacional da economia brasileira. Esse extraordinário influxo econômico traduz-se em predomínio político. A burguesia capitalista nacional vê-se estirada em direções diversas e contraditórias, o que explica o seu comportamento incerto, incoerente, vacilante. Por um lado, seus interesses, em princípio, se opõem ao do capital estrangeiro, mas necessitando também de proteção política para figurar na classe dominante, e reconhecendo que, nessa esfera, o domínio do estrangeiro permanece, a bem dizer, completo, vê-se obrigada a se aliar ao capital forâneo, pois, a não ser assim, ou ficaria sem apoio algum, ou teria de pedir proteção às próprias massas trabalhadoras que explora. Sua conduta tem de ser, pois, incoerente e alternante; não ousa afrontar o capital estrangeiro, senão de modo esporádico e assistemático. Por outro lado, desejaria receber apoio das massas na luta contra o invasor, mas não as pode ter por aliadas fiéis e duradouras porque são as vítimas da sua atividade espoliadora.” (PINTO, 1962, p. 37).

¹²⁰ Vieira Pinto, em sua análise, acompanha diferentes sentidos para a greve: o sentido para os patrões e a classe trabalhadora. “Para a classe trabalhadora, a greve não fracassa nunca, mesmo quando é impedida, frustrada pela incompreensão ou traição dos “fura-greves”, derrotada pela violência ou apenas parcialmente vitoriosa.” (PINTO, 1962, p. 75). Enquanto que para o patrão é um fracasso sempre, diz ele que a consciência do trabalhador é resultado de uma “constelação” de fatores. No movimento grevista o trabalhador vê “sua qualidade de sujeito humano do trabalho, de sua soberania sobre as forças produtivas e as relações sociais que o envolvem”, portanto a greve, qualquer que seja o desfecho, produz “um avanço no desenvolvimento da consciência das massas e um incremento do seu potencial político”. (PINTO, 1962, p. 75-76).

melhorias trabalhistas, dizem respeito à consciência de classe, a qual tem de ser apreciada enquanto um processo real, em sua totalidade.

O livro *Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica* traz um dos muitos problemas identificado por ele, presente na história da sociedade brasileira, seguidamente posta em pauta: a carência de pesquisa. Esta obra é resultado de suas aulas em Santiago do Chile, durante o ano de 1967, constituem seus estudos, temas instigantes e cruciais para entender a realidade humana. *Ciência e existência*¹²¹ refletem os vários ângulos do pensar filosófico, nesta obra estão presentes estudos que evidenciam a necessidade da compreensão filosófica da pesquisa científica, abordando a necessidade da reflexão desse tipo de conhecimento, a exigência da formação do pesquisador. Para o autor, a pesquisa estava posta como uma necessidade à qual não podia deixar de dedicar-se, nela estaria depositada a evolução do conhecimento.

O conceito de conhecimento é entendido, aqui, como resultado da caminhada existencial do homem, respaldado pelos seus sentidos a partir da racionalidade. Para Vieira Pinto, o conhecimento é “a possibilidade de dominar a natureza, transformá-la, adaptá-la às suas necessidades”. Segundo ele, desde os primórdios da vida biológica, até às escalas mais elevadas da ideia de *consciência humana*, o conhecimento multiplica-se graças à pesquisa científica, “cuja finalidade última consiste em dotar a consciência de novas ideias, representativas de conteúdos até então ignorados da realidade exterior”. (PINTO, 1979, p. 13).

Vieira Pinto, em suas aulas, mescla as correntes filosóficas fenomenológicas e marxistas, trabalha a percepção da construção que rege todo o fenômeno, que é contraditória e dialética. “O conceito de totalidade assume importância primordial porque, embora o todo se constitua a partir dos elementos, estes só se explicam e se tornam possíveis pela precedência da totalidade, que dá origem a cada novo ato de pesquisa.” (1979, p. 14). Os fatos precisam ser percebidos nas suas relações, os sentidos só fazem sentido na totalidade.

¹²¹ Algum dos tópicos abordados: A necessidade da compreensão filosófica da pesquisa científica; A evolução do conhecimento; Os caracteres do conhecimento científico; Os dois caminhos da ciência e da lógica; A ciência como produto existencial das relações entre o homem e o meio; A historicidade da razão e a origem do conhecimento metódico; Teoria da cultura; O conceito de finalidade na teoria da cultura; A significação da lógica dialética; Os conceitos e as leis dialéticas; O caráter existencial do pensamento dialético; O papel da prática e a concepção da pesquisa científica como trabalho; Os condicionamentos materiais, culturais e sociais do trabalho científico; A criação da ciência e a situação existencial do trabalhador científico; O significado ideológico da pesquisa científica e a formação do pesquisador.

O pensamento dialético explica-nos que não existe começo absoluto no tempo, não tem sentido perguntar pelo que logicamente vem primeiro, se o todo ou a parte, mas apenas indagar qual dessas categorias, na análise epistemológica, e sob que ângulo particular, tem a primazia. (PINTO, 1979, p. 15).

Uma das características dessa obra é deixar clara a situação existencial *como processo*: “Não se pode falar de “começo absoluto”, mas apenas de processo indefinido, sem início assinalável.” A historicidade da ciência consiste na história dos métodos de que se utiliza, no exame e compreensão do próprio pensamento. Como se pode observar, a verdade equivale a um juízo verdadeiro ou a uma proposição verdadeira, mas significa também conhecimento verdadeiro, porém, é histórica e advém de uma sucessão de fatos temporais que fazem sentido para o momento, neste sentido é provisória, e nessa acepção a verdade é um devir. Acumulando as verdades parciais, o conhecimento acumula o saber, fundando um processo infinito para a verdade total, exaustiva e, deste modo, absoluta.

Nessa obra o método dialético vai ser uma característica de seu processo investigativo, que se acentua com o passar do tempo, em outras obras, como é observado no *conceito de tecnologia*. Nela o autor trabalha o conceito de dialética na natureza, em que a lógica formal exclui a lógica dialética. Retoma a superioridade da lógica dialética, afirmando ser uma forma superior de pensamento, dado que a formal processa por exclusão, enquanto que a lógica dialética processa por inclusão, incorporação e separação.

Uma das características da escrita de Vieira Pinto é a de retomar a discussão de temas já abordados em outras obras, acrescentando sempre elementos novos ou novas perspectivas e correlações ao tema discorrido. A retomada desses temas é proveniente das transformações decorrentes da intervenção progressiva e consciente no meio, e, neste sentido, o homem é o agente criador de suas qualidades e sensações reais. E, por sua vez, segundo o autor, “A ciência é, portanto, o produto final do processo de evolução biológica do conhecimento, o produto final do processo de evolução biológica do conhecimento”¹²². (PINTO, 1979, p. 84).

¹²² Vieira Pinto acentua a importância dos dados históricos para o conhecimento verdadeiro, segundo ele, “os alicerces concretos são o dado histórico em que se apoia a teoria do conhecimento em geral, e a da racionalidade em particular”. (PINTO, 1979, p. 112). A valorização dos elementos históricos vem ao encontro dos objetivos elencados no início deste tópico, isto é, de ver no arcabouço de Vieira Pinto indicadores de conhecimento conjuntural.

Nessa mesma obra, Vieira Pinto faz um destaque à teoria da cultura como resultado do processo produtivo, pois, para ele, a cultura se torna mediação de toda a realidade humana, inclusive sendo interpretada como bem de produção e consumo, ao identificar que ela está sendo criada e ao mesmo tempo é criadora da natureza mediada pelo homem. “Deste modo, produz-se a acumulação do saber, e a ciência se mostra constantemente determinada pelo seu desenvolvimento histórico”. (PINTO, 1979, p. 519).

Em *Ciência e existência*, Vieira Pinto trabalha com um conceito de homem distante da ilusão e da abstração, o sentido de homem empregado é o do pesquisador. Para ele o pesquisador é o sujeito que atua na fronteira do desconhecido, “[...] quando dotado da consciência crítica, reúne em si todas as qualidades precedentes” (1979, p. 533), podendo assim transformar as contradições da existência, se estiver em comunhão social. A esse respeito, sublinha que uma estrutura social justa e digna da existência do homem só é possível pela mediação da sociedade, no seu envolvimento e trabalho para resolver os problemas sociais o homem precisa participar, “envolver-se na trama das condições de ordem inter-humanas, nos conflitos entre grupos, classes e interesses que movimentam os demais homens aos quais está ligado”. (PINTO, 1979, p. 533).

Vieira Pinto destaca que o pesquisador não pode “[...] prescindir ou desinteressar-se da sociedade, nem aceitar passivamente tal qual existe ao seu redor, com os conflitos, impedimentos e injustiças que nela se encontram.” Ainda segundo ele, o objetivo do pesquisador é o conhecimento, mas dadas as condições sociais e suas funções imediatas, o que ele visa é a “transformação da sociedade e a humanização da existência”. (PINTO, 1979, p. 534).

Nesta perspectiva última, a criação de uma sociedade justa e humana é o objetivo imediato, final, incondicionado, para o qual o pesquisador tem de contribuir com o seu trabalho de estudo e descoberta da natureza, que se torna, então, o objetivo mediato para alcançar este resultado inexcedível, absoluto e permanente. Daí a inevitabilidade do seu papel político. (PINTO, 1979, p. 535).

Vieira Pinto entende que o pesquisador, ao fazer uma deliberação política, encontra o mais alto grau de percepção de si, precisa assessorar-se dos meios que estão ao seu dispor para humanizar a sociedade. Essa percepção virá da solução prática dos problemas, das contradições que mantêm a distância de tudo o que opõe

os homens em sociedade. “A criação de uma sociedade humanizada representa o termo supremo incondicionado e definitivo, a que deve visar o esforço de criação da ciência”. (PINTO, 1979, p. 534). O objetivo máximo da ciência na sociedade seria o aperfeiçoamento do desenvolvimento mediado pelo homem.

A obra escrita *A sociologia dos países subdesenvolvidos*¹²³ tem uma aproximação metafórica à oração católica Salve Rainha, onde se vê a expressão “*vale de lágrimas*”. Segundo FÁVERI (2008, p. 413), Vieira Pinto inicialmente mostra o comportamento da elite, suas práticas para ocultar “os fundamentos sociais desse ‘vale’”. Com o uso dessa “imagem”, o autor quer mostrar a conveniência, para os poderosos, de manterem a sociedade sob uma “alienação religiosa e a ingenuidade essencial da consciência pessimista dos pobres”. Naquela obra o autor reafirma a sua “interpretação dialética hegemônica da realidade e a estrutura de classes sociais antagônicas, propostas pelo materialismo histórico”.

Na obra referenciada, Vieira Pinto retoma os instrumentos ideológicos da classe social hegemônica, com fins de ocultação do *vale*, expõe a *natural* divisão por classe social, na qual *sempre haverá uma maioria sofredora*, ocultando os agentes a serviço da subserviência e manutenção da estrutura de domínio dos poderosos, temas também desenvolvidos em outras obras. “As ‘lágrimas’ não modificam o ‘vale’”. A libertação deverá ser um empreendimento do povo subjugado, que somente a fará com o suporte de uma teoria-realidade.” (FÁVERI, 2008, p. 413). A obra expressa uma necessidade de se criar uma “teoria revolucionária” que liberte a massa do pensamento ingênuo e do imobilismo, criados pelas explicações religiosas. No livro citado anteriormente, Vieira Pinto é mais crítico para com a religião, insiste no rompimento da mistificação humana e cristã a serviço da classe dominante e, da mesma forma, analisa a legitimação científica da opressão; esse sistema só atende aos interesses de quem detém o poder e os meios de produção.

¹²³ “OBS.: Este trabalho integral, a que demos o título de “Sociologia do vale de lágrimas”, foi planejado para ser constituído por quatro capítulos, que tratariam: 1º) da ocultação do “vale de lágrimas”; 2º) das origens dele; 3º) das características que o representam; 4º) finalmente, da extinção desse abismo de desespero e desumanidade. O incoercível desdobramento das considerações, à medida que escrevíamos, destruiu os planos abstratamente compostos e, agora, em vista da extensão tomada pelo que foi realizado, torna-se impraticável aplicar a distribuição imaginada. Consequentemente, este modesto espaço reflexivo terá de ficar assim como está. Não foi feita a divisão em capítulos, mas apenas em alguns subtítulos. No estado em que hoje o deixo representa pouco mais que o rascunho de um futuro livro que, provavelmente, nunca será publicado. Álvaro Vieira Pinto, Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1975.”(PINTO, 2008, p. 412).

A obra ajuda a compreender a estrutura social, política e econômica de Vieira Pinto, posterior à década de 70¹²⁴, na qual faz referência à estrutura ideológica de dominação que converge para sua essência, isto é, “o capitalismo é o destino da humanidade civilizada”. “Deslocam-se os conflitos de classe para reações individuais ou coletivas de cunho patológico.” (PINTO, 2008, p. 414). Faz referência aos diversos meandros e subterfúgios ideológicos que levam a classe trabalhadora a um comportamento inexpressivo socialmente, mas todos previsíveis.

Vieira Pinto, nesta obra, de maneira direta, tece uma crítica à estrutura da sociedade capitalista, aos controles ideológicos imperceptíveis à grande maioria da sociedade. São conjunturas viabilizadas através de programas, teorias, atuação dos técnicos em suas áreas específicas, cerceando e conduzindo indivíduos, através de seus frágeis e tendenciosos vereditos. Segundo Vieira Pinto, a finalidade “é obter trabalho docilizado na ordem capitalista” e enumera, ao longo da obra *A Sociologia dos países subdesenvolvidos*, críticas às formas de comportamento da elite para se perpetuar no poder, se utilizando de inúmeros subterfúgios para desvencilhar o atual sistema das tentativas de revolução.¹²⁵

Segundo Vieira Pinto, “o capitalismo e o imperialismo reescrevem a história em função de seus interesses”. (2008, p. 416). É a *arquitetura de poder*, descrita por outros autores já mencionados anteriormente, que aparece com outras roupagens e contempla o contexto neoliberal com ampla possibilidade de comunicação e informação decorrente de inúmeros mecanismos, intensificando a hegemonia da burguesia. Por outro lado, a classe trabalhadora, a grande massa que compõe a sociedade, sofre regulada pelo “pastor” a serviço do poder e pela “subserviência” das massas. Na arquitetura há um instrumento ideológico.

O livro de Vieira Pinto tem a finalidade de compreender a realidade do homem no mundo, as amarras, os engodos, e as ideologias que cercam e aprisionam o homem.

Respondendo à questão essencial, após essa apresentação da obra de Álvaro Vieira Pinto: que permite perguntar o que representam Vieira Pinto para esta

¹²⁴ São assertivas considerando ser uma de suas últimas obras, dito por ele como não finalizada, necessitando uma revisão. Aliado a isso novas ideias fazem parte do vocabulário de Vieira Pinto

¹²⁵ Segundo Fáveri, nesta obra Vieira Pinto enfatiza a necessidade de construir, com procedimentos lógico-dialéticos, o que considera uma autêntica sociologia do subdesenvolvimento ou classe trabalhadora dominada, em contraposição aos procedimentos formais usados pelas ciências da dominação e destinados a manter os povos subdesenvolvidos no estágio colonial, como fornecedores de matérias-primas e de trabalho a grupos ou países superpotentes. (FÁVERI, 2008, p. 415).

tese? Antes de se voltar para algumas ideias que poderiam ser entendidas como resposta, é necessário considerar alguns aspectos, entre eles: são muitos e variados os pensamentos de filósofos que permeiam sua obra; em muitas correntes filosóficas que fazem parte do pensamento de Vieira Pinto, a partir dos seus escritos, se observa que estão contemplados diversos tempos históricos e acontecimentos variados. Além do mais, Vieira Pinto é um filósofo de seu tempo, nas suas análises, quando desenvolve um tema, observa as muitas perspectivas possíveis no seu tempo histórico. Portanto, as obras expuseram a realidade da massa trabalhadora, suas condições como mercadoria, usada para satisfazer a ganância dos ricos; nota-se que a classe burguesa está aliada ao capital externo, não mantendo compromisso algum com o país, com as condições da sociedade brasileira. A arquitetura do poder se mantém, hegemonicamente, nas mãos da burguesia. Ao expor essa realidade, desvenda as razões do desenvolvimento das políticas públicas educacionais, de modo específico, do Instituto Federal do Paraná.

Além dos livros escritos por Vieira Pinto, existem alguns estudos pertinentes e relacionados ao autor, em que pesquisadores buscaram entender o seu pensamento: são livros, teses, dissertações e artigos, traduções¹²⁶ feitas pelo autor, matérias que ajudam a compreender Vieira Pinto e o contexto histórico vinculado ao seu período existencial. A seguir, serão apresentados alguns desses materiais inventariados e referidos a Álvaro Vieira Pinto como contribuição a esta revisão de literatura.

¹²⁶ São 24 traduções encontradas até o presente momento, seis realizadas com seu nome e dezenove com pseudônimos, (Mariano Ferreira; Floriano de Souza Fernandes; Francisco M. Guimarães), identificadas como realizadas por Álvaro Vieira Pinto. Lista (parcialmente) em ordem cronológica de primeira publicação: 1) *O Poema de Parmênides*: Tradução literal sobre o texto grego; 2) *Razão e anti-razão em nosso tempo*, JASPERS, Karl; 3) *Perfil do Futuro*, CLARKE, Arthur C; 4) *Cibernética e Teologia: O Homem, Deus e o Número* de RAPP, Hans Reinhard; 5) *Experiências: ensaio autobiográfico de um dos maiores historiadores do século XX*, TOYNBEE, Arnold Joseph; 6) *Críticas de las teorías y la política burguesas de la población*, SMULEVICH, Boleslav Iakovlevich; 7) *Introdução à Teoria Dos Sistemas*, CHURCHMAN, C. West; 8) *Linguagem e Pensamento*, CHOMSKY, Noam; 9) *Linguística Cartesiana: um Capítulo da História do Pensamento Racionalista*, CHOMSKY, Noam; 10) *Os Micróbios e o Homem*, POSTGATE, John Raymond; 11) *Ecologia Geral*, DAJOZ, Roger; 12) *Introdução Ao Marketing*, GÉRARD, Pierre; 13) *Cibernética e Psicologia*, APTER, M. J.; 14) *Sexo e Repressão na Sociedade Selvagem*, MALINOWSKI, Bronislaw; 15) *As Empresas e o Ambiente: diferenciação e integração administrativas*, LAWRENCE, Paul R.; LORSCH, Jay William; 16) *Biologia e Conhecimento: ensaio sobre as relações entre as regulações orgânicas e os processos cognoscitivos*, PIAGET, Jean; 17) *A Construção Social da Realidade*, BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas; 18) *Teoria Geral Dos Sistemas*, BERTALANFFY, Ludwig Von; 19) *Textos seletos*, KANT, Immanuel; 20) *A Análise Institucional*, LOURAU, René; 21) *Nova História da Igreja*. Volume 5: A igreja na sociedade liberal e no mundo moderno, ROGIER, L. J.; BERTIER DE SAUVIGNY, L. B. F. de; 22) *As Estruturas Elementares do Parentesco*, LÉVI-STRAUSS, Claude.; 23) *Os Ritos de Passagem*, VAN GENNEP, Artur; 24) *Obras Escolhidas de Lenin*, LENIN, Vladimir Ilitch. Disponível em: <<http://www.alvarovieirapinto.org/traducoes/>>, acesso em 22 out. 2016.

Nas pesquisas realizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)¹²⁷, foram usados os seguintes referenciais, critérios de busca: Álvaro Vieira Pinto¹²⁸; ISEB¹²⁹; Desenvolvimento¹³⁰; Desenvolvimentismo; Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia IFPR¹³¹; IFET; *Tecnologia*¹³²; *técnica*¹³³;

¹²⁷ A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) tem por objetivo reunir, em um só portal de busca, as teses e dissertações defendidas em todo o país e por brasileiros no exterior; participam 105 instituições; atualizado em 20 nov. 2016; Acesso em: 14 out. 2016. <http://bdtd.ibict.br/vufind/>

¹²⁸ Encontrado um total de 18 registros, dentre estes, as teses que têm uma contribuição direta com a presente tese são: **1ª** Paulo Ricardo Zelio Abdala, “*Organização do conceito ‘nova classe média’ dialética do consumo e superexploração renovada do trabalho*”, Programa de Pós-Graduação em Administração – UFRGS, doutorado, 2014, orientado por Maria Ceci Araujo Midoczkzy, expondo as ideias de Vieira Pinto com relação a desenvolvimento, classe social, trabalho. A obra de referência dos estudos foi *Sociologia dos países subdesenvolvidos*. **2ª** Aberto Bezerra de Abreu, *Álvaro Vieira Pinto: Ideológico da Tecnologia em questão*, realizado na Universidade Federal de Pernambuco, 2012; **3ª** Diego de Moraes Campos, *História e projetos: a filosofia e a trajetória de Álvaro Vieira Pinto no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB): 1956-1964* – Universidade Federal de Goiás, 2011; **4ª** Rodrigo Barbosa e Silva, *Abordagem crítica e robótica educacional: Álvaro Vieira Pinto e Estudos de Ciências, Tecnologia e Sociedade*, dissertação de mestrado, desenvolvida na UTFPR, 2012; **5ª** Renato Ramos Martin, *Álvaro Vieira Pinto: massas, nacionalismo e cultura na realidade nacional*, tese desenvolvida na UNESP, 2008; **6ª** Michelle Fernandes Lima, *Atualidade do Pensamento de Álvaro Borges Vieira Pinto para o debate sobre a reforma da Universidade Brasileira*, tese desenvolvida na UFPR, 2013;

¹²⁹ Foram encontrados 31 registros, dentre estes, as de relevância para esta tese são: **1ª** - Álvaro Vieira Pinto: massas, nacionalismo e cultura na realidade social. Autor: Renato Ramos Martini, desenvolvida na UNESP/ARAR/ Sociologia, no ano de 2008. Orientador: Milton Lahuerta. **2ª** - *Os Cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira*. Autor: Angélica Lovatto, desenvolvida na PUC/SP/ Ciências Sociais, no ano de 2010. **3ª** - *Populismo no Brasil de 1945 a 1964: as interpretações da Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo, do ISEB e do pensamento econômico liberal*. Autor: Leo Posternak, desenvolvida na PUC-RIO/ Sociologia Política e Cultura, no ano de 2008; **4ª** *Uma trajetória dissonante: Francisco de Oliveira, a SUDENE e o CEBRAP*, de Marco Antonio Perruso, Doutor em Sociologia. Professor Adjunto de Sociologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

¹³⁰ Ocorrendo uma variação significativa na pesquisa realizada: 90 registros tinham uma relação direta com o assunto da pesquisa dentro dos tópicos de buscas selecionados: desenvolvimento, políticas públicas, desenvolvimento local e educação.

¹³¹ Foram encontrados 24 registros, desses, somente cinco têm relação direta com o Instituto Federal do Paraná (IFPR): **1º** Formação do professor-tutor presencial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, autora: Marcia Denise Gomes Machado Carlini, orientadora: Maria de Fátima Rodrigues Pereira, desenvolvida na Universidade Tuiuti do Paraná. **2º** Políticas Públicas de formação continuada de professores: um estudo do curso de especialização de gestores das redes estaduais ofertado pelo IFPR do programa Brasil Profissionalizados, autora: Maria Helena Viana Bezerra, orientadora: Anita Helena Schlesener, desenvolvida na Universidade Tuiuti do Paraná; **3ª** Políticas de Educação Profissional: a evasão do curso de secretariado do programa e-Tec Brasil no Paraná, desenvolvida por Marinez Menoncin Pacheco, em 2011 na Universidade Tuiuti do Paraná; **4ª** Diretrizes para a educação ambiental em cursos técnicos, realizada por Aline Cristina Coletto, em 2012 na Universidade Positivo; **5ª** Isaías Costa Filho, Políticas de Assistência ao Estudante: Formulação e Implementação no Instituto Federal do Paraná (2008-2014). 2014. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná. 2014, orientada pela Profa. Dra. Maria de Fátima Rodrigues Pereira.

¹³² Nesta consulta há uma variação expressiva, Pesquisa realizadas na BDTD, sem refinamento: 23514 registros, nos gráficos apresentado foi utilizado o tópico “título” e “assunto”.

¹³³ Nesta consulta ocorre uma variação significativa de 25816 registros, utilizando de tópicos “título e assunto” obtém os dados apresentados na tabela.

*Educação Profissional*¹³⁴; *Educação profissional e tecnológica*; *Governo Lula*; *Lula*; *Políticas públicas e ideologia*.

Quadro 1 – Número de dissertações e teses com “títulos” relacionados à tese

Consulta	Total encontrado	Título	
		Tese	Dissertação
Álvaro Vieira Pinto	5	2	3
ISEB	8	2	6
Desenvolvimento	16.571	4.742	11.892
Desenvolvimentismo	33	11	22
Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica	102	18	84
IFPR	6	-	6
IFET	6	3	3
Tecnologia	3.942	889	3.053
Técnica	5.746	1.585	4.161
Educação Profissional	626	146	480
Educação Profissional e tecnológica	70	18	52
Governo Lula	196	47	149
Lula	363	83	280
Políticas Públicas de educação	243	76	167
Ideologia	286	13	273

Fonte bibliográfica: BDTD – organização do autor - 21 out. 2016

A pesquisa demonstra o trabalho que foi produzido sobre Álvaro Vieira Pinto e temas relacionados a seu objeto de estudo, como também temas relacionados aos interesses dessa pesquisa.

O quadro apresenta um “inexpressivo” produção de pesquisa realizado sobre Álvaro Vieira Pinto, entretanto esse quadro vem sendo mudado significativamente dado os grupos de pesquisa em andamento sobre o autor, estudos que vem sendo realizadas em diversas instituições brasileiras, comunicações em seminários e artigos produzidos.

¹³⁴ Consulta geral aparecem 8.666 registros, os dados apresentados na tabela são a partir de tópicos.

A tabela a seguir foi realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) a partir dos mesmos comandos da tabela anterior, porém esta a seguir, voltada a “assuntos”.

Quadro 2 – Número de dissertações e teses com “assuntos” relacionados à tese

Consulta	Total encontrado	Assunto	
		Tese	Dissertação
Álvaro Vieira Pinto	4	2	2
ISEB	8	4	4
Desenvolvimento	11.973	2881	9092
Desenvolvimentismo	47	11	36
Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica	31	11	20
IFPR	-	-	-
IFET	-	-	-
Tecnologia	11.467	2.726	8.741
Técnica	2.873	742	2.131
Educação Profissional	2.070	640	1.433
Educação Profissional e Tecnológica	43	14	29
Governo Lula	90	22	68
Lula	234	60	174
Políticas Públicas de Educação	625	162	463
Ideologia	698	190	508

Fonte bibliográfica: BDTD – organização do autor - 21 out. 2016

Com relação a *artigos* publicados relacionados a Álvaro Vieira Pinto, foi identificado uma produção significativa até o presente momento¹³⁵, uma quantidade de 149 artigos publicados,¹³⁶ que concentram sua análise no pensamento de Álvaro Vieira Pinto, basicamente no seu conceito de “desenvolvimento”, “desenvolvimentismo”, ISEB, “massa”, “técnica e tecnologia”, “educação”, muitos deles de extrema relevância para esta tese.

¹³⁵ Convêm observar que desde o início do estudo de Álvaro Vieira Pinto (2012), até o presente momento (2016), se constatou um aumento significativo de material bibliográfico a seu respeito.

¹³⁶ Álvaro Vieira Pinto: 194, entretanto, poucos correspondem diretamente ao filósofo Álvaro Vieira Pinto; desses, 53 têm uma relação direta com Vieira Pinto; IFPR: 9 registros; ISEB: 15 registros, 1 resenha.

A despeito da participação de Álvaro Vieira Pinto no cenário nacional em momentos complexos, de seu envolvimento político nacional, da participação em instituições de relevância e de prestígio na época, do volume de obras editadas e da originalidade de seu pensamento, bem como de sua importância na esfera intelectual, ele ainda é pouquíssimo citado, estudado e conhecido.

A produção de pesquisas e estudos sobre Álvaro Vieira Pinto dada a sua atuação e relevância intelectual é ainda pequena, porém, o pouco que está disponível, são de grande envergadura e contribuíram aos estudos sobre o autor, em sua maioria, são resultado de teses:

1. *Esperança e Democracia: as ideias de Álvaro Vieira Pinto*¹³⁷, escrita por Norma Côrtes, retoma os acontecimentos dos anos 1950 a 1970, com o intuito de situá-los no tempo, datando-os. É um estudo das ideias políticas e sociais de Álvaro Vieira Pinto e tem como ponto central de seu trabalho o problema do historicismo: primeiro, pelas ideias de Vieira Pinto ocuparem um lugar central na formação do pensamento brasileiro e segundo, pelo fato de o historicismo em *Consciência e realidade nacional* se constituir um elemento-chave para a compreensão do modo de pensar do autor¹³⁸.

Côrtes divide essa obra em dois momentos: o primeiro histórico e o segundo analítico, tentando indicar qual é o entendimento de Vieira Pinto acerca das ideias de consciência e realidade nacional, dado que na década de 1950, quando Vieira Pinto a escreveu, estava à frente do departamento de filosofia do ISEB¹³⁹.

2. Uma segunda obra que se analisa é: *Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama* é um vultoso trabalho de Marcos Cezar de Freitas sobre Álvaro Vieira Pinto, envolvendo algumas circunstâncias que contribuíram para a formação

¹³⁷ Escrita por Norma Côrtes, esta pesquisa está centrada em analisar a obra de Álvaro Vieira Pinto, *Consciência e realidade nacional*, publicada em 1960 pelo ISEB. Esse trabalho rico em detalhes, informações e análises, traz ao seu final uma nota bibliográfica ímpar sobre aquele autor. Esse livro é resultado da sua tese de doutorado, editado pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, e pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, unidade de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado em Sociologia e Ciências Políticas da Universidade de Candido Mendes – UCAM.

¹³⁸ “E, no limite, tudo pode ser resumido ao fato de Álvaro Vieira Pinto representar a mais bem elaborada inteligência histórica acerca da realidade nacional. O problema, porém, é que foi formulada no exato momento em que tal paradigma entrava em colapso, tendo sido suplantada pelos novos ares teóricos do estruturalismo.” (CÔRTEZ, 2003, p. 20).

¹³⁹ A obra foi identificada como a “verdadeira suma do pensamento isebiano”. Alguns críticos, mais entusiasmados, declararam que já nascia como “a obra clássica do desenvolvimento dos anos 50”, uma espécie de índice da “crise do espírito nacional” – tal qual fosse o último ato do espírito que, à semelhança do famoso mocho de Minerva em Hegel, só alça voo no crepúsculo das eras. (CÔRTEZ, 2003, p. 25).

do pensamento do autor. Esse trabalho tem relevância pelas pesquisas realizadas em instituições e fontes primárias, por exemplo: em jornais, revistas, boletins, cadernos e outros, e revela uma expressiva proximidade entre as ideias, opiniões e análises de intelectuais sobre Álvaro Vieira Pinto e suas obras.¹⁴⁰

Essa relevância da obra de Freitas reside no fato de trazer um grande levantamento das análises feitas por intelectuais, especificamente sobre *Consciência e realidade nacional*. Além disso, Marcos Cezar Freitas leva o leitor a uma viagem acelerada às ideias históricas do século XX, apresentando alguns pontos de convergência e divergência entre elas.

3. A terceira obra é intitulada, *Álvaro Vieira Pinto: nacionalismo e terceiro mundo*, da autoria de Jorge Roux, esta obra, dividida em cinco capítulos tem uma característica específica: aborda Vieira Pinto “filósofo pobre de um país subdesenvolvido”, o filósofo a partir de sua realidade, na qual Vieira Pinto sempre gostou de ser visto. A introdução dessa obra de Roux, feita por Moacir Gadotti, segue nesta mesma linha de raciocínio: “um filósofo de Terceiro Mundo”, diz Gadotti (1990, p. 2): “Ele foi, dentre os maiores filósofos brasileiros, o que mais pesquisou nossa realidade nacional para, ao compreendê-la, buscar-lhe o sentido do futuro”. Um aspecto importante da obra de Roux é a análise do contexto europeu “Apogeu e decadência na Europa”, indicando que as ideias de Vieira Pinto, quando aborda o nacionalismo, têm uma relação no contexto histórico, uma expressão de seu tempo.¹⁴¹ Roux faz uma importantíssima análise do contexto político e ideológico liderado pela classe dominante pós-1964, realçando que há um “vil” plano ético verbalizado pela classe social e política que está no poder para a sua manutenção.

4. A quarta obra é, *ISEB: fábrica de ideologias, de Caio Navarro Toledo*, nesta obra¹⁴² Toledo trabalha o projeto de desenvolvimento do Estado aliado ao

¹⁴⁰ Editado pela Cortez, em 1998, é resultado de sua tese de doutorado, realizada entre 1994 e 1997. O livro apresenta-se em dez capítulos e divide-se em três partes: a primeira é constituída pelo estudo *Álvaro Vieira Pinto: do Integralismo ao ISEB*, composto por cinco capítulos; a segunda, intitulada *Do ISEB ao comício*, composta por dois capítulos e a terceira parte formada por mais três capítulos.

¹⁴¹ Roux indica cinco itens necessários para compreender Vieira Pinto. Segundo ele, o primeiro é compreender a lógica interna das proposições do autor; o segundo, sua ideologia; o terceiro, algumas ideias vigentes na Europa; o quarto, a história brasileira a partir de algumas ideias do século passado; o quinto, a ideia de outros autores. O ponto de maior expressão dessa obra de Roux é a relação entre “consciência” e “realidade nacional”, ressaltada a “consciência crítica” como protagonista do desenvolvimento nacional. Realça que o indivíduo está na história como possibilidade, feita pela classe trabalhadora, é uma fidelidade aos princípios marxistas: “o trabalhador só pode se libertar por ele mesmo”.

¹⁴² Este livro está composto de três partes, contendo dois capítulos em cada uma delas. Resultado da tese de doutorado, apresentada na Faculdade Nacional de Filosofia Ciência e Letras de Assis, em

imperialismo e base para o desenvolvimento. Estuda intensamente o revestimento ideológico do ISEB, diz ele ser esse revestimento o marco da Instituição. “A análise estará se propondo a verificar em que medida a afirmação e defesa da esfera ideológica teria se constituído numa exemplar amostra daquilo que alguns pensadores críticos têm denominado de ideologização da produção.” (TOLEDO, 1982, p. 18). O período de análise das décadas de mil novecentos e cinquenta e sessenta centram as ideias isebianas, realçando que constitui “um quadro econômico-político e social (e ideológico) bem determinado da formação social brasileira”. (TOLEDO, 1982, p. 18).

A seu ver, “o nível ideológico é em última instância determinado pela base econômica”, para tal posicionamento crítico, Toledo faz uma intensa pesquisa em documentos e autores, tais como: Celso Furtado, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Carlos Lessa, Hélio Jaguaribe, Luiz Carlos Bresser Pereira, Caio Prado Junior, Miriam Limoeiro Cardoso, Luciano Martins e outros. Como diz Toledo, se trata de uma análise das ideologias no interior de uma Instituição, e, assim sendo, empreendeu um trabalho nos documentos produzidos sob a chancela do ISEB. No seu entender, sua pesquisa tinha o objetivo de romper com a normalidade, “ir além dos preconceitos que não só congelam o pensamento, como também toda prática que se pretenda transformadora”. (TOLEDO, 1982, p. 20).

Foi apresentado algumas das obras¹⁴³ que buscaram estudar as ideias de Álvaro Vieira Pinto. Foram enumeradas para mostrar a diversidade de posicionamentos e a riqueza que esses autores externam quando se referem a Vieira Pinto, obtendo vários enfoques sobre seus escritos. Tem também o objetivo de mostrar que Vieira Pinto não se resume em ser um filósofo do ISEB, esta instituição serviu tão somente como um ponto de partida para exteriorizar o desenvolvimento de suas ideias em um período conturbado, repleto de ideias

1974. Toledo faz uma importante crítica às doutrinas que vão compor o ISEB, assim como seus autores. Como diz FRANCO (1982, p. 11), na apresentação da obra, a diversidade de orientações, o aproveitamento de teorias científicas e filosóficas inter cruzadas e antagônicas, o estado político atual e o difícil estabelecimento de um fio condutor que unificasse e desse sentido ao ISEB são observáveis nessa obra. Diz ele: “se reconhece claramente o fio condutor de uma ideologia de classe, que propõe uma teoria da estrutura social colada aos interesses dos grupos dominantes dos quais esses intelectuais foram os porta-vozes.” (FRANCO, 1982, p. 13).

¹⁴³ O critério para a escolha dessas obras corresponde a proximidade do assunto trabalhado nesta tese e a proximidade temporal com Vieira Pinto. As quatro obras preenchem o propósito de contemplar os grandes temas abordados por Vieira Pinto, como também, contemplam dados históricos de Vieira Pinto.

contraditórias. Esses comentadores referendam o enfrentamento de Vieira Pinto com a arquitetura de poder, construída pela burguesia para sua permanência e hegemonia.

Por sua vez, o ISEB merece destaque por caracterizar-se como ponto de partida das mudanças do modo de pensar de Vieira Pinto; no que lhe diz respeito o ISEB não ficou circunscrito a instituições legalmente constituídas e nem a movimentos cíclicos ideológicos e, muito menos, à interpretação de pesquisadores. A finalidade de abordar o ISEBⁱ reside em compreender a realidade que fazia parte da vida de Vieira Pinto, como também demonstrar que suas ideias estavam no epicentro das tensões emergentes de ordem social, política e econômica, dos sonhos de modernização, das ideias desenvolvimentistas e de um discurso nacionalista.

Conhecer o ISEB é compreender as ideias que circulam no contexto da qual faz parte a produção de Vieira Pinto, é saber de onde Vieira Pinto está falando, saber das questões estruturais do universo do autor.

Para conhecer o ISEB, é importante verificar a trajetória antes percorrida pelo “Grupo de Itatiaia¹⁴⁴”, grupo que se reunia desde 1952, e posteriormente deu origem ao Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política – IBESP.¹⁴⁵ Em 1953, constituiu-se como ponto de partida para a criação do ISEB, contudo este não vem a ser uma continuidade daquele, apesar de sua composição acontecer com membros do antigo Instituto, o IBESP vai ser visto como o berço da ideologia do nacionalismo.

O ISEB era constituído por um grupo heterogêneo de intelectuais de diversas áreas de formação e pontos de vista, com a finalidade de pensar o Brasil e buscar estratégias para o Estado brasileiro sair da condição de submissão, e do atraso no qual se encontrava o Brasil, para uma modernização. Segundo Vale, o ISEB traz algumas marcas próprias, que é a “busca do desenvolvimento e da compreensão da realidade brasileira”. (2006, p. 49). Toledo refere o fato de ele

¹⁴⁴ O IBESP é proveniente das reuniões realizadas a partir de agosto de 1952, entre Rio de Janeiro e São Paulo, no Parque Nacional de Itatiaia, cedido pelo Ministério da Agricultura, por um grupo de intelectuais que passam a se reunir ocasionalmente, formado por paulistas, cariocas, católicos, antigos integralistas, conservadores e de esquerda. A tônica do debate era o desejo de impulsionar um pensamento genuinamente brasileiro. Conferir maiores informações em: <http://portal.fclar.unesp.br/possoc/teses/edison_bariani_junior.pdf>. Acesso em: 24 maio 2015.

¹⁴⁵ Em 1953, remanescente do grupo de Itatiaia, cria-se o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política – IBESP, que passa a editar os *Cadernos de Nosso Tempo*, de 1953 a 1956, contendo ideias que pretendem influenciar a realidade brasileira.

consistir em uma experiência singular, pois, além de ser composto de diferentes orientações teóricas e ideológicas nos “anos 1950 e 1960, não se constituiu apenas para refletir sobre os chamados ‘problemas da realidade brasileira’, contudo, deliberadamente, esses intelectuais reuniram-se para influir no debate político e ideológico em curso no país”.

Segundo os comentadores citados, o pensamento dos intelectuais na primeira fase do ISEB foi incorporado em parte pelo Estado, no governo Juscelino Kubitschek. Essas ideias eram tidas pelos integrantes do ISEB como a expressão máxima da possibilidade de o desenvolvimento dar certo. “O ISEB, mais ou menos consciente, pretendia propor a formação de uma ideologia única para o desenvolvimento do país.” (VALE, 2006, p. 51).¹⁴⁶

O objetivo do ISEB, segundo as pesquisas de Vale (2006, p. 18), era “o estudo dos problemas da época”, privilegiando, em geral, a produção intelectual, tornando-se assim um dos centros mais conhecidos por vincular e vislumbrar um projeto para o país, conhecido como “nacional-desenvolvimentista”. Com efeito, o decreto de criação do Instituto é explícito ao apresentar suas finalidades: “a serviço da compreensão crítica da realidade brasileira e, de maneira geral, a serviço da promoção do desenvolvimento nacional”. (VALE, 2006, p. 18).

O ISEB foi um espaço onde os intelectuais pensaram em um projeto coerente e autêntico para o país, já anteriormente expressado, através de reuniões e publicações nos *Cadernos de Nosso Tempo*, os quais, segundo Pécaut (1990, p. 108), “visavam elaborar um diagnóstico da sociedade brasileira e de sua ‘crise’ e a fazer reconhecer a urgência de uma planificação econômico-social e, desse modo, da racionalização do aparelho do estado”, tendo em um primeiro momento uma homogeneidade ideológica, posteriormente mais contraditória.

Portanto, é necessário perceber a centralização burocrática do Estado de maneira patrimonialista, uma visão de que o povo precisa ser guiado, tutelado de cima para baixo, entretanto, segundo Ianni, “há fissuras, divergências e mesmo oposições abertas entre setores das classes, grupos ou bloco de poder” (IANNI, 2003-2004, p. 15). Dessa forma, Ianni considera o Estado “como um demiurgo da

¹⁴⁶ Isso estava próximo do que o Ministro interino da Educação do Governo de Juscelino Kubitschek (JK) proclamou: que a cultura seria “acima de tudo, um processo de redução à unidade”. (VALE, 2006, p. 51).

sociedade, povo e história está muito presente nas formas de organização do poder estatal e no pensamento brasileiro”. (IANNI., 2003-2004, p. 15).

A percepção dos intelectuais que estavam inseridos na vida pública brasileira era a de que o Brasil só podia “dar certo”, só podia sair de seu estágio de subdesenvolvido, pelo processo de industrialização, pensamento esse defendido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, (CEPAL); esse pensamento fazia parte dos anos de 1950 e da primeira metade da década de 1960.

A ação dos intelectuais¹⁴⁷ do ISEB repercute seu entorno, compõe um grupo social de pertencimento político, constituindo-se um terreno originário de atuação dos vários momentos ideológicos do Instituto. Com efeito, Caio Navarro de Toledo, Daniel Pécaut, Helio Jaguaribe, Octávio Ianni, Jorge Miglioli vão identificar as fases políticas e econômicas brasileiras e nelas a diferença de atuação por parte dos intelectuais pertencentes ao Instituto¹⁴⁸. Segundo Toledo, o ISEB vai passar por fases desde sua criação, manifestando nelas as mais diversas ideias e correntes de pensamento, opiniões e conflitos. O ISEB, ao internalizar o momento hegemônico da ideologia desenvolvimentista, constitui-se um instrumento de apoio e suporte ao plano de Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, mas não consegue impedir

¹⁴⁷ Os principais intelectuais que fizeram parte do ISEB, desempenharam funções administrativas e tiveram a missão de pensar e formular um projeto nacional, foram: Roland Cavalcante de Albuquerque Corbisier, Álvaro Vieira Pinto, Cândido Antonio Mendes de Almeida, Alberto Guerreiro Ramos, Helio Jaguaribe Gomes de Matos, Nelson Werneck Sodré. Antonio Marques do Vale em seu primeiro capítulo da obra *O ISEB, os intelectuais e a diferença: um diálogo teimoso na educação*, faz um amplo apanhado histórico do ISEB e de seus fundadores.

¹⁴⁸ Ao longo da existência do ISEB, mudanças de personalidades e de posicionamento político marcaram o tom das análises e tonalidades ideológicas e levaram os comentaristas a distinguir possíveis “fases” em sua trajetória. Daniel Pécaut (1990, p. 112-113) identifica três etapas: 1) do início (1955) até à crise gerada em torno do livro de Helio Jaguaribe e, logo a seguir, o afastamento de Guerreiro Ramos, em 1958; 2) desse acontecimento até às desavenças na disputa eleitoral presidencial entre Jânio Quadros e Mal. Lott, (1960); e 3) da configuração esquerdista até o seu fechamento, em 1964 Já Caio Navarro de Toledo (1982, p. 186-189), define também três etapas (sem detalhar datas), limitando-as do seguinte modo: 1) início de posições ideológicas ecléticas e conflitantes; 2) período da ideologia nacional-desenvolvimentista, 3) defesa das Reformas de Base. Octávio Ianni (1985), identifica sumariamente duas fases: uma primeira na qual teria maior ascendência o modelo de desenvolvimento capitalista “neobismarckiano, nacional-desenvolvimentista ou do nacionalismo-desenvolvimentista” (1955-1958); e uma segunda fase – mais “heterogênea” ou mesmo “contraditória” – na qual predominou o modelo de “capitalismo nacional” (1958-1964). Helio Jaguaribe (1979d, p. 96-97) considera três fases: 1) do início até à crise de 1958, na qual o Instituto tinha vocação “teorizante” e “problematizante”; 2) de 1959 até 1960 (sob a direção de Roland Corbisier), de caráter predominantemente “militante”; e 3) de 1960 até 1964, eminentemente militante, de radicalização na direção de um “socialismo populista”. Jorge Miglioli (2005, p. 63), provavelmente considerando as mudanças de personagens, os problemas e as atitudes políticas e intelectuais, define duas fases: do início até 1958 e daqui até 1964. (BARIANI, 2008, p. 32).

rupturas, vindo a ocasionar alterações¹⁴⁹ em seu regimento e de seus integrantes.¹⁵⁰ Por fim, em sua última fase, o ISEB está próximo dos movimentos que anseiam por reformas de base, distanciando-se do controle do Estado e do grupo hegemônico de controle da Nação.¹⁵¹

O ISEB é a expressão do pensamento intelectual, onde estava sendo arquitetado um projeto de desenvolvimento para o país.¹⁵² Uma das características dos comentadores com relação ao ISEB, é a de que não são nada homogêneas as ideias dentro desse Instituto, como também os nove anos de sua existência tiveram características diferentes de atuação, denominadas de fases. A partir de 1960, terceira fase do ISEB, vão ser tomadas novas posições, caminhando para a autonomia e a independência de suas posições com o governo e principalmente o ministério da educação e cultura. Segundo Vale, essa postura de uma relativa independência também é interessante para o governo JK, “pareceu conveniente ao próprio governo federal não ser mais o fiador das ideias e princípios gerados dentro do ISEB”; e é também uma postura de liberdade de atuação para os intelectuais e para ambas as instituições. Assim, o ISEB continua a desempenhar suas atividades, “um centro oficial de estudos, mas privilegiado pela independência científica, vai aumentar sua própria autoridade”. (VALE, 2006, p. 61).¹⁵³

A partir de 1961, quando Álvaro Vieira Pinto assume a direção executiva do ISEB, novas percepções vão alterar a atuação do grupo de intelectuais e determinar

¹⁴⁹ A direção do Instituto teve várias alterações ao longo de quase nove anos de existência, desde o ano de 1952 até ao final de 1958, e Helio Jaguaribe exerceu liderança fundamental dentro do grupo formador do ISEB, sendo considerado “estrela central nessa constelação de valores e sua ascendência contribuía para unir todos os membros”. (VALE, 2006, p. 62).

¹⁵⁰ Em 1958, ocorreu o desligamento de Helio Jaguaribe, em decorrência da publicação de seu livro *O nacionalismo na atualidade brasileira*, que advogava em favor da eficácia técnica, de privatizações e da repressão ao comunismo. Outro foi o de Guerreiro Ramos, “escrevia que seu afastamento se deveria à incompatibilidade entre a posição nacionalista da Instituição e seu ponto de vista proletário.” (Cf. VALE, 2006, p. 61”).

¹⁵¹ Na época da crise instaurada a partir do ano de 1959, em virtude das mudanças ocorridas, quem assume o comando das ações dentro do Instituto é a ala entendida como a mais à esquerda. Com o golpe militar, o ISEB foi uma das instituições que é fechada, no dia 13 de abril de 1964, por seus integrantes serem considerados um grupo subversivo.

¹⁵² Segundo ALMEIDA (2006, p. 159), “Corbisier e boa parte dos ibespianos conheceram JK no segundo semestre de 1954, em reunião promovida por Augusto Frederico Schmidt para apresentar o político mineiro ao grupo de intelectuais que deveria assessorá-lo após a campanha presidencial. Estes intelectuais criariam o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)”. Eles tiveram atuação importante no Governo de JK na formulação de políticas que passaram a se chamar de desenvolvimento.

¹⁵³ Segundo Vale, o período de 1959 até o final de 1960 é considerado a fase inicial do ISEB e foi presidido por Roland Corbisier, dotado de grande vitalidade intelectual, exerce uma liderança importante dentro do Instituto. Esse momento vai ter algumas influências da ação integralista e do existencialismo. (VALE, 2006, p. 62-63).

a trajetória institucional.¹⁵⁴ Segundo Pécaut (1990, p. 104), os intelectuais do ISEB assumiram explicitamente a tarefa de inventar a ideologia que presidiria à “Revolução Brasileira”. Com isso, descobriram mais uma razão para se identificar com uma intelectualidade de estilo russo. Pécaut comenta que a ida ao “povo” se dá por meio de um grupo de intelectuais em conjunto com os estudantes e que o que esses intelectuais temiam era ceder aos interesses dos países centrais.

Na última fase do ISEB, Vale vai identificar uma nova união entre os pobres e o pensador da classe trabalhadora, isto é, Vieira Pinto, ele fala da “servidão natural” de onde os pobres emergiam. Fala do momento em que eles começavam a se questionar quanto às causas e relações dessa pobreza na qual se encontravam condicionados. “O autor acenava à possibilidade de aliança de pensadores que não aceitavam mais serem cúmplices e coautores da situação de pobreza e miséria das massas”. (VALE, 2006, p. 53).¹⁵⁵ Com Vieira Pinto ocorre a identificação da realidade, e os projetos são pensados para esse contexto.

Sintetizando, o ISEB constituiu-se em um grupo heterogêneo de intelectuais, que, inicialmente, mantinha uma relação direta com o poder político governamental, dado a sua criação e subsídios do Governo Federal, ao mesmo tempo que seus integrantes estão atentos aos problemas sociais. Esses intelectuais, enquanto grupo, mantinham uma característica própria: a de buscar um projeto de desenvolvimento nacional, pautado por uma base nacional com seus problemas e potencial de desenvolvimento.

Ao longo da existência do ISEB, podem-se notar três fases: a primeira delas estava junto ao governo, desenvolvendo projetos e assessorando-o em prol de um desenvolvimento industrial; na segunda fase, os intelectuais vão encontrar, na ideologia nacionalista, um ponto em comum, como se fosse um idioma, segundo o qual a solução dos problemas do país tinha que começar pelo desenvolvimento.

¹⁵⁴ Anteriormente à década de sessenta, antes de assumir a presidência do ISEB, seu pensamento se caracterizou pela crescente correlação estabelecida entre o aspecto filosófico e o político, que serviu de suporte ao programa de governo. Em relação a essa proximidade, segundo a análise de Pécaut, os intelectuais brasileiros têm uma característica diferente, isto é, “todos os intelectuais brasileiros mantêm laços com as “ciências sociais”: a sociologia na década de 30, e uma mistura de sociologia e economia nos anos 60 e 70”. (PÉCAUT, 1990, p. 7).

¹⁵⁵ No Congresso Nacional, o projeto de desenvolvimento é liderado pela Frente Parlamentar Nacional (FPN), à sua frente está o Parlamentar Osvaldo Lima Filho, que teve uma importante atuação na FPN, “afirma que o ISEB era um instituto onde estava reunida a elite da inteligência brasileira e teve uma importância decisiva para aquele bloco parlamentar, constituindo o *brain trust* da Frente”. Segundo o parlamentar, os dados fornecidos pelo Instituto permitiam conhecer e dar um significado maior às causas nacionais. (ALMEIDA, 2006, p. 158).

Toledo classifica esses dois momentos como *fase teorizante ou nacional desenvolvimentista*. E a última fase, momento em que o país vive uma pré-revolução, constitui um dos períodos culturais mais fecundos vividos pelos movimentos no Brasil, das ideias de reforma de base e de crítica ao desenvolvimentismo, como política governamental desenvolvida no Governo JK. Toledo cita-a com *fase militante de esquerda*.

Segundo Toledo (1982, p. 45), os intelectuais do ISEB “são convocados à urgente tarefa de forjar a teoria e a ideologia do desenvolvimento nacional”, ao mesmo tempo que influenciou, também “sofreu influências de diversos movimentos e organizações políticas” (1982, p. 175). Além do mais, convém notar que a realidade social, política e econômica teve importante relevância dentro das práticas isebianas, foram elas que moveram as mudanças classificadas de fases e as opções dos intelectuais pelas reformas sociais, pelas massas.

Essa perspectiva de pensar os objetivos do ISEB está em sintonia com o pensamento de Vieira Pinto, quando vai trabalhar as ideias de “teses” normativas para pensar no projeto de desenvolvimento do Brasil. Segundo ele, somente com a participação das massas, de sua consciência é que surgirá o processo de desenvolvimento legítimo ou autêntico, dessa forma, o projeto viria das massas e não seria imposto a elas. Conforme Toledo, essa é uma das características que distingue Vieira Pinto dos demais isebianos: “o lugar das massas trabalhadoras”.

Pelo ISEB, é possível perceber os dias intensos de agitação política e social, caracterizando um marco para as mudanças do pensamento de Vieira Pinto e dos demais integrantes do ISEB.

Portanto, o ISEB é um “local de encontro e desencontro¹⁵⁶”, ponto chave para iniciar o conhecimento dos finais da década de mil novecentos e cinquenta e inícios da de sessenta, são tempos marcados por grandes oscilações na economia e política, tempos assinalados por reivindicações sociais, e reformas de base necessárias e esperadas.

Seguindo o escopo para a compreensão do arcabouço intelectual de Vieira Pinto, de sua estrutura histórica, buscou-se ainda instrumentos para entender as

¹⁵⁶ “Encontro e desencontro”, segundo Almeida (2006, p. 160), o ISEB reunia uma heterogeneidade imensa, vinda de diversas correntes, ligadas a diferentes setores: indústria, comércio, serviços, UNE, “em defesa de uma política de industrialização marcada pela forte presença do Estado são uma constante na produção destes autores”; por outro lado, as mesmas ideias causam o distanciamento entre eles.

categorias e sentido lógico do desenvolvimento pensado para a sociedade brasileira, bem como ao modelo de educação e à ação do Estado, no que tange às políticas públicas.

Com relação ao pensamento econômico, é preciso notar que a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)¹⁵⁷ exerceu forte influência na elaboração de seu pensamento, mesmo que Vieira Pinto nunca tenha sido um cepalino. Os principais expositores desse pensamento foram os economistas: o argentino Raul Prebisch e o brasileiro Celso Furtado.¹⁵⁸

Segundo Celso Furtado (2007, p. 25), a CEPAL “constituiu o único esforço de criação de um corpo de pensamento teórico sobre política econômica, surgido na vasta área do planeta que veio a ser referida como Terceiro Mundo”. As muitas análises históricas críticas que foram feitas na América Latina, e mais precisamente no Brasil, vieram do trabalho realizado pela CEPAL, entre os autores que influenciaram os jovens cepalinos está Marx.

As ideias cepalinas estavam alicerçadas em um quadro social, político e especialmente econômico, e de acordo com Freitas (1998, p. 59), a CEPAL prescreveu, como saída do subdesenvolvimento brasileiro, uma política de desenvolvimento industrial aliada às reformas de base, como também identificou mecanismos impeditivos da evasão da riqueza e da produtividade.¹⁵⁹

Um crescimento ‘para dentro’ só poderia ser efetivado pela indústria e pelo incremento do mercado consumidor interno. Para a efetivação desse receituário, o Estado era chamado a intervir vigorosamente como planejador para conter o desperdício de progresso técnico e a colaborar para que a técnica fosse disseminada na sociedade de modo a revigorar sua cultura. (FREITAS, 1998, p. 59).

Assim, o modelo que a CEPAL propõe é o de um desenvolvimento industrial nacional que atenda às necessidades e à realidade de cada país, e, dessa forma, o

¹⁵⁷ Criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), tem sua sede em Santiago, no Chile.

¹⁵⁸ Raul Prebisch, ex-diretor do Banco Central argentino, cujo texto *O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas*, de 1949 (publicado na íntegra na coletânea sobre os *50 anos do pensamento da Cepal*, organizado por Bielschowsky, 2000), foi a base do modelo de interpretação do processo de transformação por que passavam as economias latino-americanas In: *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9. p.121, jul./dez. 2011 (Nova série).

¹⁵⁹ Celso Furtado, em discurso por ocasião do recebimento do título de *Doutor Honoris Causa*, diz que “o CEPAL é um órgão das Nações Unidas que se tornou uma verdadeira escola de pensamento econômico latino-americano e um instrumento eficaz para atuar de forma consistente no plano político.” (2007, p. 10).

subdesenvolvimento é entendido como o impedimento ou o retardo da industrialização nos países periféricos. (FREITAS, 1998, p. 60).

Entre os pensamentos que amparam as ações da CEPAL, está a observação de que cada país tem a sua história enquanto processo, e não percursos redesenhados a partir de experiências de outros países. O subdesenvolvimento, diz Freitas (1998, p. 60), “não é o passado do mundo desenvolvido, mas uma realidade própria, autônoma, porém contida no jogo das forças econômicas internacionais”. O fundamento do debate está na oposição entre *atrasado* e não *atrasado*, decorrendo como solução a industrialização dos países periféricos que não atingiram um estágio de desenvolvimento esperado.

Entre os economistas, há divergentes formas de interpretar o capitalismo, da mesma forma que os cepalinos, entre eles Celso Furtado, entendiam haver um processo histórico individual de cada país, processos esses que poderiam coabitar com os países industrializados, porém, mantendo seus espaços.

No capitalismo chamado clássico, [...], o desenvolvimento era uma decorrência da capacidade de implementação constante e acelerada do avanço tecnológico. A tecnologia, entendida como mediadora privilegiada entre a industrialização e a racionalização da sociedade, seria capaz de acelerar também a própria acumulação. Garantindo os investimentos, a acumulação e a multiplicação de tecnologia pelo cotidiano, o da fábrica e o da cidade, o desenvolvimento seria inevitável. (FREITAS, 1998, p. 64).

Ao analisar o capitalismo na maior parte do contexto latino-americano, mais precisamente o brasileiro, Vieira Pinto conclui que somente a elite vinculada ao capital estrangeiro se beneficiará da maior contradição do terceiro mundo, o subdesenvolvimento. E segundo Freitas, Vieira Pinto consegue fazer a hermenêutica cepalina, tecendo vários argumentos alicerçados nessas ideias. (1998, p. 206-207).

Sintetizando, a CEPAL, comissão para entender e explicar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento na América Latina, ressalta que as condições, o *atraso* e a *pobreza* não encerram uma condição, senão um processo de transformação. Essa forma de entender o desenvolvimento e subdesenvolvimento nos países do terceiro mundo, criou uma interpretação histórica

própria, e, a partir desse pensamento, novas maneiras de compreender o desenvolvimento vão sendo incorporadas.¹⁶⁰

Segundo Freitas, os cepalinos nutrem um relativo encantamento com a tecnologia, pensam-na como um dos alicerces do desenvolvimento, como solução dos problemas ocasionados pela industrialização. Nessa ideia está o enfrentamento dos problemas decorrentes do distanciamento entre as nações: economias de base, economias agrícolas, versus economias industrializadas.

O entendimento das políticas da CEPAL favorece a compreensão do arcabouço teórico de Vieira Pinto, pois nelas estão escoradas suas ideias econômicas. A CEPAL é subsídio teórico para a construção de um projeto nacional de desenvolvimento de parâmetros próprios, protagonizado pelas massas, rompendo assim com a ideologia de modelo.

Para entender a estrutura histórica, é imprescindível considerar que o Brasil foi inserido no momento da expansão do modelo de capitalismo imperialista das economias dos países de mais longa trajetória histórica. Nas décadas de 1950 e 1960, o Brasil estava numa condição de capitalismo dependente, já comentado anteriormente, sob a atuação hegemônica da burguesia, e a conivência e inoperância estatal. A dependência no Brasil é uma *marca*, não se dissipa ao longo da história, desde seu descobrimento é elevada à condição de colônia, e daí em diante mudam-se termos e tempos, mas permanecem as condições de dependência e subserviência ao capital.

Assim sendo, as estruturas políticas e econômicas dessas duas décadas referenciadas estão dentro de um contexto histórico, de uma política capitalista movida por um bloco de poder que não reconhece fronteiras nacionais. O modelo econômico praticado no Brasil, desde seu “descobrimento”, esteve voltado para atender aos interesses de grupos da metrópole, quando colônia de Portugal, e, mesmo após ter ocorrido a independência do Brasil, não deixou as amarras que eram características da colônia, ocorreu apenas uma mudança de grau, enquanto formalidade. Como afirma Ramos (1957, p.12), a independência era uma promoção,

¹⁶⁰ Atraso e progresso, pobreza e riqueza, primeiro mundo e terceiro mundo não se resumem a uma dualidade de mundos e concepções de desenvolvimento; não é tão simples assim, ofuscam as desigualdades que o país concentra, em que uma elite beneficia das condições política e econômica mantidas no Brasil, enquanto a maioria vive excluída de melhores condições.

não alterava a natureza histórica, “simplesmente conferia requisitos formais importantes, para render a guarda política do nosso território”.¹⁶¹

Os autores pesquisados identificam que a década de 1930 constitui um momento político entendido como: “passagem”, “tampão”, “crise”; compreende o conflito de ideias entre avançar ou permanecer, girando em torno do poder econômico que ainda está nas mãos dos proprietários de terra, sendo diluído pela pressão das políticas externas às quais o Brasil está subjugado. Segundo Ramos, “o sustentáculo do poder eram as oligarquias, e do compromisso entre elas resultava o governo nacional”. A economia girava em torno de exportação de produtos agrícolas, “vitrine” nacional e ainda “opção” de participar no mercado internacional na condição de país periférico, controlado pelas nações hegemônicas.

Esses apontamentos sinalizam que a condução do processo político brasileiro há muito tempo vem sendo ideologicamente conduzido por um grupo que detém o poder econômico e planeja o processo histórico do desenvolvimento do Brasil segundo seus interesses. A classe dominante, mesmo levando em consideração o tempo histórico, o momento de ser protagonista do desenvolvimento, vai tomar atitudes medíocres diante das oportunidades que lhe são oferecidas. Segundo Ramos (1957, p. 14), “o sentido geral de sua trajetória coincide com o da tendência dominante do processo de que participava”.

2.5 O projeto de desenvolvimento dependente brasileiro

Para entender o processo histórico brasileiro, a constituição de uma estrutura jurídico-político burguesa, é necessário considera algumas políticas que foram típicos do Brasil.¹⁶² E, neste sentido, Saes (2001, p. 31) identifica que a “revolução burguesa”¹⁶³ foi conduzida no Brasil “por uma aristocracia agrária com

¹⁶¹ Ramos refere-se ao período que antecede o ano de 1930, como um continuísmo do processo de colonização, em que as oligarquias agrícolas, a classe dominante, levam vantagens sobre os acontecimentos, aproveitam-se dos episódios para se consolidar como poder de decisão para o progresso, como, por exemplo: a chegada da família real, a abertura dos portos e muitos outros, não alteram a condição de país agrícola e o poder hegemônico de decisões, o mando fica a cargo da classe dominante.

¹⁶² Saes pontua alguns traços da estrutura política brasileira, antes dos anos de 1930, de duas formas: primeiramente, referindo-se a características provisórias, acentuando o caráter oligárquico do pensamento político brasileiro; e segundo, a características da sociedade brasileira: “a fraqueza da sociedade civil diante do Estado, a força do patrimonialismo ou o caráter autoritário da cultura nacional”. (2001, p. 110).

¹⁶³ O sentido de “revolução burguesa”, aqui empregado, está relacionado com a definição de Saes: “concebemos a revolução burguesa em geral (ou revolução burguesa num sentido amplo) como o

resíduos de mentalidade estamental, bem como por imigrantes cuja racionalidade econômica teria um caráter meramente adaptativo”, em vista disso, ela não se revestiu de uma especificidade “nacional” e “democrática”.

A revolução burguesa se apresenta, portanto, no Brasil, como uma ‘revolução dentro da ordem’. Ela abole a escravidão, mas deixa intocado o ‘problema’ do negro, resolvendo apenas o ‘problema’ do branco. Ela não se desdobra numa revolução agrária, capaz de promover a repartição do latifúndio. Ela difunde o trabalho assalariado, mas preserva o patriarcalismo nas relações de trabalho. Enfim, ela bloqueia a irrupção das massas no cenário político da sociedade capitalista. Além do mais, essa revolução não rompe as relações de dependência que a economia brasileira mantém com os centros do capitalismo; e se mostra incapaz de criar, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, as bases de um desenvolvimento capitalista auto sustentável. (SAES, 2001, p. 31-32).

Ora, as circunstâncias demonstram que a *revolução burguesa* não aconteceu, simplesmente houve um continuísmo das políticas econômicas, das políticas do Estado em vigor que respondiam às características e aos interesses anteriores do Estado e dos grupos dominantes que interagiam na composição da estrutura social. O Estado tem ingerência na construção e consolidação da classe dominante, da mesma forma que há “a predominância do poder privado sobre o Estado”¹⁶⁴. (SAES, 2001, p. 93).

A “revolução burguesa” consistiu, basicamente, na formação do Estado burguês, suas bases estão ligadas aos primeiros grupos com poder econômico e político, as oligarquias rurais dissipam a dimensão democrática no processo social.¹⁶⁵ Segundo Saes (2001, p. 112), há um percentual elevado de trabalhadores

conjunto dos aspectos da passagem ao capitalismo: formação de novas relações de produção; de uma nova configuração da divisão do trabalho; de novas classes sociais; de uma nova ideologia dominante, de uma nova estrutura jurídico-política. Quanto à revolução política burguesa (ou revolução burguesa num sentido restrito), ela é aqui concebida, basicamente, como a transformação de uma nova ideologia dominante, da estrutura jurídica-política, isto é, como a formação do Estado burguês”. (SAES, 2001, p. 110).

¹⁶⁴ “O Estado brasileiro já é, desde a revolução política antiescravista de 1888–1891, um Estado burguês ou, na terminologia adotada por Nicos Poulantzas, um Estado capitalista. Desempenha, nessa medida, a função-limite de frustrar, mediante o exercício da força, a revolução social anticapitalista. Essa função-limite é desempenhada pelos estados capitalistas, de um modo regular e contínuo, e não apenas em situações revolucionárias; a força, quando deixada de ser aplicada por tais estados, é pelo menos ostentada e exibida, produzindo, desse modo, efeitos intimidatórios sobre as forças potencialmente revolucionárias (SAES, 2001, p. 49).

¹⁶⁵ “O estrito controle exercido pelos ‘coronéis’ sobre o comportamento da massa eleitoral das massas rurais não inviabiliza apenas a emergência de partidos populares rurais, ele também bloqueia a constituição de partidos trabalhistas urbanos para a participação no jogo político-institucional.” (SAES, 2001, p. 113).

subjugados pelos proprietários de terra, que são guiados por um sentimento de lealdade, estendendo-se até aos chefes políticos apoiados pelas oligarquias, superior até aos que gozam de “cidadania”; são essas as características do processo de revolução burguesa no Brasil.

A primeira etapa do processo global de revolução burguesa no Brasil apresenta também um outro aspecto fundamental: ela implica a preservação da situação de dependência – nos planos econômico, tecnológico e político – da formação social brasileira com relação aos países capitalistas centrais, bem como a configuração de um padrão retardatário de industrialização (cuja evolução se mostra atrasada, quando comparada à evolução industrial dos países capitalistas de que a economia brasileira era então dependente). (SAES, 2001, p. 114).

Dito isso, tem-se a noção exata da formação do Estado brasileiro, de que é a expressão de um contexto *limitado e dependente*. As classes sociais participam desse contexto de dependência que, segundo Saes (2001, p. 114), se exprime “no plano da composição das classes dominantes e da organização do bloco no poder, por meio da preponderância econômica e da hegemonia política de uma ‘burguesia-mediadora’ ou ‘burguesia-tampão’¹⁶⁶”, sendo dessa forma o Estado controlado pelo capital “comercial-exportador” de produtos agrícolas. Assim a indústria moderna vai nascer “dentro de uma economia primário-exportadora”, [...] “uma economia integrada ao mercado mundial como exportadora de produtos primários”. (2001, p. 117). Com o início do processo de industrialização, não se altera a sua condição de dependência para com a economia mundial, liderada pela industrialização,¹⁶⁷ condição essa do capitalismo.

¹⁴⁹ O termo “burguesia-mediadora” e “burguesia-tampão” são utilizados por Florestan Fernandes para designar a burguesia que está num processo de transição das economias coloniais para o capitalismo, para as burguesias compradoras. (SAES, 2001, p.114).

¹⁵⁰ Para efeito de entender o processo anterior às décadas de 1950 e 1960, são revisitados os anos de 1930, berço das ideias e do processo industrial brasileiro, portanto, no início dos anos de 1930 a industrialização brasileira vai estar “dispensada” de adotar um processo próprio; essa “opção” política do monopólio das economias dos países de “centro”, e do vil interesse da burguesia interna, acomodada à condição de importadora e de incorporação dos resultados da “revolução industrial” à realidade brasileira, demonstra não ter ocorrido a “Revolução Industrial” no Brasil, mas sim a incorporação de processos de economias mais adiantadas. Por sua vez, no plano político-partidário, como não ocorreu a formação de partidos políticos pelas massas que se opusesse à condição de exploração das oligarquias rurais, semelhante situação acontece no inexpressivo processo industrial brasileiro. “À burguesia industrial emergente só restou portanto a acomodação ao Partido Republicano, controlado pela burguesia comercial-exportadora. E a sua dependência econômica com relação a esta última classe, ao explicar apenas a incapacidade de a burguesia industrial construir um ‘Partido industrial’, ela também é o fator determinante da fragilidade do seu relacionamento com aquele partido político.” (SAES, 2001, p. 117).

Nos anos que se seguem até 1964, o caráter democrático, limitado e dependente, semelhante a períodos anteriores, seguiu as inclinações ideológicas imperantes no Estado, “em virtude de ainda subsistir, nesse período histórico, uma crise de hegemonia no seio do bloco no poder, crise essa instaurada pela Revolução de 1930”¹⁶⁸ (SAES, 2001, p. 118). Esse procedimento explicita o continuísmo das políticas brasileiras, tendo em vista ser os mesmos parâmetros de desenvolvimento econômico e estrutura social e que os referenciam.

Dessa forma, a transição para a industrialização no Brasil ocorre de maneira dependente e retardatária sobre uma base de tecnologia importada dos países de centro. Segundo SAES (2001, p. 119), a industrialização brasileira sendo dependente e retardatária, para compensar o atraso, quando se desenvolve é em ritmo acelerado, *queimando etapas*. O sentido de “etapas” está sendo usado enquanto tempo necessário para desenvolver uma tecnologia, tomando como referência a desenvolvida na Europa, comparada com a realidade do território nacional.

Na perspectiva de um processo nacionalista, o que impera no processo político e econômico brasileiro é o seu processo industrial dependente e retardatário, até porque a burguesia brasileira não almeja mudar essa condição, ela é beneficiada economicamente na maneira em que se encontra. Essa opção feita pela burguesia industrial, de “abdicar da direção do processo de industrialização está, ao mesmo tempo, renunciando à luta pela conquista da hegemonia política no seio do bloco no poder” (SAES, 2001, p. 120), abre significativo espaço para a atuação do Estado burocrático.

Segundo as análises de Saes, embora aconteça o declinar da burguesia industrial, do poder político, ela participa como classe dominante. Há uma conveniência do Estado com relação a grupos do poder econômico privado que promovem uma fachada de Estado “burocrático-racional-legal”. A sociedade capitalista se ajusta “aceitando a prática patrimonialista do clientelismo político e se acomodando à prática que numa ótica racional-legal seriam definidas como

¹⁵¹Segundo Saes, o contexto dessa crise pode ser caracterizado como uma situação política, em que “a burguesia comercial-exportadora foi derrotada sem que a burguesia industrial emergente tenha conquistado a vitória, a burocracia estatal se converte em força política autônoma e conquista a preponderância absoluta dentro do processo estatal, mesmo que para promover uma política de desenvolvimento capitalista, em última instância, relacionada com os interesses econômicos de longo prazo da burguesia industrial”. (2001, p. 118).

‘corrupção’.¹⁶⁹(SAES, 2001, p. 95). Nessas posições, constata a coexistência de práticas contraditórias e interesses diversos, não alterando o *bloco de poder* que se sustenta a partir de ideologias. Para que esse quadro se mantenha, tem se valido de pressupostos que alienam a sociedade, induzindo a crer na ineficácia e perversidade política, ocasionando pouco interesse no envolvimento político e nas lutas sociais, que são atitudes do moralismo ideológico para manter o distanciamento de indivíduos bem intencionados das causas sociais, das lutas políticas que poderiam confrontar o bloco do poder¹⁷⁰

Saes analisa o Estado¹⁷¹ com autonomia relativa, realçando algumas categorias que os identifica como: “Estado compromissado” com o Governo Vargas, “Estado social” próximo ao nacionalismo, “Estado Burguês” voltado ao capital externo, Estado Populista” contendo desmembramentos para a industrialização e a incorporação controlada do mesmo sobre os cidadãos, demonstrando ser inseparáveis. Estes enfoques permitem observar os vários momentos e estágios que foram próprios do Brasil, frações da elite de classe que constituíram e gerenciam o Estado.¹⁷²

A elite brasileira ocupa hegemonicamente a direção política do desenvolvimento e como meio faz com que o país viva um período de práticas voltadas exclusivamente para o comércio exterior, limitando-se a desempenhar uma

¹⁶⁹ Essa reflexão de Saes também está presente na obra de José de Souza Martins, *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*, de 1994. A análise de Martins é atual, essa prática patrimonialista ainda está disseminada no atual Estado brasileiro.

¹⁷⁰ O pensamento de Saes colabora para compreender o enfrentamento de intelectuais no processo histórico brasileiro, neste estudo Vieira Pinto. A análise marxista de Saes ajuda a conhecer os diversos tipos de sociedade, onde o Estado assume configurações diferentes, sendo o controle uma delas. Segundo ele, é função do Estado, “assegurar a coesão da sociedade da classe vigente, mantendo sob controle o conflito entre as classes sociais antagônicas e impedindo dessa forma que tal conflito deságue na destruição desse modelo de sociedade”. (2001, p. 96).

¹⁷¹ Conceituação de Estado para Saes: a) Linha marxiana: Estado como uma instituição ou conjunto de instituições que tem uma função específica e invariante; b) Linha weberiana: Estado é um grupo de dominação que reivindica com sucesso, num determinado espaço territorial, o monopólio legítimo da força física; c) Linha “constitucionalista”: vê o Estado como um ente de Direito, que aplica um conjunto de normas de forma equitativa, e pode servir a diversos fins e desempenhar diferentes propósitos ao longo da história. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/ssbraga/03-aula-dcio-saes>>, acesso em 2 dez. 2016.

¹⁷² Esta análise, presente no capítulo *A revolução do Estado no Brasil*, é uma interpretação marxista de seu livro *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. Para tal análise, Saes aproveita-se do pensamento de intelectuais como Florestan Fernandes, Raymundo Faoro, José de Souza Martins. Produz duas concepções sobre a evolução do Estado no Brasil: uma marxista, onde defende a tese: “a predominância do poder privado sobre o Estado”, caracterizando uma ausência do controle estatal; e uma segunda não marxista sobre um Estado patrimonialista. “Nessa perspectiva, o aspecto determinante do patrimonialismo político brasileiro seria a dependência externa do poder patrimonial; vale dizer, a sua subordinação aos centros da economia mundial”. (SAES, 2001, p. 95).

posição intermediária¹⁷³ com relação à economia regulada pelo capital monopolista. Conseqüentemente, essa posição política vai render-lhe relativas vantagens na manutenção do sistema de exploração de influência colonial.

Resumindo alguns aspectos, o contexto histórico brasileiro capitalista, tem em suas bases um sistema escravista, sendo que a política do sistema colonial está voltada para atender os interesses externos, em detrimento de uma política de desenvolvimento interno. A burguesia que surge na passagem de uma economia das oligarquias para uma economia comercial e, posteriormente, industrial, não é diferente, tampouco revolucionária do poder constituído até então, uma vez que se constitui da mesma oligarquia rural que detém o poder. A burguesia tem muito a lucrar se unindo ao capital estrangeiro, adiando e, em muitos casos, abortando projetos estruturais para o desenvolvimento nacional. Essa hegemonia da elite que comanda o país reforça a nota crítica sobre a realidade social do país em forma de “manchas”.¹⁷⁴

O Brasil é um lugar de desencontro, as ideias estão fora do lugar,¹⁷⁵ há um desajuste da realidade brasileira com as ideias liberais que, teoricamente, estão presentes. As bases comerciais de um Brasil que deu certo, em que a burguesia se sustenta, são as mesmas do Brasil colônia, e a exportação de bens primários, que persistem até hoje, geram dados positivos na matriz neoliberal.

Essas circunstâncias, historicamente, faziam parte de uma conjuntura definida como de complementaridade,¹⁷⁶ pela burguesia brasileira, o restante do povo não participava das decisões, tampouco das vantagens, estava alheio ao processo de produção, refletindo o estágio de alienação que permeava as relações de produção. “Não éramos uma nação, pois a nação não se configura historicamente sem a sua substância que é o povo¹⁷⁷”. (RAMOS, 1957, p. 15).

¹⁷³ Posição intermediária, segundo Vieira Pinto, só é cabível como meio ideológico relacionado aos países subdesenvolvidos.

¹⁷⁴ “País sem mercado interno, sem sistema nacional de transportes e comunicações, apresentando manchas demográficas separadas por largos tratos de terra desabitadas, não podia ter povo.” (RAMOS, 1957, p. 15).

¹⁷⁵ Roberto Schwarz, com sua obra *As ideias fora do lugar*, representa muito bem essa situação, em que as ideias liberais, vindas de fora, são ruídas pela escravidão e a cultura escravocrata que vigora no país.

¹⁷⁶ O sentido de complementaridade segue os interesses e as prioridades estabelecidas pela burguesia nacional; as prioridades da massa trabalhadora são estruturais, internas e nacionais, imprescindíveis para o desenvolvimento do país.

¹⁷⁷ O conceito de “povo”, segundo Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos, corresponde ao conjunto de classes, de grupos, de um determinado local histórico, povo não tem as mesmas composições sociais. A palavra povo virou um consumo, virilizou e passou a ser empregado para

Segundo o pensamento de Ramos, no advento da industrialização brasileira há uma apreciação positiva dos rumos que o Brasil está seguindo em vista das alterações,¹⁷⁸ uma delas é a superação do vazio populacional, agora interligados criando um sentido de país, em que “parece que tudo vai dar certo”; é o período compreendido como nacionalismo dos anos dourados,¹⁷⁹ em que o Brasil sai do estágio de complementaridade dos países europeus para servir aos Estados Unidos.¹⁸⁰ Entretanto, são só estruturas aparentes, o Brasil segue sendo determinado e restrito, o que ocorre é uma redefinição da relação de dependência.

A mudança da canga do continente Europeu para a América não interfere na sujeição, ao contrário intensificado o sistema capitalista, o ser humano é visto como um potencial consumidor, devendo as necessidades sociais, em sua maioria desenvolvido pelo sistema capitalista midiático, serem trabalhadas, com o objetivo de satisfazê-las.

A lógica do desenvolvimento brasileiro segue a estrutura da contradição e subordinação, ou seja, internamente as decisões são tomadas pela classe dominante, concentrando riqueza e acentuando a pobreza.

Nessa mesma conjuntura histórica, Vieira Pinto, por sua vez, vai dizer que o Brasil jamais tinha vivido dias “inquietantes” e “profundos”, porém vai atribuir isso à falta de filósofos no passado, que não possibilitou a organização de um pensamento universal, em razão da opacidade da visão e do retardo do progresso.¹⁸¹

todos os interesses, passou a ser um tema genérico, uma abstração onde todos se apegam como solução para todos os problemas. Povo ganharia com o tempo uma especificidade, aquele que trabalha, que vive de sua produção, que participa de um processo progressista. E para Sodré uma tarefa progressista seria libertar o Brasil do imperialismo e do latifúndio. Disponível em: < <http://www.dr-sergio-cruz.com/products/quem-e-o-povo-brasileirol-/>>, acesso em: 2 dez. 2016.

¹⁷⁸ A Revolução de 1930, promovida pela classe média (não é um golpe de uma pessoa só, tinha um calço do grupo de posse do capital). De 1930-1934, o Governo Provisório; De 1934-1937, o Governo Constitucional; De 1937-1945, o Estado Novo. Com Getúlio Vargas, em 1945, começa a ser pensado para todo o século XX o desenvolvimento, e com isso começa a ser alterado o sistema econômico.

¹⁷⁹ Segundo Almeida (2006, p. 311), este momento é também compreendido como “nacionalismo triunfante” e “o nacionalismo teve enorme importância para tornar viável políticas estatais que se chocavam com bandeiras abertamente empunhadas por muitos que se informavam por essa mesma ideologia”.

¹⁸⁰ A partir de 1940 até 1950, o Brasil passa a ser pautado pelo modelo americano e verifica-se a transição de agrícola para industrial.

¹⁸¹ Vilas Boas, em uma palestra referenda essa observação de Vieira Pinto, acrescentando os movimentos de 1822 (Independência do Brasil), de 1888 (Abolição da Escravatura), de 1889 (Proclamação da República), de 1930 (a suposta revolução burguesa), de 1964 (Golpe Militar), e de hoje (2003-2016) que também se vive um ciclo de transformação no Brasil com empreendimentos significativos, por exemplo: Belo Monte, PAC 1 e 2, Transposição do Rio São Francisco, Pré-sal, refinarias, estaleiros, trens, rodovias, aeroportos, estádios, construção civil, bases de forças de um rearranjo de base produtiva. Rafael Vilas Boas proferiu palestra no Ciclo de Conferências TEORIA CRÍTICA DA TECNOLOGIA - parte 7, (abr./maio 2010) na UnB, publicado em 27 de agosto de 2011.

Não tivemos filósofos que desempenhassem o que seria o seu papel natural, o de sugerir aos diferentes especialistas, críticos dos fatos, artistas e reformadores das instituições, a superação dos próprios campos de pensamento ou de ação, e a formulação dos problemas nacionais no âmbito da visão histórica de conjunto. (PINTO, 1959, p. 13).

A estrutura do desenvolvimento brasileiro é dicotômica: por um lado o seu processo não é manifestação da realidade nacional, tampouco emergem das discussões dos problemas do país; por outro lado, a concepção de desenvolvimento foi “provocada”, em ampla margem, por ideias que atendiam a grupos econômicos internos, voltados para os interesses do capital externo, gerando uma dependência e subordinação. Portanto, o desenvolvimento brasileiro, conduzido “por conjunturas internacionais, tem sido um desenvolvimento reflexo, e não autocomandado”. (RAMOS, 1957, p. 22). A realidade brasileira é dicotômica assim como seu desenvolvimento, deslocado dos problemas e do povo, e nesse sentido se pode inferir, que o desenvolvimento é expressão da realidade brasileira, é dicotômico.¹⁸²

Almeida (2006, p. 287), entende que o desenvolvimento da indústria dependente era apresentado como o “bom combate” que deveria ser travado a qualquer custo, sem medir esforços. É nesta lógica que o Estado foi criado, como uma espécie de artefato sociológico, montado sobre o território para conectar e tornar possível o exercício do poder, inicialmente pela antiga classe dominante, as oligarquias agrícolas, e lhe permitir o desempenho de funções tutelares.

A mudança de paradigma, das oligarquias coloniais agrícolas para a industrialização e urbanização, cria um sentido de prosperidade para o Brasil, possibilitando entender que se está em um momento crucial de estruturação. O Governo JK e sua equipe estavam comprometidos com o “bom combate”, padrão político ideológico que subentendia a consolidação do processo de industrialização do país que, segundo JK, iria libertar o país, devendo para isso combater qualquer resistência e oposição.

Há um clamor ideológico, impingido por um discurso otimista do nacionalismo desenvolvimentista, e termos e chavões são usados no sentido de que *chegou o momento, o sacrifício do presente seria em vista de uma nação radiante no futuro*. Nessa perspectiva surgem slogans como: *ou conquistamos o*

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0BYHV7gWJSk&t=1795s>>. Acesso em: 28 maio 2016.

¹⁸² Pansardi, diz que a elite intelectual não considerou o povo, as forças populares e seus projetos, por isso esse deslocamento da realidade nacional.

desenvolvimento e a emancipação ou *fossilizamos a possibilidade* e discursos imperativos, tais como: “a sorte está lançada: é impossível ao Brasil deixar de ser uma nação industrial”. (ALMEIDA, 2006, p. 195).¹⁸³ Esses imperativos fizeram parte de um discurso ideológico do Estado patrimonialista e da burguesia reformista dependente.

Segundo Almeida (2006, p. 292), “na medida em que o desenvolvimento capitalista dependente avançava, o conjunto da burguesia brasileira passava por um processo de crescimento e definição”. Segundo ele, inicialmente vai ocorrer resistência da burguesia industrial nacional frente ao crescente capital hegemônico externo, mas, dada a sua fragilidade, a burguesia nacional vê-se entre duas opções: ser absorvida pela estatização ou o apelo ao capital estrangeiro. A escolha pela segunda alternativa possibilitou, “o impulso para uma nova fase do desenvolvimento capitalista dependente no Brasil”, ocorrendo uma estreita colaboração entre o setor estatal, o grande capital estrangeiro e o capital particular nacional. O capital estrangeiro voltou-se para o financiamento da infraestrutura e de setores de bens de produção, enquanto que o capital nacional voltou-se para setores de capitalização e rentabilidade. “Este nacionalismo jamais foi contra o ‘capital estrangeiro’. Ao contrário, seu maior sucesso consistiu justamente em apoiar uma política de atração seletiva do capital internacional para o desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro”. (ALMEIDA, 2006, p. 293).

O Governo de JK trabalhou a industrialização como o único caminho¹⁸⁴ que o país dispunha para sair do atraso. Nesta proposta está contido o

¹⁸³ Almeida, em sua obra *A ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*, retrata um constante período de crise e enfrentamento entre Governo, setores dominantes compostos pela elite industrial, comercial e agrícola, burguesia externa, militares, sindicatos, estudantes, trabalhadores. A obra de Almeida demonstra que os diversos conflitos, as conquistas e os momentos no processo histórico não foram situações tranquilas. Mesmo o Governo JK, nos seus anos dourados, “apesar dos inúmeros percalços, o governo JK foi estável em um contexto histórico instável”. (2006, p. 214). Nela estão presentes também alguns dos muitos problemas enfrentados pelo Estado brasileiro, entre eles: inflação, segurança, política externa, reservas nacionais, transporte, exportações, empresas nacionais, política nacional, os quais são crises voltadas para o forte apelo ao capital estrangeiro e à exploração do trabalho (defasagem salarial de 1955-1962, produtividade 72,8%, salário 8,2%, nota de rodapé nº 222 (ALMEIDA, 2006, p. 251). As políticas eram elitistas, não tinham uma preocupação com os problemas sociais, estes deveriam ser enfrentados através do desenvolvimento capitalista que ocultava a matriz da dependência, apresentada como desenvolvimento autossustentado. “A opção pelo desenvolvimento implica a aceitação da ideia de que é mais importante maximizar o ritmo de desenvolvimento econômico, que corrigir as desigualdades. [...] em 1960, 72,5% da população economicamente ativa estava inserida no subproletariado”, nota de rodapé 263, (ALMEIDA, 2006, p. 300). A obra tem uma autenticidade com relação ao seu título: “*Ilusão do desenvolvimento*”.

¹⁸⁴ “A industrialização como único caminho”, o sentido aqui questionando é de estar voltado para a exportação, e não para também resolver os problemas nacionais, quando acontece melhorias

comprometimento da burguesia com o capital hegemônico mundial que, ao mesmo tempo, participa ativamente do governo.¹⁸⁵ Ramos e Vieira Pinto vão situar esse debate, observando que o desenvolvimento pensado para o país não ocorre espontaneamente, mas sim a partir das opções feitas pelas classes. O que ocorre é uma composição ideológica do desenvolvimento engendrado pela fração da burguesia nacional que se encontra no poder.

Importa também atentar para a opção feita pela burguesia e pelo governo brasileiro, que nem a curto, e nem em longo prazo, seriam capazes de eliminar as condições de “proletariado externo das nações ricas”. A respeito disso, Vieira Pinto (1958, p. 13-14) vai dizer que, “faltou-lhe o instrumento conceitual indispensável, que só a compreensão filosófica poderia ter proporcionado, permitindo transcender o plano em que se situava e ultrapassar o finítimo de sua visão.”. E Guerreiro Ramos (1957, p. 27) identifica a opção feita pela elite como ideológica e alienada:

Todo aconselhamento baseado numa ciência econômica que considere definitiva a situação de complementaridade entre a economia dominante e sua periferia, revela, por isso mesmo, a sua intenção ideológica e consequentemente alienada, do ponto de vista dos países da periferia.

Cabe ressaltar que o projeto de desenvolvimento brasileiro foi alvo de severas críticas por transitar por uma matriz ideológica dos países de centro, aos quais se moldam os instrumentos para o desenvolvimento dos países periféricos, respaldando os interesses da burguesia nacional. Essas afirmações, ainda que contenham uma abordagem sociológica, econômica ou filosófica, em momento algum podem aceitar a permeabilidade do conceito de neutralidade dos elementos condicionantes históricos, pois admitir tal possibilidade é pairar num imobilismo tendencioso e ideológico da manutenção histórica, em favor da hegemonia da burguesia.

internas, tais como: rodovias, ferrovias, portos, incentivos, estes acontecem para atender a burguesia na escoação dos produtos industrializados e in natura de interesses externos.

¹⁸⁵ Existe uma equipe técnica no governo que sugere os programas, faz os projetos, emite os pareceres e desenvolve-os financiando-os com recursos públicos. Não é recente a perversidade, a falta de ética que permeia os altos escalões da esfera administrativa do Estado. Muitas sugestões coincidem com formulações do Banco Mundial, FMI. Almeida tem o subtítulo: *Diferentes farinhas do mesmo saco: nacionalismo triunfante e bloco no poder*, em seu livro *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*, no qual aprofunda essa ambiguidade de comportamento do Governo e da elite brasileira.

Admitir a ideia de neutralidade é compactuar com os distanciamentos sociais construídos pela ideologia, é legitimar seus projetos políticos, as ideias hegemônicas e a luta de classes. Além do mais, essa ideia de neutralidade paira no plano da perversidade, tendo em vista que a burguesia sabe se defender em meio às oscilações econômicas.

Precisamos compreender que o problema do desenvolvimento econômico de um país periférico envolve uma opção radical, cuja validade deve ser apreciada na esfera dos valores, e que transcende, por isso mesmo, a mera indagação econômica. (RAMOS, 1957, p. 27)

A base para a formulação da crítica dos isebianos em relação ao desenvolvimento orienta-se pela transcendência da dimensão econômica, outros parâmetros são necessários para alavancar um desenvolvimento estrutural. A compreensão do desenvolvimento da década de 1950 está apartada da realidade social enfrentada pela sociedade brasileira. Essas ideias pautam-se por um nível teórico idealista distante da práxis, considerando que estão de costas para a realidade brasileira, quando muito atendem a interesses de grupos, movidos pelo econômico.

A formulação crítica da redução do desenvolvimento do país ao plano econômico perpassa pela consciência crítica de análise dos fatos a partir de critérios de justiça social. Segundo Ramos, a consciência nacional não se outorga a um povo por um gesto de concessões de outros, por qualquer razão possível; não existe meio para a tomada de consciência coletiva por via de decreto. Ela se forma modestamente na prática, na história de cada país entendendo a sua realidade, em caminhadas repletas de justiças e injustiças, vitórias e decepções. Ela se forma com base na luta das massas, na inquietação, na identificação de fatores de transformação, apropriando-se da possibilidade dessa forma de fazer história; o modo de assumir isso promoverá a ascensão da consciência ingênua á consciência crítica. (1957, p. 29)

Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento econômico transcende o engessamento natural de linhas traçadas e percorridas por outros, do receituário ideológico hegemônico de uma classe, portanto, desenvolvimento “quer dizer ruptura dos antigos quadros de complementaridade e de dominação espoliativa de que se beneficiavam grupos oligárquicos privilegiados”. (PINTO, 1958, p. 15). Nota-se que

os critérios de desenvolvimento, para Vieira Pinto, vão além de elementos econômicos, assentam-se na perspectiva da autonomia de uma sociedade que tem por base sua história, sua consciência crítica.

A falta de tomada de consciência objetiva da nossa realidade, por parte de nossos melhores homens, priva-os de percepção histórica segura e global, desnordeando-os e dividindo-os em confusões elementares, o que contribui para o atraso do nosso processo de desenvolvimento, pois não há interpretação sem categorias prévias de interpretação.

Vieira Pinto percebeu o atraso e a carência de uma base intelectual para se pensar um desenvolvimento que sobrepusesse a dependência externa e interna, ainda que existente era muito restrita, que, somados ao equivocado modelo educacional brasileiro¹⁸⁶, foram os fundamentos do desenvolvimento estrutural, em relação ao qual Vieira Pinto atenta para a necessidade do rompimento do continuísmo das bases oligárquicas que mantiveram e consolidaram o sistema. Seu pensamento é direcionado para que o desenvolvimento venha a ser pensado em termos estratégicos no atual momento, entendido como propício¹⁸⁷.

O projeto de desenvolvimento do Governo JK nem sempre está em sintonia com as ideias de Vieira Pinto e com as necessidades básicas do país. Entretanto, ambos veem a necessidade de alternativas para o país sair do atraso, divergindo somente nas ideologias do processo de desenvolvimento. O Governo JK acentuava, em seus discursos, a necessidade do desenvolvimento industrial como alternativa para sair do atraso, enfatizando que essa seria a melhor forma para a sociedade brasileira. Parar o processo de industrialização, ou até mesmo reduzir, seria

¹⁸⁶ A dualidade era marca registrada da tradição educacional, tem-se a criação da escola para as elites (secundária e superior) e da escola para as classes populares (primária e profissional). A primeira era para os espíritos luminosos; a segunda para os que deviam sofrer, na expressão empregada por Vieira Pinto ao tratar da universidade. (VALE, 2006. p. 201).

¹⁸⁷ No caso dos países subdesenvolvidos que, nos anos de 1950, estavam em pleno processo de revolução capitalista, o ISEB salientava que o Estado tem, adicionalmente, o papel de ser o líder estratégico do desenvolvimento; deve ainda proteger a indústria nacional infante contra a concorrência estrangeira – daí a tese de que o desenvolvimento deve ocorrer pela substituição de importações; deve planejar a economia, principalmente os investimentos do próprio Estado na infraestrutura econômica do país; e deve estar constantemente se atualizando diante dos novos desafios econômicos e tecnológicos, que estão surgindo nacional e internacionalmente. O desenvolvimento é, portanto, planejamento, mas é também estratégia. O Estado não pode limitar-se a estabelecer as condições institucionais para que os empresários invistam, deve também criar as condições econômicas necessárias. Artigo de Luiz Carlos Bresser Pereira – O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido – Texto para discussão 137 • agosto de 2004 • 5. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/texto-discuss%C3%A3o/04.08-Conceito-desenvolvimento-ISEB-TD137.pdf>>, acesso em: 26 fev. 2016.

tecnicamente errado, o governo não admite que nada se constitua como entrave, o *desenvolvimento não se discute*. Segundo Cardoso, dessa forma o Governo expõe sua grande meta para o desenvolvimento. “É ele o grande móvel da ação, é ele o grande objetivo explícito dos esforços em todos os níveis – o político, o ideológico, o social, o cultural, o econômico” (1978, p. 224)¹⁸⁸.

Havia um certo acordo de que o Brasil passava por uma “explosão do crescimento”, embalado por um otimismo excepcionalmente elevado, os *anos dourados*. É um momento que a política de desenvolvimento está impregnada de certo *nacionalismo*, e os pontos referenciais são as economias de países de mais longa história, do interesse do capitalismo. A conjuntura político e econômico brasileiro leva Vieira Pinto a pensar nela como um fenômeno que conduzirá o país a uma encruzilhada, e um momento de transição¹⁸⁹:

Ou tomamos o rumo do desenvolvimento, o que se dará à medida que formos capazes de utilizar os dados da ciência e os instrumentos da técnica, a serviço de uma ideologia do progresso, ou, se não o fizermos, enveredaremos pela estrada do pauperismo, [...]. (1958, p. 16).

Para Vieira Pinto (1958, p. 16), o caminho do desenvolvimento para os países periféricos não estariam aludidos a indivíduos isolados ou exclusivamente às classes economicamente dominantes, mas às massas, processo esse proveniente da conscientização, participação e envolvimento das massas, por meio do alargamento quantitativo da área cultural e qualitativo em relação à utilização de dados científicos e de elementos técnicos para a expansão das possibilidades de desenvolvimento.

A participação das massas¹⁹⁰ no projeto de desenvolvimento para o país, segundo Vieira Pinto, principia pela sua manifestação, e, quando isso acontece, o

¹⁸⁸ Segundo Cardoso, analisando os discursos de JK, acentua sua política econômica interna colocando o desenvolvimento acima de tudo, compreendendo como um apoio decisivo à industrialização, “com a industrialização é que estaria possibilitada a autonomia econômica pretendida” (1978, p. 426). “O desenvolvimentismo se propõe como fortalecimento de uma mudança de hegemonia, mas apenas intraclasses dominante, [...] representa as frações ascendentes da classe dominante. [...] o grande capital e a grande indústria, trabalham juntos para tornar viável num tempo não muito distante a sua capacidade de reprodução no próprio país – o que Juscelino entende como autonomia econômica” (1978, p. 429).

¹⁸⁹ Efetivamente, essas ideias acentuam a fase de transição da economia, do estágio predominantemente agropecuário para o da industrialização intensiva. Desencadeia um processo de evolução, passando das simples indústrias de transformação para as indústrias de base.

¹⁹⁰ O sentido de “massa” aqui substitui a “classe trabalhadora”, as “classes populares”, “grupos ligados a movimentos sociais”.

indivíduo atinge a maturidade de seu processo consciente, isto é, daquilo que antes só tinha o sentimento vivo, pungente, pessoal, tem agora representação conceitual. O que era instintivo clamor de revolta transforma-se em iluminada compreensão: antes sofria, agora sabe por que sofre. Essa é a função da teoria, de expor a inquietação, que jamais se esgota na reflexão, porque “o homem que possui uma ideia é ao mesmo tempo um homem possuído por essa ideia” (PINTO, 1958, p. 20). A revolução virá, primeiramente, de seu lugar no mundo, da consciência de sua condição e possibilidades.

Vieira Pinto identifica, dessa forma, a teoria que deixa de ser um dado abstrato e passa a ser uma realidade eminentemente social, prática, de transformação e de explicação. A teoria é o elemento presente no fato social, como também no entendimento e na explicação da realidade nacional; nesse sentido, não tem como se separar a teoria e o fato. “Toda mutação de cena, todo avanço histórico, é necessariamente produto das ideias que a cada instante do tempo humano são possuídas por um grupo social e, por isso mesmo, inspiram um projeto futuro.” (PINTO, 1959, p. 21) ¹⁹¹.

Vieira Pinto recorda que esse projeto de desenvolvimento não virá de sobressaltos ou planos tirados da mente ou “cartola” de técnicos e governos, como num passe de mágica, mas é um processo contínuo, respaldado na realidade. Para ele, o presente cria os elementos constitutivos para a elaboração de projetos para o futuro, e esse conhecimento claro do presente eliminará surpresas. Assim sendo, o desenvolvimento nacional é um processo e “significa que não podemos compreender o desenvolvimento nacional como movimento histórico casual, indeterminado, imprevisto, ocorrendo desordenadamente, sem legalidade interna, mas, ao contrário, temos de interpretá-lo como processo.” (PINTO, 1958, p. 23). Como se nota, o respaldo de um projeto está no seu tempo, numa dimensão orgânica, é daí que ressoam as consequências:

¹⁹¹ “Mas o fundamento mais essencial e mais próximo do pensamento humano é, exatamente, a transformação da natureza pelo homem, e não a natureza por si só; a natureza enquanto tal, e a inteligência humana foram crescendo na mesma proporção em que o homem ia aprendendo a transformar a natureza.” (VAZQUEZ, 1977, p. 215).

Assim, a consideração do desenvolvimento nacional como submetido à categoria de progresso, obriga a que se tenha dele uma compreensão dinâmica, orgânica. Em consequência deste ponto de vista, temos de aplicar à noção de desenvolvimento nacional os demais aspectos da categoria de processo, especialmente os de finalidade, unidade, especificidade e o de ideia diretriz que os resume a todos. (PINTO, 1958, p. 24).

Essa é uma estrutura que norteia a compreensão de desenvolvimento, nela estão contidas as amarras da “tese” central da concepção de *desenvolvimento*, pensadas por Vieira Pinto no final da década de 1950, desenvolvimento esse entendido enquanto *processo* que encontra sua definição na finalidade a que se propõe, pois, sem a clareza do fim desejado, o processo não se constitui, não tem sentido, então, falar propriamente em processo. Portanto, a estrutura social é possível de ser alterada, quando sua mudança é conhecida, pensada e projetada. Logo, desenvolvimento subentende mudança de um estado, cabendo atentar para as ideologias que articulam esse processo de mudança. De certa forma, tem correlação com as exposições de Cardoso (1978, p. 426), quando diz que o desenvolvimento pressupõe instabilidade, é a pretensão de rompimento do estado anterior de equilíbrio.

O entendimento de desenvolvimento envolve várias percepções de tempo e espaço, classe social e finalidades. Cada tempo histórico carrega suas ideologias, as intenções de cada projeto de desenvolvimento. Vieira Pinto, ao pensar no desenvolvimento na década de mil novecentos e cinquenta, acentua a necessidade de compreender a participação das massas, a percepção da realidade nacional, e a compreensão das diversas variantes ideológicas que o desenvolvimento conserva.

Sem ideias, não vemos mais que a sucessão empírica, privada de sentido e de inteligibilidade. Só quando subordinarmos os fatos e o seu desenrolar a uma interpretação que, em última análise, decorre de um projeto, é que lhes damos consistência histórica. Só então é possível falar em desenvolvimento nacional. (PINTO, 1958, p.29).

Vieira Pinto vai dizer que, sem essa consciência prévia, sem a apropriação histórica de elementos constitutivos do pensamento, não é possível construir o plano de desenvolvimento; no passado não faltou essa análise, o que faltou foi maturidade para entender a nova realidade que se constituía, e, por isso, foi utilizada a consciência alheia, isto é, foi aparando de projetos à realidade nacional. O que aconteceu foi a alienação se alojar nas opções e nos critérios de análise.

O desenvolvimento, nesse caso, conforme o pensamento de Vieira Pinto é um processo histórico, compreendido na totalidade de suas correlações, o desenvolvimento vai acontecer em consonância com a realidade social, e o conjunto de medidas necessárias no sentido de solução dos problemas decorrentes do distanciamento das classes sociais.

Segundo Vieira Pinto, a via autêntica para o desenvolvimento acontecer isento de ideologias do sistema, é a partir da realidade e da participação das massas. Para o autor, somente as massas podem julgar e compreender sua realidade, assim como a burguesia faz a partir de seu contexto e de sua percepção de mundo.

Vieira Pinto, na década de mil novecentos e cinquenta, entende que o caráter ideológico do desenvolvimento elimina toda presunção, solução, ou qualquer possibilidade de desenvolvimento em favor das massas. Diz ele que não é das elites burguesas que virá a solução dos problemas, não farão diferente do que já o fizeram, nem o curso do desenvolvimento sofrerá reviravolta ao natural. A possível solução dos problemas virá da consciência coletiva, da qual deve emergir os promotores do desenvolvimento. (PINTO, 1958, p. 47).

A leitura que Vieira Pinto faz da realidade permite observar que o desenvolvimento, independentemente da ótica de análise que se adote, está estruturado sob uma diversidade de condições e de cenários antagônicos. Entre as classes sociais, será na classe trabalhadora que se travará a maior resistência, dado os interesses serem divergentes da classe dominante, além da sua parca inserção no cenário político e participação econômica.

Convém notar que não é recente a hegemonia da classe dominante e o fato dela contar com variáveis disseminadas na sociedade por meio da mídia, fortalecendo o caráter ideológico de sua hegemonia.

Vieira Pinto observa que quando o desenvolvimento acontece distante de elementos críticos, proporcionado por bases históricas, sociológicas, filosóficas, leva, na maioria das vezes, a equívocos que favorecem o estado vigente de desigualdades, concentração de renda e favorecimento de uma classe. Os instrumentos críticos são caminhos para o questionamento de práticas largamente disseminadas na sociedade, tidas como verdadeiras, tais como: a ideia de desenvolvimento contínuo; crescimento econômico; migrações e fluxo de pessoas

em busca de um “bem-estar”, que será aprimorado em discursos futuros em favor de uma hegemonia de classe.

Os estudos sinalizam a complexidade do projeto de desenvolvimento nacional, chegando a ser ilusória, quando é sabido que a maioria das políticas passa pelo consentimento da burguesia, classe que detém o poder, cabendo às massas consciente ou inconscientemente integrarem o jogo do poder, tendo em vista o improvável enfrentamento das massas, dado a acomodação causada pelas reformas sob o rito do sistema neoliberal.¹⁹²

O Brasil do século XXI, repleto de *brasis*¹⁹³, mantém os mesmos problemas do século anterior, ainda precisa avançar muito para proporcionar a toda a sociedade melhores condições em todos os sentidos: saúde, educação, habitação, transporte, segurança, isso só para citar alguns; entretanto, ironicamente, essas dificuldades há muito tempo são ouvidas de palanques a púlpitos. Além do mais, nos meios econômico, social e político circulam dados de que o Brasil que se apresenta com condições favoráveis geograficamente, com imensas riquezas naturais e capacidade de sair de sua condição de subdesenvolvido e, economicamente, de sua condição de dependência, se não fosse a paciência desmedida da sociedade, a lentidão no exercício das ações em benefício do outro e o descaso do poder público legalmente constituído.

Vieira Pinto recorda que esses problemas estruturais de longa data não propiciam o desenvolvimento, antes carecem da ação das massas para desencadear o desequilíbrio do estado de *equilíbrio*. Segundo ele, (1960, p. 99), “desenvolver-se é desequilibrar uma estrutura de relações objetivas, porque é pedir aquilo que espontaneamente não poderá acontecer.” A estrutura de desenvolvimento e as políticas do Estado seguem a lógica da classe dominante, e

¹⁹² Nesse sentido, convém citar o pensamento de Furtado (2002), ao situar essa estrutura de desenvolvimento entranhada na sociedade: Hoje, o Brasil tem uma renda dez vezes superior à renda da época em que comecei a refletir sobre o nosso subdesenvolvimento. Nem por isso diminuíram as desigualdades sociais; nem por isso fomos bem-sucedidos no combate à pobreza e à miséria. Cabe, pois, a pergunta: o Brasil se desenvolveu? A resposta, infelizmente, é não. O Brasil cresceu. Modernizou-se. Mas o verdadeiro desenvolvimento só ocorre quando beneficia o conjunto da sociedade, o que não se viu no país. Fonte: <<http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/furtado1.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2015.

¹⁹³ No sentido em que dentro do território nacional existe uma diversidade de culturas, de classes econômicas distantes umas das outras e de povos. Ver: *Vários “Brasis” dentro do Brasil*, publicado na edição nº 31 (novembro de 2008) da revista Carta Escola, por Elias Jabbour. Disponível em: <http://grabois.org.br/portal/noticia.php?id_sessao=8&id_noticia=270>. E *Os dois Brasis: quem são, onde estão e como vivem os pobres brasileiros*, de Ana Lydia Sawaya, Gisela M. B. Solymos, Telma Maria de Menezes Toledo Florêncio e Paula Andrea Martins. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a03.pdf>>. Acesso em 16 maio 2015.

esta situação hegemônica não criará transtornos e alterações, ao contrário, reproduzirá as mesmas ações de sempre, tendo em vista a existência das mesmas fontes causais, portanto, para ele, desenvolver é introduzir novas ações causais nesse real de repetição contínua e, nesse sentido, um modelo diferente de desenvolvimento é possível e está ancorado no desequilíbrio, e na interrupção das contínuas adaptações e políticas reformistas.¹⁹⁴

A condição de dependência, que se prolongou até os dias atuais, as poucas ações revolucionárias, o subdesenvolvimento cultural, que coincide com o subdesenvolvimento econômico, são típicos dos países periféricos, mais precisamente do Brasil. Nesse sentido, Furtado (2007, p. 20), afirma que: “o persistente crescimento econômico do Brasil de alguma forma anestesiara a população para a percepção dos graves problemas sociais que se iam acumulando”. E entre essas ilusões estariam as migrações, a devastação das florestas para ampliação da fronteira agrícola e um quadro histórico que, ainda segundo ele, ofuscaria a possibilidade do verdadeiro acesso a melhorias sociais.¹⁹⁵

No capítulo a seguir, ao abordar o conceito de tecnologia, Vieira Pinto discorre sobre o fato de estar presente nele a ideologia do desenvolvimento, e as tecnologias transplantadas e destinadas a locais previamente analisados para gerar projetos de prosperidade e bem-estar. Na verdade, o que acontece é um *desenvolvimento* de espaço específico, *escolhido* para implantar projetos de melhorias destinados a um grupo restrito, esta política consentida pelo Governo e as estruturas de poder servem apenas para escamotear a realidade. Ou seja, uma estrutura de dominação externa para um país que vai ter a burguesia como parceira, uma dominação interna.

Vieira Pinto entende que o desenvolvimento está fundamentado em um espaço de liberdade e responsabilidade social, relacionado à construção da própria história.¹⁹⁶ Desenvolvimento, segundo ele, é arrumar a casa a partir das necessidades e do entorno cultural; cada nação constrói a sua história com base em

¹⁹⁴ Furtado diz que nos anos de 1960, quando viu que as forças que lutavam pela industrialização do país não tinham a percepção da gravidade política e da dependência do país e tendiam a aliar-se aos latifundiários, a direita ideológica, em oposição às forças sindicais que estavam nascendo, compreendeu que “muita água tinha que correr”, para que surgisse uma sociedade moderna no Brasil. (2007 p. 20).

¹⁹⁵ Ver reflexões de Celso Furtado em sua obra *Teoria do subdesenvolvimento*.

¹⁹⁶ No sentido de um desenvolvimento próprio de cada país e povo, segundo as suas necessidades e sua história.

seu contexto, evitando inicialmente o traslado de técnicas e tecnologias, sabedores de que elas veem acompanhadas de ideologias indesejadas que gerarão conflitos.

O desenvolvimento não é um estágio a ser atingido no processo histórico das nações subdesenvolvidas, sendo referenciais as nações economicamente mais avançadas e os procedimentos históricos largamente aceitos pelas economias dominantes. O conceito de desenvolvimento de Vieira Pinto não presume uma única via para todos os países, mas sim que existem outras formas de saírem da condição de subdesenvolvimento, sem estarem subjugado pela cartilha dos países dominantes.¹⁹⁷

O arcabouço ideológico de Vieira Pinto é histórico, crítico e construído com base na práxis; entra em contato com diversas correntes filosóficas das quais faz aproveitamento, segundo ele, daquilo que lhe serve. Apesar de ele estar inserido em um contexto conturbado política e economicamente, mas nem por isso se exime de sua atuação como professor e leitor crítico de seu tempo.

As categorias de análise vão sendo ampliadas à medida que se vão situando no tempo histórico de Vieira Pinto, exigindo sempre novos esforços para compreender e explicar a realidade. O recorte proposto possibilitou identificar a ação patriarcalista e subserviente do Estado a serviço da hegemonia da classe burguesa.

O ponto de chegada de Vieira Pinto é o desenvolvimento humano a partir de suas potencialidades, e da capacidade crítica. Em tese, o homem é dotado de condições que possibilitam avançar em prol de uma revolução. Nesse sentido, os instrumentos, os artefatos devem ser usados para essa finalidade com mais justiça. Dessa forma, a tecnologia é vista como um meio para o fim proposto, finalidade esta, na maioria das vezes, desconsiderada.

A seguir faz-se uma abordagem do conceito de tecnologia, e influência para a formação da sociedade brasileira, orientados para um projeto de país. A educação abarca um enfrentamento para a superação dos códigos técnicos da tecnologia abordada, com base nos privilégios da classe dominante.

¹⁹⁷ Segundo (PLEKHANOV, 2003, p. 8-9), [...] a história decorre em função de leis objetivas, mas os homens fazem a história, quer dizer, fazem-na avançar ou atravessam-na consideravelmente, na medida em que atuam, ou não, em função dessas leis. Na verdade, a história prepara, segundo as leis de seu desenvolvimento, as condições das transformações revolucionárias, mas sem indivíduos que se dediquem à organização, à teoria revolucionária, à preparação das massas em lutas concretas, não há revolução”.

O autor observa que a estrutura social é a mesma e que a tecnologia vem acelerar o distanciamento social entre as classes. A tecnologia, para essa estrutura social brasileira, só acentua os benefícios auferidos pelos grupos mais favorecidos, enquanto a maioria da classe trabalhadora se mantém na condição de excluída, dependente e pobre.

Com o sistema neoliberal, o “cinismo à brasileira” expõe os traumas sociais do modo capitalista, sistema mantido por uma classe parasitária, como um câncer que inviabiliza qualquer projeto de país. A tecnologia vem dar suporte a esse escárnio social de maior desigualdade, de menor distribuição de renda em um país de profundas contradições.

CAPÍTULO 3

RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA PARA ÁLVARO VIEIRA PINTO

O pensamento e as intervenções de Vieira Pinto ganham um caráter político de enfrentamento a um modo capitalista dependente, construído com base numa infraestrutura voltada para os interesses burgueses nacionais e internacionais. O grande problema que balizou a atuação de Vieira Pinto foi a consciência ingênua e a consciência crítica. Ao longo de seu texto debate exaustivamente as formas de o homem identificar as limitações, os embustes ideológicos e o caráter alienante da concepção de desenvolvimento. A esse respeito, formula as seguintes indagações: Que é o desenvolvimento? Qual a relação entre desenvolvimento, educação e tecnologia? Como superar os meandros ideológicos da tecnologia? Quais os limites proporcionados pela tecnologia, tendo em vista a cooptação cultural e o baixo nível intelectual presente na classe trabalhadora? Na ótica de Vieira Pinto, que pressupostos são válidos no que concerne ao desenvolvimento, à educação e à tecnologia?

No segundo capítulo foram tecidas considerações sobre o desenvolvimento de modo geral, e neste capítulo o enfoque estará voltado especificamente para a tecnologia, como formas de proporcionar meios de alterar realidades e condições da sociedade. Da mesma forma, a educação segue os mesmos parâmetros sociais da realidade nacional. A tecnologia constitui um eixo para analisar a realidade social e educacional do Brasil, e inferir críticas.

O segundo capítulo recupera algumas concepções de desenvolvimento, educação, realidade nacional, tecnologia do autor, o arcabouço ideológico de Vieira Pinto de onde ele analisa e dialoga com o mundo. Por sua vez, este capítulo ocupa-se do tema que é objeto específico desta tese: a tecnologia.

Inicialmente é pertinente fazer as seguintes indagações que permitem investigar concepções relevantes de Vieira Pinto sobre a tecnologia: 1) Por que Vieira Pinto elege a tecnologia como caminho para os países subdesenvolvidos deixarem esta condição e ascenderem a uma condição de desenvolvidos? Nesta questão o pensamento do autor sobre desenvolvimento está impregnado da realidade brasileira. 2) Qual é o conceito de tecnologia que está imbricado nos

escritos de Álvaro Vieira Pinto? 3) E o que ele quer dizer quando se refere a tecnologia? Essas questões vão remeter, posteriormente, ao conceito de educação, enquanto ação crítica para discernir sobre a presença da tecnologia.

Essas questões, na sua estrutura, estão imbricadas com as inquietações do quarto capítulo, que se centra no questionamento de como os Institutos Federais entendem e vêm trabalhando a tecnologia nos diversos *campi*, no contexto de uma realidade nacional de arranjos produtivos heterogêneos.¹⁹⁸ Esta é uma assertiva de encaminhamento para a leitura da realidade local que dá suporte à formação da cultura, com vistas à emancipação de mulheres e homens.

No primeiro capítulo apresentou-se o contexto brasileiro das décadas de 1950 e 1960, constituído por um mosaico de assimilações de estruturas externas, sendo pouco original o seu arcabouço social, político e econômico, que incidem na composição dos projetos educacionais e no processo nacional de desenvolvimento. A maioria das ideias e projetos são transplantados dos países de centro, sendo que os projetos desenvolvidos no Brasil tinham o propósito de atender a interesses externos. Entretanto, essa característica de dependência vem se mantendo ao longo dos tempos, somente alterando o grupo que assume o poder político.¹⁹⁹

Nesse sentido, o Brasil é um solo onde são montadas as estruturas para atender aos interesses hegemônicos de pequenos grupos da classe que “manda” e outros submissos a esta.²⁰⁰ Vieira Pinto critica a subserviência e as ideias

¹⁹⁸ O Ministério da Integração Nacional disponibilizou uma publicação de 2010, com um estudo bem amplo, *Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional*, do professor Eduardo José Monteiro da Costa, do Programa de Pós-graduação em Economia da UFPA. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=58908ef0-c6ff-45f3-ac3f-91b2baf3e755&groupId=10157>. Acesso em: 27 mar. 2016. Também há um estudo intitulado: *Arranjos produtivos locais e desenvolvimento, versão preliminar*, publicado pelo BNDES. Nesta abordagem dos arranjos produtivos locais, faz um estudo da cultura brasileira. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/s_eminario/apl.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2016.

¹⁹⁹ Neste sentido, Ianni esclarece que uma das singularidades da história do Brasil, está no fato de ser um país que se pensa continuamente e periodicamente. Pensa-se de forma particular e sistemática, no contexto da conjuntura crítica ou a partir de dilemas e perspectivas que se criam quando ocorrem rupturas históricas. Há uma pluralidade de visões do Brasil e uma pluralidade de Brasis. (IANNI, 2004, p. 12).

²⁰⁰ Convém observar na ideia de inserção do Brasil em meio ao curso do processo capitalista, que não há uma ruptura do processo, não se processa nada diferente, antes há uma acomodação às novas normas do sistema. Segundo Sanfelice, a História do Brasil, após o evento do “descobrimento”, é uma história que revela sua inserção profunda no desenvolvimento internacional da expansão do modo de produção capitalista. Para ele, nunca tivemos, após o ano de 1500, uma economia cujas características essenciais não fossem as da ordem econômica capitalista (2000, p.10). O Brasil faz parte das estratégias capitalistas do sistema internacional. (José Luís Sanfelice é professor da UNICAMP, prefacia o livro *Concepções de história na proposta curricular no Estado de Santa Catarina*, da autoria da professora Dra. Maria de Fátima Rodrigues Pereira).

transplantadas, tendo em vista que esse arquétipo cria um arcabouço estranho e não desenvolve estruturas coerentes e próprias a partir da historicidade, ao contrário, cria ambientes fictícios e fragmentados de desenvolvimento, que ele entende como sendo ideológico.

A retomada do segundo capítulo reitera a complexidade da história brasileira, marcada pelos subterfúgios utilizados pela classe dominante, no que concerne aos interesses econômicos particulares e às vinculações políticas internas e externas. Tem-se consciência de que não é possível compreender a conjuntura brasileira das duas décadas mencionadas, em apenas alguns parágrafos de um tópico, entretanto, é possível ter compreensão ainda que não acabada de como se estruturou a sociedade apresentada por Vieira Pinto, e a quem se dirige o seu discurso. Qual é a dimensão real da estrutura de sua narrativa diante da possibilidade de promover a mudança? Por que mudar? Portanto, foi nessa conjuntura que acontecerá o debate sobre a tecnologia.

3.1 Problema e pressupostos do desenvolvimento brasileiro

Desde os primeiros momentos, o processo de industrialização brasileira tem no exterior como referência, o seu paradigma de desenvolvimento nos países centrais e a intenção de atingir patamares de desenvolvimento semelhantes a eles. A justificativa para tal se sustenta na ideia de o Brasil ser uma nação nova que deve ser “desenvolvida”, e, para que isso aconteça, são trazidas as experiências e os produtos de outras nações com mais tempo de industrialização e produção de artefatos.²⁰¹ A contradição desse processo reside no fato de que esses produtos representam as necessidades das realidades onde foram desenvolvidos. Para o Brasil, eram simplesmente produtos transplantados que vinham resolver uma necessidade emergencial de tecnologias e artefatos, mas que não faziam parte da história desta sociedade que os recebia. A sociedade brasileira não teve o tempo

²⁰¹ Mantém-se o termo “artefatos”, empregado por Vieira Pinto, para designar os objetos, matérias, neste caso, as diversas mercadorias usadas no Brasil, em sua maioria produzidas fora do país. Em um dado momento, se refere a elas como quinquilharias que entopem a mente, criando a equivocada noção de incapacidade nacional. É uma crítica ao puro ato de pegá-las prontas de fora. Em outro momento, refere-se a elas como produtos que servem para criar o distanciamento entre as classes, pois somente algumas terão acesso a esses produtos. Trata-se de uma burguesia que se acovardou diante do processo revolucionário, optando por ficar comodamente ligada e subserviente a uma burguesia externa, detentora do capital.

necessário para desenvolver seus produtos por si mesma, assim não fez a sua própria história.²⁰²

Essa é uma das assertivas apresentadas por Vieira Pinto para justificar a necessidade de um desenvolvimento tecnológico nacional, os produtos trazidos de fora não condizem com a realidade interna, tampouco estão destinados a toda a sociedade, ao contrário, somente um grupo restrito de privilegiados tem acesso a eles. Esse pensamento é relevante, na medida em que permeia toda a obra de Vieira Pinto, construído com base na realidade do país. Destarte, é na realidade social, vivida pela classe trabalhadora que está a chave para o encaminhamento da solução dos problemas, mesmo que, a princípio, formulado somente como crítica.

O processo de desenvolvimento em curso que faz parte da “cultura brasileira”, não foi, e não é, uma representação da realidade nacional, uma vez que o modo produtivo não adveio das necessidades internas da sociedade, nem da formação histórica da nação brasileira. Os produtos e processos vieram de outros locais, de outros povos, e juntamente com esses instrumentos, vinha uma concepção de mundo que foi moldando a cultura brasileira e ao ser incorporada no pensamento dominante, torna-se a serviço de uma classe.

Ao retomar alguns indicadores históricos, Ramos analisa o lento processo de “industrialização brasileira”, solidificado sobre uma estrutura de classes que não proporciona condições para operar mudanças, posto que oriunda das oligarquias agrícolas, e que, na ausência de experiências industriais, conta apenas com uma massa de trabalhadores sem qualificação, inexistindo experiências industriais. As poucas mudanças produzidas estão vinculadas ao favorecimento da classe que detém o comando do processo.

Nota-se que o processo de industrialização e a estruturação do Estado brasileiro vão se constituindo a partir dos “ventos soprados” de fora, por isso, não é de hoje que o Brasil tem os olhos voltados para outras realidades, em busca do apoio externo e de soluções prontas, fazendo sentido a afirmação de Schwarz de que “as ideias estão fora de lugar”.²⁰³ Não é de hoje que as lideranças esqueceram

²⁰² Barrini aprofunda estes estudos, identificando os tempos históricos e as suas implicações no território nacional. O vício de adotar soluções prontas de fora tem raízes profundas, mudando os tempos e locais (Portugal, Inglaterra, França, Estados Unidos). (BARRINI, 2008).

²⁰³ Roberto Schwarz, grande crítico, publica, em 1977, o livro *Ao vencedor as batatas*, tendo como primeiro capítulo *As ideias fora do lugar*, disponível na Internet em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/109697/mod_resource/content/1/roberto%20schwarz_as%20ideias%20fora%20do%20lugar.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2014.

que o país necessita de políticas sociais que atendam a realidade brasileira. A falta de sensibilidade e comprometimento acompanha o Brasil há bem mais tempo, tento em vista que o compromisso das lideranças é com uma fatia da realidade, não com toda ela.

O resultado incide na atuação do Estado, no desenvolvimento e no projeto de educação, e, segundo Rego (2004, p. 8), a burocratização patrimonialista do Estado é uma das razões da miséria social e moral. A herança política e intelectual da colonização fez do Estado um local de poder institucional visível e concreto para a tomada das decisões políticas fundamentais da nação. Nesse modelo convergiam para o Estado os olhares e as vontades dos poderosos do país. Todavia, muitas questões de base ficavam fora do debate, erguiam-se muralhas silenciosas²⁰⁴. Segundo as observações de Martini (2004, p. 41), os projetos de modernização tinham forte resistência por parte da população pobre, em decorrência da forma autoritária como se procurou executá-los, ao se aterem a critérios técnicos como único mecanismo de modernização, deixando de fora aspectos importantes como o político e o social.

Esses critérios conduziram o país a uma situação dicotômica: de um lado, pensaram em um desenvolvimento nacional, acentuando que, se as políticas de governo não estivessem sintonizadas com a realidade nacional, não propiciariam um desenvolvimento nacional que atendesse a todos os trabalhadores; de outro lado, o poder permanecia restrito a grupos que dispunham de outras formas de se sustentarem no poder, sob as “bênçãos” de um Estado que se colocava como o centro do poder legislador.

Os pressupostos de desenvolvimento regulado pelo Estado vêm ao encontro dos anseios de uma burguesia, de uma arquitetura hegemônica de poder de alcance global, afinada pela conjuntura neoliberal. Logo, as ações do Estado são políticas reformistas, com o objetivo de adaptar a economia a interesses do mercado externo.

O desenvolvimento é uma dinâmica do capitalismo nacional, sistema este de que o Brasil faz parte e no qual construiu as disparidades econômicas e o distanciamento entre as classes, condenando, assim, uma maioria à subalternidade.

²⁰⁴ São muitas as muralhas erguidas ao longo da história brasileira, muitas delas não foram superadas, algumas, solidificadas com o tempo, são barreiras que emperram o desenvolvimento social, político, cultural, econômico, assim como outras: a escravização do negro, a discriminação racial, a intolerância de gênero, a desigualdade entre sexos, a deficiência das políticas públicas, a educação deficitária e serviçal do sistema econômico, para citar algumas.

Diante dessa realidade, impõe-se formular as seguintes perguntas: 1) Como promover um desenvolvimento que corresponda à realidade nacional, atenda aos anseios sociais, de forma a desencadear a emancipação de mulheres e homens em um contexto adverso?²⁰⁵ 2) De que forma o conceito de educação de Vieira Pinto pode reverter o estado de submissão e subserviência das classes sociais brasileiras? 3) Como a tecnologia participa dessa construção de homem e de país?

A primeira questão levantada reforça uma realidade nacional desejosa de superação, e, simultaneamente, expressa a condição social da luta pela emancipação. Nesta questão evidenciam-se os limites do atual projeto de desenvolvimento e as barreiras criadas por si próprio para ascender a uma forma diferente de sociedade. Enquanto que na segunda questão há um encaminhamento e sentido próprio em relação à educação, entendida na perspectiva crítica de compreender a totalidade das relações de força presente na sociedade.

Vieira Pinto (1991, p. 99) analisa a educação como meio para desenvolver a consciência crítica, fazer do homem um observador consciente da sua realidade, capaz de distanciar-se para refletir sobre ela, deixando de ser um participante inconsciente e imerso nela, passando a discuti-la. Neste sentido, o pensamento de Vieira Pinto sobre educação é, seguramente, atual, podendo contribuir para a compreensão da realidade social e a análise da educação profissional e tecnológica relacionada ao desenvolvimento.

A atualidade do pensamento, a discussão de questões ligadas ao homem²⁰⁶ são uma das características nas obras de Vieira Pinto, em que ele ultrapassa as avaliações temporais, não fica restrito a uma estrutura do momento, antes, avança no tempo histórico descrito, dialogando com as ideias e o contexto de maneira crítica.

Resumindo, Vieira Pinto traz elementos para pensar o Estado, o projeto de desenvolvimento nacional, e ao mesmo tempo se constitui num interlocutor para o debate sobre educação e tecnologia.

A partir de sua obra, é possível desmistificar o determinismo tecnológico e vislumbrar propostas críticas de desenvolvimento social autodeterminado,

²⁰⁵ O sentido de “emancipação” é de transformação da realidade social através da organização do trabalhador, pela luta de classes. Esse sentido pode ser aprofundado e fundamentado, na revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 47, p. 378-391, set. 2012, intitulado: *Educação e emancipação humana: uma fundamentação filosófica*. Acesso em: 31 mar. 2016.

²⁰⁶ O termo homem aqui utilizado segue a opção feita por Vieira Pinto, de homem entendido numa perspectiva ampla, e abrange a diversidade sexual.

evidenciando que também há alternativas pela via popular democrática para enfrentar o monopólio da ciência e da tecnologia, por parte dos núcleos consagrados pelo capital dominante.

O autor constata a existência, no País, de uma classe média burguesa que se reinventa pelo individualismo, fechada a toda e qualquer possibilidade de avançar em sua estrutura anacrônica e emerge do pensamento ingênuo. Está tão fechada em si mesma, que tudo lhe parece ser uma ameaça à sua *vil e efêmera* posição²⁰⁷, aumentando cada vez mais o abismo social existente entre ela e as demais classes sociais e reduzindo as possibilidades de aproximação das classes sociais entre si.

Outro aspecto a ser considerado, é o ponto de partida para a transformação da sociedade: o *homem em ação*, em que o trabalho é a alternativa para superar o estágio de subdesenvolvimento, sendo esta uma das razões que o levou a dedicar grande parte de sua vida ao estudo da tecnologia. Entende que cada povo tem as condições necessárias para desenvolver suas técnicas adequadas ao seu tempo, para a superação de uma condição precária nas relações humanas²⁰⁸. A transformação da sociedade dá-se pelas mãos dos que trabalham²⁰⁹. Assim sendo, a utilização de tecnologias que libertassem o homem e o País do domínio de outras nações, do exaustivo trabalho repetitivo, da imersão pura e simplesmente na sobrevivência, vem do entorno do mundo construído pelo homem, não a recebida pronta, que não tem relação com o contexto histórico.

Uma questão-chave para compreender o pensamento de Vieira Pinto (1985, p. 15), é a noção de desenvolvimento, não a de um desenvolvimento a qualquer custo, mas sim o que interessa às classes trabalhadoras e envolve sua participação. Um exemplo disso, é quando aborda o ato de governar: para ele é um ato próximo ao povo, ao popular, que entendia ser uma forma de expandir a ciência e propiciar um trabalho industrial em sintonia com a sociedade, e as suas necessidades e condições de produzir e consumir. Segundo ele, incentivar a ciência correspondia a

²⁰⁷ Nos termos “vil e efêmera” posição social, vil é utilizado pelo fato de não ser uma conquista legítima, com justiça, mas sim o resultado de concessões, acordos e benefícios; efêmera é aqui empregada pelo fato de que a posse da condição de riqueza não se sustenta em si mesma, mas decorre da dependência de outrem criada.

²⁰⁸ Freitas faz uma relação desse pensamento com o de Celso Furtado, em que a escuta da realidade dos países subdesenvolvidos deveria ser considerada um instrumento fundamental para impedir a absorção de tecnologias “poupadoras de mão de obra”. (2005, p. 13).

²⁰⁹ Segundo Freitas “[...] sua atenção à tecnologia decorre de sua certeza de que passar do subdesenvolvimento ao desenvolvimento exige manusear o mundo de forma mais elaborada.” (2005, p. 13).

fazer evoluir o País e, por sua vez, desencadeava a educação da classe trabalhadora. Não considerava as massas desprovidas de ciência, nem de escolaridade, considerava-as, sim, mergulhadas em condições precárias de trabalho, o que não autorizava os governos a apresentar a ciência e a cultura como se fossem novidades para o trabalhador, tampouco romper com o processo histórico, tomando algo pronto. Nessa conformidade, o ato de governar tem que, necessariamente, estar conectado com a perspectiva de desenvolvimento das classes trabalhadoras.

Vieira Pinto salienta que alavancar o processo de desenvolvimento, requer avançar em educação, que classifica como crucial para atuação das classes trabalhadoras. A educação torna-se, deste modo, um pré-requisito para o surgimento da consciência crítica e autêntica.

Melhorar o nível cultural é condição para realizar intercâmbios e o recebimento de outras ciências e tecnologias, para proporcionar melhorias e progresso nacional. A ausência da consciência crítica tornaria as classes trabalhadoras simples usuárias da ciência e tecnologia transplantada, subalternas, reverenciando a tecnologia vinda de fora, sob a ilusão da melhoria das suas condições de vida que, momentaneamente, lhes seria proporcionada, além de, naturalmente, conter as amarras ideológicas em favor da burguesia.

Vieira Pinto coloca a educação como condição *sine qua non* para que a tecnologia exerça um papel de libertação e desprenda o homem das ideologias, que não têm outra função a não ser a de controlar seu modo de pensar, de lhe “cortar as asas”, em suma, de aliená-lo.

3.2 Educação e desafios para o desenvolvimento

A educação é o elemento estrutural de uma sociedade, “é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses” (PINTO 1991, p. 17). Vieira Pinto esclarece que a educação é “o processo pelo qual a sociedade atua constantemente sobre o desenvolvimento do ser humano no intento de integrá-lo no modo de ser social vigente e de conduzi-lo a aceitar e buscar os fins coletivos”. (PINTO 1991, p. 17). Portanto, discutir a educação é, antes de qualquer coisa, traçar uma concepção de ser social orientada

para um desenvolvimento econômico, político, social e cultural, com vistas a um processo de emancipação da consciência e do país.

Na compreensão de Vieira Pinto sobre desenvolvimento está abarcado um conjunto de características de desenvolvimento humano, ao mesmo tempo que as estruturas externas são modificadas, ou precisam ser alteradas, principalmente quando contrapostas às propostas atuais de desenvolvimento, que vêm a se interpor aos projetos neoliberais. Para ele, o desenvolvimento implica atender demandas sociais, culturais, econômicas e políticas. (PINTO, 1991, p. 37).

A educação, para Vieira Pinto, está relacionada a desenvolvimento técnico e cultural que envolva mudanças práticas voltadas às relações sociais, como também mudança no modo de pensar. Segundo ele, a educação tem o objetivo de ampliar a percepção que o país precisa desenvolver, sem perder a consciência das relações sociais, e todo o seu saber deve contribuir para a sociedade e transformação da realidade. (PINTO, 1991, p. 37).

Vieira Pinto demonstra que a possibilidade de combinar educação, desenvolvimento e tecnologia, não descarta a probabilidade de o processo estar acompanhado de uma instrumentalização ideológica, por parte da classe detentora dos meios e recursos. Para ele, a alternativa de dissipar esses compromissos ideológicos, somente ocorre, na práxis pensados a partir da realidade nacional. Essas questões devem ser levadas em conta no momento de repensar o projeto de desenvolvimento nacional, tendo como prerrogativa fundamental, o ser humano. Para Vieira Pinto, “o que determina os fins da educação são os interesses do grupo que detém o comando social” (1991, p. 37). A educação adquire a conotação de processo histórico, acontece na realidade social, nos confrontos entre sujeitos, classes e estruturas, é uma modalidade de trabalho social concreta e contraditória.

Segundo Vieira Pinto (1991, p. 21), a educação adquire uma percepção histórica pelo fato de ser um “processo de formação do homem para o novo da cultura, do trabalho e de sua autoconsciência.” Dito isso, os cenários em contradição de qualquer temporalidade são pontos de partida para o desenvolvimento e enfrentamento de sua existência, é sua própria história pessoal, daí ser histórica. A crítica da educação vem a ser uma forma particular de responsabilidade entre os homens, e suscita importantes debates. A tecnologia pode alterar processos educacionais e culturais? A união de educação e tecnologia não seria mais uma forma de consolidar a hegemonia da classe que já goza de privilégios?

Para Vieira Pinto, a educação é também um fenômeno cultural, carregando na sua prática ideológica a cultura, engendrando a característica de produtora e transmissora da cultura; ele observa que “o analfabeto não é um ignorante, não é um inculto, mas apenas o portador de formas pré-letradas de cultura (as quais coexistem às vezes com uma nascente consciência crítica de seu estado, de seu papel social, de seu trabalho)”. (PINTO, 1991, p. 27).

Nesse sentido, o filósofo afirma que a educação é uma conquista social, um processo permanente, no qual se desenvolve a cultura. “A educação é um processo histórico de criação do homem para a sociedade e simultaneamente de modificação da sociedade para benefício do homem”. (PINTO, 1991, p. 32). Essa característica acentua a flexibilidade, e o processo constante pelo qual caminha a sociedade, diz ele que a essência do homem é um “ser inacabado”, pois este homem, “se constitui a si mesmo ao longo de sua existência social” (PINTO, 1991, p. 32); nesse pensar, evidencia a ação constitutiva da sociedade no modo de ser, pensar e agir. Essa perspectiva orienta o entendimento de a educação ser a transmissão da cultura mediada pela sociedade.

Cultura é, pois, o processo pelo qual o homem acumula as experiências que vai sendo capaz de realizar, discerne entre elas, fixa as de feito favorável e, como resultado da ação exercida, converte em ideias as imagens e lembranças, a princípio coladas às realidades sensíveis, e depois generalizadas, desse contato inventivo com o mundo natural. (PINTO, 1979, p. 123).

Dessa forma, Vieira Pinto está sinalizando o delineamento humano que a cultura passa a ter a partir do plano material, decorrente dos dois componentes que a compõem: os *instrumentos* artificiais fabricados e as *ideias* que correspondem à antevisão e preparação intencional da ação.²¹⁰

Essa percepção de Vieira Pinto da cultura aponta que a manifestação histórica do processo de hominização, “constitui-se por efeito da relação produtiva que o homem em surgimento exerce sobre a realidade ambiente”. (PINTO, 1979, p. 123). Isto é, a cultura exerce uma característica indissociável do processo produtivo. Esta percepção distancia qualquer menção de situá-la em um plano abstrato, ao contrário, não a isola dos homens, das forças produtivas e das relações de

²¹⁰ Segundo Vieira Pinto, a ligação entre os dois componentes é a *técnica*, “enquanto correta preparação intencional do instrumento e codificação do seu uso eficiente”. (PINTO, 1979, p. 123).

produção. Pensá-la de outra forma seria colocá-la numa situação de oposição ao trabalhador e, por sua vez, colocá-la a serviço do sistema capitalista excludente e opressor.

Essa interpretação permite ver a cultura como produto do processo produtivo, na sua dupla natureza: enquanto *bem de consumo e bem de produção*. Segundo Vieira Pinto, esses dois aspectos da cultura coexistem em toda sociedade, pois é inerente à existência humana. Todavia, Vieira Pinto observa que em certas sociedades esses aspectos não se encontram bem distribuídos, cabendo a grupos minoritários, detentores da cultura enquanto *bens de produção*, formar a classe dos que têm privilégios, aludidos como “cultos”, enquanto o restante que maneja os bens de produção, sem os possuir, eventualmente em acesso aos bens de consumo, situam-se na enganosa condição da parte “inculta” da sociedade. (PINTO, 1979, p. 124-125).

Nesse sentido, o homem é ele próprio um bem de produção, como diz Vieira Pinto, residindo nesta constatação “a raiz inicial do problema social da relação dos homens uns com os outros”. (1979, p. 126). Nessa condição reside a essência do fenômeno da alienação da cultura:

O homem produz a cultura por uma necessidade existencial, para se apropriar dela, pois é por meio dela que chega a postular as finalidades da sua ação. O que se passa em tempos como os atuais, porém, e em sociedades como a nossa, é que, por motivo do rumo tomado pela estruturação social, o homem em vez de se apropriar da cultura, de dominá-la, faz o inverso, aliena-se a ela transformando-a numa realidade entificada, superior a ele. Daí decorrem duas consequências: o homem se aliena à cultura, só sendo reconhecido ‘culto’ aquele indivíduo que cultiva os valores culturais alheios; e por outro lado, a cultura, se corrompe na essência deixando de ser concreta, como deveria ser por natureza, para se tornar abstrata. (1979, p. 126).

Vieira Pinto lembra que no ato do homem se tornar um instrumento de produção para o outro, desaparece a característica de produtor de si mesmo, estabelecendo um regime de conveniência desumano. Por conseguinte, aparecem as desigualdades, fissuras sociais alargadas pela acumulação da produção para alguns, quando deveria estar à disposição de todos. (PINTO, 1979, p. 126). Assim, a cultura deixa de ser um bem geral para todos, para tornar-se privilégio para poucos.

Chega-se assim à cisão da sociedade entre dois grupos desiguais, que, ambos, manejam produtos da cultura, com a diferença apenas de que um, o minoritário e dominante, se reserva a parte ideal da criação cultural, enquanto a imensa maioria se vê forçada a apenas operar com os produtos materiais da cultura. (PINTO, 1979, p. 129).

Segundo Vieira Pinto, o nível de desigualdade atinge seu ponto máximo quando a classe detentora dos meios de produção consegue apropriar-se do homem, caracterizando dessa forma o ponto máximo de distorção da apropriação da cultura.

Essa ocupação da cultura ocorre pelo grupo letrado dominante que se apropria do aspecto subjetivo da cultura, tornando-se dona das ideias e das ferramentas. A análise de Vieira Pinto é que a cultura “deixa se ser o bem unitário da espécie, como vinha acontecendo no processo em que esta começava a se gerar, e se divide em duas metades, agora contraditória”, (PINTO, 1979, p. 130). Uma que se *apropria* dos espaços, com a finalidade da especulação, conduzindo a cultura a um nível abstrato, para uma explicação imaginativa dos fenômenos, espaço restrito aos “letrados”, aos “cultos”, e a outra, *afastada* da esfera ideal da cultura, tem ao seu dispor instrumentos do mundo físico do trabalho, está privada das investigações com fins científicos, privada de voltar-se sobre seu entorno numa atitude indagativa, com o fim de descobrir propriedades ignoradas, formar ideias a respeito das coisas e dos produtos, o que traria desconforto e instabilidade à burguesia. Neste sentido, Vieira Pinto observa que os trabalhadores, aqueles que envolvidos, estão incapacitados de chegar a uma conceituação daquilo com que estão em contato. “A classe trabalhadora permanece incapacitada para engendrar ideias, se acha privada de definir a finalidade de dar a destinação das coisas que produz”. (PINTO, 1979, p. 131).

Segundo Vieira Pinto (1979, p. 131), o distanciamento e a divisão das classes sociais contemplam a divisão histórica do trabalho: entre *trabalho manual* e *trabalho intelectual*. Para a classe “cultura” que assim se caracteriza a si mesma, está destinado o trabalho intelectual que “forja os valores que entronizam este privilégio, e o defendem cercando do máximo prestígio”. Enquanto que para a outra está destinada o trabalho manual, considerado inferior no que concerne à dignidade. Nesse cenário são ideologicamente exacerbados o consumo e a desvalorização da produção, “a classe superior, em sua consciência essencialmente ingênua, não se julga ociosa, muito ao contrário, acredita que se entrega à mais elevada e valiosa de

todas as formas de produção, a mental, a das ideias”. (PINTO, 1979, p. 130). Por sua vez, os trabalhadores manuais ficam numa condição de receptores das sobras dos artefatos e ideias que lhes são destinadas.

A cooptação dos valores culturais da classe trabalhadora faz com que esta não se reconheça como capacitada a criar por si mesma as ideias que considera adequadas para exprimir seu entendimento de si e de sua situação social, ficando privada de ver o que elabora como cultura. Vieira Pinto comenta que a desconsideração da produção da classe trabalhadora no processo cultural, limitando-a a uma expressão folclórica e artesanal e atendo-se ao campo da admiração, são posições ideológicas, enquanto que para a outra é considerada como uma série erudita, reconhecendo como cultura os produtos elaborados em lugares excelsos.²¹¹

Vieira Pinto (1979, p. 135) expõe o caráter ideológico presente na compreensão da cultura, lembrando que esta “é simultaneamente operação inteligente exercida no mundo material e ideação operária na esfera do pensamento. São dois aspectos distintos da realidade do mesmo agente, o homem, na inteligência de sua natureza”. Rompendo os critérios classistas, mantidos por privilégios e alienação, Vieira Pinto refere que é nessa experiência descrita na afirmação que se encontra “a raiz da legítima teoria da cultura, aquela que a fundamenta na realidade existencial do homem”. (1979, p. 135).

Portanto, Vieira Pinto percebeu que a cultura é um produto do existir humano, resultado da vida concreta no mundo, das condições sociais, diz ele que: “há uma intrínseca conexão entre sociedade e cultura, uma não é expressão ou resultado da outra, há uma produção simultânea. O homem ao produzir a cultura produz-se a si mesmo, a expansão da cultura é a expansão da sociedade”. (PINTO, 1979, p. 135).

Portanto, essas considerações sobre a cultura permitem compreender o *objetivo amplo da educação* como “processo pelo qual a sociedade forma seus membros”. A educação, segundo Vieira Pinto, tem a função de modificar comportamentos, gerar transformações, desse modo, a educação “é eminentemente

²¹¹ A desconsideração dos valores culturais da classe trabalhadora, segundo Vieira Pinto, acontece de duas formas: pela recusa da produção dos grupos “incultos”, ou repressão das ideias como meio de garantir seus privilégios. A desvalorização da classe trabalhadora está sustentada na divisão do trabalho. Neste divórcio está a origem material do conhecimento e suas formulações teóricas mais nefastas, com sérias consequências para o indivíduo e desacordo entre as classes no contato com a realidade.

ameaçadora”, pois vai incidir de maneira decisiva sobre a consciência. Esta é uma das razões para o controle ideológico da educação, feito pela burguesia, daí a razão da manipulação dos métodos e conteúdos educacionais. A burguesia vale-se de estratégias midiáticas, educacionais, como meio de controle, porém em seu interior contêm uma essência alienada.

O pensamento educacional de Vieira Pinto está distante da abstração dos problemas sociais, de um processo educacional idealista, produto do imaginário da consciência. Sua concepção de educação identifica-se com a luta de classes presente na sociedade brasileira, nos mais diversos momentos da história. Está arraigada na realidade, no enfrentamento cotidiano da classe trabalhadora das contradições e, ao mesmo tempo, identificando o processo de racionalidade ideológica em favor da burguesia que se sustenta no poder, movida por privilégios.

Portanto, Vieira Pinto identifica o distanciamento entre as classes, os interesses contraditórios, os métodos e processos desenvolvidos no interior da sociedade e que são refletidos na cultura social, os quais contêm entendimentos políticos equivocados de uma linearidade histórica que remete aos estudos de tempos anteriores aos atuais. “O sistema que era capitalista continuará a sê-lo e o mal radial que o afeta, o define e de que decorrem as suas consequências permanecerá invariável.” (PINTO, 2008, p. 157). A crítica de Vieira Pinto está centrada numa estrutura capitalista míope que supõe a igualdade formal dos indivíduos, diz ele que, enquanto persistir o “fecho da abóboda do sistema”, os fundamentos não serão refutados.

Nada mais falacioso do que a esperança de melhorias para a classe trabalhadora pela substituição dos mecanismos que engendram a produção. Não se trata de saber se houve mudanças nas máquinas fabris, mas de verificar a ocorrência da substituição na classe social que as possui. Este é o único aspecto que interessa ao operário. A servidão em que vive não depende das relações que o ligam às máquinas e sim às que o prendem a outros homens, os proprietários delas. Na sociedade só tem importância as relações reais entre os homens. (PINTO, 2008, p. 157).

Para o estudo de Vieira Pinto, delimita-se o modo de produção da década de 1950 a 2014, o qual engendra as relações de classes ideologicamente envoltas por conceitos, manipulados pelas diferentes manifestações das instituições constituídas na sociedade, perpassando da educação à política.

Nota-se que raramente contextos vão amenizar as disparidades sociais ou mudar alguma coisa, se não extinguir a fonte de dominação particular, a “produção da mais-valia”. “No regime capitalista todo emprego de maquinismos, e não importa se é um tear de madeira ou uma superfábrica automatizada, conduz ao aumento de mais-valia, pontualmente recolhida pelos proprietários privados”. (PINTO, 2008, p. 158).

A crítica está centrada no modo capitalista de produção, concentrador, monetarista, que institui um modo de vida consumista, a fetichização da mercadoria e coisifica as relações sociais entre os seres humanos.

Portanto, não há isenção de ideologias, assim como na econômica, a estrutura educacional é um processo que contém as relações de produção e a mantém subserviente a ele, condição essa que será desenvolvida, a seguir, na abordagem da tecnologia.

Finalizando este tópico, convém notar a consideração que Vieira Pinto tece sobre os técnicos, os quais se detém na instrumentalização, são instruídos para desempenhar funções que se sustentam em uma estrutura mental destinada a salvaguardar o pensamento hegemônico, à reprodução das relações de produção.

Importa observar que nas concepções de Vieira Pinto há elementos conjunturais de transformação do mundo, depositados na capacidade intelectual humana e na disponibilidade de condições materiais.

Nesse sentido, para uma alteração radical das relações de produção capitalistas excludentes, parte-se do princípio que a educação desempenha importante processo, possibilidade de consciência na transformação do estado de subserviência das classes trabalhadoras: no início, a percepção de seu lugar no mundo e o entendimento de diversas alternativas para sair da condição de subalternidade, já são um salto em direção à mudança. Porém, um projeto de nação, de indivíduos críticos e cientes de seu papel no mundo, se constrói a partir de uma realidade nacional, de sua historicidade, das expressões de cada contexto.

Convém perceber a concepção educativa que é própria de cada país e circunstância, segundo ele, num primeiro momento, parece uma situação com poucas perspectivas, mas, num segundo momento, com o desenvolvimento de tecnologias próprias passará a potencializar uma natureza revolucionária. Com efeito, o que está subjacente nessa perspectiva é uma libertação das estruturas

ingênuas, que se limitam tão só a receber o saber externo. Nessas circunstâncias, a educação constitui um sinal para o início da crítica.

O salto qualitativo da classe trabalhadora de seu jugo em direção a uma atuação crítica e emancipatória, estaria ancorado na sua resistência, ao compreender que as causas da pobreza e das disparidades sociais, não são situações imutáveis, e ter o entendimento de que as contradições significam o início da mudança.

3.3 Conceito de tecnologia e condições para o desenvolvimento

Neste tópico são trabalhadas as quatro concepções da tecnologia²¹² e suas manifestações na realidade social. Será mantida uma interpelação com os temas anteriormente abordados: educação, Estado e desenvolvimento, para o entendimento da tecnologia nas atuais relações de produção.

O tema tecnologia é abordado em seis subtítulos, para sua melhor compreensão, a saber: o conceito de tecnologia; a tecnologia enquanto ideologia de um sistema e de uma classe social; a tecnologia e o mercado, somando-se a este as estratégias do sistema capitalista; a tecnologia como possibilidade de autonomia pessoal; e, na condição de país, a tecnologia como desafio da educação emancipadora; e, por fim, questões relevantes da tecnologia e encaminhamentos para o capítulo seguinte.

3.3.1 O conceito de tecnologia em Vieira Pinto

Em Vieira Pinto, a tecnologia é, inicialmente, abordada de quatro diferentes significados: o primeiro, no sentido etimológico, “tem de ser a teoria, a ciência, o estudo, a discussão da técnica, abrangidas nesta última noção as artes, as habilidades do fazer, as profissões e, generalizadamente, os modos de produzir alguma coisa.” A “tecnologia” aparece aqui com o valor fundamental e exato de “logos da técnica”. Na segunda definição, a “tecnologia” equivale pura e simplesmente à técnica, sendo ambos os termos utilizados como sinônimos, e o seu

²¹² O termo tecnologia (do grego τεχνη — "ofício" e λογια — "estudo"), envolve o conhecimento técnico e científico, bem como as ferramentas, os processos e os materiais criados e/ou utilizados pelo homem, a partir do conhecimento por ele produzido, como, por exemplo, uma colher de madeira ou uma estação espacial.

sentido é intercambiável, popular e sem rigor. “Indiscutivelmente, essa é a conotação mais frequente e popular da palavra, quando não se exige uma maior precisão.” No terceiro sentido, o termo “tecnologia” abrange o “conjunto de todas as técnicas de que uma determinada sociedade dispõe, em uma dada fase histórica de seu desenvolvimento. Em tal caso, aplica-se tanto às civilizações do passado quanto às condições vigentes em qualquer grupo social.” E por último, a “tecnologia” é vista como “a ideologização da técnica”. (PINTO, 2008, p. 219).

A distinção entre os diferentes sentidos do termo tecnologia evidencia a importância do seu estudo e suas implicações, envolvendo desde a perspectiva epistemológica, do corriqueiro e vulgar, até ao elemento ideológico, voltados à realidade, dado que a sociedade é tecnológica, o homem “respira” tecnologia.

O entendimento da tecnologia, como epistemologia da técnica, demonstra que há uma ciência da técnica chamada tecnologia. Essa percepção é importante porque unifica as considerações sobre a técnica, constituindo um campo original de estudo que, segundo Vieira Pinto, deve ser esclarecido mediante o “pensamento dialético crítico”.

A abordagem epistemológica da técnica é uma forma de conceituar o comportamento proveniente da ação do homem no mundo, do trabalho, no modo de produção e construção do mundo, este cada vez mais decorrente do trabalho humano.

Dessa ação sobre o mundo resultam mudanças: antes era a admiração e o interesse que os fenômenos do mundo físico causavam no homem, agora passam para a imensidão dos objetos criados pela atividade humana, ou seja, para os fenômenos artificiais. “Com essa alteração do ângulo de visão muda o significado do termo “fenômeno”, que passa a indicar propriamente o comportamento humano.” (PINTO, 2005, p. 224).

A alteração do ambiente, isto é, o espaço existencial por meio do povoamento de artefatos, produzidos pela força criadora humana, faz com que o homem ao referir-se a “fenômeno”, esteja se “referindo a si próprio”. É uma atitude proporcionada pelas relações sociais, em que cada um atribui valores significativos, cada tempo se notabiliza como próprio, constituindo uma nova visão de “fenômeno”, e que por sua vez se configura os novos valores.

Vieira Pinto chama a atenção para a mudança do objeto do fenômeno, em que a técnica deixa de ser apreendida nos fenômenos encontrados na natureza,

visto que estes mantêm igual condição e forma, para buscar as formulações lógicas no modo como o homem organiza a sua vida, *nas relações sociais de produção*. Esta variação acontecerá por meio do progresso científico, “funda-a nas relações dos homens uns com os outros, que são acidentais, enquanto formações históricas sucessivas”. (PINTO, 2005, p. 225).

Essa relação muda a fonte de compreensão de mundo, pois o homem ao estar no mundo vai encontrar não mais o olhar “daquele”, as estruturas, os fenômenos preexistentes, mas o olhar “deste”, isto é, as percepções vão residir em suas transformações históricas. Segundo Vieira Pinto (2005, p. 225), “a realidade do ser humano se constitui em função da mobilidade dos suportes históricos”; nessa perspectiva, salienta-se que as interpretações dialéticas do homem sobre o mundo são cruciais para a construção do viés histórico da tecnologia, a fim de não cair em uma situação de perniciosidade.²¹³

Portanto, pode-se chegar a um denominador comum, com relação ao conceito de tecnologia de Vieira Pinto. Para ele, a tecnologia é decorrente da realidade do entendimento histórico e das relações entre os homens, e o conceito de tecnologia é dialético, ampara a construção crítica do homem inserido na realidade social.

Vieira Pinto refere que é pela práxis da tecnologia dialética que povos e nações deixaram sua condição de subserviência a outras nações e povos, para ascender a um estado de autonomia no desenvolvimento. Seguramente, há aqui um processo de maturação, inicialmente, acontece a incorporação dos domínios teóricos pela classe trabalhadora, conhecimento esse que “liberta-o da servidão prática à técnica, que vem sendo crescente no modo atual de vida pelo qual é definido e reconhecido” (2005, v.1, p. 223). O esclarecimento epistemológico da técnica é fundamental para a compreensão das relações sociais e seus elementos tecnológicos têm implicações na vida humana, criando ou impedindo condições de liberdade²¹⁴. Daí que a epistemologia da técnica exerça condição preponderante para aclarar a conexão estabelecida “entre o estado de desenvolvimento das técnicas e a elevação delas à categoria de ideologia social”. (2005, v.1.p. 223).

²¹³ A “perniciosidade” subentende a reverência ao ato técnico, sendo situações revestidas de caráter ideológico, de intenções particulares, as quais em nada contribuem para o desenvolvimento individual e social do ser humano.

²¹⁴ A liberdade, enquanto condição existencial do ser humano, não está sujeita a estruturas ideológicas de servidão da mídia, do consumo e da lógica do capital.

As relações sociais estão permeadas de conjunturas ilusórias, mal-intencionadas e injustas, que levam a uma epistemologia da técnica limitada. É o braço do sistema econômico capitalista que destroça os muitos sentidos das coisas, sua diversidade. A alienação acontece quando o valor, a finalidade, o lucro e o poder são as características mais significativas realçadas na sociedade. É uma análise ingênua, quando não consideram a sua totalidade, as relações de classe e suas ideologias.

A concepção ingênua da tecnologia é uma forma limitada de ver a técnica, geralmente desprovida do conceito de totalidade, de análise crítica do processo produtivo e das relações sociais, não se restringe a um tempo histórico.

Essa percepção permite que sejam desenvolvidos e criados sistemas e mecanismos em favor da classe hegemônica, e da manutenção de seus privilégios, e lá permanecerem dadas as barreiras por eles impostas à classe distante da zona de poder, para elevar a consciência crítica, a capacidade de perceber os instrumentos ideológicos que permeiam as relações de produção.

A estrutura econômica e social ao longo da história é composta por pensamentos, interpretações que ganham prospecção, segundo interesses da classe dominante, avassalando-lhe cada vez mais as ressignificações do capitalismo financeiro.

Vieira Pinto, nas suas análises, constata a “figura” do técnico, que vai exercer importante ação no processo tecnológico de um país, de uma sociedade, dizendo que os técnicos²¹⁵ compactuam e colaboram com a estrutura ingênua²¹⁶ e para estes o mundo resume-se a um amontoado de artefatos construídos pela capacidade humana, estando arraigados a concepções ingênuas, pois desempenham bem as habilidades profissionais específicas, porém não avançam na compreensão da dimensão social real do ser humano;²¹⁷ e, segundo Vieira Pinto, a superação desse parcial entendimento só poderá acontecer por meio da dialética.

²¹⁵ Os técnicos, para Vieira Pinto, são profissionais detentores de uma habilidade para desempenhar determinadas funções, para as quais foram preparados, “adestrados”, sem a devida percepção crítica e a compreensão da totalidade. São grupos que estão a serviço de um capital interno e externo hegemônico, de uma classe social dominante. Aqui, realçando o aspecto negativo dos técnicos.

²¹⁶ Para entender a consciência ingênua, é necessário notar que a consciência crítica é aquela que toma consciência de seus determinantes no processo histórico da realidade, apreendendo sempre o processo em sua totalidade, sem considerar como determinantes os fatores correspondentes aos interesses individuais privados, posição esta própria da consciência ingênua, segundo Vieira Pinto. (2005, v. 1, p. 226)

²¹⁷ Exemplificando: um engenheiro civil está, hermeticamente, em um projeto de edificações, envolto no elemento técnico, mas não desenvolve a criticidade da moradia. São construções para ocupar um

Os técnicos fazem parte de uma estrutura ideológica arquitetada pelo poder hegemônico da burguesia. Os técnicos estão ensimesmados em seus trabalhos e em si mesmos, conseqüentemente alienados, falta-lhes o discernimento para compreender as peias condicionantes do sistema, que os subjuga e instrumentaliza, fazendo-os parecer importantes. Na verdade, servem à ideologia da classe dominante, eloquentes para permanecerem nesse modo de pensar e de ser.

A participação dos técnicos no processo ideológico da tecnologia consiste em fazer com que participem de uma consciência ingênua que crê, e precisa crer, que a técnica atual será substituída, no futuro, por uma técnica melhor que virá solucionar todos os problemas enfrentados pela sociedade.²¹⁸

Há uma limitação histórica de classe à tecnologia, ao atribuir a solução dos problemas do presente a uma nova técnica, como projeção do pensamento do técnico e da classe dominante favorecida. O ato de creditar a resolução dos problemas na próxima máquina, de colocar nela a condição de salvação da humanidade, é de pura ingenuidade e desconhecimento da composição das relações sociais.

Vieira Pinto afirma que só a consciência crítica pode entender a visão restrita de mundo, a qual delega na técnica a solução dos desajustes sociais, que se manifesta nas expressões de que “só a técnica será capaz de curar as desgraças que desencadeia” e “A técnica que vitimou o homem irá redimi-lo”. (2005, p. 226). O determinismo otimista da técnica faz vítimas e servos para o sistema capitalista.

A atuação dos técnicos em uma nação do terceiro mundo, que se desenvolve aos solavancos e ímpetos dos interesses de uma classe, é relevante e pode provocar estragos difíceis de serem reparados, dado o comprometimento e o aval daqueles. Vieira Pinto elabora uma crítica aos técnicos responsabilizando-os pelo desempenho e manutenção do mesmo estado de desenvolvimento social para os brasileiros, em relação aos países de centro, sendo que, atualmente, têm o epíteto de tecnocratas nos países subdesenvolvidos, onde a manipulação das massas não necessita de grandes fundamentos teóricos, ao contrário, a elaboração

espaço, e não construções para o ser humano habitar, em sua maioria os projetos ficam omissos os acessos do ser humano no espaço estrutural, a integração com a natureza e os demais seres, os locais construídos em sua maioria são “vazios” e “frios”.

²¹⁸ Essa assertiva destrói a ideia de “era tecnológica”, de “explosão tecnológica”, nesse sentido, para a técnica atual ser superada é só uma questão de tempo. Um exemplo disso são os computadores, os celulares, tudo isto é transitório, e a técnica atual está condenada a ser superada num breve período de tempo.

de simples fatos é apresentada como sendo de produtos culturais superiores. Valendo-se de uma inteligência mais aguçada pela prática, escondem, sob esse discurso, os reais interesses e serviços que prestam aos grupos empregadores, como encenações para a manutenção de um *status*. Vieira Pinto alerta para a constante precaução que se deve ter em relação a esses técnicos burocratas e suas manifestações, ao se valerem de um estilo insinuante ou agressivo para divulgar suas concepções, intencionalmente cada vez mais enigmáticas e permeadas de “neologismos” e “anglicismos”, com vistas a obscurecer a compreensão do leitor.

Esses técnicos burocratas, submissos e subalternos do sistema econômico, corporificam a voz da burguesia e julgam-se capazes de emitir pareceres sobre a maioria das coisas, sobre tudo e todos, e de estar acima dos demais humanos, no entanto, o erro reside no fato de o elemento prático estar revestido de interesses pessoais. Vieira Pinto dirá que embora as suas ideias permaneçam ocultas das massas, entretanto, estão às claras para o filósofo crítico.

Cria-se, desse modo, uma ilusória importância em relação aos técnicos, ao lhes serem atribuídos papéis preponderantes na definição de produtos, de técnicas e projetos, quando, na verdade, estão sendo manipulados e servindo como instrumentos de manipulação por parte da burguesia. Em momento algum, o poder esteve descolado dos grandes empresários, que continuam estabelecendo as melhores formas de controle do poder político e econômico.

A relação com a epistemologia da técnica enquanto limite está fundamentada em duas posições: a primeira, na atuação enquanto obstrução, isto é, as ações de interesse pessoal da burguesia vão obscurecer a compreensão da técnica; e a segunda, no pensamento crítico, ou melhor, a falta de pensamento crítico resulta no impressionismo intelectual. “A teoria epistemológica da técnica deve ser obra da consciência que maneja com rigor os instrumentos da lógica dialética” (PINTO, 2005, p. 228), de outra maneira, as teorias convertem-se em ideologias a serviço de estruturas duvidosas da burguesia.

A ingenuidade dos técnicos em relação à tecnologia produz uma sensação de controle e domínio, ao se julgarem habilitados a desempenhar e a estabelecer a relação da técnica com os homens. Estão privados de uma base ampla que lhes daria condições de avançar do estado prático da simples execução e de sua consciência cognitiva limitada, para uma base ampla e crítica. A pobreza de suas

posições está implícita no uso da tecnologia, ao despender a maior parte de seu tempo em premonições e estudos futuros, em teorias descoladas da realidade.

A ingenuidade está na ideia da supervalorização da tecnologia, como regente do curso da história e solução para todos os males e, nesta lógica, a superação de todos os problemas passaria pelas matrizes tecnológicas.

A tecnologia defeituosa e atrasada rouba a eficácia da produtividade do trabalho, reduz a disponibilidade de bens, aumenta-lhes o preço, tornando-os inacessíveis à maioria dos homens. São males devidos exclusivamente à técnica que, interpretada no papel de 'daimon' responsável pelo curso da história, absolve os homens e as classes de quaisquer erros ou culpas, carregando em si a causa das desgraças sociais presentes e, ao mesmo tempo, constitui a única Providência real, aquela em que devemos depositar nossas mais fervorosas esperanças. (PINTO, 2005, p. 231).

Segundo essa posição, não são as condições sociais, o modo de pensar, de ver, nem as condições de trabalho, o modo de produção, enfim, nem a estrutura social, que possibilita esse "mal-estar" social, mas a tecnologia primitiva que leva as massas trabalhadoras à escravidão, às condições de desigualdade.

Atribuir à tecnologia a responsabilidade pelas condições estruturais é uma atitude ingênua, é omitir a ordem comum da sociedade que dominou o homem e o pôs a seu serviço. Essa concepção esconde a figura do explorador do trabalho alheio, em qualquer tempo histórico, substituindo-o pelo maquinismo e pela técnica.

Essa perspectiva ideológica inocenta os setores dominantes e ao mesmo tempo acena para a consciência das massas, enganando-as. Desenvolve a crença nas transformações sociais pelo processo tecnológico, uma forma de mudar o foco das tensões e conter o descontentamento da classe trabalhadora.

Essas questões trazem o deslocamento dos problemas reais para uma ideia abstrata, o sistema capitalista retira o enfrentamento do modo de produção como forma de dominação: os problemas não são gerados pelas relações estabelecidas pelo homem histórico, mas por uma forma abstrata de dominação, em que "todos são vítimas".

O desenvolvimento de artefatos contribui para a alienação das massas e a manutenção do estado *de esperança*, ao fazer parecer que a classe trabalhadora participa da estrutura social, em igual condição com as demais, pelo simples acesso a produtos ou na esperança de os possuir, para isso, precisando apenas trabalhar mais, "ganhar" dinheiro e comprar.

Vieira Pinto (2005, p. 232) afirma que os defensores dessa ideia não querem a alteração do atual modo de produção, o que lhes é extremamente vantajoso, pois impõe uma “maior consolidação dos grupos dominantes atuais, que acreditam só ter a ganhar com novas técnicas a serem empregadas no futuro.” Estabelece-se, assim, uma promíscua relação entre Estado, burguesia e classe trabalhadora, simultaneamente entendida como consentida, opressora e subalterna.

A tecnologia, estando a serviço da classe dominante, possibilita uma diversidade de posicionamentos e concepções ingênuas sobre tecnologia, necessitando de uma atenção maior e permanente, por parte do pensador crítico, para denunciar as perniciosas atitudes ideológicas da burguesia, no que concerne à mudança de sentido da tecnologia.

Segundo Vieira Pinto (2005, p. 233), uma das deficiências do julgamento ideológico atribuído à burguesia consiste no modo de perceber o mundo, e no entendimento de que nessa relação, “reside a ausência de sensibilidade histórica”. Segundo ele, essa conjuntura se instaura devido à ausência da compreensão dialética, fazendo com que fatos do presente se apresentem superiores aos já acontecidos.

Essa percepção ingênuas, de embasbacamento diante de uma quantidade impressionante de feitos produzidos pela capacidade humana, revela uma percepção desvinculada de circunstâncias e referenciais históricos, bem como um homem desenraizado, alheio às relações de produção. A incidência é ainda maior nos dias atuais, em que a tecnologia permeia o dia a dia do ser humano, possuindo-o, e estabelecendo uma relação de interdependência.

Analisando essa questão sob a perspectiva dialética, nessa *extraordinária invenção humana*, aparecem dois posicionamentos que levam a uma inferência crítica: no primeiro, o desenvolvimento é o resultado de acumulações históricas, nesse sentido, “toda época teve as técnicas que podia ter.” Vieira Pinto (2005a, p. 234) declara que no passado também ocorreram as “explosões tecnológicas”²¹⁹, as quais provocaram o maravilhamento e o estarrecimento dos povos e exerceram

²¹⁹ “É difícil imaginar a impressão que a “explosão tecnológica” causou nos contemporâneos da era das descobertas marítimas, do surgimento da imprensa, das novas teorias astronômicas subvertendo o significado do céu. Atualmente, porém, ela parece-nos ser um efeito natural do crescimento da cultura, e ninguém, hoje em dia, se comove com elas. Lembremo-nos, no entanto, de que a instalação das primeiras estradas de ferro na Inglaterra foi recebida com horror, até por eminentes homens da ciência, em razão do que representavam de desumano e apocalíptico.” (PINTOa, 2005, p. 234).

notáveis influências sobre os indivíduos , assim, “tudo quanto hoje se escreve sobre a nossa “explosão” já foi dito e repetido *ad nauseam*, com execração ou alegria, nos tempos antigos em relação a situações análogas” (2005a, p. 234); no segundo posicionamento, o maravilhamento pela tecnologia do presente e a menção à tecnologia do futuro, como solução para todos os problemas da humanidade, produzem uma negação em si. Como pode ser “explosão”, se já está latente que o futuro trará ainda algo melhor?

Vemos, portanto, ser impossível um rigoroso pronunciamento sobre a realidade da tecnologia atual se não fugirmos aos impulsos do arrebatamento impressionista, ao fascínio do sensacionalismo, e não introduzirmos em lugar das afirmações simplórias os enunciados precisos da consciência crítica, servida pelas categorias da lógica dialética. (PINTO, 2005a, p. 235).

A falta de perspectiva crítica pauta-se pela ausência de posicionamento histórico e político. Essa fragilidade substitui os elementos cruciais e concretos das crises sociais entre os homens, por espaços emocionais e de esperança,²²⁰ criando um estéril metabolismo ideológico, profícuo para o pensamento hegemônico das classes dominantes.

Esses são traços característicos da percepção ingênua, algumas vezes originários das análises apressadas, que não trazem na sua raiz a historicidade da técnica. Um desses limites está em ignorar o *significado dialético*, já que a percepção dialética tem o entendimento do progresso tecnológico como um poder generativo próprio de cada momento e de cada técnica em si, num diálogo circunstancial.

A compreensão da tecnologia só pode ser verídica quando se funda sobre a noção da história constitutiva do homem e, conseqüentemente, do trabalho. [...] A história da técnica reflete um aspecto de outra historicidade mais radical e concreta, a do homem, único ser que sente a insuficiência de um procedimento e a necessidade de substituí-lo. (PINTOa, 2005, p. 244).

Esse pensamento de Vieira Pinto mostra que seu conceito de técnica só tem sentido, se estiver voltada para o homem em sociedade, fora dessa lógica não tem

²²⁰ Há uma crítica à forma ingênua de entender a tecnologia, enquanto esperança utópica e uma condição abstrata, afastando-se dos problemas reais, das relações de produção, “não mantém os pés no chão”. São percepções que não deixam de ser verdade, porém nelas escondem a frágil educação que possibilita o distanciamento da análise crítica, e do contexto histórico.

consistência, portanto a percepção da técnica de Vieira Pinto está ancorada na realidade social.

A técnica voltada para o desenvolvimento e a autonomia acontece na práxis, observa ainda que a história não está ausente, presa em desejos subjetivos, mas é um processo de contradição entre homem, natureza e sociedade e, para tanto, requer uma profunda preparação filosófica para o enfrentamento da realidade, a fim de que a pesquisa não fique no plano subjetivo e na superficialidade, considerando somente uma via parcial da técnica.

A práxis social é necessária para o entendimento da tecnologia, caso contrário, as suas abordagens se resumiriam a simples descrições de inventos e construções de artefatos que sobrecarregam a vida humana.

3.3.2 A tecnologia como um meio ideológico de dominação

Neste item é abordada a tecnologia como um meio ideológico de dominação, a serviço da classe que detém os meios de produção, que atua, inescrupulosamente, nas relações de produção para assegurar seu poder político e econômico.

No desenvolvimento deste item algumas questões surgem, por exemplo: como a burguesia faz valer suas ideias de classe à classe trabalhadora para a maioria dos trabalhadores? Quais os instrumentos, que se apresentam eficientes, são utilizados para a homogeneização do pensamento? A questão que fica é saber se essa alienação é avassaladora, e se resta a possibilidade de recomposição de sua crítica e superação.

Aqui, são ainda vistas diferentes formas de conceber a ideologia como alienação, como um instrumento ideológico que atende ao grupo hegemônico, entre estas percepções estão: a tecnologia é restrita a grandes centros e a países desenvolvidos economicamente; a tecnologia como mistificação, um grau de superioridade do homem; a tecnologia enquanto alienação e esbanjamento de termos técnicos distantes das classes populares; o emprego uniforme da tecnologia e o acesso a todos; a tecnologia como produto de exportação, tendo as nações desenvolvidas como as únicas com condições de desenvolver tecnologia; a cooptação dos técnicos; e a ideologia do desenvolvimento da indústria nacional, são

formas de conter a consciência crítica da classe trabalhadora, atendendo a temas periféricos.

Uma forma de resistir à alienante crença de que a tecnologia tem origem somente nos grandes centros, seria valorizar a percepção de ela estar presente em todos os processos da história da humanidade. Para isso, é necessário perceber que a tecnologia não é obra do momento, mas de um acúmulo de conhecimentos ao longo dos tempos de atividade humana: são experiências, técnicas, ensaios, pesquisas que ficaram salvaguardados nas sucessivas e diversas maneiras de fazer das diferentes culturas e povos. Vieira Pinto (2005, p. 266) observa que é uma falsidade referir que os povos subdesenvolvidos carecem de tecnologia. É equivocada e totalmente infundada a crença na ausência da técnica em determinadas sociedades, mesmo as mais primitivas, pelo fato de que não existiria sociedade alguma, sem um mínimo possível de técnica.

Essa perspectiva da tecnologia contém uma natureza própria de difusão, não devendo ficar na posse exclusivamente de alguém, ou de algum grupo, porque *espelha um modo de ser do homem em geral*, construído ao longo de sua existência a partir de erros e acertos. E muito menos, se pode afirmar que a tecnologia só emerge de centros avançados, desenvolvidos. Aceitar esse posicionamento, seria admitir que a tecnologia se identificasse com centros econômicos mais desenvolvidos, e que sociedades atrasadas não tivessem ou não pudessem desenvolver a tecnologia.

A ideologia do colonialismo transita pela lógica econômica capitalista, matriz que desenvolve as relações de desigualdade econômica, suprimindo o acesso aos meios de produzir a vida. A ideologia do colonialismo²²¹ reveste a história de trágicas visões, muitas das quais se resumem tão somente a um contingente de fatos, uma insensibilidade a acontecimentos distantes da visão de centro do mundo, e pesquisas descobertas são ignoradas e ficam relegadas a um plano folclórico.

Nessa parcialidade percebe-se a existência da ideologia para a manutenção da dependência econômica e cultural dos países subdesenvolvidos, arquitetada

²²¹ O colonialismo não se restringe a um período na história brasileira, ele é ressignificado em novas circunstâncias históricas. Aníbal Quijano dispõe de um vasto material para pesquisa sobre “*Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*”, essas são algumas das ressignificações deste século XXI. Um deles, está disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2016.

pelos países detentores dos meios tecnológicos, considerados superiores tecnicamente.²²²

A diferença consiste em serem feitos em outra base, exígua de conhecimentos materiais, conforme era de esperar, pois o saber científico e a posse das máquinas fabris por definição foram negados aos povos dependentes, ou lhes são concedidos em doses racionais, devidamente empacotados num envoltório ideológico, ocultador da própria situação na qual vivem, ao mesmo tempo não os deixando escapar ao controle de um desenvolvimento autorizado. (PINTO, 2005a, p. 256).

Vieira Pinto discorre sobre a frágil base teórica, fundamentos esses que possibilitam instaurar uma servidão cultural nos países subdesenvolvidos. A ideologia é uma estrutura que acompanha os produtos, as técnicas, e o próprio planejamento da produção, e o objetivo de quem detém a estrutura de poder é de a classe trabalhadora não perceber a camuflada insensatez das relações de produção.

A perspectiva dialética permite entender o homem como ser dirigente do processo social, político e econômico no seu tempo. Nesse sentido, a tecnologia, quando não provém e não faz a leitura da realidade, está arquitetada para finalidades e interesses de grupos. Vieira Pinto refere que quando a tecnologia é adquirida de outras realidades, fica suspensa no ar, sem raízes e atemporal, não tem vínculo histórico. Esse deslocamento das relações humanas, de suas relações de produção, coloca a tecnologia em um estágio superior ao do ser humano, cria uma contradição da realidade com suas tecnologias.

A crítica realizada por Vieira Pinto à tecnologia importada, centra no fato de reduzir os seus receptores a uma condição de zeladores do conhecimento de outros, de realidades estranhas que não lhes pertencem, é uma sujeição cultural que tem como suporte tão somente a estrutura econômica.

A importação da tecnologia chega a criar uma situação de inferioridade, um “nível” de subalternidade. Vieira Pinto avalia que é uma *divinização da tecnologia*, chegando a ser considerada uma teologia da tecnologia, uma forma de alienação distante e ainda estranha às nações subdesenvolvidas.

²²² Mas num estágio posterior, segundo Sergio Lessa, “A evolução da sociedade contemporânea não nos conduzirá a formas cada vez mais civilizadas de opressão, como afirmam os conservadores, mas sim a uma barbárie crescente ou à própria extinção da humanidade. E a única forma de evitá-la é superar as desumanidades da sociedade capitalista. Para escapar a isso, afirma Marx, não há outra alternativa senão a emancipação humana da opressão dos homens pelos homens”. (LESSA, 2011, p. 14).

Para que a tecnologia se instale e adquira êxito, conta com a participação de técnicos, seus grandes adeptos e defensores. A avaliação de Vieira Pinto é relativa à década de mil novecentos e cinquenta, porém, essa avaliação contempla outros tempos, a ambivalência da tecnologia e cooptação dos técnicos chega até os anos de 2014. O ato de absorver acriticamente os produtos de fora, produzidos em outras realidades, mantém o distanciamento interno entre as classes, dado que o acesso a esses produtos fica limitado a um grupo de pessoas detentoras de relativo poder econômico, para as quais o fato de poder usufruir esse acesso, chega a ser considerado uma “graça”.²²³

O emprego inadequado da tecnologia, sua elevação a um “estágio superior ao humano”, bem como a forma “mística” de “graça”, são maneiras estranhas de pensar na tecnologia e cabem como vestimentas ideológicas que têm o objetivo de consolidar o domínio da burguesia, valendo-se do consentimento passivo das demais classes.

A ideologização da tecnologia pela burguesia, segundo Vieira Pinto, também acontece por via de um abundante repertório de palavras, para isso, conta com “técnicos”, que vivem em um universo de termos, num impressionismo: “tem como único problema combinar os que melhor se prestem a formar frases emocionantes ou enigmáticas, e por isso fica obrigado a forjar miríficas e sibilinas questões para ter matéria sobre a qual escrever, seja lá o que for”. (PINTO, 2005a, p. 292).

Vieira Pinto retrata o distanciamento da realidade nacional, onde um pequeno grupo, a burguesia interna, vem se valendo para estabelecer um distanciamento de um “*status*” de vulgo poder. É uma atuação restrita, domínio de uma área específica, a qual conduz a classe trabalhadora a um estado de alienação, por meio de suas descrições de relativa profundidade, entretanto, desconhecida da maior parte da sociedade. O que está em conflito é a educação enquanto processo científico e cultural, parece estar desnordeada, não conter suficientes bases para fazer a contra hegemonia.

²²³ O efeito alienante, ainda maior, reside na burguesia, classe rica economicamente, que se cerca de mecanismos anômalos para manter seu padrão de vida, comprometendo a si mesma e a seus pares. A sensação de “graça” expressa a mais alta desvinculação de sua realidade social, e das críticas relações produtivas.

Quando o progresso científico não se faz acompanhado pelo correspondente desenvolvimento na compreensão teórica do homem e de seu papel no mundo, torna-se inevitável perder-se o fio condutor que deveria manter a finalidade do pensamento à prática, ou seja, fica esquecida a relação dialética que os une. O pensamento divorciado da prática, acaba ignorando a razão de ser dela, chegando ao ponto de divinizar-la sob o nome de “tecnologia”. (PINTO, 2005a, p. 294).

Na contraposição à ideologia, a filosofia da técnica só se torna legítima quando estiver fundamentada na relação teoria e prática, não como conceitos reunidos unicamente por um ato de pensamento teórico, mas ação concreta do ser humano para a transformação social do mundo em que vive.

O que Vieira Pinto aborda é a limitação da tecnologia, a especificidade ideológica e desastrosa que ocorre, para qualquer nação, com a simples importação. O fato de não perceber que a tecnologia vinda de outras realidades, também vem acompanhada de uma visão de mundo diferente, um conjunto de leis e forças morais que são relativas à realidade na qual foi gerada. Os cientistas nacionais ao crerem simplesmente na importação da tecnologia, como solução para os desajustes, tornam-se verdadeiros emissários do pensamento superior e de sua manifestação, constituindo-se em seu suporte legal.

Porém, Vieira Pinto considera que o maior desgaste acontecerá à massa trabalhadora, ao receber de maneira passiva os pareceres, as técnicas e os objetos, oriundos das nações exportadoras. A cooptação dos intelectuais nacionais, assim como a passiva aceitação da tecnologia dos países desenvolvidos, pelas massas, manifesta-se como um dos maiores estragos que a tecnologia de fora pode ocasionar no ser humano.

O verdadeiro problema está em transformar as relações fundamentais da sociedade, razão de ser da presença da tecnologia antiquada, na impossibilidade de sua aquisição da nação mais rica, e sobretudo em converter o país em produtor das técnicas avançadas, em igualdade com os que se acham na vanguarda do processo. (PINTO, 2005a, p. 297).²²⁴

²²⁴ Álvaro Vieira Pinto refere-se à tecnologia antiquada, mesmo a que está sendo importada no momento, sendo que a lógica dessa afirmação reside nas posições, já apresentadas anteriormente, de que nação alguma exporta o que tem de melhor, mas o que já é ultrapassado e não tem mais condições de trazer maiores rendimentos a seus países. Exemplo disso, foi quando, recentemente, o Brasil firmou o contrato da compra de aviões para a defesa do território nacional e precisou de uma longa negociação para ter aviões que ainda estivessem em condições de manutenção, mesmo sendo adquiridos novos. Os produtos importados são vendidos e repassados sob rígidos contratos, fazendo com que a nação adquirente fique se questionando, até que ponto foi um bom negócio tê-los adquirido.

Crer no poder de solução da tecnologia dos países ricos para todos os problemas das realidades pobres é divinizá-la, atribuir-lhe poderes inexistentes. A simples transferência não é solução para nação alguma, é evidente que o transplante de tecnologia, num primeiro momento, na área de incidência direta, ocasionará algumas transformações, mas ela é pontual e atende a interesses específicos. Nessa ilusória “mudança estrutural”, o que se discute é a matriz ideológica que norteia essa transferência de tecnologia. Quais são as razões que a movem e quem de fato está sendo beneficiado com ela? Se, efetivamente, alguém dos receptores dessa tecnologia está sendo beneficiado e a que ponto?

As estruturas de uma sociedade, de uma nação, são fatores históricos e traços culturais que precisam ser identificados como únicos, não serão por medidas emergenciais milagrosas que proporcionam *mudanças estruturais*.

Atendendo à inquietação levantada, cabe compreender que o ato de transplantar tecnologias transforma os recebedores em simples consumidores e, ainda, não de forma linear. A tecnologia importada, no seu bojo, em vez de resolver os problemas decorrentes de sua aquisição, vai desencadear outras fissuras sociais, que darão origem à segregação, à separação, a um processo discriminatório das classes que não têm acesso à tecnologia transplantada. Com isso, o que se tem são manifestações de agravamento, e não de solução, em um já esgarçado modelo social.

A inquietação levantada é também compreendida quando se considera que há uma cumplicidade entre governo e elite, os quais comungam dos mesmos interesses. O governo adota uma atitude de comitê das classes dominantes, evidenciando as contradições gerais da sociedade.

A tecnologia voltada aos interesses do capital, dos grupos econômicos, está longe de olhar para a realidade do trabalhador, a realidade social na qual está instalada, com o objetivo de alterar as suas condições precárias. Geralmente está implantada em locais mais lucrativos, este é justamente um dos princípios básicos adotados pelos países desenvolvidos; em momento algum, se voltam para a realidade e as condições de trabalho impostas às massas. Nessa ótica, a tecnologia assume uma posição incoerente, dado que ela se estabelece mediante uma atitude de mediação para suprir as deficiências de onde está sendo implantada. O que orienta é o lucro, locais e sociedades que não dão retorno positivo ao capital não são interessantes para se instalar, isto é, para investimentos.

Somente quando os países subdesenvolvidos avançarem na consciência de si e de sua historicidade, é que perceberão, então, a existência de outros padrões de desenvolvimento, não ficando presos a processos de construção dos países desenvolvidos, assim como notarão que cada um tem uma história a construir.

Na lógica do desenvolvimento, de sair do estágio de pobreza, não existe um único caminho, as nações fizeram percursos diferentes chegando a resultados semelhantes de desenvolvimento. Nesse sentido, não existe um único itinerário, cada país, cada povo, tem de fazer o seu processo de desenvolvimento a partir de suas necessidades, de sua história. A realidade social estabelece os específicos trâmites que deverão ser observados e seguidos pelos governantes, ou estão envolvidos no processo decisório.²²⁵

A ideologia dos dominantes é que “toda a tecnologia é uniforme” (PINTO, 2008a, p. 308), compreendendo esta afirmação um dos sofismas desenvolvidos pela consciência dominadora: a de apoderar-se da tecnologia constituindo-a em ideologia. São meios de justificar satisfatoriamente os processos adotados e de conquistar a percepção das massas relativamente ao imprescindível processo, num ato de cumplicidade. Isso faz da tecnologia, a forma eficaz de exploração por parte dos dominadores. (PINTO, 2008a, p. 308).

Segundo Vieira Pinto, nesse raciocínio está a percepção das nações mais desenvolvidas tecnologicamente, ao acreditarem que somente elas apresentam condições de ter e desenvolver a tecnologia, bem como em estarem num patamar mais elevado de desenvolvimento, por serem as “mais ricas e cultas”. (PINTO, 2008a, p. 309).

Álvaro Vieira Pinto reconhece não ser necessário ter muita agudeza mental para perceber a nefasta intenção dessa compreensão e o sentido de servidão cultural implícito na utilização da tecnologia, como também o prejuízo, para as nações subdesenvolvidas, dessa concepção falsa.

Toda tecnologia, contendo necessariamente o sentido, já indicado, de logos da técnica, transporta inevitavelmente um conteúdo ideológico. Consiste numa determinada concepção do significado e do valor das ações

²²⁵ Segundo Vieira Pinto, cabe aos filósofos, aos sociólogos e aos políticos discutirem o tipo de tecnologia que convém ao país. Este deve ser a preocupação aos países que se encontram na condição de subdesenvolvido e precisa avançar em alguns aspectos. Se a tecnologia implantada não for em benefício das massas, não haverá desenvolvimento. É inegável, as alterações que a tecnologia promove onde está implantada, mas não como nação. Ela fica restrita a uma parcela pequena da sociedade, em razão de seus meios econômicos favoráveis. (PINTO, 2005a, p. 307).

humanas, do modo social de realizarem-se, das relações do trabalhador com o produto ou o ato acabado, e, sobretudo, envolve a ligação entre o técnico, em seu papel de fabricante de um bem ou autor de um empreendimento, e o destino dado àquilo que cria. (PINTO, 2005a, p. 320).

A tecnologia é um ato qualitativo humano, munido de significados, que se estabelece na relação do homem com o meio, nesse sentido, nenhuma ação humana deixará de incidir no ambiente, nada está isolado, acabado, a tecnologia só faz sentido na sua totalidade. Somente dessa forma se perceberão as conexões e tensões sociais, criando, assim, as possibilidades de superação.

O pensamento é a síntese de uma realidade repleta de manifestações, tensões e conexões, é o contexto das relações sociais e suas relações de produção. Dessa forma, o ato de pensar assenta numa base bem constituída, da qual o homem participa ou não ativamente, portanto, de certa forma, o pensamento não é único, vem de um todo das mediações geradas das relações sociais. Assim sendo, segundo Vieira Pinto, a mudança mais significativa está no campo da consciência. (PINTO, 2005a, p. 322).

Considerando que os tempos atuais estão repletos de artefatos e dispositivos, quinquilharias que entopem a vida humana, como se desvencilhar da tecnologia como ideologia? Como ser um sujeito crítico, em meio a tantas maquinarias, processos e artifícios ideológicos? A consciência do sujeito, de classe e do mundo constitui a mudança mais significativa numa instância de mediação, razão pela qual se deve dirigir a atenção para as conexões, visto que carregam elementos ideológicos quando não são percebidas, pois “a tecnologia é uma ideologia, mas nada tem de contemplativa, não corresponde ao produto imaginário de um pensamento desligado da realidade, e sim enraíza a sua verdade na prática da existência de quem a concebe”. (PINTO, 2005a, p. 322).

A tecnologia como ideologia conta com a, já mencionada, colaboração de técnicos e, segundo Vieira Pinto (, 2005a, p. 323), é o estado de corrosão da visão crítica a serviço das nações desenvolvidas, afirmando ser impossível o desenvolvimento de tecnologias avançadas nos países subdesenvolvidos, pelo fato destes não terem capacidade para desenvolvê-las as “necessárias e exigidas” para o desenvolvimento do país. Outras vezes, se posicionam como sendo desnecessário o desenvolvimento das tecnologias nos países subdesenvolvidos, que admitem ser

perda de tempo e de recursos, pois não se conseguirá nada melhor, além do que já foi desenvolvido.

A ação ideológica transforma a tecnologia em produto de exportação e tem por finalidade a manutenção da dependência. No entendimento de Vieira Pinto, as nações desenvolvidas são sabedoras de que as mais atrasadas desenvolverão um dia os produtos requeridos para satisfazer as suas necessidades, rompendo com a condição de subjugadas. No entanto, antes que isso aconteça e as menos desenvolvidas cheguem por si mesmas a esse estágio, aquelas tomam a iniciativa de exportar tecnologias, e juntamente com elas a ideologia da técnica, como forma de conter a caminhada dos países subdesenvolvidos e, por conseguinte, assegurar o controle sobre eles.

A mensagem subjacente a essas ações orquestradas fortalece a expressão de “incapacidade” da nação recebedora, à qual se alia a “invasão cultural”, que causa o “entupimento das vias da razão criadora”. (PINTO, 2005a, p. 323). Com isso, o sucesso dessa escamoteação depende apenas do tempo, da repetição dos passes hipnóticos culturais e da repressão das vozes denunciadoras. (PINTO, 2005a, p. 323). Portanto, nessa conjuntura, há fatores que trabalham orquestradamente para o sucesso da perda da consciência de si.

Outra característica da utilização ideológica da tecnologia nos países subdesenvolvidos, empregada com regularidade, é a realização de empreendimentos de proporções consideráveis, obras justificadas pelas naturais condições de atraso, que granjeiam severos defensores das vistosas obras públicas, instalações fabris, institutos técnicos e de pesquisa e dos ilusórios parques industriais “nacionais”. Isso cria, no cidadão comum, um estado de satisfação com essas realizações, desenvolvendo o *orgulho da indústria nacional* que, na perspectiva de Vieira Pinto, quando essa sensação se desenvolve, a alienação da consciência do país é completa:

Não há mais o “meu”, o meu é o alheio, ou seja, eu não sou mais eu, sou o outro. A doação de si em consequência da entrega dos bens materiais, nem sequer tem o disfarce do colonialismo bruto e juridicamente proclamado, porque se o que é nosso passa a ser estranho, o alheio continua sendo cada vez mais do alheio. Amontoa-se assim o “saldo de gratidão”, ao que parece uma conta inesgotável, sobre a qual o espoliador pode sacar ilimitadamente. Será difícil a inteligência autêntica e livre do país pobre contrabalançar o fascínio materializado no produto importado. A transformação não acontecerá, senão com a efetivação do legítimo

desenvolvimento nacional, em meio a todos os obstáculos que lhe são opostos. (PINTO, 2005a, p. 324).

Outra finalidade ideológica da tecnologia importada está em identificar as razões do atraso das nações subdesenvolvidas, em revelar o *nó vital do problema*. A nação dominante, ao julgar ser a única consciência pensante, atenua o pavor de as nações dominadas adquirirem a consciência da dominação. E para retardar isso ao máximo, oferecem as teorias de seu desenvolvimento e as razões das suas vitórias econômicas, como teses da predestinação de determinadas nações, em que umas devem aprender com as outras, seguindo os mesmos passos.²²⁶

Com isso o pensador da exportação, artificial e falsamente, fornece ao país pobre uma consciência pronta, que procura fazer passar por “universal” e, portanto, irrecusável, quando na verdade nada mais significa do que o invólucro, dentro do qual contrabandeia os interesses das classes industriais e suas facções políticas, da nação soberana. (PINTO, 2005a, p. 325).

No conceito de classe industrial desenvolvido por Vieira Pinto, subentende a burguesia interna, sendo que, de modo geral, no conceito de nações dominantes está implícito o conceito de burguesia externa, para o capital internacional. Entretanto, os diferentes conceitos mantêm a ideia em torno da qual os grupos de poder trabalham, isto é, na manutenção de uma total supremacia frente às nações dependentes, para que possam desenvolver suas técnicas alienígenas com a máxima desenvoltura, assegurando gradativamente o domínio externo com a conivência interna.

O importante está em nunca dar realmente ao país atrasado a oportunidade de criar para si a invenção técnica, que, naturalmente, viria acompanhada de uma percepção ideológica nova de sua realidade e assentaria os autênticos alicerces da formação da consciência para si. (PINTO, 2005a, p. 325).

Esses são os alicerces para a manutenção da ideologia, a tarefa pedagógica do país atrasado é monitorada pelos técnicos vindos de fora, pelos professores formados lá fora e que incorporam a ideologia dominante, estando preparados para

²²⁶ Exemplo recente são as habituais formas milagrosas do Fundo Monetário Internacional – (FMI), adotadas ao longo de muito tempo pelas nações em condição de dependência, Para tal, são criados os antídotos para os desajustes econômicos, políticos e sociais existentes nesses precários países, mantendo a crença ideológica de que esses males são provenientes da má condução deles.

a “execução da partitura que lhes foi distribuída”. Segundo o filósofo Vieira Pinto (2005a, p. 325), não se discute o papel social das ações da tecnologia para os países subdesenvolvidos, ficando bastante afastada dos fins a que deveria servir. Considera que esses pedagogos desempenham um papel perverso, chegando mesmo a render-lhes uma atitude de gratidão pelas migalhas ideologicamente concedidas à burguesia dos países subdesenvolvidos.²²⁷

Os danos causados, nos países subdesenvolvidos, pela deturpada pedagogia têm um alcance ainda maior, uma vez que os alunos dessas instituições reproduzirão as mesmas visões, “bloqueando o afloramento de uma consciência de si na massa dos aprendizes” e Vieira Pinto diz ainda que “a tecnologia disfarça atualmente suas intenções ideológicas”. (PINTO, 2005a, p. 326).

Tudo quanto desejamos denunciar limita-se à ingenuidade da aceitação acrítica de noções supostamente representativas da palavra, da ciência, e à permissão para que se estabeleça uma situação que não pode ser admitida passivamente, sob o pretexto de falsa universalidade, mas deve ser objeto de permanente observação da consciência para si, nascente no país em elevação. A vigilância constante desse sistema de relação tem por finalidade conduzir a elite intelectual, inclusive os técnicos, da nação atrasada ao ponto dialético em que se produz o salto para uma nova etapa da consciência, instalando-a no plano da percepção crítica de si e dos outros. A partir desse momento, o país adquire condição de um desenvolvimento cultural e tecnológico independente, o que não quer dizer isolado do processo em execução por toda parte. (PINTO, 2005a, p. 327).

A passividade e a aceitação de como os processos acontecem são um dos grandes entraves ao desenvolvimento de uma nação, que cria dependência e impossibilita a distinção dos meios ideológicos. Revolução é um processo que precisa acontecer para romper, num primeiro momento, com o complexo de inferioridade dos países subdesenvolvidos, a fim de superarem a condição de nações inferiores que minimizam as avaliações e julgamentos próprios. É necessário que tal processo ocorra para a superação do estado de dependência desses países. O rompimento não é com técnicas e tecnologias, mas sim o encontro delas com sua historicidade.

²²⁷ O filósofo Vieira Pinto explica que, em momento algum, está se desmerecendo a técnica dos países estrangeiros, isso seria fechar a possibilidade de estágio aos estudantes das nações atrasadas ou desconsiderar a necessidade dessas tecnologias para as nações subdesenvolvidas. Não é este o elemento que está em discussão, não é a rejeição da tecnologia estrangeira, ela não seria uma atitude sábia, ao contrário, seria “infantilidade” e uma “sandice”. Mas o que importa é identificar o tempo próprio de cada coisa e de cada país subdesenvolvido.

Segundo Vieira Pinto, o pensamento crítico é um modo arguidor das interlocuções, de se relacionar, não está atrelado e subsidiado pelas circunstâncias de cada país, não é a condição existencial que estabelece a capacidade de análise, elas são independentemente da condição de desenvolvimento, as classes sociais necessitam construir a consciência crítica, é um processo.²²⁸ Entretanto, a realidade desprovida de recursos necessitará de mais esforços e constante atenção para distinguir as vozes demagógicas e a estrutura de poder arquitetada.

A perversidade presente na perspectiva ideológica da tecnologia induz a formulações racionais descontextualizadas da realidade da massa trabalhadora e só serve para anunciar o imaginário mundo perfeito proporcionado aos humanos pela técnica, destituído de toda e qualquer adversidade, visto tão somente no âmbito de um convívio perfeito imaginário da sociedade.

Vieira Pinto vai dizer que essa varredura ideológica não encontra resistência porque está escorada em pilastras históricas conhecidas.

Uma mistificação dessa espécie, intencionalmente armada em ideologia destinada a representar o equivalente do “humanismo” de nosso tempo, não encontra séria resistência, porquanto, antecipadamente, foi conseguida pela coação moral, psicológica e material da cumplicidade do homem abstratamente falando, reduzido ao papel de minúscula peça da infinita engenharia cibernética (PINTO, 2005a, p. 352).

Vieira Pinto alerta para a poderosa estrutura ideológica, alardeada pela mídia, recompõe os termos adequados às conjunturas da velha e conhecida ideologia da dominação. Tem como finalidade dirigir a esperança das massas que, desprovidas da consciência crítica, deixam-se consumir pelo distorcido conceito de técnica.²²⁹

²²⁸ A consciência crítica terá de atuar ainda mais sobre a inércia do pensamento resultante da aceitação da falsidade histórica, isto é, da condição de nações *desenvolvidas e subdesenvolvidas*, que consubstancia a existência da desigualdade do desenvolvimento entre os países. Além disso, deve também atuar em relação aos documentos e à literatura, elaborados sob a ótica do dominador. Se às nações subdesenvolvidas tem cabido a tarefa de elaborar a teoria do pensamento atrasado, também é legítimo caber-lhes a elaboração da teoria da superioridade. O que Vieira Pinto quer deixar claro é que o estado de desenvolvimento das nações, quando comparadas, indica que todas tiveram sua história e vieram de uma trajetória com situações semelhantes ocorridas no passado. Para confirmação de tal hipótese, o autor sugere que se faça um levantamento histórico, no qual se poderão constatar esses dados. (PINTO, 2005a, p. 342).

²²⁹ O poder da mídia, ou melhor, o perigo ideológico, faz-se notar no momento atual, por ocasião da última eleição para Presidente da República, e mesmo posteriormente, quando a Presidenta Dilma foi reeleita a contragosto da elite e do capital. Não que estivessem perdendo recursos, e sim porque viam na mudança uma alternativa para ganhar ainda mais. O atual “sangramento” da empresa PETROBRAS, sustentado por uma perversa, nefasta e inescrupulosa classe social, é representado

Com isso, o caráter essencial da consciência humana, o de viver na projeção de si para o futuro, de criar permanentemente finalidades que arrastam a ação modificadora da realidade, fica monopolizado por uma formulação ideológica claramente planejada para levar a maioria da humanidade a acreditar que não é o projeto dos homens em conjunto, mas o do selecionado grupo dirigente, que possui o privilégio de configurar o porvir. (PINTO, 2005a, p. 353).

Segundo Vieira Pinto (2005a, p. 354), “a técnica, função imanente ao ser humano, é usada para justificar a apropriação privada do mais intransferível do caráter do homem: o seu trabalho.” Uma estrutura ideológica perversa que se vale das estruturas sociais injustas para a manutenção da classe favorecida no poder, “não se trata de erro intelectual acidental ou inconsciente, mas ao contrário de erro programado para fazer dele uma ideologia de dominação”. (PINTO, 2005a, p. 354). Essa forma de introdução gradativa de técnicas mais apuradas, com elevada eficiência de produtividade, proporciona um desligamento gradual da mão de obra, sendo profundas as mudanças impostas justamente à já sofrida massa trabalhadora que, arduamente, tira do trabalho o seu sustento. Essa paradoxal massa trabalhadora, que antes estava habituada e conformada com a injusta estrutura, originada das relações sociais, agora, é inebriada por uma promessa de acesso ao sonhado mundo dos produtos, resultando “a transformação da nova tecnologia em ideologia destinada ao consumo pelas massas, a fim de pacificá-las, enchê-las de esperanças e fazê-las viver na expectativa da parúsia felicidade sonhada”. (PINTO, 2005a, p. 354). Para essa situação, os produtos têm um efeito anestésico sobre corpos e mentes, do qual advém uma insensibilidade e um individualismo, característicos da contemporaneidade.

A dificuldade que a consciência crítica encontra para desmistificar esse paradoxo ideológico, assenta no fato de a tecnologia carregar duas características: primeiro, há um reconhecimento dos benefícios da tecnologia para mudar a condição social de trabalho da classe trabalhadora, e segundo, estar ciente de que, ao fazer essa defesa, está prestando um serviço aos grupos dominantes que precisam manter seu domínio econômico.

A tecnologia sempre foi útil para a sociedade, como um meio de estabelecer a relação entre os homens e a natureza, para resolver ou acirrar as contradições.

por uma mídia acéfala, e “Não podemos subestimar o poderio e a eficácia de tão nociva estratégia, e a prova está no fabuloso preço pago para realizá-la” (PINTO, 2005a, p. 349).

“A consciência crítica acolhe e promove a criação da tecnologia, porque nela vê um bem que o homem faz a si mesmo, mas não comete o inadmissível deslize de convertê-la em ideologia”. (PINTO, 2005a, p. 355). Entretanto, há um grupo não vinculado a países, mas tão somente ao capital, uma classe, que dela se apropria para a dominação de outros, desvirtuando, dessa forma, uma das salutares²³⁰ compreensões da tecnologia.

Vieira Pinto declara que o único meio de afastar a consciência ingênua da técnica é desenvolver a consciência dialética da tecnologia. Essa percepção seria uma futurologia? Uma saída simples para o grande problema detectado? De certa forma sim, é uma futurologia, porém há uma diferença fundamental entre a consciência crítica e a futurologia: a consciência crítica se “edifica apoiada num fundamento lógico irrecusável que é o processo histórico da realidade e da correlação dos homens com o mundo que precisam conhecer para nele trabalhar, em ação conjunta, a fim de fazê-lo à imagem de seus desejos”, (PINTO, 2005a, p. 355); enquanto que a futurologia, está voltada para a premonição, inferências sem dados científicos aparados tão somente em dados especulativos momentâneos aliado a premissas dedutivas, alocado na percepção da explosão da técnica, do maravilhamento.

O entendimento da tecnologia, em Vieira Pinto, somente é possível em conexão com a realidade social, situa-se na perspectiva da consciência crítica, onde são considerados os modos produtivos e as condições em que se dá o trabalho, compreender a tecnologia é compreender as interlocuções e suas resistências que constitui a realidade social.

3.3.3 A tecnologia e as manifestações concretas do trabalho

A tecnologia e suas ideologias se manifestam no trabalho, são visíveis nas relações de produção capitalista, observados os significados gerados na relação do

²³⁰ O aspecto positivo a que se faz menção, é a possibilidade de a tecnologia proporcionar a melhoria de vida às mulheres, aos homens e seres vivos em geral, no sentido de propiciar menor esforço físico e sofrimento, do encurtamento das distâncias, do bem-estar e de uma vida mais saudável e feliz. Entretanto convém ficar atento, estabelecer a crítica nos posicionamentos, visto que, segundo Vieira Pinto, “A sacralização da técnica, como qualquer outra sacralização, representa um meio de afastar o homem, os seus valores autênticos, ocultar as necessidades pelas quais é levado a lutar materialmente, e com isso fazer a história, e substituir os valores reais por outros, falsificados, abstratos, ideais, impostos à inteligência, principalmente à da juventude em início de formação cultural, mas ilegítimos pela indistintível origem espúria”. (PINTO, 2005a, p. 355). São os perigos que rondam a consciência crítica, e o afastamento das relações de trabalho e suas forças produtivas.

homem com as máquinas. Ao discorrer sobre esse item desse subtítulo, emergem algumas indagações da seguinte natureza: Qual a relação entre trabalho e dominação? E qual a relação entre tecnologia e dominação? Qual o vínculo das formas de dominação imperialistas e colonialistas, adotadas em tempos não muito distantes da história brasileira, com as práticas de dominação e controle adotadas hoje, pelos grupos de poder associados à tecnologia?

Neste estudo é abordada a característica de dominação da tecnologia, como um instrumento individualista e excludente que diz respeito a países, classes e indivíduos. Nesta abordagem busca-se identificar a manipulação da tecnologia para fins específicos, geralmente atrelados às amarras do sistema econômico de caráter internacional, isto é, um colonialismo e imperialismo. Segundo Vieira Pinto, esse processo impõe a ideia de progresso sem fim e nele está implícita a subjugação política, valem-se de formas “eficazes” de administração, controle, persuasão e de características do “progresso do sistema imperialista enquanto técnica global de dominação”. (PINTO, 2005a, p. 259).

Essas ideias do “sistema imperialista”, das “técnicas globais de dominação”, aproximam a compreensão da teoria da “colonialidade”²³¹, neste caso, pode-se inferir que o colonialista de ontem tem grande semelhança com as formas atuais, utilizado uma “maquiagem” nas relações com o outro, mantendo a permanente intenção do acúmulo do capital, em detrimento de qualquer valor. O espírito colonial permanece capitalista, racista, patriarcal, machista, judaico, cristão, estados unidenses, e muitas outras designações imperialistas vinculadas ao poder.

²³¹ Colonialidade, é a designação que explica as características das relações da contemporaneidade, traço este que evidencia a violência sistemática de saberes, da cultura e das relações de produção. Segundo os estudos de Queiroz, “A colonialidade do poder necessitada de legitimação nacional da supremacia pretendida pela burguesia europeia produziu a colonialidade do ser, quando estabelece uma disputa para determinar que o sujeito europeu é o ser. [...] A colonização do ser configurou uma guerra ontológica cujo produto foi a elaboração de discursos que desconheciam a essência humana dos sujeitos assujeitados, reduzidos à escravidão ou servidão e transformados discursivamente em negros ou índios”. (QUEIROZ, 2013, p. 65-66). Na análise do colonialismo, Queiroz complementa ser uma “marca da dinâmica do capitalismo”, e que seus preceitos estão voltados para a “acumulação do capital”, portanto “o sistema capitalista move-se para configurar alternativas que lhe permitam realizar esta sua estrutura” (QUEIROZ, 2013, p. 69). O pensamento de Quijano está disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>., Acesso em: 11 maio 2016. Também encontra-se no Youtube uma aula de Anibal Quijano versando sobre *colonialidade/descolonialidade de poder*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sID-iPiGgmY>>. Acesso em 11 maio 2016. E a tese de Ivo Pereira de Queiroz, está disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/492/1/CT_PPTGE_D_Queiroz,%20Ivo%20Pereira%20de_2013.pdf>., Acesso em 11 maio 2016.

A lógica dos povos exploradores²³² é limitada e excludente não muda com o passar dos tempos²³³, pelo contrário, retrata a necessidade de estarem sempre ampliando e melhorando suas tecnologias, sob pena de perderem seu posto de pioneiros, inventores, e descobridores de novas teorias e ações. O sistema capitalista e sua arquitetura de poder, descrito por Vieira Pinto de “consciência ingênua”, acreditam ser naturais e necessárias a existência de povos explorados e exploradores, nações inferiores dirigidas e nações superiores dirigentes.

Faz-se mister compreender que há momentos na história da humanidade²³⁴ em que tecnologias emanam do poder constituído, parecendo existir estruturas que convergem para esses centros de poder, convertem-se em indicadores de cunho político e econômico.²³⁵ Esses indicadores, ao favorecerem práticas específicas, forjam uma ideologia de dominação alicerçada em técnicas e tecnologias. “Por isso, para compreender o curso do processo exige-se a constante referência à taxa de progresso tecnológico e às condições históricas da produção em cada época”. (PINTO, 2005a, p. 260). Os pressupostos para elaborar a crítica ante a ideológica “naturalidade” da dominação de um país sobre o outro ou classe social está na reduzida e redundância finalidade: poder e lucro.²³⁶

²³² Vieira Pinto diz que “um sistema imperialista começa a decair no dia em que se instala no poder e começa a pôr em ação os seus desígnios espoliativos. A façanha de conquistar o centro de comando, de onde expandirá a ação dominadora, deve-se à falência do sistema de forças anteriores e à inauguração de outra composição de contradições internas na sociedade, gerando um paralelogramo cujo resultante favoreceu, por motivos materiais bem definidos, os personagens ou grupos que arrebataram o bastão”. (PINTO, 2005a, p. 259-260).

²³³ Há um *modus operandi* que lastreia a mentalidade do dominador e orienta suas decisões.

²³⁴ Os momentos históricos referenciados são somente de caráter parcial e demonstram, aparentemente, haver a prerrogativa de pioneirismo de certas nações nas relações internacionais. Essa percepção está presente nas navegações, na melhoria das caravelas e das rotas comerciais; na revolução industrial, no uso de uma máquina a vapor, a motor e elétrica; do imperialismo ao neoliberalismo, a rápida análise desses fatos históricos mencionados atribui mérito ao pioneirismo.

²³⁵ A dominação é sempre determinada por motivos econômicos e, por isso, toda manifestação dela, em especial a política, exprime o afã de captura de recursos, com o fim de garantir o prolongamento do poderio do centro metropolitano. Sendo essa a finalidade, o instrumento manejado consiste na técnica conhecida no momento. (PINTO, 2005a, p. 260).

²³⁶ Vieira Pinto faz uma importante observação: não é a tecnologia que desperta a sua ação, mas a sua capacidade de lucro, de convertê-la em capital. No século XIX, a baixa produtividade das energias criadoras, socialmente disponíveis, impunha como único recurso de mudança, então acessível, o acréscimo quantitativo do poder de produção. Por exemplo, valia mais adquirir um novo escravo ou caçar um escravo fugitivo do que inventar diversos procedimentos técnicos, um maquinismo mais aperfeiçoado ou descobrir uma fonte original de energia. Tal é o motivo pelo qual a sociedade grega antiga desinteressou-se das invenções de aparelhos hidráulicos ou movidos a vapor, criados por Ctesíbio ou Heron de Alexandria. A este propósito, o arqueólogo inglês Gordon Childe diz que: “A incapacidade de explorar eficientemente as invenções criadas pela ciência foi consequência da estrutura da sociedade helenística e das contradições de sua economia”. (*What Happened in History*, Penguin Books, 1954, p. 253).

A consideração dos polos opostos é essencial no processo de criação da consciência de si por parte dos povos subjugados. No sentido de ambivalência da tecnologia, de acordo com Vieira Pinto, é possível distinguir dois momentos: no primeiro, a passividade e o atraso das “áreas marginais”,²³⁷ o progresso das técnicas produtivas se faz unicamente nos centros metropolitanos; no segundo, o dominador percebe que a tão louvada tecnologia, da qual se orgulhava, torna-se um problema.²³⁸ (PINTO, 2005a, p. 262). A percepção por si das massas em relação à realidade já é uma mudança significativa, inerente aos primeiros passos, inicialmente sem a devida clareza, depois consistente o suficiente para remover a passividade do pensamento delas.

Para entender a tecnologia como instrumento de dominação, a partir de Vieira Pinto, é necessária a observância de dois aspectos: o primeiro, consiste na valorização da personalidade do técnico, enaltecendo a conduta progressista da tecnologia, aliado a isso, deve-se contar com a natural passividade e receptividade das massas, não acostumadas ao questionamento e às análises críticas: o segundo, cabe ao dominador, a partir de suas estratégias, verificar qual a técnica que deve ser exportada, de forma a evitar a concorrência. Para atingir um profícuo resultado, essa ação é acompanhada por um exército de técnicos externos que vão orientar e inspecionar a tecnologia transplantada, à custa de elevados valores,²³⁹ ocasionando

²³⁷ “Áreas marginais”, fazendo-se uso das mesmas palavras de Vieira Pinto, cujo sentido está sendo empregado como oposição ao centro. A estrutura de poder está presente quando são priorizadas áreas para implantar empresas e tecnologias nos países subdesenvolvidos, com o objetivo de criar uma ideia de progresso.

²³⁸ Vieira Pinto trabalha com a possibilidade das massas receptoras das tecnologias ascenderem à consciência de si. A reviravolta da tecnologia está posta no sentido de que, por mais que o explorador, ao exportar tecnologia, não queira criar condições dos receptores se desenvolverem, por mais que contenha e distancie as possibilidades do acesso, o importador dos países subdesenvolvidos entrará em contato com essa tecnologia, incorporando-a involuntariamente, o que desencadeará um processo de mudança. É uma análise que Vieira Pinto faz, na qual a consciência crítica é vista como um processo, em que o país subdesenvolvido, a classe trabalhadora, fatalmente vai chegar à consciência de si. Considera que, no princípio, a estrutura ideológica de poder é a consciência do outro, mas não de forma definitiva, pois ela está desperta, mas ainda não encontra condições de passar para a outra fase, que é a consciência de si. Naturalmente, Vieira Pinto não está considerando o camaleônico sistema econômico financeiro, as intangíveis e ideológicas estruturas de poder e a homogeneização dos sentidos e valores humanos criados e difundidos pelo próprio sistema corporativo midiático.

²³⁹ A potência hegemônica recorre a duas noções falsas e inconfundíveis: uma é a de que a tecnologia consubstancia o bem a ser adquirido pelo país atrasado, pagando caro por ele, se quiser progredir; outra é a de que a tecnologia é produto exclusivo da região dominante, e só aí pode ter origem. Para desmascarar esses dois sofismas, torna-se necessário mostrar que a tecnologia, ao contrário da insinuação paralisante, ela corresponde a um patrimônio da humanidade. (PINTO, 2005a, p. 263).

uma eterna dependência dos países pobres sob o controle dos países ricos.²⁴⁰ A tecnologia como instrumento de dominação não é exclusividade do modo de produção, do trabalho, tem também abrangência na cultura.

O produto exportado pelas nações ricas, em sua maioria, são tecnologias não mais competitivas em seus países e, por serem ultrapassadas, não geram altos lucros. No entanto, essas tecnologias podem ainda despertar interesse em países que não dispõem delas, gerando uma sobrevida e, ainda, altos lucros exportando-as. O ato de dominação é maior em nações que não têm um histórico de desenvolvimento de tecnologias que, ao serem importadas, veem acompanhadas de um “pacote” de dependência, do aparato técnico, da montagem, manutenção e assistência técnica, mantidos à custa de elevadas cifras dos países ainda não familiarizados com essas velhas tecnologias. Prática comum mantida com o passar do tempo.

Esses mecanismos aparecem como entraves ao desenvolvimento das nações subdesenvolvidas, consolidando um grupo de poder que se vale das estruturas produtivas para impor seu domínio, ao mesmo tempo que esse processo vai assegurar a manutenção de um estado espoliativo, pela dependência de tecnologias não desenvolvidas internamente, ao não considerar as necessidades locais e sociais.

Certamente, que o envelhecimento está presente nas tecnologias, no entanto, a essência do modo de produção, o *lucro*, é mantida nas mais diversas instâncias e configurações dos tempos. Na negociação entre países ricos e pobres, a tecnologia se converte em mercadoria que, por sua vez, considerando as condições dos países receptores, serve como instrumento de dominação dos países detentores dos meios de produção.

O dominador está entregando às massas externas dominadas um instrumento libertador, não porque a ‘tecnologia’ em si mesma, por virtude imanente, seja a criadora do salto revolucionário, mas porque oferece um fundamento antes inexistente para a constituição da consciência para si do colonizado, cuja primeira manifestação consiste em fazê-lo visto como tal. (PINTO, 2005a, p. 272).

²⁴⁰ O controle pela técnica exportada, não é próprio da década de mil novecentos e cinquenta ou sessenta, período este de grande confluência econômica e política, antes esse mecanismo de dominação está presente nos dias de hoje, nas estratégias neoliberais, fortalecido pelo capital sem pátria.

A tecnologia como um instrumento de alienação e dominação carrega um elemento exportador, detentor dos meios e recursos, de que vai se utilizar para fazer valer o seu controle. Vieira Pinto trabalha com a seguinte lógica: a tecnologia exportada, fundamentada nos produtos, carrega uma totalidade em si, e com eles vem também um conjunto de saberes utilizados na sua construção. Nesse sentido, a nação receptora dos produtos pode elevar-se à condição de produtora desses mesmos produtos importados, mediante a análise e a posse deles. No entender de Vieira Pinto essas são ameaças com as quais o exportador se depara. Ainda segundo ele, o explorador para manter seu controle sobre o domínio da tecnologia toma algumas medidas, sem renunciar de fato a seus objetivos, tais como: mascarar a fabricação de produtos estrangeiros como sendo produtos nacionais; comprar e aniquilar a produção nacional, debelando, desse modo, a possível concorrência; incorporar os técnicos nacionais, atuantes ou em formação, à tecnologia de ocupação, medida esta de grande impacto nos países periféricos. Em tal situação a técnica significa para Vieira Pinto “a perda da ação livre do homem sobre o mundo, deixa de ser, portanto libertadora, para decair ao nível de mero amestramento”. (PINTO, 2005a, p. 274). A tecnologia importada torna-se, assim, um instrumento ideológico de controle.

Mesmo ocorrendo esses entraves, Vieira Pinto não é contra a importação de tecnologia, pelo fato de que a negação do conteúdo nacional, da capacidade do povo, não está propriamente na importação, mas no que é feito com ela, em quem faz, para quem, sob que condições. Vai compreender que a ciência e a tecnologia são um importante instrumento para o desenvolvimento das nações periféricas, assim como o foi para as nações desenvolvidas, e que cada um deve passar pelo processo histórico, desenvolvendo suas tecnologias.

Vieira Pinto observa que, no processo de importação e exportação de tecnologias, as elites nacionais dos países subdesenvolvidos têm uma atuação crucial, estão cientes da necessária mudança pela qual a nação precisa passar e querem a alteração do *status* de nação subordinada, porém, sobressaem os interesses particulares do poder e dominação.

O sistema de controle e dominação capitalista descola-se do comando dos países, para grupos sem bandeira e pátria, movidos tão somente pelo poder e lucro. Há uma estrutura que permanece no processo de dominação, mantida pelos grupos de interesses, que se utilizam de demagogias para a obtenção e permanência no

poder. As estruturas mediáticas contribuem para a manutenção da dependência *compartilhada*, valendo-se de “informações” deturpadas e ideológicas. Na realidade engendrada por eles não existe capacidade nos trabalhadores de pesquisar e desenvolver tecnologia, não existem condições necessárias da criação de novas tecnologias nos países periféricos, por isso optam por importá-la, entrando, assim, no “círculo vicioso” da tecnologia, na *eterna dependência*.

Essa perspectiva do processo histórico além de ser ideológico, acentua a desigualdade tecnológica em relação aos países subdesenvolvidos, reduzindo as diferenças nos suportes materiais que possibilitam o desenvolvimento. Esse limite é possibilidade de incursão da consciência para si da área pobre, e mais claramente de sua percepção.

O escravo, o servo ou o assalariado, porém, são os representantes e os proprietários do futuro, são desde já, mesmo em sua miserável condição presente, os vitoriosos da história, porque para eles a transformação consistirá necessariamente em negar a realidade atual, portanto em deixar de ser o que são, convertendo-se de classe dominada, não em dominadora, porque não haverá a quem dominar, mas em humanidade finalmente livre, universalmente portadora da consciência de si. Unicamente a essa humanidade competirá possuir o mundo. (PINTO, 2005a, p. 282).

A tomada de consciência de sua realidade é que possibilita à classe trabalhadora mudar o mundo, sair de sua condição subalterna para chegar ao ato de liberdade, à consciência de si. Nesse sentido, Vieira Pinto, referindo-se a educação e cultura, entende que quando o indivíduo estando na posse da consciência crítica, o país subdesenvolvido poderá receber cooperações técnicas e visitas externas, tecnologias avançadas, sem prejuízo da vida do povo pobre.

3.3.4 A tecnologia como autonomia

A tecnologia como possibilidade de autonomia esconde variáveis neoliberais, esboçando os caminhos de realização e sucesso de maneira universal, de um desenvolvimento sempre ascendente e eficaz proporcionando a felicidade das pessoas. É preciso construir, a partir das necessidades reais da sociedade envolvida, a tecnologia requerida, mas ainda ficam questões em aberto, tais como: Que concepção, qual a perspectiva histórica a ser adotada em relação à tecnologia? Quem identifica os líderes dessa modernização tecnológica? E quem os orienta?

Em um contexto neoliberal, orientado pelos valores do mercado, não fica difícil identificar a instrumentalização tecnológica da sociedade, e a ilusão da crença na neutralidade da tecnologia, ela existe enquanto projeto e perspectiva para algo, tem sempre um objetivo, mesmo não estando visível.

Na tecnologia como autonomia, surgem alguns percalços: na ideia de “desenvolvimento”, o limite estaria assentado ao voltar-se só a tecnologia, onde os rumos da humanidade ficam voltados só no desenvolvimento tecnológico. A parafernália tecnológica geraria um otimismo desmedido que deslocaria o ser humano da realidade social, alheio às distâncias entre as classes e aos muros que a própria tecnologia constrói.

Segundo Vieira Pinto, a ideia de neutralidade implica uma ideologia do desenvolvimento dependente, indiretamente, mas nem por isso involuntário, pela sua ideia de progresso é exaltada a tecnologia dos países desenvolvidos, como superior, realçando o sucesso das novas técnicas, a capacidade e a iniciativa dos inventores. A ideia de neutralidade é um pensamento altamente excludente e ideológico, além disso, serve para desconstruir valores de resistência, as reificações.

A tecnologia como otimismo carrega duplicidade: primeiro, como ideologia e segundo, como possibilidade de melhoria da realidade social. Vieira Pinto observa que as invenções tecnológicas são o resultado da realidade, de uma construção histórica, que depende de um conjunto de fatores para que ela exista; cada produto, técnica e tecnologia têm seu tempo certo para acontecer, graças a um conjunto de forças que convergem para isso.

Nesse sentido, a tecnologia para ser uma característica de *autonomia* para um país, e a sociedade de modo geral, as criações técnicas devem estar alicerçadas em um conjunto de fatores reais, que não acontecem apenas a um subjetivismo. Segundo Vieira Pinto, não houve um progresso tecnológico real e consistente, que não considerasse o progresso social,²⁴¹ este é um dos indicativos de uma tecnologia destinada a emancipação de mulheres e homens.

²⁴¹ Sem uma intervenção social, não há sucesso algum, tendo como exemplo, citado por Vieira Pinto, o inventor do telégrafo, Samuel Morse, cuja invenção permaneceu ignorada por muito tempo, as portas se fecharam, por não se ver a vantagem prática do invento; mesmo a sociedade mais avançada não sentia necessidade de tal invento. Com isso, ele afirma que nunca se deve perder de vista que toda sociedade vive conforme suas técnicas. O invento, em apreço, só veio a fazer sentido depois de muito tempo, de ser de conhecimento de todos, só, então, fez grande sucesso. (PINTO, 2005a, p. 308).

Esse é o modo de ver o progresso, em que são consideradas as características históricas e materiais, um dos princípios básicos que precisam ser entendidos, como condição crítica existencial do homem, visto que “toda sociedade vive com as técnicas que possui” (PINTO, 2005a, p. 309). O homem, a partir do conhecimento da realidade, constitui-a, condiciona-a, procura as limitações que se lhe deparam e busca solucioná-las. O processo de hominização acontece na relação com o mundo, toda a sociedade possui seus guias e seus inventores, assim foi em toda a humanidade, desde o machado de pedra. Por isso, o atual momento, quando as reações não são expressões da realidade social, é ideológico.

Como identificar esses contrastes sociais? A tecnologia própria, ideal, construtiva, social? Como desenvolver a percepção crítica no indivíduo, para que perceba a instrumentalização tecnológica da sociedade em benefício de poucos, enquanto que uma maioria é serva e dependente do sistema? São perguntas que ficam em aberto, sem resposta. Em todas as realidades, ricas ou pobres, existem políticos e pesquisadores que buscam uma tecnologia eficiente, porém, não vão muito longe, seus projetos e pesquisas são logo suplantados por forças “ocultas” do capital. A tecnologia ideal para o sistema capitalista é a de melhor rentabilidade, entretanto, essa nem sempre atende às necessidades humanas e ambientais. São poucos os que percebem a necessidade de superar e conquistar a verdadeira soberania política, de proporcionar um bem-estar aos demais seres humanos, que não seja a si e aos seus.

Que saberes são necessários para romper com a servidão tecnológica a serviço dos interesses do sistema capitalista, e do controle social das forças produtivas? O fato de efetuar essa reflexão, demonstra haver alternativas ante a reificação da sociedade consumista. Que valores devem ser trabalhados para superar a normalidade, a falta de estranhamento, e a insensibilidade social, entulhada de artefatos desenvolvidos pelo homem? Também existe uma inquietação no movimento do sistema que, se o contexto não era assim, e se chegou a tal ponto, acena para um possível retrocesso, o de reverter ou seguir o apocalipse da história. Portanto, na planificação da vida, na administração dos homens, nos valores reificados em um sistema neoliberal, nem tudo está perdido, porém há espaço para a revolução.

Segundo Vieira Pinto, de todas as limitações e ideologias realçadas, a servidão cultural é a mais grave de todas, dado que a submissão ao conhecimento,

ao saber a outros países e realidades, anula a história de um povo, deixando de ser quem é para absorver o estranho. Por conseguinte, segundo Vieira Pinto (2005a, p. 313), a servidão do saber é uma enfermidade pedagógica, e a alienação completa do homem, não precisando fazer grandes esforços para manter o controle, já que não há resistência, e sim uma homogeneidade de pensamento. As regras e leis do sistema neoliberal aparecem à sociedade como ações normais e necessárias, dadas as condições das “convenientes” crises.

A tecnologia como alternativa de autonomia, segundo Vieira Pinto, envolve planejamento para desenvolver uma ação coerente com os tempos, imbricada com as relações sociais. Todas as sociedades passadas planejaram suas organizações, do contrário, não teriam existido, evidencia nesse argumento a originalidade que se pode admitir à consciência explícita dessa exigência. Segundo Vieira Pinto, essa percepção é dada como “planejamento planejado” (2005a, p. 342).

O planejamento está presente desde os tempos mais remotos e para ilustrar isso, Vieira Pinto traz o exemplo da elaboração de um machado de pedra que, para ganhar a forma concreta de machado, precisou ser planejado no pensamento. A diferença em relação aos tempos contemporâneos assenta na consciência do planejamento.

O planejamento, no sistema de produção atual, é imprescindível, constitui a base da estruturação do sistema produtivo, e a tecnologia aparece para minimizar os custos e maximizar os lucros. As ações decorrentes dela nem sempre se voltam para finalidade nobre e tampouco minimizam as injustiças. A base propulsora do planejamento é o lucro.

Vivemos numa época na qual só tem sentido a rentabilidade e o planejamento planejado. Não constitui um fato casual ou acidental, mas determinado pela autoconsciência da sociedade em face da complexidade do processo produtivo e do volume de bens a fabricar. Significa isto que as necessidades da produção em gigantesca escala obrigam a proceder, deliberadamente, a operações que em todos os tempos o homem realizou em pensamento ao preparar qualquer curso de ação criadora, sem, porém, alcançar um grau de clareza e deliberação que viesse a tornar o projeto do desenvolvimento social uma técnica particular entre as outras. (PINTO, 2005a, p. 344).

A tecnologia está apenas a objetivos de rentabilidade, assim como, o surgimento de outras tecnologias vincula-se a gerar maior produtividade e lucro. A

referência de ser ela meio para sanar as deficiências sociais são enunciados vazios de significados, seguem outras perspectivas.

3.3.5 As perspectivas da tecnologia

Para o desenvolvimento, o aspecto central que está em análise são os pressupostos da tecnologia, bem como os objetivos e finalidades da tecnologia perante a ordem, a meta e a política do capital.

Nesse percurso do desenvolvimento, em que as estruturas realçam o uso da tecnologia nas relações sociais, não há um isolamento do homem, nem como conceber o indivíduo distante do modo produtivo, na história.

Enquanto for mais valorizada a obra do que o homem, segue-se a linha de pensamento segundo a qual a obra cria o homem, são as grandes iniciativas de progresso, as grandes construções públicas, as enormes instalações geradoras de energia, as gigantescas fábricas que devem engendrar o homem para o nível de vida oferecido, quando o caminho define-se exatamente pela direção inversa (PINTO, 2005a, p. 335).

Na lógica do capital, o homem tornou-se um instrumento de viabilização da estrutura de concentração de bens a favor de uma classe. Segundo Vieira Pinto, na inversão dos interesses, realçada pela realidade social, a política da tecnologia muda radicalmente. Para ele, em primeiro lugar, muda a política de distribuição dos bens, assim as massas não terão outro papel, senão o de servir de mão de obra e serem despachadas após terminados os serviços. “Na verdade, o que se tem de dar às massas trabalhadoras não é o resultado da tecnologia, mas a própria tecnologia. Esta deve pertencer-lhe porque significa o conhecimento e a consciência do trabalhador que a fornece”. (PINTO, 2005a, p. 335). O pertencimento à tecnologia é o pertencimento a si, à historicidade e integração do homem com a natureza.

Essa perspectiva permeia os mais diversos posicionamentos e instituições, como, por exemplo, quando Vieira Pinto se refere à educação, considerando que o ato de criar *instituições de ensino*, os “Institutos de Formação Técnica”²⁴², no âmbito de uma realidade pensada por outros que não a percebem e sentem, e que dela

²⁴² A crítica formulada ao ensino técnico, está relacionada à sua parca contribuição para o desenvolvimento nacional, e principalmente do povo, pelo fato de que ele representa o capital monopolista que, por meio do ensino, quer obter uma mão de obra farta, dócil e preparada com os recursos públicos. Portanto, esse ensino consiste em um conjunto de informações delineadas pelo sistema neoliberal, para moldar uma mente produtiva para o capitalista.

estão distantes, continua sendo estranho e pouco contribui para mudar a realidade social. Esse ato dissociado da realidade elabora como perfil arquiteturas ideológicas que atendem a interesses de grupos econômicos e, quando executado na educação, no trabalho e na vida social, constrói uma massa de manobra, ainda que especializada, de bons e atualizados executores operacionais. Vieira Pinto observa que essa ação não muda a realidade social, pelo fato de que “o essencial da questão não consiste em simplesmente dar ao povo a oportunidade da instrução numa tecnologia relativamente avançada”, mas está em “levá-lo a condições de percepção da sua realidade que criem nela a exigência dessa educação”.²⁴³ (PINTO, 2005a, p. 336).

A pedagogia do planejamento alienado sabe haver necessidade de informar o operário, mas de modo a dar-lhe o conhecimento que o manterá sempre no estado de parte receptora, esquecendo ser o trabalhador a única fonte autêntica, por direito de existência, das criações lógicas que se irão manifestar, quando compreendidas em níveis superiores, no estado de ciência da realidade, conduzindo às correspondentes aplicações técnicas possíveis. (PINTO, 2005a, p. 336).

A arquitetura capitalista cotidiana apela para a competitividade entre as pessoas, para a fluidez das coisas e relações sociais, ela separa o trabalhador e o pesquisador das questões candentes que provocam as injustiças sociais e a insensibilidade diante da concentração econômica, razão da maioria dos problemas que aflige mulheres e homens. Para Vieira Pinto, a estrutura educacional precisa ser mudada, uma vez que foi pensada como “instrumento de realização do homem”, dentro de uma realidade social burguesa. Essa ideia assenta num modelo que é pensado para toda a classe trabalhadora e enfatiza que, “será preciso mudar rapidamente o espírito segundo o qual se desenrola a prática dessa instituição”, (2005a, p. 336). A prática neoliberal atribui ao trabalhador a responsabilidade por sua própria condição social, ao mesmo tempo que a qualificação se converte no fator de elevação da sua qualidade de vida, proporcionando-lhe o aprendizado de novas atividades para desempenhar novas funções, onde “o salário assume o papel

²⁴³ A proposta de Gramsci aponta para que só quando os subalternos falarem com sua própria voz, será possível sua emancipação, portanto, nesse sentido está longe de negar a importância da organização. Faz-se necessário garantir a democracia interna como capacidade de ser a escola da luta de classes (formação de quadros, de modo que todos possam ser dirigentes). É comum a tentativa de “dar voz a quem não tem voz”, ou seja, de dar a voz aos desfavorecidos. Esse substitucionismo a curto, médio e longo prazo, mantém os subalternos sem voz. (DIAS, 2013, p. 70)

de critério sociológico e, mais que isso, de padrão métrico da capacidade humana”, [...] “avaliado pela folha de pagamento, onde o operário está forçado a figurar”. (PINTO, 2005a, p. 336).

A educação tem tarefa preponderante no posicionamento do trabalhador, que deve ser conduzido pelo modo crítico de pensar, para que dessa forma haja o deslocamento de uma visão sistemática “estruturada” e do “formato” para uma percepção crítica de sua realidade. Uma educação crítica possibilita a reavaliação das condições de vida social da classe trabalhadora e das ações de seu entorno, que se “torna um elemento transformador de seu entorno”, logo, o seu saber tem como finalidade a “mudança da condição humana”, na qual as transformações são percebidas imediatamente, por exemplo, o ato de *importar* fundamenta-se no que é necessário para que o técnico consiga desdobrar a tecnologia importada de modo criativo e crítico. Há uma inversão na ordem dos fatores: a importação não se destina mais ao proprietário, mas ao processo tecnológico do trabalhador. (PINTO, 1982, p. 41-49).

É, pois, nesse contexto que se retoma a questão: a quem serve a educação desenvolvida dentro dos Institutos Federais, com prioridades na sua maioria, nos cursos técnicos de nível médio? Ela possibilita essa concepção exigida para superar os meandros ideológicos intrínsecos ao sistema capitalista? Em caso afirmativo, onde estaria a alternativa para atingir esse estágio?

Com efeito, a perspectiva crítica é a principal via a ser seguida para não incorrer em erros, nem absorver teorias ideológicas estranhas, que levem a ficar a serviço da armação capitalista. Os países dominantes, contam em seu interior com uma classe burguesa bastante afinada entre si, que se propaga por toda parte, aliando-se aos governos de países menos desenvolvidos e à sua classe burguesa interna menos influente. Para isso, dispõem de uma estrutura ideológica em constante funcionamento, de uma máquina publicitária que veicula, demagogicamente, as vantagens de estarem situados em “planos superiores”. E para a eficiência do pensamento capitalista, neoliberal, contam com a assistência de *conceituados pedagogos*, (naturalmente, produzidos pela própria mídia e pelo sistema ideológico excludente que estão a seu serviço), que legitimam e assinalam o caminho percorrido pelas nações que chegaram aos “píncaros da glória”²⁴⁴. A

²⁴⁴ Porém, internamente mantêm os mesmos contrastes que existem entre ricos e pobres, apenas com a diferença de que, em outra escala, conseguiram obter sucesso à custa da dominação dos

respeito desse sistema estéril e perverso, Vieira Pinto refere que “não é preciso muito esforço intelectual, embora precise generosidade moral, para se ver a falsidade e a malícia deste argumento”. (PINTO, 2005a, p. 337).

Não obstante, o homem crítico e a nação compromissada com sua história e modos produtivos, têm outras opções ao seu dispor, assertiva que Vieira Pinto corrobora ao dizer que existem igualmente opções à disposição das nações subdesenvolvidas. Entretanto, o problema reside sempre em identificá-las, em discernir as que melhor atendem à sociedade e com o menor impacto econômico²⁴⁵.

Resumindo, após se conhecer as diversas concepções de tecnologia, na perspectiva de Vieira Pinto, pode-se identificar vinculações e imposições ideológicas que sustentam a consciência alienada da classe trabalhadora e a da ingênua burguesia, desenvolvidas pela arquitetura de poder do sistema capitalista, que reifica valores e produz meros consumistas de coisas.

Observa-se que essa questão é estrutural e ideológica, faz parte da definição de Vieira Pinto sobre a tecnologia, trazendo esse debate para a educação, e chega aos Institutos Federais de Educação a necessidade de contribuir para desenvolver uma consciência crítica para a sociedade dos fatos e circunstâncias que permeiam as relações sociais. A proposta, para ser viável, segundo Vieira Pinto (1960, p. 83), deve assentar na posse da consciência crítica, dado que “a consciência crítica é, por essência, aquela que tem clara consciência dos fatores que a determinam.” Ela distancia-se das posições ideológicas, dos debates abstratos, sem proveito algum para a realidade social.

Como síntese, é imprescindível notar que o pensamento crítico consegue discernir a existência de uma base que se perpetua internamente no país, das pequenas, até às grandes mudanças que sucedem na sociedade e de tendências diferentes, mantendo a mesma base e projetos. O modo produtivo continua a manter os mesmos problemas, e não é com a implantação de estruturas tecnológicas, máquinas e sistemas que se colocará fim à exploração da força produtiva; a estrutura tecnológica no trabalho tende a aparecer, mais como

países subdesenvolvidos, apropriando-se de grandes extensões de terra desses países, que dispunham de reserva de materiais exploráveis, além de utilizarem sua mão de obra.

²⁴⁵ Inicialmente, é necessário perceber que dentro de um processo de revolução passiva que acontece na maioria dos países, considerando que o sistema econômico capitalista neoliberal dispõe de instrumentos e meios de se autorregenerar em meio às “crises”, apontando sempre saídas dentro do próprio sistema, a revolução e a mudança de sistema econômico e político fica distante de qualquer alternativa de enfrentamento direto. A mudança constitui de um processo, identificação das forças que comprometem a percepção crítica da sociedade.

aprimoramento do controle de toda a estrutura. Portanto, a “racionalização do trabalho”, por meio de computadores e sistemas, somente pode ser considerada benefício, quando acontecer a melhoria das realidades sociais do trabalho.²⁴⁶ Nessas circunstâncias, Vieira Pinto (1960, p. 87) diz que “a consciência crítica retira da concepção histórica da realidade as categorias com que a aprecia”.

Na perspectiva crítica, é na realidade habitada pelos homens, que estão os elementos básicos para o desenvolvimento da consciência crítica, e o suporte principal para a revolução das relações sociais, segundo Gramsci (1978, p. 12):

[...] é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira crítica e consciente e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade.

A consciência crítica descortina as articulações, as ideologias elaboradas pela burguesia na tentativa de fazer valer a servidão cultural. A dominação social imposta pelo capitalismo, por meio de estruturas abstratas regidas pelo tempo, é uma forma de dominação, e reificação de valores sociais, revestida de ideologia de classe. “O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo”, como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário.” (GRAMSCI, 1978, p. 12).

O início do processo de transformação está internamente pautado pela realidade brasileira, pelo modelo de educação existente e as possibilidades que estas questões apontam para o estudo em torno do desenvolvimento da consciência crítica. Essas ideias levam a encaminhamentos que precisam ser constantemente retomados, com o intuito de não se distanciarem das reais necessidades brasileiras, sabendo-se que os “cenários”, isto é, as conjunturas nacionais respondem a impulsos midiáticos e ideológicos. Isso posto, cabe perguntar: o que mantém as estruturas ambivalentes, injustas, desumanas, em que a sociedade arca com todos os infelizes planos e pacotes governamentais? Como fazer da educação uma

²⁴⁶ Segundo Vieira Pinto, quando tal racionalização acontece, o homem se apossa de novos conhecimentos exatos da realidade, convertendo-se num indivíduo superior. Ascende, assim, a um grau superior do processo crescente de racionalização, transformando o conhecimento adquirido em força propulsora para a sua humanização, além de entender e aprofundar as áreas de dominação do mundo. (2005a, p. 379-380).

possibilidade de reorganização das lutas dos trabalhadores? Como criar alternativas, diante de um contexto social e cultural articulado por intelectuais²⁴⁷ que constroem as narrativas em favor de uma classe dominante privilegiada?

3.3.6 Questões relevantes da tecnologia e seus encaminhamentos

Este último item aborda a tecnologia como pertencente a superestrutura, evidencia suas limitações e possibilidades. Estes últimos estudos da tecnologia têm o propósito de centrar o pensamento nas possibilidades de sustentar a abordagem crítica, radical, das massas deste país em relação a infraestrutura.

É na relação da superestrutura e infraestrutura, que Vieira Pinto desenvolve o conceito de tecnoestrutura, este é o entendimento que vem sendo abordado, mas uma leitura abrangente da ação dos técnicos, a qual, como diz Vieira Pinto, “é capciosamente elevada à condição de ideia genial e inédita definidora da nova fase histórica, a do capitalismo humanizado e democratizado pela tecnologia, são só alardes barulhentos denunciáveis, como se fosse possível conceber um “capitalismo humanizado”. (PINTO, 2005a, p. 440).

O modo de produção e as relações sociais que acontecem no capitalismo como “uma luta selvagem pela acumulação do capital à custa do trabalho” (PINTO, 2005a, p. 440), são abordados pelos teóricos brasileiros com superficialidade e abrandamento, não tocando diretamente as questões candentes que geram as desigualdades. A exploração dos trabalhadores do campo e da cidade, desde o início do capitalismo industrial, mostra a forma ardilosa que os técnicos²⁴⁸ se

²⁴⁷ Os intelectuais analisados por Vieira Pinto compõem a “tecnoestrutura” e os intelectuais orgânicos estudados por Gramsci são os que fazem parte da relação hegemônica. “Os grupos sociais, que nascem a partir do modo como se estrutura o modo de produção hegemônica, criam, de modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais, que dão à classe homogeneidade ideológica e política, unificando e dando coerência à ação econômica, social e política (GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura, p. 3), enquanto “organizadores da hegemonia social” e “construtores de ideologia” (GRAMSCI, p. 11) e Concepção dialética da História, p. 206). “Os intelectuais efetivam o vínculo orgânico entre o modo de produção e as superestruturas, unificando as diversas classes sociais em torno da classe dirigente e de seus objetivos.” (SCHLESENER, 2007, p. 37).

²⁴⁸ O termo “técnico” está sendo utilizado no sentido do “profissional especializado”, que goza de uma relativa base intelectual, de ênfase profissional. Por exemplo, médicos, dentistas, administradores, engenheiros de natureza diversa, físicos, matemáticos, pesquisadores, cientistas, professores, só para citar alguns, que têm um papel relevante na sociedade. Segundo Luperini, “O professor não é um educador, mas um docente; quem se assenta nos tribunais não é um juiz, mas um magistrado; quem cura os enfermos não é um médico, mas um operador sanitário. A educação, a justiça, a saúde, são substituídas pela sua administração setorial, isto é, técnica e burocrática.” (DIAS, 2012, p. 100).

manifestam procurando referir a um fato da história moderna, como se “todos os homens daquela época tivessem igual oportunidade de acesso ao capital, embora apenas uma ínfima minoria se decidisse a aceitar os ingratos encargos acarretados por essa vocação”. (PINTO, 2005a, p. 440). Como se nota, há uma articulação, e o capitalismo aparece como um jogo, “onde as regras são feitas pelo dono da bola”.

A igualdade no acesso a bens e serviços é utópica e destoa da realidade, sequer justifica os distanciamentos sociais, na verdade, está-se diante de um sofisma ideológico destinado a desviar a atenção da questão essencial, a de qualquer argumentação em favor do capital é uma estratégia de amenizar as tensões, refere-se à natureza concreta do poder, ou seja, procura determinar quais são as classes, os grupos sociais e os indivíduos reais que efetivamente possuem e exercem o poder. (PINTO, 2005a, p. 440).

Esses grupos chamados de especialistas, mantidos com altos salários, cargos, condecorações e títulos, montam uma falsa estrutura de poder, criando a ilusão de ele estar nas mãos dos técnicos, enquanto os donos do capital continuam afastados dos holofotes mantendo o controle, e, como diz Vieira Pinto (2005a, p. 441), numa condição “agradável” e “a salvo da odiosidade popular”. Com isso, o poder, aparentemente, não se encontra nas estruturas, mas se descobre “na superfície da realidade”, este é um dos primeiros passos rumo à ideologização, daí resultando o “deslocamento do centro de poder” e a venda dos serviços do intelectual ao sistema econômico.²⁴⁹

Na lógica do sistema capitalista, tudo tende a gerar lucro, e a burguesia, dos industriais possuidores dos meios de produção ao sistema financeiro, transforma, nas diferentes circunstâncias, as informações e o conhecimento em mercadoria, como outro produto qualquer; tudo é reduzido a um valor, a uma cifra, a ser pago por quem dispuser de recursos.

Para a burguesia industrial e financeira, hegemonicamente constituída pela lógica do sistema, “os conhecimentos são mercadorias que só podem ser compradas pelos poucos possuidores do capital, que investem no poder de compra da informação, para fazer funcionarem as grandes corporações”. (PINTO, 2005a, p.

²⁴⁹ Estes “pesquisadores” e “especialistas” que vendem sua força de trabalho, denominados intelectuais, é que formam a tecnoestrutura. Segundo Dias, o que Gramsci chama de “funcionários das superestruturas” é uma atualização da concepção de intelectual (2012, p. 100). Os detentores do poder, ao atribuir-lhes responsabilidades de comando, decisões, fingindo guiarem-se pelas suas decisões, criam formas de servir a seus interesses e burlar a massa trabalhadora.

443). A dominação permanece inalterada, tal como antes, e as informações criam para aqueles que as detêm, benefícios e ganhos, fazendo com que as estruturas de poder se organizem em torno da posse de mais informações, permitindo consolidarem-se no poder, com menor exposição.²⁵⁰ São estratégias usadas pelo Estado burguês viciado, alienado e “pobre”, que se utiliza de técnicas e tecnologias tão somente para o lucro.

Nessas circunstâncias, não se constrói uma nova visão histórica ancorada na tecnologia, uma vez que a informação na sociedade capitalista é utilizada como mercadoria e os técnicos continuam assalariados e desprovidos do poder técnico.

Infunde-lhes um modo padronizado de pensar, dá-lhes horizontes intelectuais estreitamente bitolados, cria-lhes uma situação de vida onde as opções de rumo se reduzem a tal ponto que praticamente os anulam no direito de seres humanos livres, imobilizando-os na posição ocupada. (PINTO, 2005a, p. 443).

Os dirigentes industriais compram o silêncio dos técnicos e ocultam deles a perda de sua liberdade, concedendo-lhes benefícios, títulos e altos salários, para mantê-los conformados na defesa do *status quo*, “levando-os subjetivamente a se sentirem existencialmente ‘realizados’ com a sincera crença na ilusória posse do poder, que os funcionários do departamento ideológico da organização lhes inculcem.” (PINTO, 2005a, p. 444).

Vieira Pinto considera que os técnicos especialistas e pesquisadores em suas áreas, caminham na contramão da história, pois, em vez de serem os porta-vozes do conhecimento acadêmico, “convertem-se na antítese de sua devida realidade” e, dada a sua alta especialidade, têm uma menor liberdade de ação e menor mobilidade, a ponto de Vieira Pinto dizer que eles têm menos liberdade do que os servos que desempenham suas atividades na agricultura e nas empresas capitalistas clássicas dos países subdesenvolvidos, tamanha é a atrofia que o sistema lhes impõe, e que “Há uma escala crescente de perda da liberdade, correlativa à perfeição dos conhecimentos e serviços que, em caráter individual, prestam à organização.” (2005a, p. 444).

²⁵⁰ As empresas e grandes corporações de capital aberto têm suas ações comercializadas na bolsa de valores, sua propriedade é incontrolável e imprevisível. A maioria das empresas S&A – Sociedade Anônima – é administrada por um corpo de funcionários, sendo os seus proprietários pouco conhecidos.

Essa perda de liberdade não constitui uma situação acidental, mas uma conjuntura²⁵¹ do sistema, uma característica do Estado burguês em torno do qual o técnico terá que gravitar; as tomadas de decisão não competem a ele, mas sim a quem detém o poder, os verdadeiros donos, cabendo-lhe unicamente o cumprimento das diretrizes ideológicas, com o propósito de domesticar a massa trabalhadora, por meio da ciência atual. Mas quando uma ciência, um saber, atende aos interesses da burguesia, a dominação tende a ser completa, o tempo e o entretenimento passam a fazer parte das estratégias do sistema capitalista. E, mediante esses espaços, são construídas verdades irrefutáveis na consciência do trabalhador, chegando a tal ponto que ele não precisa pensar, escolher, “alguém” o faz por ele, “alguém” está “trabalhando” para o “bem-estar” do trabalhador. Este é o ponto mais devastador para a consciência do trabalhador: o de que ele só carrega uma massa encefálica, já que “alguém” se encarregou de elaborar os conteúdos e argumentos das estruturas e suas relações para ele.

Esses são os princípios do capitalismo atual, que se apropria das potencialidades do homem da ciência, dispensando-o da “capacidade investigativa”, “estudiosa”, “criadora”, e reduzindo-o a um simples papel de “armazenador”, “reservatório do saber”. A tecnoestrutura se vale da valorização do pensamento dos técnicos para programar sua linha de ação. Faz desses “intelectuais”, objetos operacionais moldáveis para a obtenção de um objetivo manipulável e específico de uma classe, a do grupo detentor do capital.²⁵² “É preciso valorizar ao máximo não os valores máximos, mas exatamente os médios, os medíocres, mais abundantes no mercado e por isso mais baratos.” (PINTO, 2005a, p. 446). Isso, com uma única finalidade: o lucro, não porque produzirão mais, mas porque é fácil possuí-los.²⁵³

²⁵¹ O conceito de conjuntura é um exemplo extraído de um fragmento do Caderno 11: “pode-se definir como conjuntura a união de circunstâncias que determinam o mercado em uma determinada fase”, que precisa ser entendida como um “movimento ou um conjunto que dá lugar a um processo de sempre novas combinações” (Q. 15, p. 1774).” (SCHLESENER, 2009, p. 64).

²⁵² O novo intelectual, inserido nos novos complexos produtivos em posição subordinada ou externa a eles, se configura como um *outsider*, um diletante, um marginalizado, um exilado, um homem dos limites e, por isso, aparece animado por um espírito de oposição, e não de compromisso. Sua função pública, segundo Said, é colocar questões provocativas, desafiar ortodoxias e dogmas e sobretudo “de encontrar a própria razão de ser no fato de representar todas as pessoas e as instâncias que habitualmente são esquecidas ou censuradas”. (DIAS, 2012, p. 101).

²⁵³ Vieira Pinto diz que, por um lado, nenhuma originalidade existe, o “Novo agora, na sociedade capitalista avançada, no chamado spätcapitalismo ou “fase final do capitalismo” (Herbert Marcuse) é a institucionalização dessa condição natural, atualmente convertida em sistema, sujeita a regras de admissão, produção e direção, retirando da sociedade em geral o antigo comando do trabalho cooperativo, para entregá-lo ao minúsculo grupo de potentados econômicos efetivamente dirigentes,

É um procedimento selvagem, um vale-tudo para assegurar cada vez mais a produtividade e o controle. Além disso, faz parecer às massas trabalhadoras que se trata de uma flexibilização, uma alteração decorrente da participação do conhecimento dos técnicos, entretanto, nada mais é do que falso. “Na verdade, nunca foi tão intensa a concentração da dominação em um único foco, a tradicional classe dirigente, para cujas mãos continuam convergindo o comando econômico.” (PINTO, 2005a, p. 449).

Vieira Pinto assegura que esse é um novo tipo de exploração do trabalhador, rotulado de “tecnoestrutura”, em que o técnico tem que estar à disposição do sistema, preparado, aceitando todas as incumbências que lhe são confiadas, numa atitude de quase robotização.

Essa suprema desumanização do cientista explica-se não só em função do seu ambiente social, a cujas finalidades tem de aderir sem críticas, mas ainda porque, em virtude das exigências do sistema de produção, que exigem cada vez mais o estreitamento do horizonte mental, torna-se valorizado muito mais pelo que não sabe do que pelo que sabe. Realmente, seu valor como homem de ciência ou técnico consiste em saber muito bem o pouco que sabe e em não saber, nem querer saber, o que não sabe. Este fato deve ser constantemente ressaltado por sua significação essencialmente anti-humana, a substituição do autêntico valor intelectual, a ilimitada ânsia de conhecimento, pelo desvalor oposto, a negação do papel indefinidamente apreendedor da consciência em face da realidade. (PINTO, 2005a, p. 450-451).

Para os detentores do poder, a atuação intelectual do técnico deve se limitar a buscar o conhecimento que esteja dentro dos parâmetros estabelecidos, da “previsibilidade”, a fim de evitar que ele mude a estrutura e passe a ter uma visão crítica. “Não se pode rigorosamente caracterizar o processo como uma substituição, mas como uma atualização. Transformando a massa em uma mercadoria como outra qualquer, ele vende sua força de trabalho independentemente de quem seja o patrão.” (DIAS, 2012, p. 100). Portanto, deixa de ser um homem da ciência, para se converter em um emissário ideológico, funcionário da superestrutura.

Com efeito, o importante está em tornar o técnico, o cientista, o pesquisador, o homem em geral, previsível, ou seja, somente capaz de um comportamento que exclui seguramente qualquer surpresa para os patrões, sabedores de antemão do que será decidido pelo grupo da “tecoestrutura” da empresa, embora declarem da boca para fora que da decisão desse grupo depende o rumo dos negócios. (PINTO, 2005, p. 451).

A lógica é não perder o controle, estar toda a conjuntura do sistema a serviço da menor imprevisibilidade possível, assim o técnico passa a ser definido como um homem previsível, que perde a total liberdade e criatividade.

À guisa de encaminhamento, pode-se formular algumas questões suscitadas diretamente por este estudo, e que indiretamente se tornam candentes para o presente. Ora, tanto os “funcionários das superestruturas” quanto as “burguesias urbanas” recebem uma formação profissional e ideológica. Sendo assim, pode-se questionar: Qual seria o perfil do egresso dos projetos educacionais dos IFs, no âmbito da política educacional desenvolvida no período de 2003 a 2014? Que eticidade cabe o IFPR desenvolver junto aos discentes, tendo em vista o potencial libertador da ciência e tecnologia? E o IFPR seria mais uma agência reprodutora de “funcionários das superestruturas”?

Se tem alguém que pode mudar, alterar o contexto, esse alguém é a classe trabalhadora²⁵⁴, que é quem vem sendo expropriada pelo sistema, quem de fato vive uma realidade social de exploração. Desse modo, é possível alocar a criatividade do trabalhador à elaboração de projetos que visem a sua liberdade e espontaneidade, realçando o desenvolvimento da sua consciência crítica, para que consiga fazer a leitura crítica de mundo e discernir as forças da mídia, geralmente a favor do sistema dominante.²⁵⁵

A teia perversa produzida pela mídia, para “transformar a lata de biscoito em um cofre de joias”, vale-se de inúmeros recursos como, por exemplo, as

²⁵⁴ Segundo Dias, “O movimento operário descobriu que a tecnologia “expropriou seu trabalho”, mas viu que com essa mesma tecnologia – com projetos políticos distintos – é possível “expropriar o expropriador”. Resta saber quem tem o projeto e qual o seu sentido.”²⁵⁴ (2012, p. 101).

²⁵⁵ A perversidade da mídia é tamanha, que anda à solta pela falta de regulamentação, maldosamente, estampa a contenção da liberdade para livremente construir e desconstruir cenários favoráveis. A informação virou um negócio, utilizando-se de rótulos e conceitos para aparentar outra realidade. Vieira Pinto ilustra, assim, a situação: a mídia pega uma lata de biscoitos, que contém somente biscoitos, e passa a divulgá-la como se fosse um cofre que possuísse joias, tem a perversa capacidade de inverter, criar e legitimar situações em favor de grupos específicos. “Vemos assim a periculosidade da consciência maliciosa, que lança mão do truque da substituição do rótulo para produzir efeito sugestivo, antagônico, transmudando o bom em ruim, ou o ruim em bom, o negócio capitalista em “teco-estrutura” e a direção das organizações industriais em um centro de informação, enquanto por baixo da manobra vocabular permanece invariável o fato real.” (PINTO, 2005a, p. 453).

“decisões de grupos”, que nada mais são que um embuste arquitetado pela burguesia, para fazer parecer que a “tecnoestrutura” é um produto democrático, desenvolvido com a participação de grupos, e não fruto de decisões individuais. Tal embuste, por um lado, visa inocentar, ocultar as intenções dos verdadeiros donos do poder, os que realmente tomam as decisões, poupando-os dos dissabores do exercício do poder e das decisões tomadas. Por outro lado, esse logro projeta-se também nos técnicos, a quem cabe planejar e resolver os problemas.

O deslocamento dos técnicos especialistas para a linha de frente, para o comando das operações, não passa de armação, faz parecer uma democracia, e qualquer movimento em contrário seria visto como um ataque ao estado de conquista e representação dos trabalhadores, bem como faz crer que acabou com a ditadura do capital colocando homens do povo a tomar as decisões, como se fossem gente afinada com as necessidades das camadas populares. Na verdade, tudo isso não passa de uma manobra da burguesia capitalista que está no comando, só que não aparece.

A perversidade é tanta, que permeia as organizações trabalhistas dentro das entidades de classe, consentida pelos dirigentes, as estruturas sindicais são cooptadas para estar a serviço do pensamento burguês. Tornam-se estruturas alienantes com a finalidade de amortecer, tornar mais “palatável” os amargos pacotes impostos à classe trabalhadora. Tem como aliada a perversa mídia, que dissemina em meio a sociedade, ainda carente de percepção crítica, inverdades e sofismas que representam o pensamento dominante.

Essa burguesia, travestida de democrata e sensível com a classe pobre, sabe que uma gestão participativa, voltada para os interesses da classe trabalhadora e camadas populares, é a forma de governo a que todos aspiram. Diante disso, para ela atingir os seus fins, do máximo nos lucros e dominação, propicia aos ideólogos do imperialismo que se abriguem nessa estrutura para escapar da consciência crítica.

Segundo Vieira Pinto, os ideólogos do imperialismo têm objetivos claros para atenuar ou vencer de vez os conflitos com a classe trabalhadora, entre eles, o de não disporem de soluções, ou alternativas, que não sejam as de confiar nos expoentes do imperialismo. Utilizam-se de manobras para o desaparecimento das

velhas estruturas, de “capital e trabalho”, “da luta de classes”, criando um relativo bem-estar, graças ao progresso industrial, às modernas e universais tecnologias.²⁵⁶

Com relação ao caráter ideológico da noção de democracia, Vieira Pinto (2005a, p. 462) afirma:

Vemos que agora com esse neologismo o que pretendem os ideólogos do estado de coisas vigente é esculpir uma figura simbólica a que atribuem a função sobrenatural de realizar a democratização da empresa capitalista, como se esta simples expressão, não contivesse uma contradição em termos uma impossibilidade histórica.

A estrutura está tão bem arquitetada em favor da manutenção das velhas formas de exploração e expropriação dos trabalhadores, que qualquer descontentamento, ou pensamento que destoe, passa a ser classificado como desinformado, ou outros termos mais adequados a cada momento. A superestrutura está coesa, controla a infraestrutura e vice versa, e detém o modo econômico, associado a um Estado burguês e definidor dos estereótipos e padrões da cultura.

A burguesia tem interesse e atua ideologicamente na difusão da “tecnoestrutura”, levando a crer que será universal ao atingir todos os setores da sociedade. Pauta-se ainda pela racionalidade neutra para a solução dos problemas sociais. Nessas ações nota-se que nada mais são que estratégias ideológicas do capital, de subordinação à tecnoestrutura.

Para Vieira Pinto, “constitui nova faceta do mesmo embuste tecnológico”, a propalação de que a estruturação do sistema aparece como um modelo a ser seguido por todos os países, empresas e indústrias, independentemente de seu grau de desenvolvimento (2005a, p. 463). Há uma luta de interesses, os reais motivos estão assentados no poder, dominação, lucro do sistema financeiro que dita as regras para o controle do modo de produção.

A “tecnoestrutura”, este embuste ideológico, tem como finalidade reduzir as pressões dos países periféricos para buscarem soluções internas para seus problemas, uma vez que está tudo traçado. Existe uma linha lógica estabelecida pelo sistema, que induz a crer que a forma de organização capitalista é “universal” e

²⁵⁶ Segundo Dias, trata-se, portanto, de um momento superior da luta de classes: a passagem do econômico-corporativo ao ético-político. Processo que nada tem de linear, pelo contrário, é cercado pela presença do Discurso do Poder na formulação do Poder do Discurso; passagem que sempre conflita. Como disse Gramsci: *o velho morre, mas o novo não pode (ainda) nascer*. Há, hoje, um discurso praticamente universal: *“a classe operária não existe mais. Mas é quem sempre leva ferro”* (Labisca, 2009, p. 7, grifo nosso). (DIAS, 2012, p.9).

“modular”. Nesta perspectiva, o centro passa a ser uma estrutura perfeita, um modelo a ser seguido, e os países periféricos, subdesenvolvidos, só chegarão ao desenvolvimento se seguirem o preestabelecido, isto é, os modelos ditados pelos desenvolvidos.

Atribuir a natureza do poder político e econômico às elites, é subordinar-se a um modelo de apropriação, subordinação e a uma longa história de dominação da classe trabalhadora, que se valem dos “técnicos” “esclarecidos” para validar seus pensamentos e ações.²⁵⁷

A verdade, no entanto, é que a razão pertence às massas efetivamente trabalhadoras, porque são elas as criadoras das condições para a descoberta de soluções reais da contradição fundamental do homem, que o opõe à natureza ainda desconhecida, e das formas desumanas de convivência, estabelecidas pelos regimes de exploração da força de trabalho da grande maioria da humanidade. Por conseguinte, são as massas trabalhadoras que instituem a origem de todas as criações culturais e filosóficas, ciência, arte, indústria, tecnologia, são elas, portanto, as autênticas detentoras da racionalidade. (PINTO, 2005a, p. 464)

Vieira Pinto aponta alguns encaminhamentos já mencionados anteriormente, por exemplo: a) a subserviência cultural, b) o esvaziamento de si para absorver o outro, mesmo que diferente, que são tipos de agressões que rasgam a história, fazendo perder o sentido de luta e objetividade. Ainda para o mesmo autor, o aprisionamento da razão criadora em formas supostamente progressistas é um dos grandes prejuízos para a liberdade de criação. Essa razão criadora é uma das características da consciência histórica emergente, que comumente a razão burguesa, sorrateiramente intitulada a mais elevada, tende a ofuscar.²⁵⁸

Um encaminhamento importante, no final deste capítulo, é com relação aos técnicos, que embora não passem de verdadeiros instrumentos da hegemonia da classe burguesa,²⁵⁹ são trabalhadores intelectuais, porém sua condição é ofuscada com termos diferentes e por meio da categoria salarial. Contudo são assalariados tal qual outro trabalhador, e não menos explorados, com o agravante de não terem

²⁵⁷ Segundo Dias, “a burguesia, pelas próprias formas do seu poder, pode ser dominante, mas não dirigente.” (2012, p. 10).

²⁵⁸ Quando um discurso torna inaudíveis as demais formas de pensar/escrever/elaborar, estamos diante da tentativa de impossibilitar que formas discursivas antagônicas articulem outras práticas sociais classistas. Aqui está posta claramente a questão da hegemonia. (DIAS, 2012, p. 103).

²⁵⁹ “Hegemonia caracteriza-se, conforme Gramsci, como um processo de dominação e direção política em que a direção intelectual e moral apresenta-se como uma das principais condições tanto para a conquista quanto para o exercício do poder.” (SCHLESENER, 2007, p.15)

consciência de ser condicionados a uma atitude de superioridade e um instrumento de dominação dos seus iguais, da mesma classe trabalhadora. (PINTO, 2005a, p. 466).

Nesta ordem, o indivíduo sendo igual aos demais, acaba por transformar-se em parceiro. A contradição e luta metamorfoseiam-se em harmonia. A luta de classes é, então, apresentada como algo demoníaco, inventada pelos que querem destruir a vida social, seus promotores são acusados de comunistas, terroristas, algo do estilo. As ideologias dos dominantes nunca são apresentadas como ideologias, e sim como projetos, teorias; as dos antagonistas são sempre malditas, nunca projetos. (DIAS, 2012, p. 311).

Nessa perspectiva ideológica, a “tecnoestrutura” consiste em estabelecer a conformidade e uma confraria de moralistas, composta por funcionários exemplares, devotados à conquista suprema da maximização dos lucros, não para si, mas para um punhado de outros indivíduos que desconhecem, porém aos quais servem como padrões benfazejos.²⁶⁰ Cabe ainda observar, como encaminhamento, que por trás dos representantes da “tecnoestrutura” existe um temor de que a classe trabalhadora adquira a consciência crítica de sua exploração e de seu potencial revolucionário. Para mantê-los sob um comportamento robotizado, a burguesia utiliza-se de vários instrumentos para convencer os técnicos a acreditarem na estrutura de pensamento dos seus chefes, pensamentos e crenças essas que adquirem uma característica imobilizante para os técnicos.²⁶¹

Os técnicos permanecem assim aprisionados na ansiosa conquista da nota de “bem-comportados”, numa transação moral que lhes dá o direito de gozar, em troca do trabalho obediente e bem feito, o conforto do silêncio e o humilhante anonimato.” (PINTO, 2005a, p. 468).

²⁶⁰ A atuação dos intelectuais mantém a estrutura hegemônica da burguesia, considera que “Tal atuação se desenvolve no seio da sociedade civil e da sociedade política: como elaboradores das ideologias, ao mesmo tempo que dão ao grupo que representam consciência de sua função histórica, conseguem o consentimento ‘espontâneo’ das massas pela formulação de sua ideologia, de uma concepção de mundo vivida no cotidiano e veiculada nas instituições da sociedade civil; ‘comissários’ da classe dominante, exercem uma atividade coercitiva e disciplinar sobre as massas, através dos mecanismos da sociedade política. [...] a atuação dos intelectuais torna-se imprescindível para as classes dominantes, no sentido de criar as bases de sustentação e legitimação da ordem social instituída; para as classes dominadas, pela necessidade histórica de superar as divisões sociais, de unir as forças emergentes e lutar por uma nova ordem social.” (SCHLESENER, 2007, p. 38).

²⁶¹ É interessante atentar para a fala de Dias, sobre a tarefa dos intelectuais das classes subalternas, quando diz: “Construir *com* elas e não *sobre* elas, a inteligibilidade do real, a crítica aos mitos imobilizantes, e a possibilidade da elaboração de projetos e práticas de transformação social. (DIAS, 2012, p. 309).

Os encaminhamentos que se seguiram estão dentro de uma estrutura capitalista, na qual os procedimentos ideológicos se articulam para criar uma menor resistência por parte dos trabalhadores, além de serem discutidas as atuações dos técnicos e das tecnologias com vistas a romper com a passividade e a subalternidade na sociedade. A tecnologia é relevante quando possibilita, ao trabalhador, o desenvolvimento da consciência crítica e a compreensão da infraestrutura e da superestrutura, percebendo-se como sujeito desse processo.

Este capítulo pontuou algumas ideias de Vieira Pinto sobre desenvolvimento, educação e tecnologia, entretanto, muitos outros possíveis questionamentos ficaram ainda por responder, principalmente os relacionados ao objeto da pesquisa, isto é, aos Institutos Federais de Educação. No capítulo seguinte, a tecnologia volta a dialogar com os Institutos Federais, bem como a questionar a finalidade da tecnologia e dos Institutos Federais.

Ao finalizar este terceiro capítulo de estudo do pensamento de Vieira Pinto sobre a tecnologia, a partir de alguns excertos de sua obra *O conceito de tecnologia*, já se pode inferir da atualidade de seus questionamentos. Neles ficou evidente a necessidade de se conhecer a realidade brasileira, a luta de classes e suas expressões para se pensar num projeto de país.

Vieira Pinto acirra a crítica à burguesia, à qual umas vezes chama de “elite”, outras vezes de “classe dominante”, classe essa que *muda para não mudar*, para não permitir que a classe trabalhadora, geralmente chamada por ele de “massa”, faça parte da sociedade. Cabe ainda ressaltar que, no Brasil, a burguesia não fez uma revolução, a exemplo do que aconteceu nos outros, onde a burguesia surgiu como uma classe revolucionária, enquanto aqui, ao contrário, manteve a classe trabalhadora excluída, marginalizada da sociedade.

Por fim, retomar que a ideologia enquanto conceito da tecnologia do qual Vieira Pinto atribui maior ênfase, é compreendida por diferentes sentidos, não alterando sua estrutura de proporcionar desigualdades e concentração de renda em uma realidade altamente contraditória como a do Brasil. A tecnologia é trabalhada por Vieira Pinto como categoria de “mediação” do homem com o mundo, representa possibilidade de “dominar” ou “libertar” o homem, a “ambivalência” da tecnologia incorporando ao mesmo tempo a função de aprisionar e libertar, ferir e curar, convergindo para uma estrutura de poder.

As características desenvolvidas ao longo da compreensão da tecnologia enquanto ideologia é visto por alguns intelectuais recentes, como “teses” das quais Vieira Pinto se utilizam para descrever a tecnologia. No entanto nada mais são do que manifestações concretas nos tempos atuais da ideologia da tecnologia. São teses que perpassam a política, economia, comunicação, educação, temas que envolvem o homem e a sociedade. Foram realçadas as seguintes características, ora enunciadas também como teses do conceito de tecnologia enquanto ideologia, e pelas quais se fecha esse capítulo e inicia o próximo e último.

Vieira Pinto identifica os entraves da tecnologia no capitalismo, diz ele que independente da máquina, de suas proporções, ela vai trazer a “mais valia” que ficará com os proprietários, donos dos meios de produção. A alienação consiste em fazer crer que com o trabalho e o uso das máquinas este quadro de exploração e concentração de renda se altere. O sistema capitalista necessita desenvolver e fazer crer que a tecnologia futura resolverá todos os problemas, creditando a um poder sobrenatural, fazendo dessa forma vítima e servos do sistema capitalista. Esta supervalorização da tecnologia caracteriza-se como ingênua.

A burguesia manipula buscando as melhores formas de controle do poder econômico, se colocando em uma condição de regente do curso da história. Desloca os problemas reais para um nível abstrato, inocentando setores dominantes tirando dessa forma o enfrentamento do modo de produção, como forma de dominação e controle.

Para que isso aconteça, a aceitação passiva da tecnologia conta com o apoio dos técnicos, a participação dos intelectuais, caracterizando dessa forma um dos maiores desgastes, desta forma, a aceitação passiva é um dos maiores estragos que pode ocorrer, traz consigo um conjunto de crenças, tais como a “neutralidade” da tecnologia o desenvolvimento dependente, a superioridade dos países desenvolvidos e de sua burguesia tanto interna quanto externa nos países subdesenvolvidos e cooptados.

Ao finalizar este capítulo, cabe retomar com atenção a ambivalência da tecnologia, e de seu paradoxo ideológico os saberes necessários para o enfrentamento, compreendendo as interlocuções e suas resistências das quais constitui a realidade social.

Nesse sentido o pensamento crítico é o modo arguidor da realidade, este horizonte é a principal via a ser seguida para não incorrer em erros. Por sua vez a

ciência deve ser um ato próximo ao povo, um trabalho em sintonia com a sociedade e as suas necessidades. É preciso atentar e romper com as estruturas ideológicas em constante funcionamento que circula constantemente as vantagens de estarem situadas em um plano superior.

Por fim o caráter educacional, aparecendo como meio de desenvolver a consciência crítica, através dos meios disponibilizados para compreensão da realidade nacional, torná-lo observador consciente da realidade, tornando dessa forma a educação um pré-requisito para o desenvolvimento do pensamento crítico, e, por sua vez a libertação.

Os posicionamentos críticos de Vieira Pinto com relação à tecnologia geram uma responsabilidade e a necessidade de, no quarto capítulo, se repensar a tecnologia e o sentido da sua apropriação, de pensar por quem e a forma como ela foi apropriada no Brasil pela classe dominante, a qual se transformou e se manteve no poder nos ciclos de modernização.

CAPÍTULO 4

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E ELEMENTOS PARA UMA CRÍTICA AOS INSTITUTOS FEDERAIS A PARTIR DE ÁLVARO VIEIRA PINTO

Este capítulo, constitui-se dos elementos para uma crítica à educação profissional à luz da obra *O conceito de tecnologia* de Álvaro Vieira Pinto, está subdividido em itens, assim compreendidos: característica técnicas do desenvolvimento brasileiro, contemplando alguns dados resgatados da realidade brasileira mencionados anteriormente desse estudo para a elaboração do capítulo; caracterização da educação profissional, abrange uma rápida retomada da história da educação profissional, debates, correlações de forças da educação profissional; caracterização dos Institutos Federais, apresentando os dados históricos e normativos, a identidade dos Institutos Federais, e os aspectos voltados à sua institucionalidade; e por fim, a educação na perspectiva crítica de Álvaro Vieira Pinto, no tocante a desenvolvimento, trabalho, tecnologia e educação, realçando a ideologia nessas considerações.

4.1 Características técnicas do desenvolvimento brasileiro

Este último capítulo da tese toma para análise a legislação que cria os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, documentos como as concepções e diretrizes, a lei de criação 11.892/2008 e decretos que os norteiam, somando-se com o exposto no segundo capítulo que trata sobre as políticas públicas de educação e suas correspondências históricas. Além disso, toma por base os conceitos de desenvolvimento, educação e tecnologia de Vieira Pinto, desenvolvidos no terceiro capítulo para o estabelecimento das correlações de forças. A abordagem do segundo ao terceiro capítulos compreende constructos teóricos para adentrar na crítica à educação desenvolvida nos Institutos Federais, a partir do pensamento crítico de Vieira Pinto. Neste capítulo estabelece-se a crítica de que a história da educação, em grande parte, esteve ligada às dependências tecnológicas, por sua vez ligadas a países de centro, enquanto que aos da periferia cabia a adaptação das políticas e processos tecnológicos desses outros países às suas realidades. Além disso, pretende-se evidenciar que a educação esteve voltada

para atender a interesses elitistas e na manutenção do controle hegemônico da burguesia, mostrando que a educação brasileira foi para poucos, não promovendo a emancipação, antes disso, fez a adaptação de velhas formas já superadas em países com projetos emancipatório.

A trajetória e o pensamento de Vieira Pinto são consistentes para estabelecer a mediação e a interlocução com o projeto de educação desenvolvido nos institutos federais, tendo o Instituto Federal do Paraná como objeto de referência das análises da Rede Federal de Educação, com enfoque na crítica de sua atuação: formação de trabalhadores, reproduzindo as dependências herdadas desde a colonização, ou promoção de uma educação profissional e tecnológica para a aquisição de um pensamento crítico, no qual o conhecimento não advenha de treinamentos, mas de um processo epistemológico dialético.²⁶²

Após a identificação do projeto de desenvolvimento, no qual Vieira Pinto participou, na década de cinquenta, observa-se projetos educacionais do Governo de 2003 a 2014, notando que o entendimento de desenvolvimento transcende os aspectos econômicos. Esta questão evidencia os dados que estão sendo considerados, sua eficácia para alterar a realidade social, no modo de produção capitalista. Identificando a concepção de desenvolvimento que está sendo contemplada nos projetos de educação dos institutos federais (IFs). De modo apressado, esses projetos são procedimentos de execução neoliberal, não são expressões da classe trabalhadora.

Essas questões traçam uma linha de orientação crítica na análise dos projetos de educação dos Institutos Federais, no que concerne à sua concepção e às diretrizes da educação. É importante ressaltar que os projetos de educação no IFPR têm dois momentos bastante distintos: o primeiro, diz respeito à sua concepção, amparada pelas diretrizes e documentos muito bem fundamentados e adequados a anseios da realidade nacional e arranjos locais, de uma sociedade marginalizada e esquecida; e o segundo momento, o da sua execução, onde aparecem forças que reorientam a concepção dos institutos, tornando lentas as políticas implícitas a eles, são permeadas de outros interesses. Este estudo crítico

²⁶² Cabe realçar que Vieira Pinto faz parte das referências bibliográficas das concepções e diretrizes dos institutos federais de educação, sendo citada sua concepção de desenvolvimento. Com isso torna possível estabelecer um diálogo entre os documentos fundantes dessa instituição e Vieira Pinto. Porém, Vieira Pinto desenvolve outras categorias junto a essa, o que faz dos Institutos Federais e de seu pensamento um espaço de resistência às formas de injustiça, e a ação ideológica e hegemônica da burguesia.

sobre a matriz fundante dos institutos federais atem-se a momentos da história do Instituto Federal do Paraná²⁶³, como condição histórica para embasar a transformação das estruturas sociais, nas quais se faz presente. Dessa forma, este capítulo está também relacionado com a prática de uma instituição de ensino não recente, por outro lado, está em sintonia com um conjunto de expectativas de mudança, impelida pela educação há mais tempo em atividade e pela criação dos institutos pela Lei nº 11.892, de 29 dezembro de 2008.

Um dos objetivos neste momento é responder de modo crítico às questões levantadas ao longo desta tese sobre a atuação dos institutos federais de educação, a partir das contribuições de Vieira Pinto. Para-se entender a contribuição da educação no contexto brasileiro, relacionada à tecnologia e seus desdobramentos na educação, que foram considerados no segundo e terceiro capítulos.

A partir do pensamento de Vieira Pinto, da sua percepção de mundo, em que identifica as “massas”, isto é, as classes sociais menos favorecidas, como movimento de transformação da realidade social, pois no seu entender são elas que sentem e vivem os conflitos enquanto classe, cabe-lhes um processo que resulte em uma condição mais igualitária e de transformação social.

A educação, onde se percebe a totalidade, entendendo a dinâmica da sociedade cada vez mais complexa, necessitando de uma percepção crítica dada as forças hegemônicas do sistema que se consubstanciam deixam de fora a maioria da sociedade brasileira, a burguesia desenvolve cenários informalizados e ideológicos e estruturas que beneficiam a poucos.

Segundo Vieira Pinto, “o homem nunca chega existencialmente a ponto algum, mas está sempre se movimentando no círculo de um horizonte²⁶⁴ ilimitado, ampliado a cada nova conquista da ciência e da justiça social” (2005b, p. 701). Essa é uma visão deste autor, ou seja, é pela luta que mulheres e homens asseguram as conquistas sociais e críticas, de outra forma, paira na instrumentalização ideológica burguesa.

²⁶³ O processo histórico de criação do Instituto Federal do Paraná se relaciona com a antiga Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (UFPR), pois foi oriundo dessa escola.

²⁶⁴ O entendimento de Vieira Pinto de diferentes vias, percepções, projetos, o seu conceito de horizonte implica “a escolha de direções, cada uma das quais admite a contrária. O homem deve ser entendido, por definição, como o contemplador dos horizontes, e não a figura do caminhante obrigado a seguir ao longo de um trilho único”. (2005b, p. 701-702).

A realidade pela qual se pauta esta tese é um Brasil em conflito, desestruturado, imerso em contradições²⁶⁵, rupturas, avanços e retrocessos. O desafio nessa realidade é entender o conceito de tecnologia, e, por sua vez, a atuação do Instituto Federal na elaboração de uma ação crítica do contexto nacional, de um país que concentra desigualdades e expõe as contradições quando se pensa em educação, desenvolvimento e tecnologia, que, segundo Vieira Pinto:

É por ter sempre à vista a amplitude de um círculo sem fim, que deve pronunciar-se pela escolha de uma direção, não previamente oferecida, mas significativa de uma decisão, compreender-se ser a sociedade construída livremente pelos homens no futuro, a que alicerçará a tecnologia então possível. (2008b, p. 702).

O projeto de educação desenvolvido no Brasil, composto pela Rede Federal de Educação²⁶⁶, apresenta evidências de contradições, que sinalizam um projeto de país que ruiu, boicotado pela burguesia interna, assessorada pela burguesia externa, valendo-se de todos os meios possíveis para atrofiar o desenvolvimento nacional que surgisse dessa realidade. A classe mandatária²⁶⁷, classe esta, que se mantém como instrumento capitalista das nações dominantes, onde a elite passou a ser beneficiária do que poderia ser a nação, dos seus espólios, enquanto a maioria

²⁶⁵ Quando se fala em contradição, está se dirigindo a realidade brasileira: da menor distribuição de renda, maior desigualdade, o último país a abolir a escravidão, a segunda maior nação negra do mundo, um país onde a agricultura familiar produz 75% dos alimentos consumidos internamente, enquanto o agronegócio só 25%, no entanto é este que dispõe de incentivos financeiros e aparece como fator preponderante de superávit primário, ao contrário deste, a agricultura familiar tem um índice de 90% do emprego no campo, contra 10% do agronegócio. A desigualdade está presente nas cidades, 80% da periferia urbana é negra, a pobreza brasileira é negra. A mobilidade urbana prioriza uma classe detentora de veículos, em detrimento do transporte coletivo realizado por ônibus, trens e metrô. O transporte de cargas, no país, prioriza cartéis rodoviários, em detrimento do transporte ferroviário, fazendo das rodovias brasileiras um permanente risco para a vida dos que por ela trafegam. Grande exportador de matéria-prima, o país é igualmente importador de produtos industrializados. O Brasil é um país violento, se assemelha a uma guerra, que acontece por ano, de proporções idênticas à do Iraque em termos de baixas, convertendo-se tão somente em estatísticas. A corrupção se instaurou no país em todos os setores, virou corriqueira, corrompendo gerações. O Congresso Brasileiro, fracionado em grupos de interesses, comporta-se como uma facção institucionalizada. O Supremo Tribunal Federal torna-se conivente com artimanhas e conjunturas suspeitas. Uma nação politicamente analfabeta e suscetível a golpes políticos. Portanto, é deste país que se fala, ao se referir à contradição, a uma nação de latifúndios e do agronegócio, do poder político e dos meios de comunicação nas mãos da classe dirigente, que quando contrariada, rompe o estado de direito, a democracia instituída, o poder legalmente constituído.

²⁶⁶ “A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica está fundamentada numa história de construção de mais de 100 anos”, completados em 23 de setembro de 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2016.

²⁶⁷ Vieira Pinto classifica-a de “ingênua”, ao não ter noção do quanto mal faz à nação, é alienada de sua condição como meio de transformação e improdutiva no que tange o social, estancando qualquer projeto de desenvolvimento nacional.

da população brasileira vive alijada de perspectivas de progresso que contemplese mais dignidade e justiça social.

É nessa realidade conflituosa que se pensa uma concepção de educação omnilateral, de enfrentamento e que ascenda a uma percepção crítica, em contextos que envolvam “crises” sociais, políticas, econômicas e culturais nas diversas proporções e circunstâncias de cada momento histórico.²⁶⁸ Uma educação profissional de resistência às velhas formas de subserviência ao capital, que potencialize as práticas interativas com a sociedade local, regional e nacional, integrada ao desenvolvimento, gerando conhecimento e emancipação humana.

O distanciamento do ser humano dos elementos críticos do contexto de “crise”, é a condição ideal para que o sistema neoliberal avance sorrateiramente, e se instaure como único projeto de solução para os desajustes sociais, reunido todas as possibilidades de realização da existência humana.²⁶⁹ Em oposição a essa orientação neoliberal, Schlesener (2014, p. 8), observa que “neste contexto, a educação assume uma dimensão política e uma importância fundamental na formação de um novo modo de pensar condizente com a luta por uma nova ordem social e política”. É preciso trabalhar a consciência, desenvolvê-la criticamente da sociedade, dos estudantes, para que consigam “ler o mundo”, como diz Vieira Pinto, com o que se tem em mãos.²⁷⁰

A contradição é sentida e assegurada pela classe dominante, detentora das estruturas hegemônicas, a qual vem utilizando todos os meios disponíveis na mídia para fazer prevalecer um pensamento homogeneizado, relativista, fragmentado ideologicamente, visando se perpetuar no poder, para isso, conta com o

²⁶⁸ Segundo Schlesener, “a educação acontece na convivência, na vida em sociedade, na participação em projetos que se definem em uma ideia de civilização” (2015, p. 165).

²⁶⁹ Braga (2000, p. 55) expõe a investida de único projeto, da seguinte forma: “o discurso oficial a respeito do ajuste das economias nacionais, apresenta-se como o único possível, pois adaptado às condições da economia mundializada. A prioridade total às exportações, política integrada ao esforço de pagamento dos juros da dívida, desemboca numa concorrência generalizada envolvendo os países do Terceiro Mundo e cujos desdobramentos estratégicos auxiliam a consolidação do neocolonialismo. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/globalizacao-ou-neocolonialismo-o-fmi-e-a-armadilha-do-ajuste/>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

²⁷⁰ O Brasil é um dos países de maior concentração dos meios de comunicação de massa. É preciso fazer um enfrentamento a essa atrocidade, às formas de comunicação que se tornam um veículo ideológico de manipulação. Já está presente na Constituição Brasileira de 1988, em seu art. 220, que “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. § 5º. Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.” (Constituição Federal, 1988).

consentimento ingênuo das classes subalternas.²⁷¹ É nesse contexto que serão pensadas as ações para as instituições que propiciem condições de igualdade social ao ser humano.

A educação é um dos elementos principais do processo de desenvolvimento, viabilizando uma maior distribuição de renda de forma igual, sem os “efeitos colaterais”, carregando em si os “antídotos” (SAVIANI, 2014, p. 170).²⁷² Um projeto de educação que contemple os aliados da conjuntura social, em que sejam ignoradas as distâncias entre as classes sociais, saúde, saneamento e as contradições pelo refino tecnológico, realçado por Vieira Pinto na “ideologia da tecnologia”, onde são naturalizadas as desigualdades e normalizadas as diversas formas de violência.

Teoricamente, o problema para o país está em definir as estratégias de desenvolvimento, sobre quais eixos serão mobilizadas as energias da nação. Segundo Saviani (2014, p. 170), “o ponto de partida do desenvolvimento será o investimento maciço na educação, o que implica carrear para ela todos os recursos disponíveis.” A percepção é de que a educação se tornou uma alternativa de responder prontamente os problemas.

Cabe, nessas considerações, tecer alguns elementos da crítica às estratégias do desenvolvimento, segundo as definidas internamente no país, as quais se orientam pelos princípios neoliberais fortemente hierarquizadas, estruturas de poder que perpassam os tempos e permeiam a conjuntura nacional, arquitetadas pela via da dominação, mando, superioridade. Nesta lógica, as respostas educacionais são de submissão, favor, clientelismo e cooptação.

Historicamente, independentemente das mudanças do setor que impulsiona o desenvolvimento no plano econômico, de base agrícola ou industrial, a classe que

²⁷¹ Segundo Chauí, a maior violência à sociedade consiste em ela não perceber a violência, os mandos e desmandos, e que por sua vez, inviabilizam a capacidade de avaliar. Ela está se referindo à grande concentração dos meios de comunicação de massa, geralmente nas mãos dos que estão no poder. Publicado em 9 de jun de 2016, mesa de abertura do II Salão do Livro Político, intitulada “Que democracia?”, a filósofa Marilena Chauí, o jurista Fabio Konder Comparato e o filósofo Vladimir Safatle debateram leituras e perspectivas sobre o golpe de 2016 no Brasil. A mediação foi do historiador e cientista político Gilberto Maringoni. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7T953DTcpBw>, acesso em: 05 out. 2016.

²⁷² Tomando, como exemplo, o projeto de desenvolvimento nacional baseado no automóvel, é fácil perceber seus efeitos: poluição, congestionamento, stress, produção, quantidade, com graves repercussões no meio ambiente e na saúde. Numa economia suscetível a variações sensíveis de mercado, a relação entre os trabalhadores e os patrões se estabelece na base dos conflitos, dada a instabilidade política, econômica e social.

anteriormente detinha a hegemonia, continua a se beneficiar e exercer o poder.²⁷³ Razão que advém de uma educação crítica que faculte, dessa forma, aos estudantes e à classe trabalhadora uma leitura de mundo que lhes possibilite identificar, por si próprios, as barreiras e limitações à emancipação, bem como sair do subdesenvolvimento, compreendendo as ideologias que sustentam uma visão tendenciosa de mundo, em prol da burguesia que se mantém no poder.

Para Vieira Pinto, a concepção da tecnologia constitui o meio para alcançar um determinado fim de humanização e diminuição das contradições. Um projeto nacional de desenvolvimento, ancorado em uma base educacional tecnológica, só pode ser viabilizado pelo pensamento crítico utilizando-se da análise dialética.

Nessa perspectiva, a consciência crítica constitui a superação das estruturas onde aparecem intelectuais subordinados ao capital, como um mecanismo de exploração do homem. Além disso, é igualmente uma forma de superação de um contexto, no qual a igualdade de condições e acessos é ainda um projeto distante. Diante desse contexto, a educação emerge como um instrumento fundamental de reestruturação²⁷⁴ e resistência.

Contudo, o progresso da tecnologia é a corporificação da razão, um processo cultural e histórico, nesse sentido, na ação prática da tecnologia estaria incluso a razão crítica, um pensamento advindo da ação dialética. “Não é a tecnologia, a rigor, que se racionaliza, é o homem.” (PINTO, 2005a, p. 469). Quem se desenvolve é o homem, em virtude do aperfeiçoamento dos instrumentos materiais de produção, que vão ampliar o conhecimento e, com isso, expandir as possibilidades da realidade objetiva. A sofisticação e eficiência das máquinas constituem a exteriorização da capacidade racional dos seres humanos.

Segundo Vieira Pinto (1979, p. 24), o conhecimento presente faz parte de uma base constituída primeiramente de uma percepção da matéria, seguida da

²⁷³ No Brasil, essa discrepância era enorme, Vieira Pinto e Furtado, nesse sentido, comungavam das mesmas ideias: a razão do subdesenvolvimento estava na tecnologia buscada lá fora que, além de não ter nada a ver com a realidade brasileira e seu desenvolvimento, ainda era a causa de desperdício. A grande questão em debate era a de que o transplante de tecnologias de uma realidade externa, sem levar em conta as características periféricas da recebedora, causava até uma maior dependência, e, por conseguinte, a tecnologia oriunda do centro exigiria uma contrapartida alta ao país periférico e terminaria por enfraquecê-lo ainda mais.

²⁷⁴ Existem duras críticas sobre essa perspectiva da educação para o trabalhador ter vindo no sentido de resistência. Segundo o pensamento de Dias (2012, p. 331), “a educação foi sempre, quando muito, profissionalizante, ou seja, uma educação instrumental para o capital”. São retratações de projetos para outras realidades, que fragilizam e consolidam ainda mais a estrutura desumana de espoliação do trabalhador, preparando-o para o desempenho de melhores funções, maior produção e lucros.

reação do mundo ao seu redor. O “estar no mundo” constitui uma base universal, agregando a esta condição de “fazer o seu mundo”. Nota-se que ao longo do processo de transformar o mundo, o homem cria a si próprio, isto é, “o homem se hominiza ao humanizar, pelo domínio, a natureza”. (PINTO, 1979, p. 24-27). Segundo Vieira Pinto, esse processo acontece em todas as formas de manifestação da vida, desde a primitiva até as formas atuais de manifestações sociais. “O fato do conhecimento, que tomamos por ponto de partida para a nossa reflexão teórica, é o fato histórico do conhecimento, na sua máxima amplitude, como manifestação concomitante ao desenvolvimento da escala da evolução biológica” (PINTO, 1979, p. 16). Não se parte do conceito absoluto, de ideias subjetivas, mas do fato histórico, social, objetivo.

Segundo Vieira Pinto (1979, p. 28), “o saber no homem se transmite pela educação e por isso é uma transmissão de caráter social” [...], e para isso a sociedade precisa se organizar para que as gerações futuras possam receber o legado do conhecimento, “com o saber aparece a capacidade de refletir sobre si mesmo, de tomar a própria consciência, com todo seu conteúdo de ideias, imagens e articulações abstratas explicativas da realidade, por objeto de observação e de estudo”. Nota-se um processo no qual acontece o conhecimento, da percepção ao ato reflexivo, o conhecimento não é mais um ato “individual”, “espontâneo”, de ensaios e “erros”, como aconteceu em tempos passados, mas é feito por progressiva acumulação histórica; como diz Vieira Pinto (1979, p. 28), “é uma fase cultural superior, que se encontra não apenas no passado da espécie, mas igualmente no presente, como fundamento da fase científica, final”. O conhecimento é um processo que vai sendo adquirido na relação com o mundo, relacionado com as experiências, é uma série de atos cognitivos.

A ciência subjetivamente se constitui em um mundo racional de ideias, mas estas não existiriam sem a técnica, a prática, a aplicação do acervo existente da ciência, que assegura a verdade dos conhecimentos possuídos e os desenvolve num progresso ininterrupto (PINTO, 1979, p. 49).

Vieira Pinto considera que para o investigador adquirir o apropriado procedimento metodológico, deve fundamentar-se na consciência crítica; certo de que as revoluções radicais tenderão a ser cada vez mais raras, ante a isso, o pesquisador encontrará muitas resistências à mudança de mentalidade e pouca

disponibilidade para mudar e aceitar o diferente enquanto enfrentamento, há uma cultura obscura que está contente e satisfeita com o saber existente e as ideias que defendem, e, orgulhosamente, salvaguardam suas posições.

Segundo Vieira Pinto, a escassez de modificações significativas estariam fundamentadas na seguinte ideia:

Não só porque uma revolução cultural custa um penoso esforço de revisão de todo o patrimônio intelectual de uma ciência, mas porque as concepções antigas se defendem, não se deixam aniquilar com facilidade, antes inventam toda a sorte de argumentos, entre os quais prima o de autoridade, para se perpetuarem. (PINTO, 1979, p. 59).²⁷⁵

Esses aportes, salientam a dificuldade em romper com situações preestabelecidas e desenvolvidas como normais, por outro lado, a seriedade necessária ao pesquisador para perceber as variáveis contidas nos cenários de interação humana, geralmente são obstáculos para compreender a realidade. Para Vieira Pinto, desenvolver o progresso científico, é necessário mudar o aparelho ideológico, os métodos habitualmente usados. “Grande parte do trabalho de preparação das novas gerações de pesquisadores científicos tem de consistir em dar-lhes formação geral, filosófica, metodológica” (PINTO, 1979, p. 58), para que por meio da educação se percebam as contradições e os limites impostos ao se pensar na realidade. Assim, essa educação deve indicar que o estado do processo cultural é o da transformação qualitativa da sociedade.

O desenvolvimento tecnológico de um país, mais especificamente de um Estado da Federação e dentro deste de um *local específico*, é um processo político, uma ação proveniente da organização de elementos teóricos e práticos que leva em conta todas as condições locais para que as mudanças aconteçam, ou seja, são forças envolvidas para que aconteça. Cabe perguntar: A quem visam essas mudanças e quem são os seus beneficiados? Só se pode chegar a uma percepção precisa da verdade conhecendo a realidade, percebendo as relações. No

²⁷⁵ Para aclarar a linha de raciocínio que Vieira Pinto adota, transcreve-se uma citação contida no livro *Ciência e existência*, que Vieira Pinto faz de Max Planck, *Initiation à la Physique, Flammarion*, na qual realça a luta que esse pesquisador precisou travar ante as ideias inovadoras: “As grandes ideias científicas em geral não conquistam o mundo mediante a adesão de seus adversários, os quais terminariam por convencer-se de sua verdade e por adotá-las. Sempre é raro que um Saulo se converta em Paulo. O que acontece é que esses adversários acabem por morrer e a geração em ascensão se educa no clima da ideia nova. Quem possui a juventude possui o porvir” (PINTO, 1979, p. 58).

entendimento de Vieira Pinto (2005a, p. 154), por meio da “consideração da realidade do homem no mundo”, são condições para fazer outras leituras e conhecer as argumentações filosóficas e ideológicas que estão ao serviço dos grupos poderosos, visando à manutenção de seu *status* à luz de argumentos teóricos.

Mesmo porque, no impacto em uma área, cabe observar que o maquinismo é um instrumento capitalista que visa melhorar e ampliar a produção, não modifica as relações sociais e de produção, mantendo uma estrutura hegemônica de dominação, nem resolve os limites provocados pela tecnologia. Há uma ilusão da melhoria do regime de trabalho em decorrência do aumento produtivo e, em alguns estágios do processo produtivo relativo à quantidade, é notória a possibilidade de redução do esforço braçal, tornando o trabalho menos penoso, entretanto “não há variação essencial no regime de produção que condiciona o surgimento da verdadeira consciência do trabalhador”. (PINTO, 2005a, p. 472). A conjuntura permanece a mesma: a posse dos materiais, a decisão da produção, o acesso ao produto, tal como o poder e o lucro, permanecem nas mesmas escalas em que sempre estiveram em condições inalteráveis.

A radicalidade de um pensamento estruturado na realidade de maneira crítica, e de razão técnica, é uma variável que Vieira Pinto acentua na educação, ciência e tecnologia, perspectiva necessária para mudar as estruturas sociais desenvolvendo o pensamento crítico. De outra forma, cai na ilusória alteração das estruturas, quando, na verdade, o que acontece são tão somente melhorias nos modos de produção, atendendo a uma classe que se mantém no poder.

A ilusão de mudança pela melhoria técnica é explorada pelos exploradores do trabalho com o fim de levar o operário a pensar que pelo simples fato de operar com instrumentos ou maquinismos modernizados, exigindo menos esforço, mudou a sua essência de trabalho. (PINTO, 2005, p. 472).

O maquinismo envolve melhorias de reduzida interferência na realidade e na consciência do trabalhador, são desenvolvidas apenas para interferir no modo de trabalhar. As alterações de maneira revolucionária que podem levar a modificações estruturais, só ocorrerão “pela transformação da percepção da realidade da situação social que induz na consciência das massas assalariadas.” (PINTO, 2005, p. 472). Notadamente, é um processo que envolve a formação para o enfrentamento das ressignificações desenvolvidas pelo capital.

Importa perceber que no aparato técnico escondem ideologias, manobras com o intuito de uma modernização conservadora, para manter as coisas como estão. Moderniza-se a estrutura do aparato industrial e técnico brasileiro em prol da manutenção de um modelo espoliativo. Nesse sentido, Vieira Pinto diz que a automação, desacompanhada das mudanças sociais, não introduz, por si só, uma alteração significativa na consciência e realidade do trabalhador, embora em algumas situações os libere do trabalho pesado.²⁷⁶

Segundo Vieira Pinto (2005^a, p. 281), somente “o homem tem a consciência da contradição, e resolve o conflito adaptando a natureza a si.” Diferente do animal que simplesmente se adapta à natureza e quando não o consegue, em decorrência das alterações e variações de seu habitat, simplesmente se extingue, enquanto o homem pela sua capacidade física e mental tem a condição de adaptar a natureza a si, transformando-a.

A adaptação mencionada se faz pela transformação utilizando-se do conhecimento, há uma estrutura que age na conjuntura alterando-a. Isso posto, cabe instigar: Em favor de quem acontece as mudanças? Quem detém os meios, o poder, as condições de agir, e fazer frente às estruturas? Essas arguições norteiam a percepção das mediações do sistema capitalista e suas constantes adaptações. São meandros ideológicos, já observados quando foi mencionado anteriormente o sentido de “era tecnológica”, em que os beneficiados procuram embriagar a consciência das massas, fazendo-as crer que têm a felicidade de viver nos melhores tempos, jamais desfrutados pela humanidade. (PINTO, 2008, p. 41).

Nota-se, por conseguinte, que a técnica está voltada à vida cotidiana, relacionando mediante projetos para a produção de materiais dos quais necessita, valendo-se de condizentes do tempo correspondente e as relações sociais definidas. Portanto, os atos executados são inerentes ao tempo e às condições existenciais do homem, tornando-o, antes de tudo, um produtor de si mesmo. Esses são aportes ponderados nas inquietações sobre as ações dos institutos federais de educação, identificando: A quem serve seus projetos? E qual é o sujeito que resulta do

²⁷⁶ Não que, necessariamente, isso aconteça, o trabalho enfadonho é transferido da objetividade para a subjetividade. Quando isso acontece, geralmente as medidas que são adotadas são em vista de maior produtividade e rentabilidade, exemplo disso, está relacionado a algumas atividades do campo, que envolvem grande quantidade de trabalhadores e de mão de obra “não especializada”, substituição por máquinas.

processo educacional desenvolvido nos IFs? Questões estas que devem mostrar os projetos dos IF,s em cada unidade da federação.

A técnica tem um caráter histórico, ao qual está ligada toda a história da produção, “é um processo humano de criação” e, segundo Vieira Pinto (2005a, p. 156):

Consequentemente, a técnica acompanha, enquanto índice, o progresso histórico de conquista da natureza pelo homem, mede o grau e a extensão de sua capacidade de resolver as contradições com que se defronta, mas não é de modo algum o fundamento e, muito menos, o motor do processo produtivo.

Onde se fundamenta o motor do processo produtivo? Uma vez que a técnica impulsiona as transformações que aconteceram na história, pois, para Vieira Pinto, o motor da história é o homem que, mediante sua capacidade, define a técnica. No entanto, essa questão não está isenta de equívocos, visto a própria técnica estabelecer “limites”, entre eles a subordinação do homem à técnica, o estado de maravilhamento, esconder estruturas de alienação, dominação e subordinação dos homens.

Esses limites aproximam dos institutos federais de educação, uma vez que estão inseridos na sociedade para responder aos anseios locais e regionais, e entretanto, como sair da simples instrumentalização do homem. E ainda, nos seus *campi*, como vão dialogar com a tecnologia e superá-la, separando-a das características ideológicas.

Nessas inquietações estão evidenciadas estruturas que normatizam e normalizam procedimentos institucionais, retirando destas o estranhamento. Para efeito comparativo de Vieira Pinto e IF,s, embora os tempos sejam outros e tenham acontecido muitas mudanças desde a última revisão²⁷⁷ do livro *O conceito de tecnologia*, feita por Álvaro Vieira Pinto, cabe observar que a arquitetura de poder se mantém inalterada. As oligarquias permanecem, alterando-se como grupos no poder, e a escassa industrialização nacional é ideológica e subserviente aos interesses internacionais, rearticulando-se sob a égide do sistema neoliberal. A perversidade do sistema desenvolve um conceito de globalização e, sendo assim, o

²⁷⁷ Realçam-se os tempos diferentes, da obra de Vieira Pinto e da criação dos Institutos Federais de Educação. “Terminada a terceira e última revisão, em 5 de abril de 1973. Terminada a transferência das correções da cópia para a primeira via, em 19 de fevereiro de 1974 (PINTO, 2005b, p. 794).

mercado é global, com estruturas que convergem em favor de um pensamento dominante. Portanto, o distanciamento do pensamento expresso na obra *O conceito de tecnologia* é só temporal, pois as estruturas, o ato produtivo e as relações de produção são mantidas.

Dessa maneira, para Vieira Pinto (2005a, p. 485), a razão caracteriza o aspecto da faculdade humana de pensar e dirigir a produção. O raciocínio caminha no sentido de que há um conjunto de preceitos e paradigmas na sociedade, mas há a capacidade racional da qual o homem é dotado, constituindo o espaço a ser trabalhado pela educação.

O que dá caráter social à produção é a necessidade do uso da técnica, ou, em última análise, de inventar continuamente novas formas de ação, para que estas, tendo êxito, retornem, sob forma de conhecimentos ampliados ao acervo da razão, desenvolvam-na e expandam-na. (PINTO, 2005a, p. 485).

Nota-se a característica do sentido social da produção, *o homem isolado não inventa*, porquanto, o isolamento resultaria em produzir um mero artefato sem sentido, sua criação para fazer sentido requer o ato social, precisa de interação. Além disso, cabe adentrar no modo como a realidade é constituída, como a tecnologia toma partido, sem explicitar a quem está beneficiando. Em nenhum momento da história da construção de equipamentos, da montagem de grandes infraestruturas, se explica à classe trabalhadora como ela vai ser beneficiada. Não fica claro, notam-se alterações nas empresas, nos grupos econômicos e no capital transnacional.

A concentração da tecnologia nas mãos de poucos não é recente, não se converteu em uma política pública disseminada para a classe trabalhadora. Logo, o desafio é a tecnologia chegar até a classe trabalhadora sem as marcas ideológicas da dominação burguesa. É a sociedade que dá as condições para o ser humano de produzir, dispondo de mais ou menos tecnologia. É ela que dota o homem de experiências, condições concretas e racionais suficientes para o desenvolvimento dos atos técnicos.

Na prática da ação produtiva é que o “espírito” se vai constituindo em operações racionais subjetivas que refletem a lógica objetiva das transformações do mundo, abrangendo um número sempre maior do aspecto da realidade, armazenando-as sob a forma de ideias que contêm a relação com os antecedentes e com as circunstâncias que as condicionam. (PINTO, 2005a, p. 472).

O curso da existência do homem é um processo histórico, suas ações, assim como o domínio técnico, estão conectadas a ele, às experiências anteriores para o empreendimento de novas ações. São relações, “o progresso da razão consistirá na afinidade de combinar ideias preexistentes e de inventar procedimentos que deverão ser depois transferidos para o plano da realidade material, [...]”. (PINTO, 2005a, p. 474-475).

Todavia, é evidente que a ação do homem de transformar está alicerçada nas condições da prática aos pesquisadores para buscarem novos conhecimentos e métodos. Os novos equipamentos são provenientes do “estudo e da pesquisa”, do mundo físico a serviço da humanidade. Os elementos de estruturação da sociedade considera somente o ângulo econômico, gerando e mantendo a dependência social. Além disso, desfigura o caráter transformador e outras possibilidades da tecnologia, voltando-a para um consumo ostentatório.

A racionalidade assegura ao homem a criação de produtos mais elaborados considerando a capacidade histórica. Segundo Vieira Pinto (2005a, p. 495), na elaboração de novas técnicas, o homem concretamente introduz o resultado de sua atividade racional, mediante a linguagem do produto. A ideia de produto tem duas conotações importantes que convém observar: primeiramente, traz a teoria enquanto possibilidade e, num segundo momento, a ação técnica é capaz de gerar o produto.²⁷⁸ Nessa lógica, há um só movimento: o da elaboração de algo para o homem, que é “Quando se consome um produto se consome o estado da razão em exercício prático posto pela realidade dialética”. (PINTO, 2005a, p. 495).

A quem serve essa estrutura racional, elaborada e monitorada? Inquietação essa abordada por Vieira Pinto, quando trabalha a ideologia da tecnologia.

²⁷⁸ O que distingue o homem dos animais é a sua capacidade de “superpor ao consumo do natural o consumo racional. Mas só será possível haver o consumo, se o homem avançar em sua marcha irregular, entretanto, ininterrupta”. (PINTO, 2005a, p. 495).

Semelhante pergunta cabe aos institutos federais: A quem eles servem?²⁷⁹ Suas relações e interesses, a quem essas instituições estão a serviço.

Nessa inquietação cabe observar algumas características que acompanham a estruturação educacional: a racionalidade está a serviço da produção, e controle de algo; a sociedade capitalista trabalha com a lógica de que tudo tem um preço e custo, e, por sua vez, a maioria dos produtos são direcionados na lógica para render lucros; na sociedade de classes, o acesso aos recursos e a satisfação das necessidades estão restritos a poucos, pertencentes à classe dominante. A educação emancipatória rediscute essa lógica, trazendo-a para um plano crítico de compreensão da sociedade. Traz essa racionalidade para o plano social, examina-a de maneira que seja comum à humanidade, opondo as regras do capital transnacional e das classes internas beneficiadas. Segundo Vieira Pinto a intervenção, terá que ser feita pela massa²⁸⁰ que é quem, de fato, sente, vive a realidade e sabe o que precisa ser mudado.

O ser humano é a possibilidade para minimizar as distâncias sociais, valendo-se de suas capacidades racionais críticas, da tecnologia e sua formação. Dessa forma, a tecnologia e a racionalidade são apropriadas pela classe dominante, constituindo-se em uma forma de dominação.

O ser humano possui uma capacidade criadora²⁸¹ que não pode ser negligenciada, é uma potencialidade que, aliada à consciência crítica, pode leva-o à autonomia. E, nessa acepção, “a exigência de alguma coisa tem sempre de coincidir com um projeto da consciência”. (PINTO, 2005a, p. 527).

Vieira Pinto traz um dilema: como emancipar a classe trabalhadora dos interesses da burguesia, mantendo os valores de uma sociedade, criticando as condições de mercantilização? Os princípios da burguesia consolidados na tecnologia e a reificação imposta pela lógica da mercadoria estão presentes na questão: a quem serve a tecnologia? Quem lucra com ela?

²⁷⁹ A questão de *a quem servem* é relevante, dado que as estruturas dos institutos federais figuram entre as melhores escolas do país, conta em sua infraestrutura de laboratórios completos, alguns em fase de melhorias, diversidade de cursos ofertados, um corpo de professores que passa por um rígido processo de seleção, em sua maioria com mestrado e doutorado e incentivo à formação. .

²⁸⁰ Termo inicialmente usado por Vieira Pinto para dirigir-se a classes populares, e trabalhadores.

²⁸¹ Conforme Vieira Pinto, “só o homem é capaz de produzir. O esquecimento deste axioma estimula as fantasias dos alegres divulgadores e fabricantes de novelas, da ciência inverossímil, que anunciam maravilhas”. (2005a, p. 527).

4.2 Caracterização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a Formação Profissional

Na caracterização dos institutos federais e da formação profissional são abordados os itens: os institutos federais compreendidos como política pública e elemento marcante na área educacional no governo de 2003 a 2014, discorrendo mais sobre o objetivo de sua criação; a história dos institutos federais; a proposta dos institutos federais enquanto política pública, compreendendo a identidade e o compromisso com a sociedade, abarcando neste item o Instituto Federal do Paraná; e, por último, a educação profissional na perspectiva de Vieira Pinto.

4.2.1 Os institutos federais

Um dos aspectos significativos das políticas no governo de 2003 a 2014 está na expansão da rede federal de educação profissional, mas não se pode resumir a isso, pois tem também o caráter social, político e econômico, envolvendo as tendências neoliberais de privatização e redução do Estado. Essas políticas educacionais vieram na contra mão do processo que privilegia a burguesia com “assento cativo na história” conseguido de forma injusta. As políticas educacionais, desenvolvidas através dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, trazem a compreensão de o desenvolvimento nacional perpassar pela educação, devendo, pois, ser a educação profissional e tecnológica assumida como projeto de nação, o que significa conceber uma tecnologia voltada para o desenvolvimento social e econômico, sustentado nos princípios da inclusão das classes trabalhadoras e da soberania nacional.

Nas *concepções e diretrizes* dos institutos federais, estão esboçados os objetivos, seus aspectos conceituais, os princípios norteadores e o quanto essa instituição é e será contributiva para o desenvolvimento social, político e econômico brasileiro, se estabelecendo como um dos “pilares de ação”, nas políticas públicas, como ação social.

A implantação dos Institutos Federais, desde os primeiros registros e debates, sempre esteve relacionada ao conjunto de políticas para a educação profissional e tecnológica em curso. Isso significa que, para trilhar o caminho que leva a essas instituições, passamos necessariamente pela expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica; pelas medidas que, em cooperação com estados e municípios, visam à ampliação da oferta de cursos técnicos, sobretudo na forma de ensino médio integrado, inclusive utilizando a forma de educação a distância (EAD); pela política de apoio à elevação da titulação dos profissionais das instituições da rede federal com a formação de mais mestres e doutores; e pela defesa de que os processos de formação para o trabalho estejam visceralmente ligados à elevação de escolaridade, item em que se inclui o Programa da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). O que está em curso, portanto, reafirma que formação humana e cidadã precede a qualificação para o exercício da laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento. (BRASIL/MEC, 2010, p. 6).

Houve muitas críticas formalizadas a partir da implantação dos IFs, algumas com consistência em relação ao projeto de criação dos institutos.²⁸² Entre essas críticas, o que aparecia com maior ênfase como fundamento para as demais era o aporte tecnicista em resposta à demanda econômica do setor produtivo. Mesmo que o discurso trouxesse elementos novos, e algum outro aspecto inovador, ele incorporava, em seu interior, as instituições federais de educação de nível médio, tecnológico, e até superior, com seus acertos, erros e vícios²⁸³. Além do mais, houve demora na sua implementação, inicialmente aconteceu uma adaptação e continuísmo de projetos de governos anteriores, não que a continuação de políticas seja algo ruim, ao contrário, quando nelas está expressa a solução dos problemas sociais, são benéficas, mas não as que estavam em curso entre os anos de 2002 e 2004, legislação que impedia a ampliação de instituição de ensino público, as políticas não estavam sintonizadas com as necessidades internas da sociedade brasileira, portanto o crescimento da educação profissional não se deu de forma

²⁸² Algumas posições iniciais em contrário, a exemplo da ANDES, como explicita o documento de Moisés Domingos Sobrinho. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/portal-busca-geral.andes>>. Acesso em: 1 jun. 2015.

²⁸³ A composição inicial da rede federal de educação consta na sua lei de criação: Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Esta institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais, e dá outras providências. No Capítulo I da criação da Rede Federal de Educação, em seu Art. 1º: Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições: I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais; II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG; IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e (Redação dada pela Lei nº 12.677, de 2012). V - Colégio Pedro II. (Incluído pela Lei nº 12.677, de 2012). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 13 jun. 2016.

arrojada, ante a fragilidade do seu ponto de partida²⁸⁴, considerado como desastroso para o país, entretanto de comum acordo com as expectativas do mercado.

Esse ponto de partida subentendia as amarras e as leis que impediam novas propostas e a criação de novas instituições de ensino, necessitando antes ser alteradas.²⁸⁵

Nesse sentido, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, tendo em vista que é essencial à educação profissional e tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais. (BRASIL/MEC, 2010, p. 6).

O projeto dos institutos federais necessita ser compreendido sob duas perspectivas: a primeira, entender como uma relativa mudança de concepção, que consistiu no fato de o Brasil ter deixado de importar concepções de educação oriundas de outros países, empreendeu uma “nova” concepção de política pública educacional. “Nova” no sentido de que busca traduzir a construção de um projeto que vem desde a educação básica, a educação profissional tecnológica, as licenciaturas, até a pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, na modalidade profissional; e a segunda, a perspectiva reformista, que os vê como uma instituição de educação profissional que caminha *pari passu* com o mercado, atendendo às reivindicações de preparação de profissionais que respondam às demandas.

Segundo as *concepções e diretrizes* dos institutos federais, documentos estes que subsidiaram as ações dos IF,s, consta a “educação profissional e tecnológica como uma política pública²⁸⁶”, nesta há uma lógica que permeia e edifica

²⁸⁴ Esforço de revogar a legislação de 1997, Decreto nº 2.208/97, Medida Provisória nº 1.549/97 e Portaria nº 646/97 que impedia a ampliação dessa modalidade de ensino no país. A transferência da responsabilidade do ensino técnico para os Estados, Municípios e iniciativa privada. Dessa forma, somente depois de derrubados esses obstáculos, foi possível desenvolver o novo projeto de educação.

²⁸⁵ Pela Lei n.º 9.649/98, em seu art. 47, parágrafo quinto: "A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos estabelecimentos de ensino".

²⁸⁶ O sentido de política pública que o atual governo (2003-2014) adota amplia de forma significativa esse conceito, ou seja, não basta a garantia de que é pública por estar vinculada ao orçamento e aos

essas instituições, pautada pela premissa de que os institutos federais “assumem seu verdadeiro papel social, contribuindo para uma sociedade menos desigual, mais autônoma e solidária”. (BRASIL/MEC, 2010, p. 7).

4.2.2 Histórico dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia

A educação profissional foi largamente usada no Brasil para fins de “reorganização social”, para um cenário social dinâmico de “urbanização” e de “melhores condições para o trabalho”²⁸⁷. Segundo dados contidos nas *concepções e diretrizes do Instituto Federal*, as Escolas de Aprendizes Artífices estavam voltadas para a qualificação de mão de obra e o controle social das classes baixas, “os filhos das classes proletárias, jovens e em situação de risco social, pessoas potencialmente mais sensíveis à aquisição de vícios e hábitos ‘nocivos’ à sociedade e à construção da nação”. (BRASIL/MEC, 2010, p. 10). Evidenciando com isso o caráter moralista da educação profissional e, de preparação de mão de obra a serviço do capital, das primeiras escolas desempenhavam.

Segundo essas concepções e diretrizes, as escolas enfrentam um importante desafio de contrapor o modelo hegemônico capitalista adotado e defendido pela classe dominante ao longo do processo de desenvolvimento nacional, seu surgimento está num contexto do “domínio do capital latifundiário agrário exportador, porém num processo em tempo de industrialização vicejante”, vindo a década de 1930 a 1945 a deslocar seu eixo econômico, de agroexportadora para industrial,²⁸⁸ estando dessa forma “plantada a semente do capitalismo industrial nacional, com pesado apoio estatal”. (BRASIL/MEC, 2010, p. 10).

A educação absorve algumas variações ao longo da história do Brasil, porém não se distancia dos ideários das elites que estão no poder. Vale lembrar que o Brasil desde seu “descobrimento” está voltado para atender aos interesses da

recursos de origem pública. Ainda que o financiamento da manutenção, a partir de fonte orçamentária pública, represente condição indispensável para tal, a política pública assenta-se em outros itens também obrigatórios, como estar comprometida com o todo social, como algo que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica, cultural, etc.); e ainda estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional) de modo a provocar impactos nesse universo (BRASIL/MEC, 2010, p. 7).

²⁸⁷ A justificativa do Estado brasileiro, em 23 de setembro de 1909, para a criação de um conjunto de Escolas de Aprendizes Artífices era a necessidade de prover as classes proletárias de meios que garantissem a sua sobrevivência, isto é, prover os “desfavorecidos da fortuna”, expressão contida no Decreto nº 7.566, assinado pelo então Presidente Nilo Peçanha no ato de criação dessas escolas, uma em cada capital federativa, com duas exceções apenas. (BRASIL/MEC, 2010, p. 10).

²⁸⁸ Contribui para esse redirecionamento a conjuntura internacional, entre ele, a Segunda Guerra Mundial.

metrópole, mesmo após ter ocorrido a sua independência, não deixou as amarras das características de colônia, acontecendo apenas mudança de grau. “A independência era realmente uma promoção, que, no entanto, não alterava a natureza da situação histórica, simplesmente conferia requisitos formais importantes e rendia a guarda política do nosso território.” (RAMOS, 1957, p.12). Por um longo período, até o início da república, o poder econômico esteve nas mãos dos proprietários de terra, como diz Ramos (1957, p.12), “o sustentáculo do poder eram as oligarquias, e do compromisso entre elas resultava o governo nacional”. Ao governo cabia assegurar as condições de exploração às oligarquias, uma vez que a exportação de produtos agrícolas era a única forma de se integrar com as demais nações, numa condição de país periférico, controlado pelas nações hegemônicas.

No Brasil, a industrialização ocasionou o debate de alguns temas do ensino, originando algumas alterações superficiais, que constituiu um momento em que o país “começava a sentir, de forma ainda modesta, os efeitos da industrialização e da modernização”. (RAMOS, 2011, p.126). Na educação amplia-se o debate entre o ensino técnico e o científico e, sob a influência do desenvolvimento, as escolas profissionalizantes vão ao encontro do capital industrial, vinculando de forma mais direta as políticas de desenvolvimento econômico e consagrando como referência “qualificar mão de obra tendo em vista o seu papel estratégico para o país, característica típica de governos no estado capitalista moderno, no que concerne à sua relação com o mercado”, complementando essa característica com a “manutenção, sob controle social, dos excluídos dos processos de produção”. (BRASIL/MEC, 2010, p. 10).

Segundo as concepções e diretrizes dos Institutos Federais, “a partir de 1942, as Escolas de Aprendizes Artífices são transformadas em Escolas Industriais e Técnicas e com isso passam a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao secundário”. (BRASIL/MEC, 2010, p. 11). Nos anos seguintes, segundo esse mesmo documento, de 1956 a 1961 há um aprofundamento do Estado e da economia, a indústria automobilística se torna o ícone da indústria nacional, acompanhado de um intenso investimento de infraestrutura no país. No ano de 1959 acontece a transformação das escolas industriais em autarquias, denominadas de Escolas Técnicas Federais, visando a formação de mão de obra diante da aceleração da industrialização.

O período de 1964 a 1985 é caracterizado pela modernização da estrutura produtiva à custa do endividamento externo. Em 1971, surge o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (PNDE), que traz entre as suas prioridades a manutenção do alto nível do Produto Interno Bruto (PIB), o combate à inflação, o equilíbrio da balança comercial e uma melhor distribuição de renda. O I PNDE contém programas específicos e entre eles podemos citar a implantação de Corredores de Transportes, o Programa Petroquímico e o Programa de Comunicações, o que encaminha para a implantação de cursos técnicos em áreas afins. (BRASIL/MEC, 2010, p. 11).

No período acima citado, nos anos de 1970, ocorreu uma recessão econômica mundial, momento em que o Brasil faz o seu segundo Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico – II PNDE, período em que haverá alterações na política de educação profissional.²⁸⁹

A partir dos anos de 1990, o Brasil adentra em uma nova configuração, reconhecida como globalização, intensificando nesse processo “a aplicação das telecomunicações, da microeletrônica e da informática”, segundo as concepções e diretrizes dos Institutos Federais:

O cenário é de profundas e polêmicas mudanças: a intensificação da aplicação da tecnologia associa-se a uma nova configuração dos processos de produção. A linha de montagem com a robotização e a automação cede lugar à produção integrada. Há mudanças também nos processos produtivos no que se refere aos métodos de gestão e de manutenção. Nas relações comerciais, há abertura e desregulamentação dos mercados de praticamente todo o mundo atingido por esse fenômeno. (BRASIL/MEC, 2010, p. 12).

Nesse período o Brasil é marcado por uma instabilidade econômica, e também pela formação de técnicos em grande escala, “as políticas de desenvolvimento nesse período são inteiramente condicionadas às exigências dos organismos financeiros internacionais e, quase exclusivamente, as medidas intervencionistas estatais direcionaram-se para o controle da inflação”. (BRASIL/MEC, 2010, p. 12).

²⁸⁹ Em 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) transforma, de maneira compulsória, todo currículo do segundo grau em técnico-profissional, reflexo desse momento histórico. Um novo paradigma estabelece-se: formar técnicos sob o regime de urgência. Nesse tempo, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos. Em 1978, três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica, autorizados a formar engenheiros e tecnólogos, essa atribuição é conferida mais tarde a outras instituições de ensino. Com isso nota-se o estreito vínculo com as exigências da produção. (BRASIL/MEC, 2010, p. 11-12).

Nos anos seguintes há um debate, rediscussão com objetivo de promover uma reforma curricular, a fim de constituir uma nova pedagogia institucional. “O principal objetivo era alinhar as políticas e ações das instituições ao cenário, com destaque para aquele que demarcava as demandas sociais locais e regionais”. (BRASIL/MEC, 2010, p. 12). A característica dos Institutos Federais de estar ligada ao local em que atuam são os novos debates e atribuições às instituições federais de ensino que se consubstanciam na criação da rede federal de educação profissional.²⁹⁰

²⁹⁰ Aqui estão transcritos o passo a passo da expansão de 1994 a 2010, data prevista para o término da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, portanto: no *ano de 1994*, a Lei Federal nº 8.984 institui no país o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Essa medida anuncia a transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e abre caminho para que as Escolas Agrotécnicas Federais sejam integradas a esse processo. A implantação de novos Cefets só ocorre efetivamente a partir de 1999.

Em 1996, a Lei nº 9.394, de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, é aprovada e, no ano seguinte, o Decreto nº 2.208 regulamenta os artigos da nova LDB que tratam especificamente da educação profissional. A chamada “Reforma da Educação Profissional” é implantada dentro do ideário de Estado Mínimo, com fortes reflexos nas escolas federais de educação profissional do país. As mudanças estabelecidas pela nova legislação são profundas e cortam pela raiz o movimento de redirecionamento desenhado pelas instituições federais.

Em 1999, o processo de transformação das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, iniciado em 1978, é retomado. Na esteira desse mesmo projeto educacional, o governo brasileiro à época assinou convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a implantação do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep).

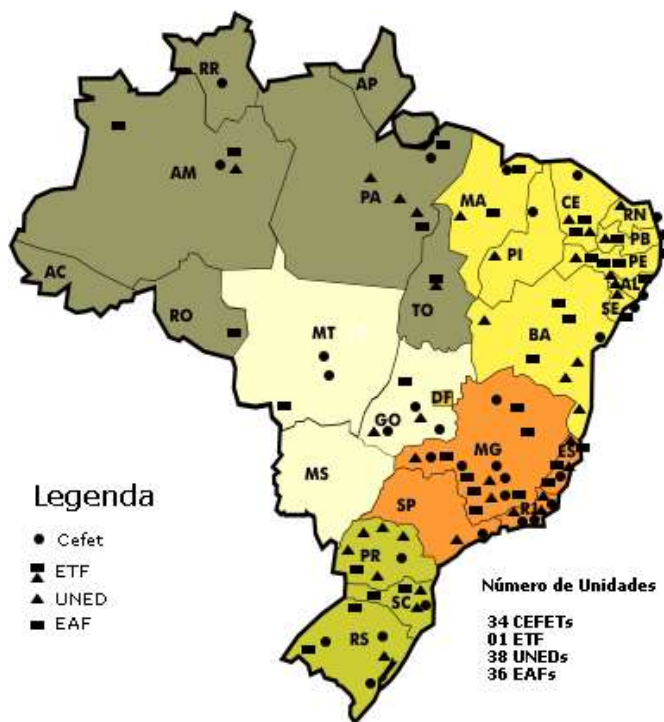
No *ano de 2003*, com o governo federal, são editadas novas medidas para a educação profissional e tecnológica. Há a substituição do Decreto nº 2.208/97 pelo Decreto nº 5.154/04, que elimina as amarras estabelecidas por aquele, que se traduziam numa série de restrições na organização curricular e pedagógica e na oferta dos cursos técnicos.

A primeira fase dessa expansão, iniciada em 2006, teve como objetivo implantar escolas federais de formação profissional e tecnológica em estados ainda desprovidos dessas instituições, além de outras, preferencialmente em periferias de metrópoles e em municípios interioranos distantes de centros urbanos, em que os cursos estivessem articulados com as potencialidades locais de geração de trabalho.

Na segunda fase da expansão, iniciada em 2007, que veio sob o tema “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país”, estava prevista a implantação de 150 novas unidades de ensino, totalizando a criação de 180 mil vagas ofertadas na educação profissional e tecnológica. Com isso, projetava-se uma rede federal de educação tecnológica para 500 mil matrículas até 2010, quando a expansão estivesse concluída e na plenitude de seu funcionamento. (BRASIL/MEC, 2010, p. 12-13).

Expansão da Rede Federal

Mapa 1: Expansão da rede federal até 2002



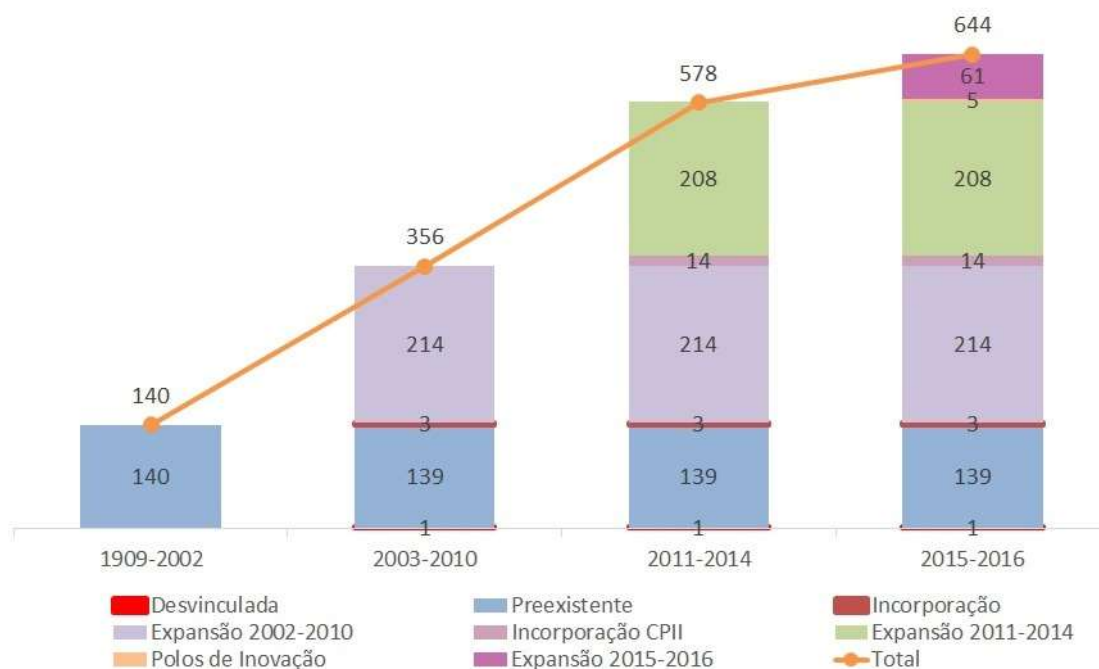
Fonte: <http://redefederal.mec.gov.br/historico>

Mapa 2: Expansão da rede federal até 2010



Fonte: <http://redefederal.mec.gov.br/historico>

Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades



Fonte: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>

Os mapas e gráfico, demonstram que a Rede Federal vive a maior expansão de sua história, saltando de 140 unidades de 2002 para mais de 600 unidades em 2014. A interiorização foi marcante, com efetiva atuação das unidades dos municípios participando das políticas públicas educacionais.

A dimensão ideológica da educação profissional, no governo a partir de 2003, aflora um descompasso com relação às políticas anteriores desenvolvidas, “se o fator econômico até então era o espectro primordial que movia seu fazer pedagógico, o foco a partir de agora desloca-se para a qualidade social”. (BRASIL/MEC, 2010, p. 14).

Portanto, aos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, comprometidos com a educação básica e profissional, incorporando também o *status* de universidade, cabia-lhes ofertar a educação superior e pós-graduação. São regidos pela lei de criação nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Esse quadro de novas instituições, cursos de maneira significativa, é questionado a sua atuação.

4.2.3 A proposta dos institutos federais enquanto política pública

A criação dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica será observada como uma ação concreta das políticas públicas, e neste item será exposto o que reza a lei de criação e sua estrutura educacional.

Os institutos devem ter forte atuação social, respeitar as características e os arranjos produtivos locais e ter por objetivo o desenvolvimento de todos os setores em que estão inseridos, observando a lei de sua criação que determina a modalidade de oferta, na qual cinquenta por cento das vagas deve ser destinada ao ensino técnico, vinte por cento às licenciaturas e trinta por cento aos cursos de graduação e pós-graduação. (Lei nº 11.892, Seção III, item VI, letra 'E', Art. 8º).

Na lei de criação dos institutos federais está normatizado um amplo conjunto de atividades educacionais, contemplando de modo geral toda a sociedade. Essa criação é defendida pelo Governo e sua equipe como fator estratégico para fortalecer o processo de inserção cidadã. Entre as propostas concebidas para os IFs, que fazem parte da lei de criação, está a “oferta de educação profissional, levando em conta o avanço do conhecimento tecnológico e a incorporação crescente de novos métodos e processos de produção e distribuição de bens e serviços”; em seguida, destaca-se uma das questões referentes às suas prioridades, a “atuação prioritária em cursos técnicos, de tecnologia, iniciação profissional e formação continuada de trabalhadores nos diversos setores da economia” que reforça a ênfase de se levar em conta as “tendências do setor produtivo e o desenvolvimento tecnológico industrial”. Além disso, nela está realçada a necessidade da “especialização, aperfeiçoamento e atualização de trabalhadores em seus conhecimentos científicos e tecnológicos”, como também a “qualificação e atualização de jovens e adultos, independentemente do nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no mercado de trabalho”. (Lei nº 11.892, Seção II, Art. 6º).

Pela lei de criação dos institutos federais de educação, a educação profissional compromete-se a estar em sintonia com a realidade local, regional e os sujeitos envolvidos na instância formativa, numa integração da formação com o mundo do trabalho. Além disso, deve distanciar-se da tendência de ser um projeto isolado, desvinculado da realidade.

O diferencial, segundo o Governo, para essa proposta de educação profissional, está no *deslocamento para o social* enquanto processo de formação humana; é o potencial estratégico que o Governo Federal delega à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, de se preocupar com o desenvolvimento da realidade local, buscando melhores condições sociais para a população geograficamente envolvida.

Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social. (BRASIL/MEC, 2010, p. 18).

Segundo esse projeto, a educação profissional tem um perfil que não pode ficar restrita à dimensão formal ou às funções ocupacionais do trabalho, ela se desenvolve no entrecruzamento das competências cognitivas e comportamentais das relações sociais e produtivas, com a finalidade de produzir as condições necessárias à existência.

A acuidade da formação profissional deve ser uma expressão de totalidade das relações humanas, tendo em vista que a ação dos profissionais que saíram dessas instituições tem espaços que interferiram nas formas de tratamento da vida humana. Dessa forma, “os Institutos Federais fundamentam-se em uma ação integrada e referenciada na ocupação e desenvolvimento do território, entendido como lugar de vida”. (BRASIL/MEC, 2010, p. 15). O elemento que norteará as ações é a melhor qualidade das relações humanas.

A criação dos institutos federais, segundo as *concepções e diretrizes*, tem a intenção de superar a condição da subserviência da educação e por sua vez o ser humano ao “aparelho ideológico do Estado”, expressão dos interesses e valores da classe dominante, que reflete, em seu interior, as contradições de uma sociedade. (BRASIL/MEC, 2010, p. 15). Portanto, os documentos trazem a formalização da crítica, como espaço de superação, trazendo à tona as diferentes concepções ideológicas.

4.2.3.1 O Instituto Federal do Paraná (IFPR)

Faz parte da Rede Federal e é um dos 38 institutos federais de educação ciência e tecnologia criados pela Lei nº 11.892. É proveniente da antiga Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná²⁹¹ e possui, em seu histórico, uma sólida

²⁹¹ **Primeiro período** (1869): A Escola Alemã – A Colônia Alemã de Curitiba passa a dar funcionamento regular à Escola Alemã. **Segundo Período** (1914): O Colégio Progresso – A comunidade brasileira conquista espaço dentro da Escola Alemã. O então professor Fernando Augusto Moreira liderou o processo de nacionalização da Escola, que passou a chamar-se Colégio Progresso ou Academia Comercial Progresso. **Terceiro Período** (1941): A Escola Técnica de Comércio – O Colégio Progresso é adquirido pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná. Nesse período, passou a ser denominada de Escola Técnica de Comércio, anexa à Faculdade de Direito da UFPR. Em 22 de janeiro de 1974, por decisão do Conselho Universitário, a Escola é

experiência na formação de técnicos e tecnólogos, acumulada ao longo dos anos. Em razão da sua expansão pelo Estado do Paraná²⁹², são-lhe atribuídas novas incumbências que, por sua vez, trazem novas dificuldades e necessidades.

Expansão do Instituto Federal do Paraná



Fonte: <http://ifpr.edu.br/>

integrada à Universidade Federal do Paraná, vinculando-se ao setor de Ciências Sociais Aplicadas, sob a denominação de Escola Técnica de Comércio da Universidade Federal do Paraná. Em 1990, durante a reorganização administrativa da UFPR, sua nomenclatura mudou novamente para Escola Técnica (ET) da Universidade Federal do Paraná. Em 1994, por decisão dos governos Federal e Estadual, a rede pública de ensino deixa de ofertar cursos técnicos. Com isso, a demanda da Escola Técnica da UFPR aumenta expressivamente, passando de 360 alunos para 1.453, em 1998. Em 1997, a Escola Técnica é elevada à categoria de Setor da UFPR. **Quarto período:** O Instituto Federal do Paraná, em 19 de março de 2008 – O Conselho Universitário da UFPR autoriza a implantação do Instituto Federal do Paraná com base na estrutura da Escola Técnica. Por esse motivo, a ET é autorizada a desvincular-se da UFPR para aderir, sediar e implantar o Instituto Federal. Em 29 de dezembro de 2008, o então presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva sanciona a Lei n.º 11.892, que cria 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia. A Portaria do dia 7 de janeiro de 2009 nomeia 38 reitores dos Institutos Federais de todo o Brasil. Em 29 de Janeiro de 2009, o Ministro à época, Fernando Haddad, deu posse, em Brasília, aos 38 reitores nomeados. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/menu-institucional/institucional/linha-do-tempo/>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

²⁹² O IFPR está presente em 26 cidades, com 21 campi: Assis Chateaubriand; Campo Largo; Cascavel; Capanema; Colombo; Curitiba; EaD (Curitiba); Foz do Iguaçu; Irati; Ivaiporã; Jacarezinho; Jaguaraiava; Londrina; Palmas; Paranaguá; Paranavaí; Pinhais; Pitanga; Telêmaco Borba; Umarama; União da Vitória e 5 campi avançados: Astorga; Barracão; Coronel Vivida; Goioerê; Quedas do Iguaçu e 3 futuros campi: Bandeirantes, Guairá e Lapa. Contempla mais de 23 mil alunos. O IFPR oferece à comunidade paranaense 39 cursos técnicos presenciais, 11 cursos técnicos na modalidade a distância, 18 cursos superiores presenciais, três cursos de especialização na modalidade presencial e um curso de especialização na modalidade a distância. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/menu-institucional/institucional/>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

O mapa acima mostra as fases de expansão do Instituto Federal do Paraná, o plano, em sintonia com a Rede Federal, é de estar presente na maioria dos municípios, contemplando inicialmente os de maior densidade demográfica, atendendo as políticas públicas formuladas pelo governo.

4.2.3.1.1 A identidade e os compromissos do IFPR

O Instituto Federal do Paraná, ao constituir sua nova razão institucional, em dezembro de 2008, com a criação dos Institutos Federais de Educação, representa uma história de compromisso com a educação e a comunidade de cada município onde se faz presente, que se inicia, em 1869, com a criação da Escola Alemã, incorporada à Universidade Federal do Paraná, em 1941, em decorrência dos conflitos políticos da Segunda Guerra Mundial, por ter origem alemã, quando então passou a ser denominada de Escola Técnica de Comércio.

O Instituto Federal do Paraná, em compromisso com o atendimento às crescentes demandas sociais, ampliou suas áreas de atuação, anteriormente restritas às áreas de informática, saúde, administração, constituindo-se em Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, denominação assumida a partir de dezembro de 1990.

Há um discurso subjetivo²⁹³ com relação às alterações que aconteceu na Escola Técnica de Comércio até a sua designação como Instituto Federal do Paraná, estando implícito um objetivo de reorganização da educação profissional em relação às exigências do mercado.

A história dessa instituição acontece quando o significado e a importância do desenvolvimento são lançados para os países pobres, países do terceiro mundo ou países periféricos. Segundo Cardoso, cria-se uma *ideologia do desenvolvimento* e sobre ela operam seus deslocamentos, reduções e recalques, diz ela, “são cruciais os deslocamentos que promovem para o econômico, que se torna o campo privilegiado de análise, de discussão e de ação, e para o futuro” (FREIRE; BECHER, 2013, p. 210).

²⁹³ O discurso subjetivo, subentende os reais motivos para a ampliação das escolas técnicas, o Brasil está passando por momentos propícios, um relativo crescimento econômico, para isso necessita de técnicos, necessita de trabalhadores qualificados. A realidade do país ante aos investimentos, ao crescimento e expectativas é de extrema necessidade, o país não dispõe de pessoal qualificado, demanda gerado pela “retomada do crescimento”, necessita urgente alterar esse quadro. Portanto essa é uma das razões se classificar de discurso subjetivo, o real motivo, ainda é o econômico.

O Brasil, país de terceiro mundo, passa a fazer parte do curso da história do capitalismo mundial, priorizando o econômico sob as demais expressões da sociedade e ocupando gradativamente todos os espaços.

Foi nessa lógica que a *nova institucionalidade*, enquanto Instituto Federal de Educação, iniciou sua integração ao Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE) do Ministério de Educação e Cultura, em 2008, da qual resultou sua autonomia em relação à Universidade Federal do Paraná, reaparecendo uma expressão cunhada na história da educação profissional: o compromisso histórico com a educação cidadã para o trabalho e para a tecnologia como impulso para a construção de uma sociedade mais democrática, nos planos regional e nacional.

Essa *nova instituição* emerge com o desafio de criar uma *nova identidade*, enraizada na história, projete o IFPR como protagonista da transformação social, mediante o atendimento às necessidades sociais que se acentuam neste século XXI, mais precisamente a partir deste ano de 2014, nas esferas social, política, econômica e cultural, marcadas pelos distanciamentos sociais, pelas ideologias e pelo enorme poder da mídia.

Os desafios vão se ampliando á medida que se toma conhecimento de que no terceiro mundo o neoliberalismo tornou-se sinônimo de “aplicar o que dita a ortodoxia econômica do Banco Mundial e do FMI” (BRAGA, 2000, p. 56), ainda segundo ele, nenhuma decisão é tomada sem o consentimento da “tecnoburocracia mundial do FMI”, dessa forma a lógica da colonização permanece inalterada.

Desafio que a nova Instituição de Ensino, ao incorporar a história, assume fundamentando-se no compromisso com a formação humana de um cidadão omnilateral, reconhecendo o trabalho como uma dimensão constituinte do ser social e um fator de inclusão social. O IFPR, ao projetar-se para o futuro, incorpora o reconhecimento de que o desenvolvimento só será possível mediante a transformação social, para isso, deve estar contemplada nos planos econômicos e políticos a dimensão humana de desenvolvimento.

A ideologia do desenvolvimento inculca tão profundamente o crescimento econômico como valor primeiro na sociedade, que nesta sociedade se passa em geral a acreditar que este é ‘o’ ‘seu’ ‘destino’ ‘promissor’, sempre deslocado para o futuro. (FREIRE; BECHER, 2013, p. 210).

Conforme Cardoso (2012), a crença no mito do desenvolvimento obstrui o pensamento crítico sobre a realidade, desviando a produção do conhecimento de questões centrais que poderiam proporcionar uma transformação efetiva da sociedade.

Segundo a nova institucionalidade, é necessário promover a transição para uma identidade institucional que tenha uma história centrada na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, orientadas para a formação humana e o desenvolvimento social, compreendendo que o eixo central não são as máquinas, as estruturas, as organizações, mas sim o homem e sua consciência de mundo, que passam a ser o desafio da construção educacional do IFPR.

O projeto do Instituto Federal do Paraná a exemplo dos demais institutos presentes nos outros Estados está voltado a superar os constantes desafios, sendo o primeiro deles, aclarar o conceito de desenvolvimento e pelo qual se desenvolve os projetos institucionais. Nesta compreensão de desenvolvimento está ideologicamente diluída os interesses do mercado. Isto posto, coloca novos desafios com relação à formação de subjetividades eticamente orientadas e socialmente responsáveis, capazes de compreender o seu tempo mediante a apreensão da complexidade das relações sociais e produtivas, com vistas a responder aos desafios decorrentes dessas relações.

Seguir a lei 11.892 de criação dos Institutos Federais, as concepções e diretrizes dos Institutos Federais e documentos que orientam a sua atuação, estão no sentido da superação do domínio de conhecimentos produzidos, avançando sobre domínios metodológicos da pesquisa e de abordagens críticas, que permitam partir do já conhecido para construir novos conceitos, processos, produtos e relações sociais. Para tal, a pesquisa e a extensão passam a ser indispensáveis. Segundo esses documentos mencionados acima, o perfil da educação profissional e tecnológica passa agora a incorporar o desenvolvimento de competências investigativas, com vistas à inovação, o que só será possível mediante a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Dada a complexidade que envolve o contexto nacional, nas suas esferas social, política e econômica, reportando-se diretamente ao ensino, a discussão sobre um programa de formação para professores é candente. São desafios que a nova institucionalidade abarca, uma formação de professores, solidamente capacitados nas áreas do conhecimento, trabalho, ciência e da educação.

A formação de professores constitui uma das preocupações da maioria das políticas públicas da esfera federal, estadual e municipal e das muitas instituições de ensino, mas nem por isso tem se chegado a galgar alterações significativas. Entre as razões dos frágeis resultados decorrentes da perspectiva crítica está a falta de continuidade das políticas públicas, o entendimento da educação e mesmo da formação para professores, aparecendo uma diversidade de percepções.

Está presente no Instituto Federal do Paraná um entendimento de que os professores precisam estar preparados para desenvolver práticas pedagógicas que superem a pedagogia tradicional focada na memorização de conteúdos e na quantidade, de forma que permitam aos estudantes apropriar-se, ao mesmo tempo, de conteúdos e métodos mediante seu protagonismo no ato de aprender e na leitura de mundo.

Vieira Pinto vai entender que a percepção do professor necessita fazer mudanças, de expositor de um conhecimento já elaborado para o desvelamento da aprendizagem, em que a apropriação do já conhecido seja uma etapa para a produção de significados e conhecimentos novos, portanto cabe ao professor a conduta de participante e facilitador dos meios necessários à leitura do mundo.

Há, contudo, no processo de construção da identidade do IFPR, a necessidade de considerar as suas dimensões específicas em cada município, uma vez que as já apontadas são comuns à natureza dos institutos federais. Ideias que precisam ser avançadas logo mais, visto conterem inicialmente duas abordagens: a primeira, em relação ao entendimento da absorção *ideológica de desenvolvimento* presente em seu processo educativo, que contempla os interesses do sistema, em cada campus do Instituto Federal do Paraná em uma política de Estado voltada para proporcionar esse “desenvolvimento”. Despidos de seus elementos críticos, estariam expandindo e assegurando as práticas capitalistas; a segunda, diz respeito a resistências que acontecem no interior de cada unidade, devido a atuação isolada de alguns professores que, estando dentro do sistema, não se deixam cooptar por ele, formuladores que são de uma leitura crítica de mundo.

É preciso explicitar, deste modo, como essas dimensões da identidade geral dos institutos se articulam com a especificidade da área de atuação do IFPR em um dado município, embora essa atuação específica não se explique em si mesma, mas em suas relações sociais, culturais, históricas e econômicas que se entrelaçam para gerar a complexidade do desenvolvimento.

Isso significa desencadear, em cada unidade, um processo que garanta os meios de acesso à educação por parte de uma ampla parcela da população. Uma educação que ultrapasse os interesses da elite, visto que a ela não lhe interessa, já que desfruta as melhores condições econômicas na sociedade. Desse modo, a educação torna-se uma ameaça para a elite, pois esta tem medo da mudança. Pacheco e Morigi (2012, p. 12), afirmam que “Necessitamos criar outra concepção de educação, outra escola, em que as deficiências estruturais fiquem para trás e se produza uma nova proposta pedagógica, com um esforço permanente de investigação e busca.”

Somam-se estas, as compreensões dos processos e estruturas, o diálogo crítico fundamentado em aportes históricos, a resistência as falas e estruturas mentais burguesas, a possibilidade de superação dos limites impostos pelo modelo econômico. Segundo as pesquisas realizadas por Xavier, com relação a atuação da escola junto a sociedade:

A escola mais reflete do que se reflete na sociedade brasileira; ela não transforma a sociedade, mas tende a reforçar a ordem, e sua defesa como instrumento de promoção social acaba explicando a miséria social como resultado da incompetência individual, e assim por diante. São poucas as possibilidades de superação dessa situação sob o capitalismo. (XAVIER, 2005, p. 10).

A abordagem de Xavier, ao expor os limites da escola, compreendida como mais uma instituição dentro de uma conjuntura social, com suas influências e limitações, em países periféricos, chama a atenção para o fato de a escola, na tentativa de reverter o cenário ideológico de dominação, acabar por fortalecer o sistema, exercendo “involuntariamente um instrumento de alienação do pensamento neoliberal”. (XAVIER, 2005, p. 10). Neste mesmo sentido, Pereira (2011, p. 17) diz: “quem tem poder econômico tende a dar dimensão universal aos seus interesses, com o propósito de criar consenso e diminuir resistências, criar consentimentos – isto é ideologia”. Há uma audácia do “mercado” relacionado ao seguinte entendimento, segundo Vieira Pinto (2005b, p. 726), “ninguém hoje defende a escravidão do gênero antigo; há modos sutis de chegar ao mesmo resultado com argumentos modernos”. Modos desenvolvidos e aparados por instituições de ensino, presente e defendidas nas políticas públicas, pensamentos sutis entranhado nas propostas educacionais que levam a um desserviço das instituições de ensino

federais, entendidas de Institutos Federais, que corroboram com o sistema e de certa forma estancando com a visão crítica. Este é o conflito que está presente no interior das propostas pedagógicas dos institutos federais de educação, de serem potenciais legitimadores e desenvolvedores da ideologia do mercado.

Uma das características notadas nas obras de Vieira Pinto é de estar a dialogar nas estruturas e conjunturas, a de ultrapassar as avaliações temporais restritas a um tempo, uma vez que as políticas públicas, os planos e ações governamentais podem trazer elementos ideológicos, favorecendo o pensamento da classe burguesa, detentora de maiores recursos econômicos, que conflita com a ideia de que “a verdadeira finalidade da produção humana consiste na produção das relações sociais, na construção das formas de convivência”. (2005b, p. 169).

4.2.4 Educação profissional na perspectiva crítica de Álvaro Vieira Pinto

Neste subtítulo, a aproximação dos institutos federais, como Política Pública, com o pensamento de Álvaro Vieira Pinto tem como finalidade estruturar um diálogo para entender a educação profissional como superação das estruturas erigidas por séculos no Brasil, que estavam a serviço de grupos dominantes e atendiam a seus interesses, promovendo uma educação “funcionalista, estreita a atender aos objetivos determinados pelo capital, no que diz respeito ao interesse por mão de obra qualificada”. (BRASIL/MEC, 2010, p. 20).

Para compreender o posicionamento acima descrito relacionando a educação profissional na perspectiva crítica de Vieira Pinto, está presente duas situações: a) A educação profissional ao longo de sua história esteve voltada para atender ao capital, há uma burguesia transvestida que não pretende romper com a histórica atuação da educação, voltado ao projeto de desenvolvimento neoliberal orientado por organismos internacionais, e tão pouco, por meio desta, proporcionar conhecimentos e uma qualidade de ensino. O projeto de educação profissional brasileiro esteve voltado para atender os interesses dos grupos financeiros na formação de mão de obra habilitada, rápida e barata. b) As políticas públicas, e dentre elas, a da criação dos Institutos Federais de Educação, tendo por base seu documento de criação e as concepções e diretrizes, vem na contra mão deste projeto burguês relacionado anteriormente, nele está explicitado uma política de emancipação da classe trabalhadora. Portanto aparentemente existe uma ambiguidade, no entanto está se distinguindo um projeto planejado como ideal para

a sociedade brasileira, ante a uma corriqueira prática educacional mantida por longos tempos para atender a classe dominante, e ao grande capital.

Neste sentido o documento de criação dos Institutos Federais juntamente com as concepções e diretrizes estão sincronizados com o pensamento de Vieira Pinto, ao propor meios para a resistência e identificação da dominação que instaurou na sociedade capitalista.

Logo, é possível afirmar que as *concepções e diretrizes dos Institutos Federais* estão em profunda sintonia com o pensamento de Vieira Pinto, na sua concepção de desenvolvimento abarca um conjunto de características de desenvolvimento humano ao mesmo tempo em que exigem que as estruturas externas sejam modificadas. Tanto as concepções e diretrizes dos Institutos Federais, quanto Vieira Pinto, quando contraposto às propostas atuais de desenvolvimento, se interpõem aos projetos neoliberais. Para ele, o desenvolvimento implica atender demandas sociais, culturais, econômicas e políticas, e discutir educação é antes de qualquer coisa, uma concepção de ser humano voltada para a sociedade, orientada para um desenvolvimento econômico, político, social e cultural, por sua vez direcionado para um processo de emancipação das consciências e do país. (PINTO, 1991, p. 37).

A educação profissional, no modelo desenvolvido até então, não é vista em si mesma, mas em sua base existe um conjunto de interesses, geralmente de orientação econômica. Nessas circunstâncias, o Estado assume um papel de preparador de mão de obra especializada para a iniciativa privada, visto esta ter se eximido dessa responsabilidade ao transferir para o Estado essa função. Contudo, essa atuação dos órgãos governamentais não causa estranheza aos cidadãos, graças à sua ideologia, ao amplo papel da mídia e à força da classe detentora do poder de mando de reificar atuações.²⁹⁴

As relações de poder convergem para a educação estar voltada à centralidade do mercado, fortalecendo a hegemonia do desenvolvimento industrial, e, por extensão, uma educação profissional que exerce um caráter pragmático.

²⁹⁴ A entrevista de Cardoso contribui para entender os meandros políticos e econômicos resignificados através da semântica ideológica, quando diz: “Também de forma decisiva, contribuíram e continuam a contribuir as empresas de comunicação, que se adquiriu o hábito de chamar genericamente de ‘mídia’, o que, mais do que camuflar, esconde os interesses específicos a que são vinculadas. Algumas dessas empresas vieram a se constituir como grandes corporações, cujos investimentos específicos em meios de comunicação englobam emissoras de rádio, de televisão, jornais, revistas, portais de internet, produtoras de filmes, editoras, etc.”. (FREIRE; BECHER, 2013, p. 214).

Segundo as mencionadas *concepções e diretrizes*, “de fato, as instituições federais, em períodos distintos de sua existência, atenderam a diferentes orientações de governos”. (BRASIL/MEC, 2010, p. 20). É sabido que estas não gozam de autonomia, mas a falta de consistência é a fragilidade aos “ventos que sopram” demonstram a ausência de projeto político educacional voltado para a nação brasileira.

Por mais que o Brasil tenha sido inserido em um contexto histórico do capitalismo, algumas situações internas contribuíram para assegurar o projeto ideológico de desenvolvimento. Neste sentido, observa-se que os trezentos anos do período colonial construíram a estrutura social mantida até hoje, evidenciando as distâncias sociais e econômicas entre as classes, criando uma fratura social entre ricos e pobres, dominantes e dominados. Além dessas características, promoveu-se a subordinação da economia brasileira ao mercado internacional, aos caprichos da burguesia internacional, com a participação da burguesia nacional e o consentimento do Estado.

A educação profissional está voltada para a qualificação do trabalhador do mercado de trabalho, um adestramento que contém um poderoso elemento ideológico para mantêm a hegemonia de uma classe, e o desvio do centro de interesse²⁹⁵ para a área do trabalho, em nada contribui para o processo histórico. Vieira Pinto ressalta que a simples exaltação do trabalho não beneficia em nenhum aspecto o trabalhador, somente leva a criar um maior rebanho de explorados, mesmo que de nível superior e com uma cultura intelectual mais elevada. A qualificação para o simples exercício profissional resulta em uma maior expropriação do trabalhador, abstraindo dele a capacidade crítica, criativa e sua cultura, o que reforça a ideologia do desenvolvimento.²⁹⁶

Diante desse contexto, como avançar do pragmatismo da educação profissional de interesse da classe dominante para uma educação entendida como

²⁹⁵ O “centro de interesse” é extenso, existindo prioridades em cada momento, tais como: educação, miséria, fome, transporte, segurança; entretanto, o desvio ideológico que interessa ao grupo dominante está no distanciamento entre as classes, na dificuldade de acesso da classe trabalhadora aos bens e serviços e na supremacia de matizes teológicos da burguesia.

²⁹⁶ Xavier ajuda a compreender a ideologia do desenvolvimento, altamente discutida por Vieira Pinto, segundo ele, “As ideologias do desenvolvimento ganharam forma no mundo capitalista do entre-guerras e, definitivamente, no pós-guerra. Foi aí que se propagou mundialmente a bandeira da educação para o desenvolvimento, cujos desdobramentos pedagógicos atingiram seu ápice com a ‘teoria do capital humano’, expondo aí, desastrosamente, sua natureza expropriadora da própria essência humana que supostamente visava a desenvolver e promover”. (XAVIER, 2005, p. 12).

processo voltada para as classes populares, trabalhadoras, e desenvolva a visão crítica de mundo? O que se propõe com a criação dos institutos federais é uma “outra dimensão”, é identificar neles a possibilidade de construir em seu interior,” “por dentro deles próprios”, um movimento endógeno, não adotando algo pronto acabado e já delineado. Essa ideia está em sintonia com o que Vieira Pinto pensava sobre a educação para o Brasil, um projeto nacional, radical, de desenvolvimento²⁹⁷, crítico, destinado a retirar o país do estado de subdesenvolvimento.²⁹⁸

A proposta de Vieira Pinto, é uma proposta de mudança para perceber a educação profissional numa correlação de forças em uma sociedade desigual, que reduz o ensino a uma prática econômica com fins econômicos, Vieira Pinto com o conceito de amannualidade, entender que no exercício cotidiano educacional, a partir do enfrentamento dos projetos neoliberais, engendra a compreensão e superação.

Com o conceito de amannualidade, Vieira Pinto acentua o que antes era tomado como arma e principal ingrediente de dominação, tornar-se ingrediente de libertação, de condições objetivas intelectuais para o desenvolvimento autônomo. A educação é dessa forma um pressuposto para o desenvolvimento, a educação como uma estância política e cultural da classe trabalhadora.

Essa postura estabelece a realidade nacional um local de luta, onde as disputas são travadas no âmbito do Estado e da sociedade civil, esse “lugar” é entendido como território²⁹⁹. Segundo as *concepções e diretrizes* dos Institutos Federais, “seria recorrer ao local e ao regional para conciliar a antinomia local versus global na perspectiva da sua superação”. (BRASIL/MEC, 2010, p. 21). O conceito de território trazido pelas *concepções e diretrizes dos institutos federais*, está repleto de leis, regulamentações, uma constituição cidadã, ainda que carecendo de regulamentações, como também o cumprimento dos seus enunciados, entretanto,

²⁹⁷ O conceito de desenvolvimento de Vieira Pinto distancia-se do favorecimento de minorias que gozam de condições e detém recursos, ao contrário, tem como base ser “transformador da realidade”, diz ele, “o verdadeiro desenvolvimento tem papel universalmente libertador”. (2005a, p. 303).

²⁹⁸ A crítica formalizada por Vieira Pinto sobre o “desenvolvimento e subdesenvolvimento”, está voltado na percepção de que esse conceito vem dos *países de centro*, enquanto que aos *países periféricos* cabe assimilá-lo, desde o conceito elaborado para eles, até as estratégias de como sair desse “estágio”. O termo “estágio” também absorve nuances ideológicas, pois pressupõe um caminho previamente percorrido, adotado como modelo, que, taxativamente, vai chegar a um ponto previsto. Os países periféricos, também entendidos como de terceiro mundo, estão dentro de uma teia ideológica sem fim.

²⁹⁹ O conceito de território nas *concepções e diretrizes* do Instituto Federal, é fundamentada na obra de Santos e Silveira, *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Uma percepção ampla de território, visto como: “a extensão apropriada e usada” um sinônimo da área de vivência, e, prescinde da existência de Estado. De acordo com ele a territorialidade humana compreende a preocupação e construção do futuro.

evidencia distanciamento na prática. Nesse sentido preexiste a ambiguidade, teoria e prática não formam uma unidade. Essas características novamente se retomam o conceito de amannualidade para compreender as contradições aqui enunciadas que estão presentes na realidade nacional. Segundo Vieira Pinto, para transformar da realidade é preciso compreender o homem e suas circunstâncias, entender a realidade local e sua percepção de mundo. A partir do que se “tem em mãos”, parte-se para pensar em um projeto de país, logo, o que é pensado tem aderência à realidade, ele é expressão da sociedade.

O conceito de amannualidade é uma das contribuições de Vieira Pinto quando se refere a realidade, evitando assim a superficialidade, a termos e conteúdos que não representam a totalidade e não possibilitam a compreensão verdadeira dos fatos³⁰⁰

A territorialidade, o regional e o local, é uma resistência à uniformização do mercado, em relação a produtos, educação, cultura, com esse pensamento se estabelecer uma correlação de forças com a ideia de globalização, bem como ao sistema neoliberal que insistem em uniformizar e descaracterizar os espaços de resistência. Portanto, as propostas estão colocadas no sentido da superação de uma identidade global.

A sintonia do pensamento de Vieira Pinto e as concepções e diretrizes dos institutos federais estão presentes na construção de caminhos alternativos, com vista ao desenvolvimento a partir da realidade social, em que há uma via dupla e aqui, segundo as diretrizes, os institutos federais aparecem como “potencializadores de uma educação que possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade”. (BRASIL/MEC, 2010, p. 22). De acordo com Vieira Pinto (1979, p. 4), a educação enquanto processo interativo, deve extrair e problematizar a realidade social:

³⁰⁰ *A compreensão verdadeira dos fatos*, está se referindo a reprodução ideológica de conteúdos em cursos, pelos quais são criados defensores passivos da lógica excludente do mercado. Para exemplificar, Vieira Pinto, crítica os cursos de administração, nota que são trabalhados conteúdos: “Produto interno bruto”, “consumo”, “circulação de mercadoria”, “valor”, “salário”, “lucro”, como se esses conteúdos proporcionassem uma compreensão da realidade. Exclui-se o “modo de produção”, a “exploração”, “mais valia”, alguns centrados em dados estatísticos que não expressão a realidade.

Para o país que precisa libertar-se política, econômica e culturalmente das peias do atraso e servidão, a apropriação da ciência, a possibilidade de fazê-la não apenas por si, mas para si, é condição vital para a superação da etapa da cultura reflexa, vegetativa, emprestada, imitativa, e a entrada em nova fase histórica que se caracterizará exatamente pela capacidade, adquirida pelo homem, de tirar de si as ideias de que necessita para compreender a si próprio tal como é e para explorar o mundo que lhe pertence, em benefício fundamentalmente de si mesmo. A ciência só pode tornar-se um instrumento de libertação do homem e do seu mundo nacional se for compreendida por uma teoria filosófica que a explique como atividade do ser humano pensante e revele o pleno significado da atitude de indagação em face da realidade natural e social.

Os passos significativos da sociedade para sair de uma condição de subserviência ao grande capital nacional e internacional e de uma condição alheia a de seu controle, outras vezes alienados, virá por meio da consciência crítica, da inquietude diante da realidade nacional e do que compõe o entorno como princípio gerador de compreensão das correlações de forças.

A educação brasileira é composta de uma variedade de elementos internos e externos, constituindo assim sua estrutura básica de ação, portanto, para entendê-la, é preciso fazer a relação conjuntural de cada tempo histórico, pois, em sua maioria, as explicações sobre a educação brasileira são encontradas fora do país. A maioria dos planos e projetos educacionais foi delineada *em vista de, em função de, e a partir de* indicadores e diretrizes externas. A ramificação estrutural desse pensamento é perceptível em Vieira Pinto (1986, p. 39), da seguinte forma:

Vemos que a alienação reina sem oposição nos recintos universitários, porque a casa que deveria ser o lar da autêntica cultura nacional, é, por enquanto, habitada por gente que entende por cultura o que aprende nos livros estrangeiros, o que observa nas viagens ao exterior, o que escuta dos “técnicos” e “especialistas” que mandam buscar lá fora para nos virem dizer o que somos, e o que devemos fazer. Não estando voltada para a realidade do país, desvinculada das massas trabalhadoras, única origem da verdadeira cultura para nós, essa gente faz-se caudatária do saber alheio, que repete mal, em lições confusas, em razão do conflito que obscuramente percebe existir entre o que diz e o mundo ao qual pertence.

O retrato que Vieira Pinto faz das universidades da década de 1960 ainda é válido hoje, tendo em vista que a prática pouco mudou. Segundo ele, as universidades³⁰¹ se encontram destituídas de consciência da realidade nacional,

³⁰¹ Vieira Pinto instiga a ação da universidade nesse sentido, porque mesmo mantendo uma característica de submissão, incorporação de tecnologias prontas, características de reformismo e, por sua vez, o restrito e seletivo grupo de estudantes que dela saíam repetindo as ideologias, havia

submissas ao poder econômico e às forças sociais dominantes, precisando se constituir como alternativa de resistência, transformando-se no verdadeiro centro de pensamento, que sacuda a alienação que as oprime. (1986, p. 87). Por mas que a análise de Vieira Pinto seja drástica, ela evoca um remodelar de ação da universidade, de distanciamento das praticas gerenciais e administrativas.

Assim sendo, a educação está estruturada como fator de instrumentalização de serviços básicos, estanques e emergenciais da sociedade, mantendo inalterado o estágio de consciência de seus estudantes, e organizada segundo uma pedagogia ideológica da classe dominante, ofuscando a centralidade do debate que permanece na periferia³⁰², fazendo com que ele seja travado apenas na superfície da realidade.

Para Vieira Pinto, a construção de um projeto educacional que esteja em sintonia com a realidade brasileira fica estagnada por falta de interesse da classe dominante, uma vez que essa alteração não lhes importa e nem os representa. Isso está contemplado desde as primeiras finalidades da educação brasileira, explicando, assim, a razão dos descontínuos projetos e rupturas das propostas, algumas delas sem serem levadas a cabo, outras sendo postergadas para uma nova fase, nova proposta e meta seguinte.³⁰³

Segundo Vieira Pinto, não se pode perder de vista que a educação contém uma essência alienada, promovendo uma função desambientadora e uma atuação progressista quase nula, diante das expectativas requeridas pelo país. Essa é uma das frustrantes atuações da educação ao longo da história, quando se esperava que ela transformasse a essência das massas do país, dissipando a ideologia cultural e

exceção, mesmo sendo iniciativa particular, citando alguns nomes: Álvaro Vieira Pinto, Paulo Freire, Celso Furtado, Florestan Fernandes, etc.

³⁰² Vieira Pinto, em seu livro *A questão da universidade*, faz uma análise completa dessa questão.

³⁰³ O Brasil foi, e continua sendo, um caso à parte, considerando como transcorreu o processo educacional, que é explicado por Ianni (2004, p. 11), da seguinte forma: “Uma das singularidades da história do Brasil é que este é um país que se pensa continuamente e periodicamente. Ele se pensa de forma particularmente sistemática, no contexto da conjuntura crítica ou a partir de dilemas e perspectivas que se criam quando ocorrem rupturas históricas”. Destarte, são essas estruturas de análise e pesquisa que mostram a possibilidade de coexistirem diferentes interpretações sobre um mesmo tópico, dependendo do enfoque, contexto e momento, nas suas diferentes idades.

A educação articulada como “possibilidade”, um “caso à parte”, um “processo” que necessita ser compreendido no seu tempo, deve ser olhada como a pedra angular em que repousa toda expectativa de nação e o ideário ideológico político, no qual assenta a esperança de progresso e , segundo Pereira (2011, p. 10), a “Educação escolar tem sido palco de disputas e as políticas expressam as finalidades de projetos históricos que respaldam”. Enquanto projeto de nação definido, um plano de ensino, nada está pronto, ainda há muito que fazer, para isso requer, [...] descobrir as relações que vivemos para as confirmarmos e/ou potencializarmos promissoras práticas educativas emancipatórias para toda a humanidade”. (PEREIRA, 2011, p. 14).

proporcionasse uma consciência das estruturas sociais injustas do país. Nesta senda tentamos entender o projeto do IFs da perspectiva da correlação de forças.

O direcionamento educacional e tecnologias desenvolvidas a partir dos interesses do capital, é constituída de uma ideologia do desenvolvimento, que vem ao encontro da composição social privilegiada dos grupos hegemônicos que, há muito tempo, controlam a política e a economia do país. Há limites para as características que compõem a histórica educação profissional brasileira. Essa proposta é um grande desafio, considerando a ação dos intelectuais, técnicos e instituições que estão a serviço desse modelo, sendo subservientes ao capital, profissionais esses cuja atuação ideológica é trabalhada por Vieira Pinto, realçando seu comprometimento e ideológica atuação. Portanto convém considerar que nas próprias propostas de uma educação profissional encontram-se limitações.

O desafio está em romper com as velhas estruturas de subordinação ao poder econômico, ao propor um projeto mais amplo para a educação pública, e que passe “a atuar como uma rede social de educação profissional e tecnológica” (BRASIL/MEC, 2010, p. 24). O trabalho coletivo, aquele proveniente da realidade social, constituiria um espaço próprio de resistência dos projetos de globalização.

Pelo que rezam as *concepções e diretrizes*, há uma aposta nos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, de garantir um processo de educação crítico e de qualidade às classes sociais que historicamente foram alijadas do *processo de desenvolvimento*, e excluídas dos espaços de modernização brasileira. Os institutos são apresentados como uma Política Pública capaz de viabilizar a educação profissional e tecnológica como instrumento de transformação social.

Há componentes ideológicos e alienantes envolto no pensamento da massa (classe trabalhadora) como na classe dominante (burguesia). Esse problema, na ótica de Vieira Pinto é político, a classe dominante precisa da educação para manter-se no poder, enquanto a classe trabalhadora necessita da educação para abrir caminho para sua ascensão social. Deste modo, percebe que na educação há um caráter ideológico que agrega a luta de classe, transpõe o jogo de interesse exclusivo de uma classe, evidencia-se também pela educação caminhar na redução das desigualdades sociais.

Há um discurso simplista e subjetivo em relação à educação profissional, realçando o seu nobre caráter, que consiste no ato de o homem se desenvolver em

sua realidade social, produzindo conhecimentos, constituindo-se como cidadão consciente e crítico, com vistas a melhorá-la por meio da interação e edificação dessa realidade. Deste modo, deduz-se que o estudante ao transitar pela base instrumental do ensino técnico, além de adquirir um conhecimento pragmático, incorpora componentes do desenvolvimento cultural criativo. São características que demonstram a subjetividade da educação, somando-se a ela valores e objetivos ideológicos que apontam para uma “neutralidade da educação”.

Este entendimento da “neutralidade”, assim como as *concepções e diretrizes do instituto federal*, corre o sério risco de acontecer o esvaziamento dos elementos políticos, da identificação das relações de forças que permeia o modo produtivo e as relações que compõem a sociedade. Portanto, quando não é compreendida a educação na sua totalidade, a partir da luta de classe e de elementos ideológicos, arregimenta-se a percepção burguesa de mundo, alimentando a desigualdade.

Por sua vez, as *concepções e diretrizes dos institutos federais*, assim como na obra de Vieira Pinto, a mudança não pode prescindir do domínio e da produção do conhecimento, de acordo com as *diretrizes*, é um “espaço privilegiado para a construção e democratização do conhecimento”. (BRASIL/MEC, 2010, p. 23), e, segundo Vieira Pinto:

Uma filosofia da pesquisa científica, que incorporará naturalmente toda a reflexão sobre a metodologia da investigação, a lógica do raciocínio científico e a sociologia da ciência, é o presente campo da cultura, tão indispensável quanto os conhecimentos particulares técnicos de que deve estar munido para empreender sua atividade. (1979, p. 4-5).

Considerando a ambiguidade da educação acima exposto, para a construção de uma base científica como aporte de resistência à insensatez do mercado, evidenciam limitações significativas: a) a forma de pensar do senso comum³⁰⁴ tem uma base dogmática, responsável pelos poucos espaços de mudança que surgem, o que faz com que muitos estudantes cheguem ao final de cursos técnicos com o mesmo nível de racionalidade de quando entraram, em outras palavras, há um engessamento da racionalidade, pouca flexibilidade; b) a estrutura

³⁰⁴ O sentido de “senso comum”, aqui empregado, condiz com as compreensões diárias geralmente construídas pela mídia, pelo contato informal com segundas intenções, carregadas de ideologia e preconceitos, que limitam a mobilidade de pensamento. É a determinação do comportamento com base nas estruturas em que o sujeito está envolvido, aliado à fraca educação de pressupostos críticos e à pouca tradição científica.

social com poucas mudanças, são reações decorrentes da anterior, a educação não consegue mudar por completo a maneira de pensar, a maioria das transformações ocorridas até então, são pequenas e geralmente de teor informativo, há bem mais indicadores na conjuntura educacional, que estão alinhados com o poder econômico.

É necessário evidenciar um relativo imobilismo da educação em desenvolver a consciência crítica, e isso não é recente. A história da educação com característica emancipatória está repleta de dados legais (legislações, reformas, projetos, planos), que legitimam dúbios comportamentos desenvolvidos pelas instituições de ensino.³⁰⁵ A educação ao longo dos tempos esteve incumbida de desempenhar a função de manutenção da exclusão, favorecendo determinados grupos no poder, e de legitimação do modelo econômico em vigor no país.³⁰⁶ Há, portanto, uma ambivalência no seu histórico modo de ação.

Importa considerar que nos interesses do desenvolvimento econômico se encontram as características ideológicas de reprodução dos interesses da burguesia nacional e internacional, o impulso industrial, a modernização, as tecnologias que, sob sua égide interessa desenvolver no país. Por outro lado, em paralelo com a concepção ideológica de desenvolvimento, o Brasil está na cauda do desenvolvimento mundial capitalista, participa do sistema subordinado aos interesses do mercado global, expresso na forma de neoliberalismo, o qual exige novas formas de administração.

³⁰⁵ Saviani identifica algumas posições nesse sentido: “[...] mas não ultrapassam o nível da doxa, isto é, do conhecimento opinativo, reduzindo-se a formação de nível superior a uma mera formalidade, um ato cartorial” (2014, p. 35) e “A educação era vista como atividade de consumo e onerosa, [...] e a importância da educação, Smith a considerava como gasto, como dispêndio, e não propriamente como investimento produtivo.” (2014, p. 164).

³⁰⁶ “A escola tradicional, instalada para uma concepção burguesa, vinha mantendo o indivíduo na sua autonomia isolada e estéril, resultante da doutrina do indivíduo libertário, que teve, aliás, o seu papel na formação das democracias e sem cujo assalto não se teria quebrado os quadros rígidos da vida social”. (NUNES, 2008, p. 123).

Cabe salientar que, no decorrer da história educacional brasileira, aconteceram iniciativas de construção da escola ideal, reformas que priorizaram o desenvolvimento social, político e econômico nacional a partir de expressões nacionais, locais, por exemplo: O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova; a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, em 1930; a Constituição de 1934, estabelecendo a necessidade de um Plano Nacional de Educação, como também a gratuidade e obrigatoriedade do ensino elementar; e as Reformas Educacionais, nos anos de 1930 e 1940, demonstram que, nestas décadas, houve mudanças formais e substanciais na educação escolar do país. <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_era_vargas_intro.html>. Acesso em: 16 jun. 2015. E, recentemente, a criação dos institutos federais é considerada como mais uma alternativa de reconstrução da escola.

Nesse sentido, a escola se apresenta como uma instituição importante que atende os interesses do capital, na preparação de “mão de obra” para as exigências do mercado. Na lógica deste tudo vira mercadoria, não se cria prioridade e identidade para uma educação crítica de desenvolvimento integral do ser humano, e, em virtude disso, as propostas educacionais quando acontecem são de curto prazo, visando atender a demandas sazonais, a escola incorpora a gestão privada industrial de produção em série.

Desta feita, o que se observa é uma escola usada como instrumento do mercado, com o consentimento de gestores e governos, um meio legítimo de instrumentalização, de formação de mão de obra para responde as necessidades no mercado.

Nas políticas educacionais são notadas correlações de forças ao longo da história da educação profissional brasileira, os projetos quando estruturados faltou foi é dar continuidade, inviabilizando dessa forma o estudo de seus resultados. Os planos que atendiam e atendem os interesses da classe trabalhadora aconteceram de maneira isoladas, por sua vez não surtiram grandes resultados, na sua gênese não estava voltado para a classe dominante. Sendo assim, é possível identificar haver uma simbiose entre educação e país, e poder concluir que, enquanto não se tem “presente” o que se quer para o país, não se tem claro o que se quer da educação. Dessa maneira, sem planejamento e sem “pensar no país”, vão ocorrendo ajustes nos mais diversos domínios da história brasileira. Esses ajustes acontecem pelas mãos da Igreja, militares e Estado; por meio de políticas internas e externas; de crises, por sua vez, de natureza política e econômica, de interesses grupais e individuais; em síntese, mediante uma série de mandos e desmandos na educação.

Estes apontamentos trazidos acima estão presentes na história da educação brasileira, são ementários cruciais que ao serem desenvolvidos aponta para um breve revisitar da história da educação brasileira, correlacionados à educação profissional, ajuda a compreender que essas ideias e intenções da matriz primeira do ensino técnico profissional estão conectadas a arranjos planejados para o mercado, em vista do qual se cria uma estrutura técnica profissional.

Tem-se o objetivo de reforçar o que já foi identificado e discorrido nos parágrafos acima, tem o objetivo de concretizar via organização de conteúdos e expansão de unidades de ensino técnico federal pelos municípios deste Brasil, a

dependência e a subserviência a organismos internacionais, regidos pelos interesses econômicos. Portanto, as perguntas dão suporte ao entendimento de que a educação está atrelada aos interesses do capital, o suporte no pensamento de Vieira Pinto, tem o objetivo de identificar na educação profissional e tecnológica subsídios da construção do pensamento técnico, científico, cultural, podendo dessa forma elaborar uma leitura da territorialidade, isto é, da realidade, com possibilidade de reduzir as injustiças e a fragilização da classe trabalhadora.

Essas questões levam a entender qual é a “leitura de mundo” que os institutos federais de educação ciência e tecnologia estão fazendo, da realidade nacional, as concepções de homem, educação, desenvolvimento. Segundo Vieira Pinto, com que ferramentas está se fazendo a leitura do mundo.

4.3 A formação profissional nos institutos federais no contexto da obra de Álvaro Vieira Pinto: limites e possibilidades

Para avançar na construção de uma escola comprometida com a emancipação humana, nos espaços de contradição da sociedade contemporânea, os IFs tornam-se um dos lugares ideais para a leitura e interpretação do mundo, com o objetivo de transformar a realidade, tendo por base o domínio do conhecimento científico-tecnológico, sócio-histórico e da cultura. Os Institutos Federais surgem em uma conjuntura política complexa, e, enquanto política, com parcas ideologias, em meio a essa fragilidade como alternativa de processos de construção, necessários à emancipação humana em uma sociedade cada vez mais mediada pela ciência e pela tecnologia.³⁰⁷

Se os filhos da burguesia contam com múltiplos espaços de acesso à cultura, ciência e tecnologia, então é preciso considerar para os filhos dos trabalhadores, que a escola se constitui no único espaço de relação intencional e sistematizada com o conhecimento e espaço de revolução.

E quando os institutos buscam atender às demandas locais, indo além das atuações sazonais, “traduzindo a realidade com que dialogam” (BRASIL/MEC, 2010, p. 39), na perspectiva de um crescimento sustentável, isso é bem mais do que falar

³⁰⁷ O fato de abordar como último é próprio da situação política e econômica em que se encontra o país, além do mais, pela primeira vez se estrutura um projeto educacional deslocado exclusivamente do mercado e visando atender às demandas. Na verdade, em alguns aspectos, o projeto dos institutos federais vêm na contramão do sistema neoliberal.

a linguagem do mercado, tornam-se um espaço único e os primeiros passos no sentido que o entorno constitua a totalidade dos sentidos.

Os IF's, assinalado pelas concepções e diretrizes, retrata um marco fundamental, "pois revelam uma dimensão da educação profissional alinhada com as políticas de inclusão e com um projeto de nação", portanto essas instituições de ensino podem representar "o desafio a um novo caminhar na produção e democratização do conhecimento, trazendo colaboração substantiva para todos os níveis e modalidades de ensino de que se ocupam" (BRASIL/MEC, 2010, p. 39).

As questões que estão implícitas, aos questionamentos, são: até que ponto a educação praticada pelos IF's vem respondendo a esse projeto societário? O atual projeto educacional superou a lógica que predominou ao longo da história brasileira, a de atender aos interesses da burguesia? A escola em sua ação, compreendendo os PPPs e a atuação docente em sala de aula, propicia um espaço de resistência a ordem capitalista neoliberal?

É verdade que a educação é um processo pelo qual os sujeitos incorporam a cultura de uma sociedade e adquirem o conhecimento para a ação produtiva e transformadora do indivíduo, entretanto não há como a educação determinar a dinâmica produtiva do país. E a partir desse limite, como articular um projeto de educação dentro do modo de produção capitalista onde impera a exploração do trabalho?

São questões que demonstram o embate dos Institutos Federais de Educação ao fazerem parte de uma conjuntura neoliberal, de fazerem parte de um sistema capitalista que tem por metas o sistema financeiro, uma ordem onde tudo passa a ser gerido, guiado e justificado pelo econômico.

A partir do processo de desenvolvimento brasileiro, ocorrido pela lógica reformista e adaptativa, como entender a vilipendiada classe trabalhadora e em conjunto construir movimentos para a emancipação? Questão intrigante, quando a lógica está voltado para a empregabilidade, e o sistema busca preparar mão de obra qualificada. Entretanto, na Lei de criação 11.892/2008, na seção II onde discorre sobre as finalidade e características dos Institutos Federais, em seu *Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características*, estão contidos nove parágrafos numerados, que explicitam desde uma formação tecnicista voltada a atender o mercado, como também uma atuação voltada a emancipação humana, o

referido “tripé” o qual não pode ser trabalhado em separado: *ensino pesquisa e a extensão*.

A estrutura capitalista focada na adaptação tecnológica, em si, exige pouco conhecimento científico, tendo em vista que requer habilidades de operar e colocar em funcionamento as máquinas para um maior rendimento e lucratividade.

Quando Vieira Pinto aborda a importação de ciência e tecnologia, está referindo-se a histórica submissão das políticas públicas brasileiras feitas pelos setores políticos e econômicos, de ater-se às orientações do mercado. Segundo Vieira Pinto, essa atitude só cabe aos “países periféricos, subdesenvolvidos, dominados, sem soberania, aliciados pelo fascínio cultural e pela direção econômica dos grandes centros metropolitanos”. (2005a, p. 266). Uma submissão mais caracterizada como mudança para a continuação das estruturas de dominação, tanto interna como externa.

A questão tangente, que não foi considerada, é que *não existem soluções repentinas e deslocadas*, esses centros vão utilizar-se da tecnologia para desenvolver uma mentalidade tecnológica conveniente para seus interesses políticos e econômicos, valendo-se dela com a máxima inteligência, e, com esse propósito, a tecnologia torna-se “o principal ingrediente com que o dominador irá compor a consciência ‘para o outro’ das massas subjugadas”. (PINTO, 2005a, p. 266).

A tecnologia carrega uma base ideológica, enquanto base teórica, nota-se que a ciência reduz a dor e aumenta a expectativa de vida, então cabe perguntar: Quem é beneficiado com essa tecnologia? Todos? Ou só alguns poucos? Que teoria embasa esse pensamento? O que produzem esses dados da realidade? Nota-se, pelas arguições, que há uma disfunção imbricada nas relações produtivas e sociais. Enquanto não se mudar as estruturas de maneira revolucionária, os resultados da lógica da importação serão sempre reformistas, o sistema econômico continuará a direcionar as ações interna em cada país, e conseqüentemente os projetos políticos educacionais para garantir uma massa servil e ordeira.

Quando se levanta a questão sobre a *formação profissional nos institutos*, cabe considerar que a importação de tecnologia somente reproduz a adaptação ao subemprego e a acomodação às estruturas defendidas pela burguesia, bem como o quanto as ações desenvolvidas atendem e estão comprometidas aos interesses do capital externo. Segundo Vieira Pinto, “Este aspecto reveste-se de uma gravidade

para a nação subdesenvolvida e servil, que precisa possuir uma estrutura de pensamento político suficientemente forte para opor aos mil sortilégios da alienação, o esclarecimento de sua consciência de si”. (PINTO, 2005, p. 274). Pela condição adversa galgar a consciência de si.

A estrutura de exploração da classe trabalhadora e a dependência de conhecimentos de outras nações são reforçadas cada vez mais pelas oscilações do mercado e suas instabilidades, características do próprio sistema e estrutura política.³⁰⁸

O Brasil no ciclo da colonização foi incluído numa estrutura capitalista, e a partir deste momento não se pensa em um projeto de desenvolvimento que venha a atender as características do país, tampouco esta era a intenção dos grupos dominantes no princípio da colonização, cuja intenção era extrair o máximo dos recursos e serviços presentes no território brasileiro. Esses fundamentos de racionalidade expropriativa responde aos interesses externos na lógica da dependência.

A inquietação sobre o desenvolvimento perpassa diversos momentos da história brasileira, continua sendo uma questão crucial para o debate, para exemplificar, o projeto de governo de 2014, ele evidencia uma disputa societária de classe, onde se distingue duas tendências: uma abordagem burguesa mais econômica e a outra burguesa mais popular.³⁰⁹

³⁰⁸ O Brasil é uma expressão dessa oscilação econômica e exploratória, observadas nas seguintes situações: a primeira, precisa elevar-se a capacidade crítica da sociedade para perceber a volatilidade das crises que ocorrem no mundo todo, decorrentes do modelo capitalista, e pelo paradigma de globalização, presente no Brasil, fazendo parte das políticas interna. As crises mundiais criaram dificuldades para todas as administrações governamentais, e principalmente para as experiências de centro-esquerda da América Latina. É preciso ressaltar que essas experiências foram fundamentais em nome da democracia e da justiça social, porém estão passando por dificuldades como as demais, entretanto precisam responder o mais rápido possível as instabilidades à sociedade mais do que as outras experiências. E a segunda questão consiste em entender, como um país que figura entre as sete maiores economias do mundo, consegue manter um dos maiores níveis de disparidade econômica, má distribuição de renda, educação, segurança, saneamento, saúde, moradia, sendo inúmeros os problemas emergenciais e cruciais que imperam neste país, por muitas décadas. A terceira questão reside na política de perseguição pelo superávit econômico para o pagamento dos títulos da “dívida pública”, prioridade sobre os demais compromissos nacionais, isso responde a interesses de alguns setores da sociedade detentores dos títulos, reprimindo as ações que se interponha ao mercado, aos seus interesses, para alterar as classes sociais e a alta lucratividade que auferem.

³⁰⁹ As duas tendências estão relacionados a este período de governo analisado, de 2003 a 2014, caracterizados por algumas análises sociológicas de um “novo desenvolvimentismo” ou “neodesenvolvimentismo”. Na realidade o desenvolvimento que vem sendo mencionando e arguido é um incentivo ao consumo, e, esse programa aproxima-se a uma ciranda econômica: o acesso ao consumo aquece as empresas e estas, por sua vez, dinamizariam a economia.

Com isso retoma-se o conceito ideológico de desenvolvimento, no qual está implícito o atendimento a interesses da classe dominante. Entender essa característica é uma questão crucial para a educação profissional, visto estar posta para operar em uma determinada realidade, geralmente pensada por uma estrutura de dominação cada vez mais conservadora, limitados e monitorados por fundos internacionais, que tem por meta a manutenção de altos lucros.

É necessário acrescentar que os problemas sociais, políticos e econômicos estão interligadas ao projeto de desenvolvimento, a raiz dos problemas são os mesmos, são estruturais, demonstrando que as alternativas de “solução”, permitida pelo mercado, são para manter o sistema espoliativo, quando muito, muda pequenos percentuais da fissura social, quantidade inexpressiva ante a grande estrutura secular arcaica de dominação. As soluções são políticas reformistas que adaptam modelos externos e de outras áreas às estruturas nacionais e locais em sintonia com as expectativas do capital dominante. Por aí se nota que há uma estrutura brasileira de ordem administrativa, política, econômica e social, que impera desde o Brasil Colônia, que precisa ser mudada, dada a grande concentração de patrimônio, poder, riquezas, está nas mãos de poucos, há bem mais tempo, a sociedade “humana” virou uma “selva de pedra”.

Cabe considerar que a burguesia brasileira frente às discrepantes condições opta pela adaptação às conjunturas espoliativas, e pacificamente busca sobreviver ante as usurpações dos seus direitos e das condições mínimas para viver de maneira digna. Como diz Paulo Netto, “A elite brasileira é desavergonhada”,³¹⁰ são poucas famílias que dominam o Brasil hoje, diz Alencar (2014), com essa concentração de poder podem-se fazer eleições e reformas, que as mudanças serão mínimas,³¹¹ e o quadro político e econômico não vai se alterar.

³¹⁰ Essa é uma expressão que José Paulo Neto utiliza em sua fala, (PPGPS/SER/UnB, em 20 abril de 2016), disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xJnbJYKq6O4>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

³¹¹ Dessa forma, é necessário ler o entorno, as amarras que propiciam o surgimento de criaturas estranhas, como diz Chico Alencar: “As pseudossoluções galopantes da pequena política, os arreganhos triunfantes de uma maioria reacionária são expressões típicas da crise do nosso modelo de modernização conservadora, do nosso aparato político reativo à democratização de base, direta e participativa, do esgotamento do arsenal de conciliações entre contrários que estão, cada vez mais, assemelhados”. Chico Alencar é professor de História, deputado federal, pelo Rio de Janeiro, e líder do PSOL na Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=0CDsQFjAF&url=http%3A%2F%2Fwww1.folha.uol.com.br%2Fopiniao%2F2015%2F06%2F1635677-chico-alencar-o-imperio-do-senso-comum.shtml&ei=MV9vVfjwN_WNsQTluYCBw&usq=AFQjCNECqkyNJ2dgneZGVZ44jVvybSWuWg&sig2=_PvMXuHLcl8SBqJ8hctJLA&bvm=bv.94911696,d.cWc>. Acesso em: 3 jun. 2015.

São paradigmas econômicos, políticos, culturais que colonizam a percepção e a compreensão do mundo, e raramente em outros tempos, a educação foi vista como alicerce tão importante de reconstrução de uma coerente percepção de mundo, com implicações em longo prazo.

Nas ações de reconstrução dos paradigmas sociais por meio da educação, estariam estruturados os princípios para um desenvolvimento social mais justo, de modo que seus resultados viessem ao encontro das necessidades de todo o ser humano, onde a educação, é a base da compreensão das amarras sociais, e desenvolva uma visão crítica de mundo, uma leitura desvencilhada das estruturas ideológicas da política economia mundial.

Nesse sentido, Vieira Pinto (1991, p. 99) sustenta que somente uma percepção crítica da educação ocasionaria o princípio para a mudança social. A educação cabe desenvolver a consciência crítica, fazer o observador consciente da sua realidade e distanciar-se dessa realidade para refletir sobre ela, deixando de ser apenas participante inconsciente dela para se tornar capaz de discuti-la. Esta incursão assegura que o pensamento de Vieira Pinto ainda é contemporâneo, podendo contribuir para desvencilhar a educação profissional e tecnológica, dos interesses do capital.

Quando a educação está desprovida da percepção crítica, e por sua vez dos ensinamentos críticos, os equipamentos tecnológicos reforçam comportamentos alienados. Neste século XXI, mais precisamente no ano de 2014, o tempo e o espaço são fragilizados, os artefatos tecnológicos têm atuação antagônica, desenvolvidos para aproximar e proporcionar um bem estar, acabam exercendo uma função contrária: distanciam, retiram o ser humano da centralidade das questões, substituindo-a pela efemeridade comportamental. Convencionou-se como regra a mudança em si³¹², a noção de tempo e espaço preencheu-se de coisas.

Os desafios que se apresentam aos Institutos Federais de Educação a partir de Vieira Pinto, estão em entender as correlações de forças e poder implícitos na educação profissional,³¹³ podendo assim estabelecer linhas de ação, entre elas:

³¹² No que concerne às tecnologias, desempenham uma gigantesca contribuição para fixar estruturas, segundo Bauman, o século XXI se apresenta como uma sociedade mecanicista e utilitarista, para a qual contribuíram a própria educação e os diversos planos educacionais instituídos.

³¹³ O ensino técnico ganhou e incorporou outras nuances e expressões próprias desse tempo. A sociedade brasileira atravessa, de tempos a tempos, como agora, momentos oportunos de reestruturações, de ordem social, política, econômica, em relação ao praticado até então. Poderia desencadear um processo significativo e estrutural de mudanças.

Desenvolver nos estudantes a consciência crítica, para entender os processos tecnológicos como um meio para o “desenvolvimento humano”, no qual o homem é o princípio e o fim desse desenvolvimento. Uma educação segundo o pensamento de Vieira Pinto, envolve seu conceito de “amaterialidade”, isto significa, compreender o local e o regional, assim como o próprio conceito de “territorialidade” presente nas *concepções e diretrizes*, isto é, a partir da realidade social, das condições de seu próprio espaço, das condições presentes em seu próprio país. Desta forma segundo as *concepções e diretrizes dos Institutos Federais*, é “Estabelecer o vínculo entre a totalidade e as partes constitui premissa fundamental para apreender os objetos em seu contexto, em sua complexidade” (BRASIL/MEC, 2010, p. 25). O observador consciente de sua realidade, mesmo que precária e adversa.

Repensar o homem e a técnica a partir da realidade concreta dos países subdesenvolvidos é a via, identificada por Vieira Pinto, para os países periféricos usarem a tecnologia como exercício de mudança. Não é só uma constatação a partir de dados estatísticos, mas uma interação com a realidade e, a partir dela, gerar as possibilidades de desenvolver e promover a emancipação.

A tecnologia, para Vieira Pinto, tem vários sentidos, entre eles, a de *potencialidade de desenvolvimento*, são alternativa que os países do terceiro mundo dispõem de sair da condição de subalternidade. A tecnologia tem uma função de ser fator de mudança das estruturas sociais em favor dos povos atrasados, dessa maneira, faz a mediação entre as capacidades humanas e a natureza, no tempo e no espaço de cada realidade histórica.

A tecnologia também incorpora o sentido de ideologia de uma classe, como instrumento ideológico de dominação, ela está a serviço de uma estrutura constituída de poder.

Para se compreender os limites e possibilidades das propostas pensadas por Vieira Pinto para a educação, já mencionadas no subtítulo deste capítulo, é necessário observar que as estruturas das nações, sejam elas de natureza social, política ou econômica, não acontecem a esmo, são decorrentes de planejamentos e decisões desenvolvidas em seu interior. São ações governamentais e institucionais planejadas que dão rumo aos movimentos históricos. Segundo Vieira Pinto, esse argumento é essencial para notar que o homem é o autor de seu entorno, participando seja de maneira ativa ou passiva.

Importa compreender que o homem é o agente capaz de produzir conhecimento, estabelecer relações e ultrapassar obstáculos e, assim, tornar-se um ser político. Portanto, é no decorrer das relações de produção que se dará o conhecimento que estabelecerá os limites e possibilidades.

Quando se entende que o conhecimento é um elemento constituinte da experiência da emancipação dos sujeitos e da percepção crítica de seu entorno, é preciso situá-los como pessoas integrantes do processo histórico-cultural. Nessa ótica teoricamente não há hegemonia dos saberes, da cultura, mas sim uma troca. “A perspectiva do compartilhamento do real não pode, e não deve, ser contraposta à simulação dessa vivência, dado que exige postura dialógica e reestruturação de laços humanos que, ao longo das últimas décadas, vêm se diluindo”. (BRASIL/MEC, 2010, p. 25). Uma das grandes possibilidades do *desenvolvimento* e da emancipação dos sujeitos, por meio da percepção crítica e do entendimento, está pautada por essa assertiva.

O *conceito de desenvolvimento*, para Vieira Pinto, é bem mais do que criar condições econômicas para a sociedade, implica desenvolver a realidade social, da qual o homem participa enquanto sujeito crítico. E segundo as concepções e diretrizes, citando Vieira Pinto, “a realidade atual não pode ser assimilada como um problema insuperável, mas apreciada na perspectiva da possibilidade de mudança: o Brasil, além de ser um país novo, possui potencial de crescimento e desenvolvimento”. (BRASIL/MEC, 2010, p. 32)³¹⁴.

O desafio está em explicitar a consciência crítica como marca da identidade específica dos institutos federais, aliada ao compromisso com o desenvolvimento regional, mediante o estudo e o apoio aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. Além do mais, o foco incide sobre a promoção de competências tecnológicas consentâneas com a qualidade de vida e desenvolvimento integral do ser humano.

Todo esse comprometimento concorre para o enfrentamento dos problemas sociais, econômicos e culturais que decorrem da dinâmica regional, sempre compreendida em suas relações com a conjuntura mundial.

³¹⁴ Citação “23” das *concepções e diretrizes* dos institutos federais, referida com o intuito de fortalecer o diálogo entre Vieira Pinto e a lei de criação dos institutos federais. Este é o entendimento de Vieira Pinto (2005), no que tange à diferença entre “crescimento” e “desenvolvimento”: enquanto o crescimento tem caráter quantitativo, conservador, meramente expansivo, e se faz em progressão aritmética, o desenvolvimento exprime-se como qualitativo, transformador da realidade e se faz em progressão geométrica (...) o primeiro favorece uma minoria, ao passo que o verdadeiro desenvolvimento tem papel universalmente libertador. (BRASIL/MEC, 2010, p. 41).

Para tanto, o ensino, a pesquisa e a extensão serão os pilares de sustentação das políticas pedagógicas, desenvolvidas por meio do estudo permanente das dinâmicas regionais, viabilizando assim identificar e enfrentar as contradições da sociedade capitalista.

É, pois, essa atuação que vai definir a identidade do IFPR, alicerçando-a em valores como o respeito e a preservação das culturas locais e das diferentes manifestações do saber, isto é, passa ser uma instituição que faz parte da história local, para então construir, junto com a comunidade, seu projeto de desenvolvimento.

A compreensão das desigualdades sociais e a forma como se articula a educação profissional e tecnológica (EPT), desenvolvida no Instituto Federal do Paraná, define o seu compromisso institucional com a construção de itinerários formativos³¹⁵ que ampliem e qualifiquem a oferta educativa nos diferentes territórios circunscritos à sua atuação, de modo a desenvolver a *consciência crítica* a fim de repercutir positivamente na promoção do desenvolvimento regional, tendo suas necessidades como ponto de partida com fins à emancipação.

Desenvolver a consciência crítica é um dos pontos-chaves da proposta de Vieira Pinto, para perceber as correlações de forças articuladas ao processo histórico do desenvolvimento. As políticas públicas explicitadas na ampliação dos Institutos Federais ao desenvolverem em seu interior um ensino integrado a ciência e tecnologia, são alternativas para a superação do estado de subserviência, portanto, as políticas públicas carregam uma ambiguidade, assim como a tecnologia: de ao mesmo tempo ferir e curar, prender e libertar. Enquanto projeto de emancipação que permita desenvolver a *consciência crítica* em meio ao sistema capitalista, que reifica os diversos momentos da vida humana, de acordo com os interesses da burguesia, impingindo padrões de comportamento de acordo com as expectativas do mercado.

A integração entre as dimensões econômica e cultural nos arranjos sociais locais, do ponto de vista da educação profissional e tecnológica, é efetivada

³¹⁵ Segundo Ramos, a expressão “itinerário formativo” “refere-se à estrutura de formação escolar de cada país, com diferenças marcadas, nacionalmente, a partir da história do sistema escolar, do modo como se organizaram os sistemas de formação profissional ou do modo de acesso à profissão. As bases organizativas dos currículos, se contínuas ou modulares, definirão, em parte, os tipos de ‘itinerários formativos’ que podem ser seguidos pelos estudantes, em coerência com a organização e as normas dos sistemas de ensino e de formação profissional”. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/itifor.html>>. Acesso em: 7 jun. 2016.

mediante os eixos tecnológicos³¹⁶ que exercem um papel mediador ao permitirem que a articulação entre os conhecimentos interdisciplinares e as práticas laborais, com base em um recorte tecnológico, assente em matrizes tecnológicas. Assim sendo, são esses eixos que permitem a integração entre ciência, tecnologia, trabalho e cultura, ligando a concepção e execução, o trabalho intelectual e a atividade prática aos arranjos sociais nos diferentes territórios. Em consequência, a integração entre a educação profissional e tecnológica e o desenvolvimento.³¹⁷

Dessa forma, o IFPR³¹⁸ constitui sua identidade por meio do desenvolvimento de *políticas e práticas apoiadas nestes eixos tecnológicos*, definidos mediante o estudo dos arranjos sociais, nas suas dimensões produtiva e cultural, planejando e executando os itinerários formativos que integrem a formação humana e o trabalho com percursos verticalizados que permitam o acesso, a permanência e a continuidade dos estudos em formatos educativos que incorporem, nos diferentes territórios, ciência, tecnologia e cultura.

Para isso, integrar ensino, pesquisa e extensão com foco na formação humana para o desenvolvimento sustentável, visando a qualidade de vida e a democratização das relações sociais e produtivas. E para atingir essa finalidade, é

³¹⁶ Dessa forma, a versão 2012 do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos contempla 220 cursos, distribuídos em 13 eixos tecnológicos que se constituem em referência e fonte de orientação para a oferta dos cursos técnicos no país. Os eixos tecnológicos compreendem as seguintes áreas: Ambiente e Saúde; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura Militar; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Produção Industrial; Recursos Naturais; Segurança; Turismo, Hospitalidade e Lazer. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/cnct/eixos_tecnologicos.php>. Acesso em: 8 jun. 2015.

³¹⁷ O Catálogo Nacional de Cursos, segundo Machado, “foi apresentado pelo MEC como um guia referencial de orientação para estudantes, educadores, sistemas e instituições de ensino, entidades corporativas, empregadores e público em geral a respeito da oferta desses cursos, mas também como um necessário e importante instrumento de organização e de regulação da qualidade educacional.” Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/1458/1090>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

³¹⁸ “Cada IF possui um Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) que integra os projetos dos diversos cursos; cada curso possui um Projeto Pedagógico do Curso (PPC) que gerencia os planos curriculares e os planos de ensino, mas cabe a cada campus a elaboração de uma coletividade que integra essas esferas, e isso é expresso no PPP, a fim de que o PDI se converta na identidade do campus. O Projeto Político Pedagógico – PPP depende da ousadia dos seus agentes, e de cada instituição em assumir-se como tal, partindo da “cara” que tem, com o seu cotidiano e o seu tempo-espaço, isto é, com o contexto histórico em que ela se insere. Projetar significa “lançar-se para a frente” antever um futuro diferente do presente. Projeto pressupõe uma ação intencionada com um sentido definido, explícito, sobre o que se quer inovar.” Gadotti. Disponível em: <<http://www.ifspcaraguatatuba.edu.br/wp-content/uploads/2014/10/apresentacao-ppp-ifsp.pdf>>.

Acesso em: 13 jul. 2016. Além desses dados, o assunto pode ainda ser aprofundado mediante o artigo: *Concepção de Planejamento Estratégico Institucional (PEI) de Projeto Pedagógico Institucional (PPI), de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e de Currículo*. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2015/05/Artigo-PPI-PEI-PPI-PPC.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

fundamental desenvolver a inovação, a gestão participativa, a conduta eticamente orientada e socialmente responsável, integradas às competências científico-tecnológicas, comunicativas e relacionais. Características estas que estão contempladas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI³¹⁹, a lógica do mercado não está distante.

A prática docente fundamentada na realidade social, aliada à difusão de descobertas, enseja um processo de desenvolvimento da ciência e tecnologia, tornando-se um caráter estratégico de intervenção junto à sociedade.

São princípios que cabem nortear a identidade do IFPR, respondendo dessa forma às especificidades regionais que, por sua vez, contemplam as características nacionais.

A prática docente sedimentada na ciência e na pesquisa é um dos elementos que possibilita o movimento das estruturas e do ser humano de maneira crítica. Por sua vez o pensamento crítico consegue discernir as falas revestidas de conteúdo ideológico.

A questão que se apresenta é: Como os institutos federais podem atuar de maneira exitosa na formação dos sujeitos para que estes intervenham na sociedade de forma crítica? Tendo os institutos uma atuação social, importa saber a quem se destinam? Estas questões explicitam os diferentes setores econômicos e políticos da sociedade que o IFPR vem dialogando. Nas questões estariam implícito dois rumos: a) atuação que leva a continuidade de um determinismo econômico que escraviza e coisifica cada vez mais mulheres e homens, b) ação que abre possibilidades de uma lenta e gradual transformação das relações, espaços, território e do modo produtivo em meio ao esgarçado e injusto tecido social de reificação capitalista.

³¹⁹ Instrumento de gestão que norteia as ações do Instituto Federal do Paraná e que contempla: objetivos, metas, missão, estratégias e diretrizes pedagógicas. “O PDI do IFPR é fruto da participação e do trabalho conjunto de muitas mãos, agregando conhecimento de servidores técnico-administrativos, docentes, discentes e representantes da comunidade.” (p. 13). Uma das características do PDI IFPR é sua aderência às metas do Plano Nacional de Educação – PNE. “O Plano Nacional de Educação (PNE) é uma lei ordinária, prevista na Constituição Federal, que entrou em vigência no dia 26 de junho de 2014 e valerá por 10 anos. Ela estabelece diretrizes, metas e estratégias de concretização no campo da educação. A partir do momento em que o PNE começa a valer, todos os planos federais, estaduais e municipais de Educação devem ser criados ou adaptados em consonância com as diretrizes e metas estabelecidas por ele.”(p. 16). Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/10/PDI-2014-2018-Vers%C3%A3o-Final-1.pdf>>. Acesso em 10 dez. 2016.

A educação nos institutos federais a partir das *concepções e diretrizes* contrapõe-se as estruturas viciadas, os disparates e desajustes sociais realizados, entendida como um conhecimento apoiado na história que leva a posicionamentos críticos, a ver e escutar a realidade, e os contornos ideológicos que a encobrem e manipulam, os quais, uma vez compreendidos, podem mudá-la.

Os institutos federais têm uma matriz norteadora crítica, construída com a participação e o pensamento de autores críticos³²⁰, profissionais pesquisadores que transitam por uma matriz histórico-crítica, que anseiam por uma educação revolucionária. Isso fez com que os institutos federais de educação ciência e tecnologia avançassem teoricamente nas áreas de avaliação, formação docente, currículos, assim como nos eixos tecnológicos e, por sua vez, nos projetos pedagógicos dos Cursos– PPC.

Os limites apresentados ao longo dos subtítulos trabalhados deste capítulo evidenciam a ambiguidade instituída nos institutos federais de educação, residindo no fato de serem concebidos como política pública de ensino, destinados a priorizar a inclusão social, cultural, política dos excluídos, emancipação do ser humano. Porém, nas suas ações, as orientações institucionais, por exemplo, o PDI rege-se pelas orientações do sistema capitalista, servindo aos interesses do sistema neoliberal. Ora, isso dá margem a que os agentes sociais desse sistema imponham suas diretrizes quando são organizados e executados os projetos, ou até bem antes, no momento da construção dos PPCs de cada curso.³²¹

³²⁰ Entre eles, Marise Nogueira Ramo, Gaudêncio Frigotto, Dermeval Saviani, assim como também profissionais de correntes divergentes e contrários a criação dos institutos.

³²¹ O PDI, inicialmente aborda o PNE, realçando as 20 metas que estão contemplados desde a educação infantil a superior, realça a educação inclusiva, melhoria das taxas de escolaridade, gestão e financiamento da educação. O PNE aborda números significativos de ampliação, interiorização, investimentos, são números significativos, entretanto ainda são ações tímidas perante os desafios existentes na sociedade brasileira (injustiças, analfabetismo, qualidade da educação, infraestrutura), retratando a aceitação de desníveis sociais e educacionais estabelecendo percentuais a serem alcançados, reduzido investimento. São meta trabalhadas com os objetivos do bando mundial estabelecidas para a America Latina, segundo seus interesses.

Portanto, O PDI do Instituto Federal do Paraná desde suas colocações iniciais visa atender as metas do PNE. Além disso, traz uma identificação no seu documento com a sociedade capitalista, incorporando seus objetivos. “Neste panorama, percebe-se que os mecanismos de responsabilidade social estão sempre em evidência, os índices de eficiência e eficácia são mensurados e acompanhados pela alta administração e as medidas corretivas são desempenhadas de maneira transparente, resultando em instituições cada vez melhor direcionadas. A principal interessada nesta forma de administração é sem dúvida a sociedade.” (PDI, 2014, p. 26). O controle e a monopolização do ensino ganham tamanha proporção quando diz que a gestão “promove respeito aos princípios de governança pública”, reproduzido em seu documento (2014, p. 27), Os Princípios da Governança Pública: Relações éticas; Conformidade, em todas as suas dimensões; Transparência; Economicidade; Eficiência e Eficácia resultando em Efetividade; Prestação responsável de contas;

Essas são as novas leituras, são novos documentos e instituições de ensino, na verdade são as antigas estruturas que retratam a subserviência educacional a ideologia capitalista, contando com a cooptação dos técnicos, para o controle do conhecimento e acesso em vistas ao mercado de trabalho, ou ditas de outra forma por Vieira Pinto, são as famosas “leituras das partituras decoradas” de uma composição externa, e outras obtidas com subsídios externos, assegurando a hegemonia do pensamento da classe dominante.

O fato de a história da educação no Brasil e a respectiva legislação serem expostas e discutidas sempre à luz da dinâmica do *desenvolvimento econômico brasileiro*, e das disputas travadas em torno de uma sociedade de classe, faz com que a própria política educacional torne um dos limites. A educação profissional visualizada como limite, raramente o projeto de *desenvolvimento no Brasil*³²² esteve voltado à sociedade brasileira, mas um serviço, essa educação profissional tende a ser um limite, não enfrenta as desigualdades.³²³

A contradição está expressa quando a política de educação tecnológica no país foi objeto de planejamento e figurou como uma preocupação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND). As mudanças históricas que se processaram até os dias de hoje são significativas, no que se refere à ampliação e expansão desse tipo de educação, mas dão provas de estarem ao serviço de um desenvolvimento capitalista dependente das nações desenvolvidas do capital.

Ao abordarmos a educação profissional e tecnológica como política, somos levados a fazê-lo mediante uma concepção de Estado, sendo essa demarcação uma necessidade teórica, ponto em que ela fundamenta a direção metodológica e ético-política da análise. Nosso ponto de partida é a negação da neutralidade do Estado e a afirmação de sua vinculação estrutural e orgânica com o modelo de produção capitalista, tal como encontramos na tradição filosófica marxista. (RAMOS, 2011 p.13).

Equidade; Responsabilidade social.” Concluindo com a redação de que: “Boas práticas de governança elevam a administração pública a um patamar contemporâneo de maior profissionalismo e confiança.” (PDI, 2014, p. 27).

³²² O projeto de desenvolvimento no Brasil é um “projeto”. Está envolto em conflitos, desigualdades, é ambivalente, por ser um projeto da classe para a classe burguesa.

³²³ Segundo Ramos (2011, p.12), a modernização tecnológica no Brasil foi de origem estrangeira, definida por Florestan Fernandes como uma modernização do arcaico, marcada inicialmente pelo embate entre um projeto de desenvolvimento autônomo, e outro associado e subordinado ao grande capital.

Segundo Ramos (2011, p.14), compreende-se, assim, o Estado como uma instituição com vínculo de classe, uma forma de organização que a burguesia necessariamente adota para fins internos e externos, para a garantia mútua de sua propriedade e seus interesses. Na sociedade capitalista, o Estado representa ainda o braço repressivo da burguesia, o que implica que a classe no poder, à medida que exerce a hegemonia, é não somente dominante, mas também dirigente, ou seja, confere direção política e cultural à sociedade. Nesses termos, o Estado deixa de ser compreendido exclusivamente como aparelho de repressão e passa a ser visto, também, como instrumento de obtenção do consenso.

A neutralidade da atuação pública do Estado é meramente aparente, na medida em que há uma simbiose com a classe dominante, o que evidencia que “não apenas as funções político-ideológicas do Estado ficam subordinadas ao econômico, como também este fica responsável pela reprodução da ideologia dominante”. (RAMOS, 2011, p.20).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas considerações finais têm o objetivo de relacionar as evidências que foram sendo explicitadas ao longo do estudo realizado a partir do problema proposto inicialmente nesta tese. A partir da obra de Vieira Pinto, de maneira específica *O conceito de tecnologia*, da *Lei nº 11.892/2008*, de criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, das *Concepções e Diretrizes do Instituto Federal*, bem como de uma série de materiais que envolveram e compuseram o arcabouço deste estudo. Foi possível chegar a fundamentos e responder a algumas questões expostas ao longo do trabalho. As arguições comprovam as contribuições de Vieira Pinto para a análise aos institutos federais de educação, constituindo um projeto viável para a emancipação da classe trabalhadora, e, desta forma, emergiram algumas considerações deste estudo e para outros futuros.

Assim, uma das evidências encontradas refere-se ao fato de Vieira Pinto ser peremptório ao afirmar que cada povo tem condições de empreender uma caminhada própria na sua realidade, e no seu meio. Tem uma compreensão de desenvolvimento particular, ao ligá-lo a cada local em que ele se insere, o que fica claro quando desenvolve o conceito de *amanualidade*, como uma forma de entender a realidade, a partir daquilo que se tem nas mãos, que está à nossa volta, expressando-lhe sentido, Isso significa que a realidade é concreta, manuseada, e oferece condições de resolver problemas de forma mais elaborada, a partir de seu entorno e que faça sentido para ela. Essas são características que perpassam toda a discussão em sua obra, com esse conceito de desenvolvimento Vieira Pinto traz o significado de mundo, de realidade, educação em sua totalidade.

Primeiramente é necessário identificar que as políticas públicas das quais o Instituto Federal de Educação em análise desta tese, a partir do pensamento de Vieira Pinto, situa-se numa situação ambígua: a) de uma forma os documentos analisados, *Lei de criação 11.892/2008*, e as *Concepções e diretrizes dos institutos federais*, paralelo com o pensamento de Vieira Pinto na obra *O conceito de tecnologia*, é identificado haver sintonia, e caminharem *pari passu* para a emancipação: b) de outro modo a e execução, isto é, a prática está em sintonia com o mercado, comprometido com a hierarquia evidenciando em sua prática controle e formação para o mercado de trabalho; c) sob outra perspectiva os Institutos Federais de Educação constituem um projeto novo, mesmo sendo unidades da antiga rede

federal de educação: dos trinta e oito (38) institutos federais somente cinco (5) são novos, segue-se o mesmo princípio para os campus, dos mais de seiscentos (600) campus no ano de 2014, cento e quarenta (140) são instituições existentes que compunham a antiga Rede Federal; d) o Instituto Federal do Paraná, até 2014, vinha sendo orientado por legislações: leis, decretos, resoluções e portarias, até a elaboração final do PDI (2014/2018), documento esse que não contrapõe os interesses do mercado.

Convém identificar que os estudos estão fundamentados num período histórico recente regido pela sociedade capitalista, entre contradições, desigualdades e ambiguidades do sistema social, político e econômico. Acentuar que os tempos recentes vividos carregam significados ambivalentes sobre muitos temas, dentre eles: tecnologia, educação, política, economia, cultura. Contexto que é próprio do sistema capitalista de reificar a vida, atribuir valores às coisas, e neste processo o homem é coisificado, sendo-lhe atribuído *valor* dentro do processo produtivo e consumista. Este estudo que relacionou os institutos federais de educação com o pensamento de Vieira Pinto, constata que a necessidade de identificar as correlações de forças para um processo de superação das contradições sociais.

Assim sendo, o resultado desta tese é o diálogo com a realidade humana, identificada por tempos complexos, desiguais e insensíveis vividos pela classe trabalhadora que incorporam uma época de mistificação da tecnologia a tal ponto, que se fala numa anexação do ser humano pela técnica, considerada esta uma forma de violência contra a sua existência, que agrava as desigualdades ampliando os conflitos sociais, além do monopólio burguês e dominação ideológica neoliberal.

O conceito de tecnologia nesta tese, a partir do pensamento de Vieira Pinto, caminhou por duas teorias: a primeira, levanta a hipótese de mistificação, uma abordagem determinista e fetichista da tecnociência, uma forma de tomá-la como sujeito e força autônoma, capaz de autoimpulsionar seu próprio desenvolvimento e o das sociedades; a segunda, assenta na ação dos sujeitos da história, divididos em classes sociais, capazes de atuar coletivamente por via de partidos, governo e estado, com todas as contradições do modo de produção.

Ao longo da tese, várias categorias foram sendo apropriadas de Vieira Pinto, uma delas é o conceito de Estado, categoria fundamental, pois remonta a toda uma trajetória educacional. O Estado foi entendido por Vieira Pinto como um agente

coletivo e contraditório, capaz de tanto expressar e articular um projeto nacional, até certo ponto consensual, como, por outro lado, de estar a serviço das potências estrangeiras, como mero agente de subordinação nacional, “desertando” de sua capacidade de articular forças nacionais para o desenvolvimento próprio do país e emancipação da sociedade brasileira.

Na correlação entre desenvolvimento e tecnologia, Vieira Pinto assegura que todas as nações, com seus diferentes processos históricos e condições materiais heterogêneas, podem empreender um desenvolvimento próprio, descolado de um rótulo de dependente e incapaz, atribuído pela burguesia e do capital financeiro que usufrui do poder político e econômico, de forma a proporcionar melhorias à sociedade, valorização de sua historicidade, rompendo com as narrativas ideológicas.

Vieira Pinto acentua que a condição basilar para a efetivação desse momento está em uma consciência crítica, necessária à cada sociedade que visa a emancipação. Processo esse que acontecerá a partir de uma longa e contínua ação, onde a educação é o meio principal para efetivar a mudança.

Consequentemente a tecnologia desprovida da consciência crítica tem severas consequências à sociedade, pois consolida a alienação, direciona as classes sociais, as classes trabalhadoras numa condição de reverência a ideológica superioridade das técnicas e tecnologias que vem do “centro” e controlada pela sociedade capitalista.

Vieira Pinto considera que os projetos e os técnicos que defendem a importação de tecnologia, estão vinculados ao pensamento do centro, ao reproduzirem a experiência de outros, desconhecida, e adaptando-a à sua realidade. Este processo leva ao subemprego, não desenvolve tecnologia só precisando de habilidades para pôr as máquinas em funcionamento. A importação de técnicas externas não altera as estruturas da nação receptora em prol do trabalhador, ao contrário, mantém-na numa condição de dependência e pronta a servir, minando as resistências, repassando o controle das políticas nacionais, do mercado de trabalho interno aos fundos financeiros, ao capital transnacional.

Ao longo deste estudo realizado evidenciou as muitas críticas de Vieira Pinto ao conceito de “era tecnológica”, segundo ele, este conceito encobre uma percepção ideológica, suscetível de embriagar a consciência das massas, ao considerar o momento presente como sendo o melhor vivido pela humanidade. A relevância para

essa deferência, segundo Vieira Pinto, é uma forma de atribuir a tudo o que é atual um status de superioridade em relação ao passado. São características que desenraizam as vias de entendimento da sociedade, tornando-a do momento, do *aqui e do agora*, sem história. O conceito de “era tecnológica” fortalece as tramas econômicas existentes neste século XXI, são reconfigurações de exaltação do indivíduo, a uma condição de superioridade em relação a outros tempos e técnicas. Este entendimento de tecnologia envolve um aspecto perverso que oculta as contradições, esvazia as questões políticas, atribuindo a tecnologia a solução de todos os problemas da humanidade, suscitando o seu endeusamento, uma ideológica superioridade desvinculada da realidade social.

As análises que Vieira Pinto empreende têm como referência inicial um Brasil que se industrializa, um período em que a industrialização era compreendida como a única alternativa para o desenvolvimento de países subdesenvolvidos, junto a isso, soma-se uma burguesia industrial que passa a legitimar a concentração de recursos e dos meios de produção.

O caráter ideológico da tecnologia é identificado sob formas de teses discorrendo sob a parcialidade da tecnologia, o fato de gerar privilégio e elevar as desigualdades, seu transplante para regiões “subdesenvolvidas” é ideologicamente alocada em superfícies geográficas específicas, em espaços arquitetados com presumíveis respostas, em áreas que expressam o poder dominante do uso da tecnologia, e por sua vez de quem as detém, e para os quais estão destinados os “avanços superiores” da cultura e da ciência, enquanto aos povos das “instâncias inferiores” cabe-lhes aceitar esse caráter imperioso, que é histórico.

A compreensão do procedimento ideológicos da *burguesia*, segundo Vieira Pinto *classes dominantes*, está que elas imprimem uma lógica passiva, para que nada seja alterado pelos atos de “rebeldia” e denúncia, já que entender isso seria demasiado dispendioso. Nessa lógica reacionária, cabe aos países subdesenvolvidos imitar e incorporar, em marcha lenta, aquilo que lhes é concedido do alto. São exigências da burguesia externa à burguesia nacional pacífica, as quais estão prontas para corresponder a uma condição de subalternidade e subserviência ao capital.

A alienação em Vieira Pinto, estampa múltiplas faces, identificadas por intelectuais leitores de Vieira Pinto com “teses”, entretanto, são as diversas formas da atuação ideológica da tecnologia, das quais o autor tem o objetivo de mostrar: as

contradições da tecnologia; as desigualdades e os conflitos sociais; a ambiguidade da educação e monopolização do conhecimento; a perversidade da mídia que esvazia as vias de indignação e reação; o controle educacional; a economia dependente.

A ideologia está presente na informação, no controle de acesso e na sua vinculação, a passiva aceitação de termos e definições: “intermediário”, “desenvolvido”, “subdesenvolvido”, em “desenvolvimento”, são expressões alienantes procedentes das classes dominantes; está implícito de que “só nos países periféricos, subdesenvolvidos, dominados, sem soberania, aliciado pelo fascínio cultural e pela direção econômica dos grandes centros metropolitanos, ocorre a fase intermediária [...]” Esses centros vão utilizar-se da tecnologia para desenvolver uma mentalidade tecnológica conveniente aos seus interesses políticos e econômicos, valendo-se dela com a máxima inteligência. Com esse propósito, “a tecnologia torna-se, então, o principal ingrediente com que o dominador irá compor a consciência “para o outro” das massas subjugadas”. (PINTO, 2005a, p. 266).

A abordagem sobre a tecnologia foi realizada a partir das quatro definições da tecnologia feita por Vieira Pinto, é um processo: entendimento de técnica; processo histórico; epistemologia da técnica e por fim enquanto ideologia. As primeiras compreensões da tecnologia de Vieira Pinto identifica o significado “humano” e “natural” da tecnologia, ao afirmar que está na capacidade do homem projetar, característica que o torna diferente dos outros animais. Desde os primórdios, a tecnologia é uma produção inventiva humana, originada com base nas necessidades locais. De acordo com Vieira Pinto (2005a, p. 54), é “na necessidade de projetar as máquinas que está a verdadeira origem dela.” Condição essa que assegura a cada povo um tempo e as tecnologias requeridas. Este entendimento da tecnologia aproxima com uma das características do IFPR, quando se volta para a produção, empreendedorismo, eficiência e eficácia, mercado de trabalho, defendido no PDI do Instituto Federal do Paraná, são características que estão em sintonia com os interesses do mercado.

A característica que sintoniza Vieira Pinto com a história, está na compreensão de que a tecnologia de cada época permite reposicionamentos diferentes frente à natureza, uma atitude de domínio desta a partir das elaborações teóricas. Compreende ainda que as técnicas de cada período histórico constituem fatores limitantes, por seu uso ser característico desse tempo. Isso justifica a

expressão “um homem no seu tempo”, utilizada por comentadores de sua obra. Para Vieira Pinto, somente a atividade dialética e a capacidade criativa de projetar impulsionam o homem para um novo estágio criativo, de evolução tecnológica, de superação, sem alterar a base de sustentação histórica e tecnológica de cada período. É, pois, nesse pensamento que reside o conhecimento armazenado na história, não se perdendo assim a noção de totalidade e unidade dos aspectos contrários, concluindo que “Toda época é por definição única e possui a tecnologia a que se pode ter acesso”. (PINTO, 2005, p. 69).

Esta compreensão de que *cada tempo histórico tem suas características*, está relacionado com “*o homem e suas circunstâncias*”, entendimento este associado ao conceito de amannualidade desenvolvido por Vieira Pinto para enfrentar as realidades desprovidas de condições, e ainda, aptas a desencadear um processo de desenvolvimento próprio. O desenvolvimento é um processo e está relacionado as conexões estabelecidas, não tem parâmetro, salvo quando aportado ideologicamente. As invenções tecnológicas influenciaram o comportamento dos seres humanos, mas nem por isso tal momento pode ser caracterizado como motor da história, já que tais invenções apenas registraram um salto qualitativo e uma série de mudanças de comportamento, comuns e constantes na história da atividade humana.

O sentido da amannualidade na educação para Vieira Pinto, reflete as condições hostis em que viveu, situações essas, que levam o autor a pensar como se produz o conhecimento em situações desfavoráveis. A amannualidade é a ferramenta que possibilita fazer a leitura do mundo de maneira crítica e inserida no contexto vigente. Seria a forma de pensar a educação em ambientes bastante adversos, desprovidas de quaisquer condições. Esta é uma das relações que pode ser feita com o entendimento de educação ciência e tecnologia de Vieira Pinto, isto é, voltado para compreender os problemas sociais, para as realidades desprovidas de condições. Portanto, como fazer isso? O ponto de partida, com suporte em Vieira Pinto, consiste em desvendar a realidade, percebendo os ocultos e os anônimos da sociedade, identificando as forças que imperam no sistema capitalista globalizado, compreendendo as discrepâncias sociais burguesas e ideológicas.

Os estudos ocorridos neste trabalho estão voltados às invenções tecnológicas apontam para um fenômeno constante no curso da evolução humana, cabendo investigar a natureza das transformações que estão agora em andamento,

submetendo-as a uma análise histórica e filosófica que permita ao homem compreender a sociedade e suas relações, sem estigmatizá-las ou endeusá-las, porquanto somente esse procedimento leva a uma atitude crítica da tecnologia, desvencilhada das narrativas ideológicas imperialistas do mercado, que tem a intenção de reorientar para os interesses do mercado.

A contribuição adquirida de Vieira Pinto está em perceber que a consciência crítica permite compreender as estruturas ideológicas, as narrativas contundentes e posicionamentos ingênuos, tem o alcance de perceber as correlações de forças em processo e a necessidade de mudar o estado existencial real da sociedade comprometido aos interesses neoliberais.

Este estudo não pretende esgotar o assunto tão pouco responder a todas as possíveis indagações, mesmo porque as respostas não são as únicas verdades, contudo, faz-se necessário apresentar algumas evidências que foram aflorando no decorrer do estudo da obra de Vieira Pinto. Portanto, cabe responder às seguintes formulações:

Uma delas foi a de evidenciar que é possível estabelecer um diálogo entre o pensamento de Vieira Pinto e os Institutos Federais de Educação, compreendendo o sentido de desenvolvimento de modo crítico e o ideológico uso da tecnologia por setores dominantes da sociedade. Se propôs a mostrar que a dependência é um projeto, a subserviência é consentida, o consenso acontece pela cooptação de técnicos e a alienação pela passividade e acriticidade da sociedade.

O estudo do *Conceito de Tecnologia*, na obra de Vieira Pinto, é recente, considerando a sua publicação no ano de 2005 e o reduzido estudo sobre ele, assim como o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, cuja criação foi em 29 de dezembro de 2008, portanto ambos são recentes e objeto de análise desta tese. O tema se justifica pela mediação dos conceitos de tecnologia e educação.

O propósito de buscar, em Vieira Pinto, subsídios para a *crítica* aos Institutos Federais sinaliza um dos elementos novos deste estudo, a peculiaridade está no entendimento da tecnologia ser mediação para conhecer e modificar aspectos da realidade social, tanto das classes menos favorecidas como da burguesia.

A educação ganha centralidade no pensamento de Vieira Pinto, como um espaço para consolidar a percepção crítica e desenvolver traços culturais próprio de cada realidade, mas é preciso disputar conteúdos, segundo ele, os quais são os objetos da mudança.

Este estudo assinala a relevância da educação para romper com a alienação e o monopólio do conhecimento, para esse fim: mudança dos conteúdos desenvolvidos nos cursos, nas disciplinas pelos professores, é necessário entender o contexto histórico, compreender as contradições, os conflitos sociais, as correlações de forças. Incluir conceitos onde os alunos percebam a dimensão ideológica na qual o ser humano está absorvido, e que responde aos interesses burgueses nacionais e internacionais.

Assim, fica explícito que os conceitos críticos precisam ser aprendidos e diluídos nos Projetos Políticos Pedagógicos – PPP, como caráter estratégico de intervenção na sociedade. A manutenção hermética das percepções, em nada altera as estruturas, continua restrita a um pequeno grupo, não repercute na história, na sociedade, na instituição, no indivíduo. Segundo Vieira Pinto, a reforma dos conteúdos é uma alternativa para mudar a estrutura social do país, estabelecendo a consciência de sua natureza inconclusa, num processo contínuo de aprendizagem, e, a esse respeito, esclarece que “o progresso não consiste na aquisição de novos dados de saber, mas muito mais na aquisição da consciência de sua realidade como servidor social, de seu papel como interlocutor necessário no diálogo educacional”. (PINTO, 1986, p. 80). Esse é um passo significativo que os institutos federais precisam incorporar em suas práticas, encaminhamentos já presentes nas *concepções e diretrizes dos institutos federais de educação*. Implícito a isso está a mudança de toda uma estrutura técnica, administrativa e pedagógica, considerando a conjuntura de cada momento.

Nessa perspectiva, o que precisa ser apropriado? Esta indagação é importante para a educação. Compreender que as práticas mudam as ideias, elas tem maior poder de convencimento que de seu contrário, essas ideias produzidas na prática cotidiana do trabalho docente dentro de cada sala de aula do instituto federal de educação ciência e tecnologia, principalmente nesses tempos onde a retrógrada e insensível direita brasileira visa garantir seu conservadorismo através do controle e dominação do aparelho ideológico capitalista, intitulado de “escola sem partido”, na aprovação de leis que acentuam um retrocesso na democracia brasileira, de leis que acabam com conquistas históricas para a classe trabalhadora. Nestes tempos complexos e ambíguos, repletos de contradições que acentuam cada vez mais as desigualdades, necessita de uma educação que desenvolva o pensamento crítico, e na construção dos saberes e instrução promova a emancipação.

Essa reforma dos conteúdos não pode vir só, tem que fazer parte de um conjunto de reformas do país, e nessa retomada conservadora movida pela direita golpista, parecem ficarem mais distantes ainda, entre elas: reforma agrária, econômica, política. As atuais em curso são de interesse do capital, acentuando a aliança com o sistema neoliberal.

As ações dos Institutos Federais de Educação, de romper com as práticas voltadas para o interesse do mercado são acanhadas, não constituem um arcabouço cultural que possibilitem as mudanças das ideias e uma leitura crítica da estrutura social. Haja visto, que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é norteado entre outras legislações, já mencionadas anteriormente, pelas metas do Plano Nacional de Educação (PNE), respondendo estas aos interesses internacionais, o PDI do Instituto Federal do Paraná é liberal, trabalha dentro de uma “neutralidade”, não evidencia a luta de classe, as ações ideológicas da burguesia e o monitoramento e controle internacional da educação, vem num sentido de responder os anseios da sociedade capitalista, formando mão de obra para o mercado.

Por outro lado, o Instituto Federal do Paraná, assim como os outros Institutos avançaram muito em programas de inclusão, acessos a projetos e financiamentos, ampliou-se campus pelos interiores dos Estados, cursos em diversas áreas e níveis, por sua vez também as vagas. Entretanto a dualidade de atuação persiste, considerando que as contradições evidenciadas, e suas reações a estas não se efetivam enquanto PDI e na prática pedagógica, há um esvaziamento das questões políticas.

O pensamento centrais da obra de Álvaro Vieira Pinto, é suscitar inquietações ao ser humano, principalmente aos estudantes para que percebam as estruturas da sociedade, as relações de forças conjunturais, as obscuras atuações da burguesia, como também, a complacência do Estado e o controle do sistema financeiro, atendo ao monopólio do conhecimento com fins de atender o mercado de trabalho.

A crítica formalizada aos institutos federais de educação, a partir do pensamento de Vieira Pinto, está identificada a partir da conjuntura em retrocesso idealizada pela burguesia, e nesse sentido, quando os institutos silenciam e promovem o esvaziamento das discussões políticas em seu interior (PDI, PPI, PPC), compactuam com as ideologias do mercado. São convencidos do ilusório status institucional quando reproduzem o pensamento do “mercado” e, superficialmente,

qualificam, preparam, formam uma mão de obra para o sistema neoliberal globalizado e imperialista.³²⁴

A questão central está em superar as orientações de monopólio neoliberal, projetos e programas reformistas, a educação profissional enquanto ação que ultrapasse o sentido da educação de neutralidade e como controle social, e segundo Vieira Pinto, quando a escola reproduz a ideologia do sistema, aí, “a alienação está completa”, criam-se massas acríticas e subservientes.

A criação dos institutos federais de educação, na perspectiva do pensamento de Vieira Pinto, deve emergir da realidade e a partir dela ir identificando as suas necessidades e carências, bem como entender os sinais dos contextos e ler o mundo nas suas diversas expressões, produzidas na sociedade, nos seus campi, aqui, volta-se ao seu conceito de *amanualidade*. Perceber que estão sendo construídos em uma realidade em constante movimento, de complexas interações, marcadas pelo avanço da ciência e tecnologia, num momento neoliberal.

Vieira Pinto afirma que não será por meio de reformas que as transformações sociais ocorrerão, e não será adaptando formas, instrumentos, dando *sobrevida* às *máquinas e tecnologias*, que se levará a solução dos problemas à sociedade, com suas diversidades e infinitas formas de entender a vida. Há que se fazer uma revolução, alterar a forma de conceber a vida, entender que ela, as coisas e os recursos são finitos; a razão de viver não é uma vida para o consumo, o sentido da vida não está no acesso a bens, tampouco as políticas públicas devem vir nesse sentido; a revolução deve fazer parte da educação, a educação enquanto espaço de superação e condição de emancipação.

O possível desencontro do instituto federal com o pensamento de Vieira Pinto, reside ao constatar que o projeto de educação profissional brasileiro de 2003 a 2014 é reformista, o qual trouxe pequenas e tímidas alterações no plano social, político e econômico, refreia as ações para a emancipação no plano político, e quando ocorrem mudanças, estas são parciais, sendo que, os acordos e propostas não são honrados.³²⁵

³²⁴ As comprovações destas afirmações estão contidas no PDI, p. 27. Presente os conceitos de gestão pautada em “índices” de “eficiência” e “eficácia”, “A gestão do Instituto Federal do Paraná incentiva o uso e promove o respeito aos princípios de governança pública.” Princípios neoliberais.

³²⁵ Adota-se, para a educação, a conhecida tática de fazer novas projeções para os anos seguintes, novas metas, de protelar, deixar para depois, por exemplo: aceita-se passivamente a redução de percentuais de analfabetismo, quando a meta aceitável deveria ser 100% de alfabetizados.

A divergência seguinte é a de que, as proposta dos institutos presente em seus documentos (PDI, PPI, PPC) não vêm ao encontro da formação crítica, capaz de fazer uma leitura de mundo a partir do viés do trabalhador, ao contrário, seu mote ainda está voltado a preparar e qualificar pessoas para o mercado de trabalho, mantendo a centralidade do sujeito na individualidade, sustentada num economicismo.

Ainda enquanto divergência, é necessário acentuar a ambiguidade da teoria e prática, da Lei 11.892/2008, ela é liberal, ampla, aberta e se adapta em qualquer sistema; as concepções e diretrizes dos institutos federais, conterem em seu interior contradições, ao mesmo tempo sinalizam para a superação das desigualdades e simultaneamente reproduzem os ideais neoliberais.³²⁶

Após ter identificado as divergências, dispondo dos mesmos documentos citados, foi identificado e realçado as estruturas de enfrentamento dos projetos de desenvolvimento neoliberal dos institutos federais de educação: portanto as *concepções e diretrizes dos institutos federais*, são também resistências as políticas públicas reformistas. O enfrentamento das disparidades sociais pelos institutos federais, se faz também pela Lei 11.892/2008, uma vez que cria espaços para promover uma educação emancipadora, e desta forma estão dialogando com Vieira Pinto.

Considerando a conjuntura de instabilidade nacional e a histórica trajetória institucional, a ação de resistência está ligada a formação do professor, somente revestido de condições físicas, psíquicas e intelectuais é que fará em cada uma de suas aulas um processo de transformação à emancipação, inicialmente pela consciência crítica.

Na prática, o referido enfrentamento consiste em que cada professor seja o “intelectual orgânico” da transformação da sociedade, por meio da prática docente, da análise crítica, da percepção da “estrutura de poder” e da leitura de um mundo “fetichizado”. Essa atuação caracterizará a primeira resistência às estruturas injustas e ideologicamente constituídas em favor de um “grupo de poder”.

A escola é condição para a emancipação, como também local de naturalização dos conceitos; é um espaço de superação onde não há neutralidade, o próprio discurso em favor de uma neutralidade é em si ideológico, portanto, há um

direcionamento na escola: ou ela orienta os estudantes para a emancipação, para o desenvolvimento da consciência crítica, ou norteia para a adaptação dos sujeitos às conjunturas direcionadas pelo mercado.³²⁷

Para Vieira Pinto, a educação é leitura crítica de mundo, por exemplo, quando aborda o analfabetismo não está subentendendo o domínio dos códigos de linguagem, o fato de não saber ler e escrever é apenas uma variável de uma conjuntura. Segundo ele, tem maior proporção “os estragos” causados pela condição de não entender e não conseguir interpretar o mundo, suas condições sociais, políticas e econômicas. Para Vieira Pinto, os livros são subsídios importantes, mas terá de se aprender muito mais com o que se vê na realidade do que com o que se lê, é uma relação de teoria e prática.

Estas questões: *contradições, superação*, relacionadas aos IF's, IFPR, Vieira Pinto e educação, só terá consistência se explicitar a realidade do seu meio, através do ser humano, o qual faz parte. Essa condição identificada à educação acontecerá pela identificação com “as massas” com os problemas locais de cada campus. A educação é desvelamento das possibilidades de superação para a classe trabalhadora.

Nesse sentido, é candente a ação dos intelectuais desenvolvida por Vieira Pinto, quando estes não desenvolvem as próprias ideias, assemelha-o a ser um “tabelião de ideias” do conhecimento alheio, não passando de escrevente do pensamento vindo de fora. E segundo o autor estudado, num meio desprovido de autoconsciência, é sinal de alienação e subserviência ao que vem de fora.

O processo de intervenção e alteração de velhas estruturas, não será remontado sem a participação das massas, sem o envolvimento de quem detém outros pontos de vista. Neste sentido, Vieira Pinto se aproxima do pensamento de Gramsci, veem a atuação das massas como condição de transformação da sociedade, para isso, necessitando avançar no desenvolvimento de uma consciência crítica. Segundo Gramsci, a função do dirigente é de elevar as massas, educá-las para que se tornem autônomas, difundindo uma nova concepção de mundo, pois a opressão capitalista se manifestava não apenas economicamente, mas também espiritualmente.

³²⁷ A atuação da escola será diferente, quando as estruturas políticas, sua organização interna nos seus planos de ação, compreendidos pelos Projetos Políticos Institucional - PPI, Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPC. Envergadura maior, quando contempla o Plano de Desenvolvimento Institucionais - PDI.

Assim, há uma relação da cultura e da educação do proletariado com a noção de hegemonia. Se burgueses e latifundiários dominam o cenário político, isso se deve, em grande parte, à ação dos intelectuais na formação de uma nova concepção de mundo, no trabalho cotidiano de difundir ideias e formar opiniões, principalmente nos meios de comunicação. Para a classe operária, conquistar a direção política a partir de um conjunto de alianças de classes significava, também, conquistar a direção cultural, o que implicava elaborar a sua concepção de mundo, isto é, um modo de pensar independente que expressasse as contradições vividas no cotidiano.

Portanto, cabe aos intelectuais, num primeiro momento, a incumbência de pensar um projeto de sociedade afinado com as causas populares, não concedendo o domínio a cargo de uma classe e ao capital transnacional.

Neste sentido, o equívoco do esclarecimento da consciência reside no fato de pensar que a consciência esclarecida acontece pela mão do outro, justamente o contrário, a consciência de si não é planejada pelo outro, pelo sistema capitalista explorador, antes necessita nascer de si, é um processo “natural”. É certo que, no início do processo de desenvolvimento, as massas mostram estar desorientadas e ainda “incapazes” de pensar e dirigirem-se por si mesmas. A percepção, por si, das massas em relação à realidade já é uma mudança significativa inerente aos primeiros passos, inicialmente sem a devida clareza, depois consistente o suficiente para remover a passividade do pensamento e a sujeição aos sistemas ideológicos dominantes.

O ponto de chegada reside em considerar que o projeto de educação de Vieira Pinto compreende uma educação crítica, enquanto espaço de superação, possibilitando identificar as ideologias presentes nos poderes governamentais, nas classes sociais, na mídia, bem como discernir as ideologias subjacentes à técnica, sendo que sua percepção de educação constitui um desvelamento do mundo.

Portanto, a educação pensada por Álvaro Vieira Pinto está estruturada na capacidade crítica, histórica e dialética dos seres sociais de se construírem com base em suas necessidades reais e, neste ponto, há uma afinidade com os objetivos originais do instituto federal de educação ciência e tecnologia, contidos na Lei nº 11.892/2008 e nas *Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais*.

A fragilidade do projeto educacional dos institutos federais, presente na fase de sua execução, consiste em se apresentar com as mesmas “roupagens” do

modelo neoliberal, centrado em indicadores de quantidade, operacionalidade e focado em resultados. O projeto de educação, estruturado em parâmetros neoliberais, interfere no modo de pensar dos estudantes, distanciando-os da capacidade crítica.

Com isso, há um desserviço em relação à compreensão de totalidade inerente a cada coisa, e a leitura do mundo fica assim comprometida, em razão de padrões ideológicos. Tal compreensão somente seria autêntica na perspectiva dialética, mediante ações de resistência às discrepâncias históricas elitistas. Isso significa dizer que o modelo educacional desenvolvido pelo IFPR permanece desenvolvendo a fragilidade nas classes trabalhadoras, pela ausência de uma formação crítica.

Conclui-se que o projeto de educação profissional e tecnológico, desenvolvido no Instituto Federal do Paraná, é ambíguo:

a) não explicita as contradições, não identifica as relações de forças, afasta-se da perspectiva dialética, limitar-se-á a criar uma mão de obra capacitada para o mercado, subservientes ao sistema, os quais reproduzem de maneira passiva os interesses burgueses que agriem e vilipendiam a classe trabalhadora;

b) no entanto tem uma base legislativa que possibilita superar as contradições sociais, compreendo pela Lei nº 11.892/2008, das suas *concepções e diretrizes dos institutos federais*, este último próximo do pensamento de Vieira Pinto, o conflito está de não haver uma compatibilidade com a ação, teoria e prática não se conversam.

As condições para romper a ambiguidade presente nos Institutos Federais de Educação:

a) a educação nos institutos federais de educação, na perspectiva de Vieira Pinto, é de gerar homens inquietos, descontentes e resistentes, capazes de enfrentar os desafios dos novos tempos que se dissipam pela tecnologia;

b) fazê-los críticos em relação ao modo como está estruturada a sociedade, compreendendo suas correlações e forças;

c) a educação profissional como uma alternativa à construção do pensamento crítico, percebendo que ela é também uma via de legitimação da ideologia da classe dominante. Escola local onde será proporcionado as condição de emancipação, razão que a burguesia precisa da educação para assegurar seus privilégios e continuar produzindo cultura, já a classe trabalhadora precisa da

educação como alternativa ao desenvolvimento próprio e nacional e enfrentamento das distorções e injustiças sociais.

d) combinar educação, desenvolvimento e tecnologia, para Vieira Pinto esta conciliação não descarta a possibilidade de o processo vir acompanhado de uma instrumentalização ideológica da classe social detentora de meios e recursos do modo de produção. O afastamento das situações ideológicas, ocorrerá quando pensados a partir da realidade nacional, em receituário. E, segundo ele, essas questões devem ser levadas em conta no momento de repensar no projeto de desenvolvimento nacional, tendo como prerrogativa fundamental, o ser humano. Para Vieira Pinto (1991, p. 17), “a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses.” A educação adquire a conotação de processo histórico, na medida em que acontece na realidade social, nos confrontos ideológicos e retrógrados, na resistência aos projetos e ideias produzidas pela burguesia reacionária, a serviço do sistema financeiro, portanto, ante a estrutura política ideológica da uniformização de pensamento e inexistência de análise crítica, a educação constituindo-se uma modalidade de trabalho social concreta e contraditória.

e) destacar que os estudos permitiram ver a necessidade de se trabalhar a prática pedagógica do professor, de entender como ele compartilha o desvelamento do mundo com os estudantes. O trabalho mais elaborado repercute socialmente, ao manter mãos e mentes ocupadas em criar condições sociais, portanto, isso aponta para a necessidade de avançar em estudos quanto à formação de professores para os IFs.

Para concluir, o pensamento de Vieira Pinto sobre educação inicialmente suscita o questionamento dos vigentes planos de educação, das políticas educacionais implantadas e da ação dos institutos federais de educação, levando em consideração a história e as demandas de cada momento, em prol de um desenvolvimento humano, entendendo a superação das desigualdades e minimize os conflitos sociais, uma educação crítica, inquietante, que questione a realidade e busque transformá-la, como espaço para a emancipação.

As críticas formalizadas são decorrentes dos *resultados* da execução dos documentos fundantes no Instituto Federal do Paraná, a partir da compreensão da *Lei nº 11.892/2008 e das Concepções e Diretrizes*.

A análise bibliográfica e documental realizada nesta tese, requer novos estudos críticos futuros:

a) o primeiro, é no sentido de compreender os *resultados* obtidos com base nesses documentos. Os Institutos Federais de Educação é uma Política Pública em processo, sofrendo os entendimentos político do Estado e de seus gestores. É preciso analisar o impacto de cada instituto federal de educação ciência e tecnologia nos municípios e regiões que foram implantados, tendo a Lei nº 11.892/2008 e as concepções e diretrizes como ponto de análise.

Ao término deste estudo, pode se assegurar que Vieira Pinto permanece atual, há ainda grandes desafios educacionais a ser enfrentados. A pesquisa, a ciência e a tecnologia ainda são inexpressivas no Brasil, salvo, áreas que geram resultados positivos financeiros ao “grupo de poder”, portanto, as expressões são de interesse econômico, avançou-se muito nas pesquisas com os institutos federais, mas as disparidades, resistências e oposição também ampliaram e avançaram, e junto a isso, ampliaram-se campos e áreas de pesquisa.

Por mais que a base da educação do Instituto Federal seja: ensino, pesquisa e extensão, considerados o tripé inseparável, a consciência crítica e a educação enquanto espaço para a emancipação necessita ser assegurado diariamente, a educação é um processo dentro dos institutos federais.

Ainda que atualmente neste ano de 2016 se tenha maiores condições de acesso a equipamentos, instrumentos e máquinas, isso não significa que se tenha traduzido em melhorias das relações sociais, da qualidade de vida das pessoas, ou seja, é preciso ainda construir uma educação como espaço de desvelamento da realidade social, de modo crítico que identifique as obstruções de espaços criativos e emancipatório.

O pensamento de Vieira Pinto conduz a compromissos com a classe trabalhadora sintonizado com o contexto onde a tecnologia não se restringe a novos equipamentos e a criar melhores estruturas de interesses burgueses e do monopolista capital financeiro. A vida e a obra de Vieira Pinto é um compromisso com as relações sociais, na diminuição das desigualdades e conflitos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACERBONI, Lúdia. **Álvaro Vieira Pinto**. A Filosofia Contemporânea no Brasil. Tradução João Bosco Feres. Prefácio Miguel Reale. São Paulo: Grijalbo, p.102-106,1969.

AFONSO, A. J. Estado, globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investimento. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 22, jan./abr. 2003.

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. **Uma ilusão de desenvolvimento**: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK. , Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

ALVES, A. E. S.; LIMA, G. de O. P.; CAVALCANTE, M. N. **Interface entre história, trabalho e educação**. (Org.). Campinas: Alínea, 2009.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil**: COLLOR, FHC e LULA. 2. ed. Campinas: Autores associados, São Paulo, 2005.

APPLE, Michael W. **Para além da lógica do mercado**: compreendendo e opondo-se ao Neoliberalismo. Tradução de Gilka Leite Garcia, Luciana Ache. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

AZEVEDO, Fernando. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova** (1932) e dos educadores 1959 [et al.]. Editora Massangana– Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

BARIANI, Edison. **Guerreiro Ramos e a redenção sociológica**: capitalismo e sociologia no Brasil. 329 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara , 2008.

BARIANI, Edison. ISEB: fábrica de controvérsias. **Espaço Acadêmico**, n. 45, fev. 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/045/45cbariani.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

BARIANI, Edison. **Uma intelligentsia nacional**. Grupo de Itatiaia, IBESP e os Cadernos de Nosso Tempo. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=docdownload&gid=385&Itemid=171>. Acesso em: 29 jun. 2015.

BERRINGER, Tatiana. A tese do imperialismo brasileiro em questão. **Revista Crítica Marxista**, n. 36, p. 115-127, 2013.

BIELSCHOWISKY. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas, de 1949. In: **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 121, jul./dez. 2011. (Nova Série).

BOAS, Rafael Vilas. **Teoria crítica da tecnologia**. Brasília, 27 ago. 2011. Palestra proferida no Ciclo de Conferências na Universidade de Brasília. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0BYHV7gWJSk&t=1795s>>. Acesso em: 28 maio 2016.

BOITO Jr. Armando. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.28, jun. 2007.

BORGES, André. Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.18, nº. 52, jan. 2003.

BRASIL, Ministério da Educação. **Concepções e Diretrizes**: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. **Ensino Médio Integrado à Educação Profissional**: integrar para quê? SEB/MEC, Brasília, DF, 2006. (Vários autores).

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. SEMTEC. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio**. Brasília, DF, dez. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. SEMTEC. **Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica**. Brasília, DF, abr. 2004. <Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Brasília, DF, 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 29 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **O plano de desenvolvimento da Educação**: razão, princípios e programas (PDE). Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA**. Documento Base. <Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Relatório de Gestão 2012**. Brasília, DF: SECOM, ano 6, n.1, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Destaques: ações e programas do Governo Federal. **Caderno Destaques, Brasília, ano 2, nº 5**, nov./dez. 2009.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Destaques: ações e programas do Governo Federal. **Caderno Destaques, Brasília, ano 2, nº 4**, set./out. 2009.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Destaques: ações e programas do Governo. **Caderno Destaques, Brasília, ano 2, nº 3**, jul./ago. 2009.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BUENO Newton Paulo. **A Revolução de 1930: uma sugestão de interpretação baseada na Nova Economia Institucional**. **Estudos Econômicos, São Paulo**, v. 37, n. 2, abr./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612007000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 jun. 2016.

CARDOSO, M. Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK- JQ**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Do materialismo no método de Marx**. In: COLÓQUIO EM MARX E ENGELS, 4., São Paulo: Editora UNICAMP, nov. 2005.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Florestan Fernandes: capitalismo e classes sociais dependentes no Brasil**. São Paulo: Editora USP, 2012. Palestra proferida sobre o Pensamento de Florestan Fernandes. Disponível em: <<http://www.youtube.com/editor>>. Acesso em: 08 jan. 2016.

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE ÁLVARO VIEIRA PINTO. **Grupo de Pesquisa Xuê**, Curitiba, UTFPR. Disponível em: <<http://www.alvarovieirapinto.org/estudos-e-pesquisas/>>. Acesso em: 22 set. 2016.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, o, 1989.

CHOMSKI, Noam; ROY, Arundhati; AMIN, Samir. **A ofensiva do império e os dilemas da humanidade**. Movimento consulta popular. São Paulo, 2003. Cartilha.

COGGIOLA, Osvaldo; KATZ, Cláudio. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1996.

COMPARATO, Fabio Konder; CHAUI, Marilena; SAFATLE, Vladimir. **Que democracia?** Debate de leituras e perspectivas sobre o golpe de 2016 no Brasil, mediado pelo historiador e cientista político Gilberto Maringoni. Mesa de abertura do Salão 2., do Livro Político, 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **A indústria e o Brasil: uma agenda para o crescimento**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/86/fd/86fda445-809d-47d8-a018-4b964b74e789/20121203134141296787i.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Mapa estratégico da indústria: 2007-2015**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2015/05/19/198/20120731180801816265a.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2016.

CÔRTEZ, Norma. **Consciência e Realidade Nacional**: notas sobre a ontologia da nacionalidade de Álvaro Vieira Pinto (1909-1987). Rio de Janeiro v. 12, n. 1-2, p. 129-146, jan./dez. 1999. Acervo

CÔRTEZ, Norma. **Esperança e democracia**: as ideias de Álvaro Vieira Pinto. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã**: do Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DAGNINO, Renato. Tecnologia Social: base conceitual. **Revist@ do Observatório do Movimento pela Tecnologia Social da América Latina**, Brasília, v. 1 n.1, jul. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/cts/index>>. Acesso em: 8 ago. 2016.

DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBRUN, Michel. **O problema da ideologia do desenvolvimento**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 236-279, jul. 1962.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

DIAS, E. Fernandes. **Gramsci em Turim**: a construção do conceito de hegemonia. São Paulo: Xamã, 2000.

DIAS, E. Fernandes. **Política brasileira**: embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Ed. do Instituto José Luís e Rosa Sundermann, n.4, 2006. (Série Polêmicas).

DIAS, E. Fernandes. **Revolução passiva e modo de vida**: ensaio sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

DRABACH, N. Pedrotti. **Perfil do Gestor Público**. Curitiba, Instituto Federal do Paraná, 2011.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista; São Paulo: Boitempo, 1997.

FALEIROS, V. de Paula. **A política social do estado capitalista**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FÁVERI, José Ernesto de. **O legado de Álvaro Vieira Pinto na voz de seus contemporâneos**. (Org.). Blumenau: Nova Letra, 2012.

FÁVERI, José Ernesto de. Posfácio, In: PINTO, Álvaro Vieira. **A sociologia dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FEENBERG, Andrew. **Teoria crítica da tecnologia**. Ciclo de Conferências *na UNB*, abr./maio, 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2ofaot-XAsw>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

FEITAS, Marcos Cezar de. Economia e educação: a contribuição de Álvaro Vieira Pinto para o estudo histórico da tecnologia. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11 n. 31 jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a07v11n31.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4695.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2015.

FREIRE, Silene de Moraes; BECHER, Mariela Nathalia. A ideologia persistente do desenvolvimento. . **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, p. 207-214, jun.2013. Entrevista com Miriam Limoeiro Cardoso.

FREITAS, Marcos Cesar de. **Álvaro Vieira Pinto**: a personagem histórica e sua trama. São Paulo: Cortez, USF-IFAN, 1998.

FREITAS, Marcos Cesar de. **Brasil 1954-1964** – sugestões de roteiro a partir da história das ideias educacionais – Anísio e Vieira Pinto. Disponível em: <http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3749>. Acesso em: 29 jun. 2015.

FREITAS, Marcos Cesar de. **Vídeo de Álvaro Vieira Pinto**. Projeto Grandes Educadores, por Marcos Cezar de Freitas. Disponível em: <<http://tvescola.mec.gov.br/tve/video?vItem=grandes-educadores-alvaro-vieira-pinto&>>. Acesso em: 13 maio 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (Org). **Ensino Médio**: ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC/SEMTEC, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino Médio Integrado**: concepções e contradições. S. Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores**. Excertos. Disponível em: <http://www.pb.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201179171745208frigotto_ciavatta_ramos_o_trabalho_como_principio_educativo.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2015.

FROSINI, Fabio. **A história integral desde a perspectiva dos subalternos**: contribuição para uma teoria marxista da história. In: REVISTA CRÍTICA MARXISTA, São Paulo, n.37, ., 2013. Semestral.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura Brasil, 1964.

FURTADO, Celso. **Metamorfose do capitalismo**. Rio de Janeiro, 2 dez. 2002. Disponível em: <<http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/furtado1.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2015.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GAMA, Ruy. **A tecnologia e o trabalho na história**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1986.

GAMA, Ruy; QUEIROZ T. A. (Org.). **História da técnica e da tecnologia**. (São Paulo: Editora USP, 1985. Textos Básicos.

GAMA, Ruy; QUEIROZ T. A. **Ciência e técnica**: antologia de textos históricos. (Org.) São Paulo: Biblioteca Universitária Básica de Engenharia e Tecnologia, v. 8, 1992.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. **A educação profissional integrada ao ensino médio no Paraná**: avanços e desafios. 147 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.ppge.ufpr.br/teses/D09_oliveiragarcia.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2015.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. **O fio da história**: a gênese da formação profissional no Brasil. In: Trabalho e Crítica. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GOMES, F. A. Souza. **O intelectual na História**: uma abordagem sobre o ISEB - La Razón Histórica. Instituto de Estudios Históricos y Sociales, n. 15, p. 40-45, 2011. Disponível em: <https://www.google.com.br/webhp?ie=utf-8&oe=utf-8&gws_rd=cr&ei=cPmRVfHJPMLr-QGG9Z3qBw#q=intelectual+na+Hist%C3%B3ria:+uma+abordagem+sobre+o+ISEB>. Acesso em: 27 nov. 2014.

GOMES, F. A. Souza. **Os conspiradores de Botafogo e os mistérios da nona mansão**: a relação entre o ISEB e os militares no governo JK (1956-1960) – criptocomunismo, quebra de hierarquia ou reformismo? Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=315>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

Gomes, R. L. Ribeiro. **Alguns aspectos do movimento das ideias do ISEB (1955-1964)**. Disponível em: <http://en-fil.net/ed2/conteudo/index_002_gomes.php>. Acesso em: 24 jun. 2014.

GOMIDE, Denise Camargo; SOUZA, Daniela Moura Rocha; SANTOS, Wilson da Silva. Estado e educação no período do nacional-desenvolvimentismo: 1945-1964. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS**, 9., 2012, João Pessoa. Anais eletrônico. João Pessoa: UFPB, 2012. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.27.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

GUIMARÃES, Aquiles Côrtes. **A questão da consciência em Álvaro Vieira Pinto**. Revista Brasileira de Filosofia, São Paulo, v. 35, n. 142, p. 125-131, abr./jun. 1986.

HANSEN, João Adolfo. **A civilização pela palavra**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HOLLANDA, B. de Cristina. **Os Cadernos do Nosso Tempo e o interesse nacional**. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, p. 607-640, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=21825128002>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

IANNI, Octávio. 7 Teses sobre o Brasil moderno. In: **Trapesio**: revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, n. 5-7, 2003-2004. Semestral. .

IGLÉSIAS, Francisco. **A industrialização brasileira**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. (Primeiros Passos, 98).

ISTIVAN Meszáros. **A montanha que devemos conquistar**. Tradução Maria Izabel Lagoa. São Paulo: Boitempo, 2015.

ISTIVAN Meszáros. **O poder da ideologia**. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

JUNIOR, Edison Barian. **Iseb**: um recenseamento bibliográfico. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/vinteeseis/anexo_bib_iseb_26.htm>. Acesso em: 29 jun. 2015.

KONDER, Leandro. O discreto charme do marxismo. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n. 82, 2002. Entrevista.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Primeiros Passos, 23)

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Clélia Neves e Alderico Toribio. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acacia Zeneida (Org.). **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.

LAUREALL, Asa Cristina. **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. (Org.). 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEBRUN, Gérard. **A realidade nacional e seus equívocos**. Revista Brasiliense, Brasília, n. 44, p. 42-62, 1962.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LIMA, Michelle Fernandes. **As bases do pensamento do filósofo Álvaro Borges Vieira Pinto (1909-1987) e sua atuação no Instituto Superior de Pesquisa brasileira (ISEB)**. . Ensaio: aval.pol. públ. Educ. v. 23, n. 87, p. 485-515, abr./jun. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362015000100020>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

LIMA, Michelle Fernandes. **Atualidade do Pensamento de Álvaro Borges Vieira Pinto para o debate sobre a reforma da universidade brasileira**. 162 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

LIPOVETSKY, Gilles. **Metamorfoses da cultura liberal**: ética, mídia, empresa. Porto Alegre: Sulina, 2004.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. **Marxismo e Educação**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. Debates Contemporâneos.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. SANFELICE, José Luis. **História e história da educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

LOVATTO, Angélica. **Ênio Silveira e os cadernos do povo brasileiros: nacionalismo e imperialismo nos anos 1960**. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 4., 2010, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, set. 2010. p. 90-10.

LOVATTO, Angélica. **Os cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960**: um projeto de revolução brasileira.. 2010. 385 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

MACHADO, Lucília R. de Souza. **Educação e divisão social do trabalho**: revolução para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro. São Paulo: Autores Associados, 1982.

MACHADO, Lucília R. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. In: **REUNIÃO DE PALESTRAS PARA A DISCUSSÃO DAS LICENCIATURAS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO**, 1., 2008, Brasília. Palestras... Brasília: (s.n.), 2008. Texto Digitado.

MACHADO, Lucília R. **Saberes profissionais nos planos de desenvolvimento de Institutos Federais de Educação**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 143, aug. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n143/a03v41n143.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

MANOEL, Ivan Aparecido. In: VALE, Antonio Marques do. **O ISEB, os intelectuais e a diferença: um diálogo teimoso na educação**. São Paulo: UNESP, 2006.

MARANHÃO, Ricardo. **O governo Juscelino Kubitschek**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Primeiros Passos, 14).

MARTINI, Renato Ramos. **Álvaro Viera Pinto: massas, nacionalismo e cultura na realidade nacional**. 162 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Araraquara, 2008.

MATOS, Olgária C.F. **A escola de Frankfurt: luz e sombra do iluminismo**. São Paulo : Moderna, 1993.

MELO, Alessandro de. **A educação básica na proposta da Confederação Nacional da Indústria (CNI) nos anos 2000**. *Educ. Pesqui.* [online]. 2012, . v. 38, n.1, p. 29-46, oct. 2011. . ISSN 1517-9702.

MELO, Alessandro de. **Educação básica e formação profissional na visão dos empresários brasileiros**. *Educ. Soc.* [online]. 2009, v.30, n.108, p. 893-914. ISSN 1678-4626.

MELO, Alessandro de. **O projeto pedagógico da Confederação Nacional da Indústria para a educação básica nos anos 2000**. 260 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

MORAES, Marcia A. C.; AMARAL, Josiane C. R.; ESCOTT, Clarice M. **A ciência da comunidade em relação ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia como possibilidade de formação: um estudo exploratório no Rio Grande do Sul (IFRS)**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, 9., 2012, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: UFPB, 2012. ISBN 978-85-7745-551-5.

MORAES, R. C. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, set. 2002.

MORAIS, J. F. Regis de. **Filosofia da Ciência da Tecnologia: introdução metodológica e crítica**. (Org.). 5. ed. Campinas: Papyrus, 1988.

MORIGI, Valter; PACHECO, Eliezer Moreira. **Ensino técnico, formação profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil**. Porto Alegre: Tekne, 2012.

MOURA, Dante Henrique; GARCIA, Sandra; RAMOS, Marise (Org). **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Brasília, 2007. Documento Base SETEC/MEC.

NEDER, Ricardo T. (Org.). A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia. **Revist@ do Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina**, Brasília, UnB, Escola de Altos Estudos da CAPES, 2013.

NUNES, Clarice. Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932): um documento clássico da literatura pedagógica no Brasil. In: PENNA, Lincoln de Abreu.

(organizador). **Manifestos políticos do Brasil contemporâneo**. E-papers, Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. In: **Revista Brasileira de Educação e Administração da Educação**, v. 25, n. 2, maio/ ago. 2009.

OLIVEIRA, Tatiana Fonseca. **A filosofia da práxis nos Cadernos do cárcere**. Campinas, 2008.

PACHECO, E. Moreira; MORIGI, Valter. **Ensino técnico, formação profissional e cidadania: a revolução profissional e tecnológica no Brasil**. Porto Alegre: Tekne, 2012.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010.

PAIM, Antonio. **História das ideias filosóficas no Brasil**. 5. ed. Londrina: UEL, 1997.

PANSARDI, M. V. Pensando as relações entre democracia e educação: do nascimento da social-democracia à hegemonia neoliberal. In: SCHLESENER, Anita Helena; SILVA, Sidney Reinaldo de (Org.). **Política, Gestão e História da Educação no Brasil**. Curitiba, UTP, 2010.

PANSARDI, M. V. Uma teoria da hegemonia mundial: Gramsci como teórico das relações internacionais. **Revista Crítica Marxista**, n. 39, Set. 2014. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=51&numero_revista=39>. Acesso em: 12 ago. 2016

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Alexsandro Eugenio. **O ISEB na perspectiva de seu tempo: intelectuais, política e cultura no Brasil – 1952-1964**. 250 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2002. .

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **A rede de educação tecnológica e o desenvolvimento local**. 2003. 114 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Cândido Mendes, Niterói, 2003.

PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues. **Concepções de história na proposta curricular do Estado de Santa Catarina**. Chapecó: Universitária, 2000.

PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues. **Formação de Professores: debate e prática necessários a uma educação emancipada**. Chapecó: Argos, 2010.

PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues. **Trabalho, Globalização e ideologia**. IFPR, Curitiba, 2011.

PINTO, Álvaro Vieira. **A Questão da Universidade**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

PINTO, Álvaro Vieira. **A sociologia dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e existência**: problemas filosóficos da pesquisa científica. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PINTO, Álvaro Vieira. **Conceito de Tecnologia**. v. 1, Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a.

PINTO, Álvaro Vieira. **Conceito de Tecnologia**. v. 2, Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b.

PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e realidade nacional**: consciência ingênua. v.1, Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960a.

PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e realidade nacional**: consciência crítica. v. 2, Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960b.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ideologia e Desenvolvimento Nacional**. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1958.

PINTO, Álvaro Vieira. **Por que os ricos não fazem greve?** Cadernos do Povo Brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete Lições sobre educação de Adultos**. São Paulo: Autores Associados, 1982.

PLEKHANOV, G. V. **O papel do indivíduo na história**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

QUEIROZ, Ivo Pereira de. Fanon, o **reconhecimento do negro e o conceito do novo humanismo**: horizontes descoloniais da tecnologia. 221 f. Tese (Doutorado em Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade/Descolonialidade do Poder**., Parte 1 do arquivo de audio de Anibal Quijano, do Peru, em conferência realizada em Assunção, no Paraguai, sobre " Colinialidade/ Descolonialidade do Poder", ago. 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sID-iPiGgmY>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

RAMOS, Guerreiro. **Condições Sociais do Poder Nacional**. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1957

RAMOS, M. Nogueira. A educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 401-422, set. 2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>><<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n28/a18n28.pdf>>. Acesso em: 8 jan 2015.

RAMOS, Marise Nogueira. **Educação Profissional**: história e legislação. IFPR, Curitiba, 2011.

RAMOS, Marise Nogueira. O novo Ensino Médio à luz de antigos princípios: trabalho, ciência e cultura. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, maio/ago. 2003. Disponível em: http://www.sedu.es.gov.br/download/Novo_Ensino_Medio_%20luz_Marise.pdf. Acesso em: 29 jun. 2015.

RAMOS, Marise Nogueira. **Políticas e Diretrizes para a Educação Profissional**. IFPR, Curitiba, 2011.

REGO, W. G. D. L. Notas sobre Octávio Ianni. In: **TRAPÉSIO** – Centro de Estudos Brasileiros dedicado à análise de pensamento social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, n. 5-7, Campinas: UNICAMP, 2003-2004. Semestral.

RODRIGO, Lídia Maria. **O nacionalismo no pensamento filosófico**. Petrópolis: Vozes, 1988.

RODRIGUES, José. Celso Suckow da Fonseca e a sua história do ensino industrial no Brasil. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, n. 4, jul./dez. 2002. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/Computador/Meus%20documentos/Downloads/246-756-1-PB.pdf>. Acesso em: 12 out. 2015.

ROUX, Jorge. **Álvaro Vieira Pinto**: nacionalismo e terceiro mundo. São Paulo: Cortez, 1990.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **As armas da crítica**: antologia do pensamento de esquerda. São Paulo: Boitempo, 2012.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995

SAES, Décio. **República do Capital**: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

SAMPAIO, Plínio Arrud; STEDILE, João Pedro. **História, crise e dependência do Brasil**. 5. ed. São Paulo, 2003. Cartilha.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

SAVIANI, Dermeval et. al. **O legado educacional do século XIX no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Autores Associados, 2006.

SAVIANI, Dermeval. Álvaro Borges Vieira Pinto. In: **DICIONÁRIO de educadores no Brasil da colônia aos dias atuais**. Organização de Maria de Lourdes Albuquerque Fávaro e Jader de Medeiros Britto. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 45-50, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Introdução. In: PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, p. 9-27, 1985.

SAVIANI, Dermeval. **O lunar de Sepé**: paixão, dilemas e perspectivas na educação. São Paulo: Autores Associados, 2014. (Educação Contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. Prefácio. In: PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da universidade**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, p. 7-9, 1986.

SAWAYA, A. L. et al. **Os dois Brasis**: quem são, onde estão e como vivem os pobres brasileiros. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a03.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

SCHLESENER, A. H.; SILVA S. R. da. **Política, Gestão e História da Educação no Brasil** (Org.). UTP, Curitiba, 2010.

SCHLESENER, Anita Helena [et al.]. **Filosofia Política e Educação**: leituras de Antonio Gramsci. UTP, Curitiba, 2014.

SCHLESENER, Anita Helena. **A Escola de Leonardo**: política e educação nos escritos de Gramsci. Brasília: Liber Livro, 2009.

SCHLESENER, Anita Helena. **A recepção de Gramsci no Brasil, a interpretação no contexto do PCB nos anos 60**. Tese (Doutorado em História) –Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/27168/T%20-%20SCHLESENER,%20ANITA%20HELENA.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

SCHLESENER, Anita Helena. Crise e revolução: observações a partir dos escritos de Antonio Gramsci. **Germinal**: marxismo e educação em debate. v.2, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9605/7029>>. Acesso em: 5 out. 2015.

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura Gramsci**. 3 ed. Curitiba: UFPR, 2007.

SCHLESENER, Anita Helena. Política e Educação: perspectivas e desafios. (Org.). UTP, Curitiba, 2007. (**Cadernos de Pesquisa Pensamento Educacional nº 4**).

SCHWARTZMAN, Simon. **A Filosofia do Subdesenvolvimento de Álvaro Vieira Pinto**. Texto não publicado. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/vieira.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: as ideias fora do lugar. 4 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992. .

SEGANFREDDO, Sonia. UNE instrumento de subversão. **O Jornal**, set. 1962 Fonte digital. Série de quatorze reportagens, publicada sob o título UNE—menina dos olhos do PC. Disponível em: <<http://dedalus.usp.br>>. <<http://www.ebooksbrasil.org/elibris/une.html>>; <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/binary/down_sem/downloadervlet?arquivo=textos/texto-ensino-medio-livro.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2015.

SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, 9., 2012, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/pdfs/2.51.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2015.

SILVA, Caetana Juracy Resende. **Institutos Federais Lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões.** (Org.), IFRN, Natal, 2009.

SILVA, Maria Abádia da. **Intervenção e Consentimento.** São Paulo: Autores Associados: Fapesp, 2002.

SILVA, Sidney Reinaldo da. **Estado, Educação e Equidade no Brasil: a formação gerenciada da cidadania.** Campinas: Mercado das Letras, 2012.

SILVA, Sidney Reinaldo da. Ética e gestão pública na era FHC: o valor dos negócios. In: SCHLESENER, Anita Helena; SILVA, Sidney Reinaldo da (Org.). **Política, Gestão e História da Educação no Brasil.** UTP, Curitiba, 2010.

SOUZA, Celina, **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

SUCHODOLSKI, Bogodan, **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas: a pedagogia da essência e a pedagogia da existência.** 4. ed. Biblioteca do Educador, Lisboa: Livros Horizonte, 1992.

TAUCHEN, Gionara. **Álvaro Vieira Pinto: referências filosóficas para a pesquisa científica.** Disponível em: <http://www.doutrina.linear.nom.br/arquivos/teses_artigos/Inclusao6/O%20Integralista%20Alvaro%20Vieira%20Pinto.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2014

TITSK, C. C.; LIMA, M. F. **A universidade na década de 1960 na visão de Álvaro Vieira Pinto e União Nacional dos Estudantes (UNE).** Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/.../AYHnkF4c.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias.** São Paulo: Ática, 1977. (Ensaio, 28).

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias.** 2ª ed. São Paulo: Ática, 1982.

VALE, Antonio Marques do. **O ISEB, os intelectuais e a diferença: um diálogo teimoso na educação.** São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. **Consciência e realidade nacional**. Síntese Política Econômica e Social, Rio de Janeiro, v. 4, n. 14, p. 75-109, abr./jun. 1962.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da Práxis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VITA, Luis Washington. Álvaro Vieira Pinto. In: **Panorama da Filosofia no Brasil**. Porto Alegre: Globo, p. 128-130, 1969. (Série Universitária).

WITTACZIK, Lidiane Soares. **Educação profissional no Brasil**: histórico E-Tech, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 77-86, 1. sem. 2008. Disponível em: <<http://revista.ctai.senai.br/index.php/edicao01/article/download/26/21>>. Acesso em: 29 jun. 2029.

ANEXOS:

ⁱ O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi criado no governo de Café Filho, em 14 de julho de 1955, pelo Decreto nº 37.608, como uma instituição pública vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) e fechada pelo golpe militar, em 1964.

O Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, institui no Ministério da Educação e Cultura um curso de altos estudos sociais e políticos, denominado Instituto Superior de Estudos Brasileiros, dispõe sobre o seu funcionamento e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º É instituído, no Ministério da Educação e Cultura, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, um curso permanente de altos estudos políticos e sociais, de nível pós-universitário, sob a denominação de Instituto Superior Brasileiro (ISEB), dotado, para a realização de seus fins, e na forma deste decreto, de autonomia administrativa e de plena liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra.

Art. 2º O ISEB tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia e da política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional.

Art. 3º Para os fins a que se refere o art. 2º deste decreto, compete ao ISEB:

- I - Empreender estudos e pesquisas;
- II - Realizar cursos e conferências;
- III - Editar publicações periódicas e obras, originais ou traduzidas;
- IV - Promover concursos e conferir prêmios e bolsas de estudo;
- V - Divulgar, por todos os meios adequados, os estudos e trabalhos, próprios ou de terceiros, que atendam à sua finalidade.

Art. 4º O ISEB é dirigido por um Conselho Curador assistido por um Conselho Consultivo. Conferir publicação original do Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, no Diário Oficial da União.